



Estatísticas Demográficas

2005





Estatísticas Demográficas

2005



Ficha Técnica

2

Título

Estatísticas Demográficas 2005

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 844 04 01

Presidente do Conselho Directivo
Alda de Caetano Carvalho

Design, Composição e Impressão
Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Tiragem

520 Exemplares

ISSN 0377-2284

ISBN 972-673-854-7

Depósito Legal n.º 79452/94

Periodicidade Anual

Preço: € 34,50 (IVA incluído)

O INE, I.P. na Internet

www.ine.pt

Serviço de Apoio ao Cliente
808 201 808

Índice

pág. 05	Nota introdutória	
pág. 06	Sinais convencionais	
pág. 07	Capítulo 1	Breve síntese da situação demográfica
pág. 23	Capítulo 2	População
pág. 35	Capítulo 3	Natalidade
pág. 49	Capítulo 4	Mortalidade
pág. 69	Capítulo 5	Mortalidade fetal, neonatal e perinatal
pág. 83	Capítulo 6	Nupcialidade
pág. 85		6.1. Celebração de casamentos
pág. 98		6.2. Casamentos dissolvidos por morte
pág. 100		6.3. Casamentos dissolvidos por divórcio
pág. 107	Capítulo 7	Fluxos migratórios internacionais e População estrangeira
pág. 110		7.1. Fluxos migratórios da população de nacionalidade estrangeira
pág. 123		7.2. Stock de população de nacionalidade estrangeira
pág. 135	Capítulo 8	Quadros síntese
pág. 167	Capítulo 9	Notas explicativas, conceitos, nomenclaturas e instrumentos de notação
pág. 187	Anexos	Estatística Demográfica Portuguesa

Nota Introdutória

A tradição de publicação de um anuário temático sobre demografia remonta ao período anterior à criação do próprio Instituto Nacional de Estatística.

Desde 1935 que o INE edita um anuário demográfico – na altura intitulado Anuário Demográfico - Estatística do Movimento Fisiológico da População de Portugal – que ao longo do tempo tem sofrido alterações, tanto de estrutura como de conteúdo. A título de exemplo refira-se que, em 1937, o anuário foi valorizado com a introdução de uma nota analítica sobre os resultados apresentados, nota essa que se manteve até 1969. Desde esse ano até 1995, o anuário demográfico – designado Estatísticas Demográficas, a partir de 1967 – passou a ser um compêndio composto exclusivamente por quadros estatísticos. Em 1995 dá-se uma nova alteração na estrutura da publicação, tendo sido novamente inserido um capítulo com uma análise sintética de resultados, não deixando a publicação de ser essencialmente composta por quadros estatísticos.

Tendo em atenção as novas exigências dos utilizadores e em particular nesta área, propõe-se o INE alterar as características da publicação, ajustando-a a um modelo mais informativo, recorrendo-se para o efeito a análises desenvolvidas dos diversos temas, privilegiando o aspecto gráfico da informação através de quadros síntese de indicadores, gráficos e cartogramas; à utilização do

CD-ROM para disponibilização dos quadros estatísticos e da versão electrónica da publicação e à valorização da componente analítica dos resultados.

No que diz respeito aos novos conteúdos da publicação, é ainda de referir, como principais alterações, a inclusão da informação habitualmente divulgada na publicação Estimativas da População Residente e o desenvolvimento de um capítulo sobre migrações internacionais e população estrangeira.

O Instituto Nacional de Estatística agradece a todos os que tornaram possível a realização desta publicação, em particular as Conservatórias do Registo Civil, o Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e a Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas.

Acreditamos que esta nova perspectiva de difusão das estatísticas demográficas irá corresponder mais adequadamente às necessidades dos nossos utilizadores e que esta publicação constituirá uma referência para o conhecimento do comportamento demográfico em Portugal. Agradecemos antecipadamente o envio de críticas e sugestões que nos ajudem a melhorar este trabalho.

INE, Julho de 2007

Sinais convencionais

...	Valor confidencial
x	Valor não disponível
a	Valor inferior a metade do módulo da unidade utilizada
//	Não aplicável
⊥	Quebra de série/comparabilidade
f	Valor previsto
P _a	Valor preliminar
P _s	Valor provisório
R _c	Valor retificado
R _v	Valor revisto
§	Valor com coeficiente de variação elevado
μ	Média
=	Igual
>	Maior que
≥	Maior ou igual
<	Menor que
≤	Menor ou igual
%	Porcentagem
‰	Permilagem
Σ	Soma de
≠	Diferente

Siglas

H	Sexo Masculino
M	Sexo Feminino
HM	Total dos dois sexos
SI	Sexo ignorado
N.º	Número

capítulo

Breve síntese da situação demográfica
Demographic Overview



POPULAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2005, a população residente em Portugal foi estimada em 10 569 592 indivíduos, dos quais 5 115 742 homens e 5 453 850 mulheres. Tal como se verificou em 2003 e 2004, o ritmo de crescimento da população continuou a abrandar.

O abrandamento no crescimento da população deve-se sobretudo ao diminuto saldo natural e ao enfraquecimento do saldo migratório.

A taxa de crescimento efectivo máxima verificou-se no Algarve (1,3%) e a mínima no Alentejo (-0,20%). Nas regiões do Centro e do Alentejo observaram-se taxas de crescimento natural negativas. Todas as NUTS II¹ apresentaram taxas migratórias positivas.

A proporção de jovens manteve-se idêntica à do ano anterior (15,6%). Contrariamente, assistiu-se ao aumento da proporção da população idosa (65 e mais anos de idade) na população total (17,1%).

A população em idade activa (15-64 anos) continua a registar duas tendências distintas: o grupo de adultos jovens (15-24 anos) reduziu a sua proporção na população total (12,2%), enquanto a população adulta (25-64 anos) segue a tendência da população idosa (55,1%).

O índice de envelhecimento ultrapassou o índice 100 em 2000 e atingiu 110 em 2005. O fenómeno do envelhecimento é mais forte entre as mulheres, reflectindo a sua maior longevidade. Desde 1995 que o número de mulheres idosas é superior ao número de mulheres jovens, mantendo-se, em 2005, com valores bastante superiores (132) aos dos homens (90).

Nas regiões do Alentejo, Centro e Algarve verificaram-se índices de envelhecimento superiores ao de Portugal. Em oposição, as Regiões Autónomas, o Norte e Lisboa assumem valores inferiores.

POPULATION

At 31 December 2005, the resident population in Portugal was estimated at 10 569 592 (5 115 742 men and 5 453 850 women). The population growth rate slowed down in 2005, continuing the trend observed in 2003 and 2004.

The slowdown in population growth rate was mainly due to the weak natural increase and the net migration.

The maximum effective growth rate was recorded in the Algarve region (1.3%) and the minimum in the Alentejo region (-0.20%). Negative natural growth rates were recorded in the Centro and Alentejo regions. All NUTS II¹ possessed positive net migration.

The proportion of young people in the population remained identical to the previous year (15.6%). On the other hand, the proportion of older persons (aged 65 and over) in the total population increased (17.1%).

The working age population (15-64 years) continued to develop along two different fronts: the proportion of young adults (15-24 years) in the total population decreased (12.2%), while the adult population (25-64 years) developed in line with the elderly population (55.1%).

The ageing ratio, which passed the 100 mark in 2000, reached 110 in 2005. The phenomenon of ageing is greater amongst women, reflecting their greater longevity. Elderly women have been greater in number than young women since 1995, and in 2005 the value remained quite higher than that for men: 132 versus 90.

Ageing ratios above the average for Portugal were recorded in the regions of Alentejo, Centro and Algarve. Whereas in the Açores, Madeira, Norte and Lisboa regions, below-average values were recorded.

¹ Nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos (nível II)
-Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de Novembro.

¹ Nomenclature of Territorial Units for Statistics (level II)
-Decree-Law no. 244/2002, November 5.

De acordo com as projecções de população residente, Portugal poderá esperar um crescimento dos efectivos populacionais até 2010, para cerca de 10 626 milhares, invertendo-se a tendência de crescimento a partir desse ano e decrescendo até aos 9 302 milhares de indivíduos em 2050.

É sobretudo a faixa etária da população em idade activa (dos 15 aos 64 anos de idade) que mais contribui para este decréscimo. A sua proporção poderá vir a decrescer para aproximadamente 55%, em 2050 (comparativamente com 67,3% observado em 2005).

A população continuará a envelhecer. O índice de envelhecimento poderá atingir os 243 idosos por cada 100 jovens.

According the baseline scenarios of resident population projections, Portugal can expect the population to grow to around 10 626 000 by 2010 and then it will invert the growth trend from that year onwards and decrease to 9 302 000 by 2050.

The working age population age group (15-64 years) will be most responsible for this decrease. Its proportion will decline to approximately 55% in 2050 (compared to 67.3% registered in 2005). The population will continue to age.

The ageing ratio shall reach 243 older persons to 100 young persons in 2050.

FERTILITY

NATALIDADE

Em 2005, registaram-se em Portugal 109 399 nados vivos, filhos de mães residentes em Portugal, número ligeiramente superior ao observado em 2004.

A relação de masculinidade à nascença registou um valor de cerca de 107, ou seja, por cada 100 crianças do sexo feminino nasceram cerca de 107 do sexo masculino.

Entre 2000 e 2005 os valores da taxa de natalidade rondaram os 11 nados vivos por mil habitantes, registando-se em 2005 uma taxa de 10,4 nados vivos por mil habitantes.

A nível regional, a taxa bruta de natalidade apresentou entre 2000 e 2005 uma tendência generalizada de decréscimo, com excepção da região do Algarve, onde se verificou um aumento. Os valores mais elevados observaram-se nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira que, conjuntamente com a região de Lisboa, apresentaram valores acima da média nacional. O valor mais reduzido foi observado no Alentejo (9,0%).

Manteve-se a tendência de decréscimo da fecundidade. Desde 2003 que o índice sintético de fecundidade apresenta o valor de 1,4 crianças por mulher.

Nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores, Lisboa e Algarve verificaram-se os valores do índice sintético de fecundidade mais elevados e acima da média nacional.

Mantendo a tendência que já se verifica há alguns anos, entre 2000 e 2005, observou-se um decréscimo das taxas de fecundidade nos grupos etários abaixo dos 30 anos, por oposição a um aumento nos grupos etários mais elevados. De destacar a deslocação da taxa de fecundidade específica mais elevada do grupo dos 25 aos 29 anos para o grupo etário dos 30-34 anos de idade.

A idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho atingiu os 27,8 anos de idade e ao nascimento de um filho aos 29,6 anos. Apenas a região de Lisboa apresentava uma idade média ao nascimento do primeiro filho acima do valor nacional. No que se refere à idade média ao nascimento de um filho, observaram-se valores acima da média nacional nas regiões Centro e Lisboa.

The number of live births to resident mothers in Portugal in 2005 was 109 399, slightly up on the 2004 figure.

The sex ratio at birth was around 107, in other words, there were 107 male births for every 100 female births.

The crude birth between 2000 and 2005 was around 11 live births per 1000 inhabitants. The crude birth in 2005 was 10.4 live births per 1000 inhabitants.

The crude birth rate between 2000 and 2005 in a regional context followed a generalised downward trend, except in the Algarve region, where an increase was recorded. The highest values were recorded in the Açores, Madeira and Lisboa regions, recording figures above the national average. The lowest value was recorded in the Alentejo region (9.0%).

The downward trend in fertility was maintained. The total fertility rate has remained at 1.4 children per woman since 2003.

The highest total fertility rates, above the national average, were in the Açores, Madeira, Lisboa and Algarve regions.

The trend of decreasing age specific fertility rates in age groups below 30 years and an increase in older age groups, observed in recent years, continued between 2000 and 2005. The highest age-specific fertility rate shifted from the 25-29 years age group to the 30-34 years age group.

The mean age of women at first birth rose to 27.8 years and the mean age at birth was 29.6 years. Lisboa was the only region that had a mean age of women at the first birth above the national average. The Centro and Lisboa regions recorded values above the national.

Os meses de Julho a Outubro registaram o maior número de nados vivos, ultrapassando o valor médio mensal (9 117), particularmente em Agosto (9 798) e Setembro (10 018). Foi no mês de Dezembro que se verificou o maior número de concepções, com base na duração média de gestação de 9 meses.

O número de nados vivos nascidos fora do casamento tem continuado a aumentar (30,7%) tendência que se verificou em todas as NUTS II, mantendo-se as regiões autónomas dos Açores e da Madeira, o Norte e o Centro com percentagens abaixo da observada para Portugal. É sobretudo a proporção de nados vivos ocorridos fora do casamento, mas cujos progenitores viviam em coabitação que tem aumentado (24,8%).

The months in which most live births were recorded were July and October. August (9 798) and September (10 018) also surpassed the monthly average (9 117). December was the month in which most conceptions occurred, based on a nine-month gestation period.

The number of live births born out of wedlock continued to increase (30.7%), a trend observed in all NUTS II. The Açores, Madeira, Norte and Centro regions recorded percentages below the Portuguese average. However the main increase has been in the proportion of children born out of wedlock but in cohabitation (24.8%).

MORTALIDADE

Em 2005, registaram-se 107 462 óbitos de indivíduos residentes em Portugal, mais 5 452 (5,3%) do que em 2004. A maioria dos óbitos ocorreu entre os mais idosos, 62,9% dos quais, acima dos 75 anos de idade. De forma complementar, reduziu-se a mortalidade precoce (menos de 65 anos de idade), em especial durante o primeiro ano de vida, nas idades de 1 a 4 anos e entre os 10 e os 29 anos.

A sobremortalidade masculina verificou-se em quase todos os grupos de idade, excepto em idades avançadas, em que o risco de óbito se torna muito elevado para ambos os sexos: em 2005, 58,3% das mulheres falecidas tinham idades iguais ou superiores a 80 anos, comparativamente com um valor de 36,5% para os homens.

As regiões do Norte e Lisboa são aquelas que registaram o menor número de óbitos por mil habitantes. Em 2005, estas regiões detinham taxas brutas de mortalidade de 8,7‰ e 9,5‰, respectivamente, face a um valor nacional de 10,2‰. As taxas de mortalidade mais elevadas registaram-se na região Alentejo (14,4‰), seguida pelo Centro e Algarve, com um valor de 11,6‰.

A mortalidade infantil representou 0,4% dos óbitos (3,5 óbitos por mil nados vivos), observando-se uma redução face a 2004. O número de óbitos durante o primeiro ano de vida decresceu em todas as regiões. A Região Autónoma dos Açores apresentou a taxa mais elevada (6,3‰) e o Centro a taxa mais baixa (2,8‰).

A esperança média de vida à nascença, em 2005, atingiu os valores de 74,9 anos para os homens e de 81,4 anos para as mulheres, registando-se um ligeiro aumento face a 2004. A nível regional, a esperança média de vida à nascença variou entre 69,3 anos para homens e 78,2 anos para mulheres, na Região Autónoma da Madeira, e 75,5 anos para os homens e 81,8 anos para as mulheres, na região Centro.

A esperança de vida aos 65 anos em 2005 era de 16,2 anos para os homens e 19,5 anos para as mulheres, valores ligeiramente superiores aos do ano anterior.

MORTALITY

Some 107 462 deaths among Portuguese residents were registered in 2005, an increase of 5 452 (5.3%) on the 2004 figure. The majority of deaths occurred amongst the most elderly, 62.9% of which in the over 75 years age group. In contrast, early mortality (below 65 years), particularly in the 0-1 and 1-4 age groups and between 10 and 29 years, fell.

The over-mortality of men was observed in almost all age groups, except in the most advanced age groups where the risk of death is high for both sexes: in 2005, 58.3% of women that died were aged 80 years or more, compared to 36.5% of men.

Norte and Lisboa are the regions with the lowest number of deaths per 1000 inhabitants. These regions had crude death rates of 8.7‰ and 9.5‰, respectively, in 2005, while the national average was 10.2‰. The highest death rate was observed in the Alentejo region (14.4‰), followed by the Centro and Algarve regions, with 11.6‰.

Infant mortality decreased to account for 0.4% of all deaths (3.5 deaths per 1000 live births), compared to the 2004 figure. The number of deaths in the 0-1 years age group decreased in all regions. The Açores had the highest rate (6.3‰) and the Centro region the lowest (2.8‰).

In 2005, life expectancy at birth was slightly up on 2004 figures to 74.9 years for men and 81.4 for women. In a regional context, life expectancy at birth varied from 69.3 years for men and 78.2 years for women in the Madeira to 75.5 years for men and 81.8 years for women in the Centro region.

Life expectancy at age 65 increased to 16.2 years for men and 19.5 years for women in 2005, slightly higher than 2004 figures.

Em 2005, as doenças do aparelho circulatório foram responsáveis por 34,0% dos óbitos de residentes, destacando-se neste grupo de doenças as cérebro-vasculares, com 15,1%. Os tumores representaram 21,6% dos óbitos. De salientar, ainda, a mortalidade por doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas, nomeadamente diabetes mellitus, doenças do aparelho digestivo e as causas externas de mortalidade (10,5%, 4,8% e 4,2% respectivamente, dos óbitos de residentes).

Em média, faleceram por dia 294 indivíduos residentes em Portugal. O número de óbitos tende a atingir valores mais elevados nos meses de Inverno (373 óbitos diários, em média) e mais reduzidos nos meses de Verão (246, em média). Em 2005, o mês de Fevereiro foi o de maior intensidade da mortalidade, com uma média diária de 444 óbitos. A sazonalidade da mortalidade, ou seja, o excesso de mortalidade durante os meses de Inverno, foi mais evidente entre os indivíduos mais idosos (80 e mais anos).

Diseases of the circulatory system were responsible for 34.0% of all deaths in the resident population in 2005. Chief amongst these were cerebrovascular diseases, which accounted for 15.1%. Tumours caused 21.6% of deaths. Also deserving note are endocrine, nutritional and metabolic diseases (particularly diabetes mellitus), diseases of the digestive tract and external causes of death, which respectively caused 10.5%, 4.8% and 4.2% of deaths in the resident population.

An average of 294 resident persons died per day in Portugal. The number of deaths tends to increase in winter months (373 deaths per day, on average) and record lower figures in summer (a daily average of 246 deaths). February was the month in 2005 in which most deaths were registered - a daily average of 444 deaths. The seasonal variability of the death rate, i.e. increased mortality during the winter, was most evident amongst the oldest (80 years and above).

FOETAL, NEONATAL AND PERINATAL MORTALITY²

MORTALIDADE FETAL, NEONATAL E PERINATAL²

Em 2005, registaram-se 432 óbitos fetais de mães residentes em Portugal, mais 9 do que em 2004. Destes, 306 óbitos fetais tinham idade gestacional igual ou superior a 28 semanas completas, um aumento de 4,1% face a 2004. Contrariamente à tendência dos últimos anos que tem sido de redução, a taxa de mortalidade fetal tardia atingiu o valor de 2,8 por mil nados vivos e fetos mortos de 28 ou mais semanas em 2005, face a 2,7 em 2004.

A taxa de mortalidade perinatal, no último ano, atingiu o valor de 4,3 por mil óbitos fetais com 28 ou mais semanas e óbitos de nados-vivos com menos de 7 dias, o valor mais baixo dos últimos vinte e cinco anos.

No conjunto dos óbitos perinatais, os óbitos fetais representavam 64,3% e a mortalidade neonatal precoce 35,7%. O decréscimo do número de óbitos durante a primeira semana de vida (óbitos neonatais precoces), observado em 2005 (170 face a 188 em 2004), permitiu uma redução de 1,2% na mortalidade perinatal, relativamente a 2004.

No que se refere à mortalidade neonatal verificaram-se 240 óbitos (280 em 2004) de crianças com menos de 28 dias de vida, tendo 70,8% ocorrido no período neonatal precoce, ou seja, durante os primeiros 6 dias de vida. A taxa de mortalidade neonatal desceu assim de 2,6 óbitos por mil nados vivos, em 2004, para 2,2 em 2005. Por sua vez, a taxa de mortalidade neonatal precoce baixou para 1,6 óbitos por mil nados vivos.

As taxas de mortalidade infantil (neonatal precoce, neonatal tardia, neonatal, pós-neonatal e infantil) entre as crianças do sexo masculino são, em geral, superiores às taxas de mortalidade de crianças do sexo feminino. De referir, contudo, o ano de 2005 em que se observa a igualdade entre as taxas de mortalidade infantil e neonatal por sexo e o ano de 2003 em que se observam valores das taxas de mortalidade neonatal tardia, pós-neonatal e infantil superiores entre os nados vivos do sexo feminino.

Some 432 foetal deaths were recorded amongst resident mothers in Portugal in 2005, 9 more than in 2004. Some 306 of these foetal deaths had a gestational age equal to or greater than 28 full weeks, a 4.1% increase on 2004. The late foetal mortality rate in 2005, contrary to the downwards trend noted in recent years, was 2.8 per 1000 births (live and stillborn after 28 or more weeks of pregnancy), as compared to 2.7 in 2004.

The perinatal mortality rate in 2005 was 4.3 foetal deaths after 28 weeks of gestation plus infant deaths under seven days of age per 1000, the lowest value of the last 25 years.

Foetal deaths accounted for 64.3% of all perinatal deaths, while early neonatal mortality represented 35.7%. The decrease in the number of deaths during the first week of life (early neonatal deaths) recorded in 2005 (down to 170 from 188 in 2004) helped reduce perinatal mortality by 1.2%, compared to 2004.

Some 240 neonatal deaths were recorded in 2005 (infants under 28 days of age), as opposed to 280 in 2004. Some 70.8% of these occurred during the first six days of life (early neonatal period). The neonatal mortality rate decreased from 2.6 deaths per 1000 live births in 2004 to 2.2 deaths in 2005. The early neonatal mortality rate also diminished to 1.6 deaths per 1000 live births.

Infant mortality rates (early neonatal, late neonatal, neonatal, post-neonatal and infant) amongst male children are generally greater than those of female children. It should, however, be noted that in 2005 the infant and neonatal mortality rates were identical for each sex, and in 2003 the late neonatal, post-neonatal and infant mortality rates were greater in female children.

² A análise apresentada incide sobre a mortalidade fetal tardia, perinatal e neonatal, ou seja, fetos-mortos com 28 ou mais semanas de gestação e óbitos ocorridos antes dos 28 dias de vida.

² The analysis referred to late foetal, perinatal and neonatal mortality, i.e. stillborns at 28 weeks or more of gestation and deaths occurring during the first 28 days of life.

As taxas de mortalidade neonatais precoces mais elevadas verificaram-se, em geral, entre as mães mais jovens (menos de 20 anos de idade) e as mães com idades mais elevadas (40 ou mais anos). As taxas de mortalidade neonatais por idade das mães não apresentaram alterações de relevo face ao padrão de comportamento da mortalidade neonatal precoce.

A taxa de mortalidade fetal tardia apresenta as taxas mais elevadas entre as mulheres com menos de 20 anos de idade. Nos últimos anos, as menores taxas de mortalidade fetal pertencem às mulheres acima dos 30 anos de idade.

O número de semanas de gestação é um dos factores com maior influência na mortalidade neonatal, sendo as taxas de mortalidade neonatal e neonatal precoce mais elevadas entre os nados vivos com menos de 27 semanas de gestação.

The highest early neonatal mortality rates were generally observed in younger mothers (aged less than 20 years) and older mothers (aged 40 years or more). Neonatal mortality rates according to mother's age do not differ significantly to the distribution pattern observed for early neonatal mortality.

The late foetal mortality rate was greatest amongst women aged under 20 years. The lowest foetal mortality rates in recent years have been recorded amongst women aged over 30 years.

The number of weeks of gestation is one of the factors that most influences neonatal mortality. The neonatal and early neonatal mortality rates are highest amongst live births at less than 27 weeks of pregnancy.

MARRIAGE AND DIVORCE

NUPCIALIDADE (CELEBRAÇÃO E DISSOLUÇÃO DE CASAMENTOS)

Celebração de casamentos

Em Portugal, em 2005, realizaram-se 48 671 casamentos, menos 507 (-0,01%) do que em 2004 (49 178), correspondendo a uma taxa de nupcialidade de 4,6 casamentos por mil habitantes.

Apenas as Regiões Autónomas e o Norte apresentaram taxas de nupcialidade superiores ao valor médio nacional.

O número de casamentos entre portugueses e estrangeiros tem vindo a aumentar (8,0% em 2005). Destacam-se os valores de casamentos de homens portugueses com mulheres estrangeiras, em particular com brasileiras.

Em média, foram registados 133 casamentos por dia ao longo de 2005. Mais de metade dos casamentos realizaram-se nos meses de Verão, sendo Agosto o mês mais procurado, seguido de Julho e Setembro (246 em Agosto, 225 em Julho e 211 em Setembro, em média, por dia).

A maioria dos casamentos (58%) celebrou-se ao Sábado, seguindo-se, com valores bastante inferiores, a Sexta-feira (11%) e o Domingo (8%).

Em 2005, celebraram-se 26 809 casamentos católicos e 21 862 só civis (55,1% e 44,9% só civis, respectivamente). Relativamente a 2004, o número de casamentos católicos diminuiu 4,6% a nível nacional. Uma diminuição ocorreu igualmente no Norte, Centro, Lisboa e na Região Autónoma dos Açores. No entanto, a proporção de casamentos civis continua mais elevada nas Regiões Autónomas, no Algarve, em Lisboa e no Alentejo, ultrapassando a média nacional.

Do total de casamentos celebrados em 2005, e segundo a ordem de nupcialidade, 39 535 (81,2%) diziam respeito a primeiros casamentos (mulheres solteiras com homens solteiros), proporção inferior à de 2004 (82,4%). A nupcialidade de segunda ordem ou superior era mais frequente nos homens (14,0%) do que nas mulheres (11,6%).

Marriage

There were 48 671 marriages in Portugal in 2005, 507 (-0.01%) fewer than in 2004 (49 178). The crude marriage rate was 4.6 marriages per 1000 inhabitants.

Only the Madeira, Açores and Norte regions recorded a crude marriage rate higher than the national average.

The number of marriages between Portuguese nationals and foreigners is increasing (8.0% in 2005). The figures for marriages between Portuguese men and foreign women, particularly Brazilian women, are of particular significance.

An average of 133 marriages per day was celebrated in 2005. Well over half of all marriages occurred in the summer months. August was the peak month, followed by July and September (a daily average of 246 in August, 225 in July and 211 in September).

The majority of marriages occurred on a Saturday (58%), Friday (11%) and Sunday (8%) are next, a long way behind.

In 2005, 26 809 Roman Catholic marriages were celebrated and 21 862 solely civil marriages (55.1% and 44.9%, respectively). The number of Roman Catholic marriages fell by 4.6% in relation to 2004. Similar falls were recorded in the Norte, Centro, Lisboa and Açores regions. Nevertheless, the proportion of civil marriages continued to be highest in the Açores, Madeira, Algarve, Lisboa and Alentejo regions, exceeding the national average.

In terms of number of marriages of each person married in 2005, 39 535 (81.2%) were first marriages (single women to single men). This percentage is lower than that recorded in 2004 (82.4%). Second marriages or greater were more frequent in men (14.0%) than in women (11.6%).

O retardar da idade ao casamento é uma tendência que se tem mantido ao longo das últimas décadas e para ambos os sexos, embora mais significativamente nas mulheres. Em 2005, a idade média ao casamento foi de **31,3** anos para os homens e **28,9** anos para as mulheres.

A idade média ao primeiro casamento tem vindo igualmente a aumentar para ambos os sexos, situando-se em 2005 em **28,9** anos para os homens e **27,3** anos para as mulheres.

Em **26,1%** dos casamentos celebrados em 2005 existiam filhos anteriores ao casamento, sendo a proporção de casamentos com filhos anteriores não comuns superior à de casamentos com filhos comuns.

Em cerca de um quarto dos casamentos realizados em 2005 (**24,7%**) os nubentes já possuíam residência anterior comum. Esta situação tem vindo a ganhar maior expressão nos últimos anos (aumento de cerca de **42%** entre 2000 e 2005).

As diferenças regionais quanto a esta realidade são bem visíveis: em 2005, em cerca de **45%** dos casamentos celebrados no Algarve os nubentes possuíam residência comum, seguindo-se-lhe Lisboa (**36,5%**), com valores bastante acima dos verificados para Portugal. As proporções mais baixas observaram-se no Norte (**16,1%**) e no Centro (**22,4%**). A tendência de aumento é comum a todas as regiões.

Casamentos dissolvidos por morte

Em Portugal, em 2005, ocorreram **46 586** casamentos dissolvidos por morte do cônjuge. Destas dissoluções resultaram **13 502** viúvos e **33 084** viúvas. A viuvez afecta sobretudo as mulheres devido à sobremortalidade masculina. A taxa bruta de viuvez das mulheres, naquele ano, foi 2,3 vezes superior à dos homens (**2,6** por mil homens e **6,1** por mil mulheres). Estas taxas revelam uma tendência de ligeiro decréscimo ao longo dos últimos anos.

A nível de NUTS II, o Alentejo detinha a taxa de viuvez mais elevada (**5,9** por mil habitantes), seguido pelo Centro (**5,1‰**) e o Algarve (**4,9‰**), com taxas superiores à nacional. Estas são igualmente as regiões que apresentaram as maiores proporções de idosos.

Delaying marriage age is a trend that has steadily grown in recent decades for both sexes, though it is more expressive in women. The mean age at marriage was 31.3 years for men and 28.9 years for women in 2005. The mean age at first marriage has also risen for both sexes, and in 2005 it was 28.9 years for men and 27.3 years for women.

Some 26.1% of all marriages celebrated in 2005 involved children born prior to the marriage. The proportion of marriages involving non-common children was greater than marriages involving common children.

The bride and groom already held joint residence in around one-quarter of all marriages celebrated in 2005 (24.7%). This situation has significantly grown in recent years. The proportion of people in these circumstances increased by around 42% between 2000 and 2005.

The regional differences in this regard are very evident: in 2005, the bride and groom held joint residence in around 45% of marriages celebrated in the Algarve region, followed by the Lisboa region (36.5%), proportions that are quite above the average for Portugal. The lowest proportions were in the Norte (16.1%) and Centro (22.4%) regions. The trend in all regions is one of growth.

Marriages dissolved due to death

Some 46 586 marriages were dissolved in Portugal in 2005 due to the death of a spouse. These dissolutions produced 13 502 widowed men and 33,084 widowed women. Overmortality in men leads to more widowed women. The crude widow rate amongst women was more than double that amongst men (2.6 per 1000 men and 6.1 per 1000 women). These rates show a slight decrease in recent years.

In relation to NUTS II, the Alentejo region had the highest widow rate (5.9 per 1000 inhabitants), followed by the Centro (5.1‰) and Algarve (4.9‰) regions with rates above the national average. These are also the regions with the greatest proportion of older people.

Casamentos dissolvidos por divórcio

Em Portugal, em 2005, foram decretados 22 853 divórcios, menos 95 do que em 2004 (23 348). Destes, 22 576 diziam respeito a casais residentes em território nacional e 277 a residentes no estrangeiro (23 161 e 187 divórcios, respectivamente, em 2004).

Desde 2002 que a taxa bruta de divorcialidade apresenta um valor sempre superior a 2‰, atingindo em 2005 o valor de 2,1 divórcios por mil habitantes, ligeiramente inferior ao do ano anterior (2,2‰). A taxa máxima foi registada em 2002 (2,7‰).

Nos últimos três anos, a taxa bruta de divorcialidade manteve-se estável nas regiões Norte, Centro e Lisboa, tendo observado um ligeiro decréscimo no Algarve e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Porém, as taxas de divorcialidade mais elevadas verificaram-se na região de Lisboa e nas regiões autónomas, com valores superiores à média nacional.

A percentagem de divórcios por mútuo consentimento tem vindo a aumentar nos últimos vinte cinco anos, tendo consequentemente diminuído a proporção de divórcios litigiosos que se situa em 6,3% em 2005.

O principal fundamento apontado para estes últimos tem sido a "Violação culposa dos deveres conjugais", seguido pela "Separação de facto".

Em 2005, cerca de 40% dos indivíduos que se divorciaram tinham entre 30 a 39 anos. No entanto, a idade média ao divórcio situava-se já perto dos 40 anos (39,8 anos), para ambos os sexos, valor inferior ao do ano anterior.

Neste ano, a duração média do casamento à data do divórcio era de 14,2 anos. Embora este indicador tenha subido ligeiramente de 2003 e 2004 para 2005, a tendência dos anos anteriores foi de decréscimo.

Cerca de 69% dos casais que se divorciaram em 2005 tinham filhos do casamento dissolvido. Grande parte tinha dois filhos (43,9%), seguidos pelos que tinham um filho (34,7%). Observando as idades dos filhos, 42,9% tinham menos de 9 anos, 33,7% entre 10 e 19 anos e 23,4% mais de 20 anos.

Marriages dissolved due to divorce

The number of divorces in Portugal in 2005 was 22 853, some 95 fewer than in 2004 (23 348).

Some 22 576 of these concerned resident couples in Portugal and 277 residents abroad (23 161 and 187 divorces, respectively, in 2004).

Since 2002, the crude divorce rate has remained above 2‰. In 2005 the rate was 2.1 divorces per 1000 inhabitants, slightly lower than the 2004 rate (2.2‰). The highest rate was recorded in 2002 (2.7‰).

The crude divorce rate has remained stable over the last three years in the Norte, Centro and Lisboa regions, and it has slightly decreased in the Algarve, Açores and Madeira regions. The highest divorce rates were observed in the Lisboa, Açores and Madeira regions, with rates above the national average.

The percentage of divorces by mutual consent has increased in the last five years and, consequently, the proportion of contested divorces has fallen (6.3% in 2005).

The main cause indicated for contested divorces was "Deliberate infringement of spousal duties", followed by "Separation".

Around 40% of the people that divorced in 2005 were aged between 30 and 39 years. The average age at divorce was, however, closer to 40 years (39.8 years), for both sexes, which is lower than the 2004 figure.

In 2005, the mean duration of marriage at divorce was 14.2 years. Even though this indicator has risen slightly from 2003 and 2004 to 2005, the trend in recent years has been downwards.

Around 69% of the couples that divorced in 2005 had children from the dissolved marriage. Most had two children (43.9%), or one child (34.7%). In terms of ages of the children, 42.9% were aged under 9 years, 33.7% between 10 and 19 years and 23.4% aged over 20 years.

FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS E POPULAÇÃO ESTRANGEIRA

População estrangeira com Autorização de Residência

Em 31 de Dezembro de 2005 eram titulares de uma autorização de residência 275 906 cidadãos de nacionalidade estrangeira, valor superior ao registado em 2004 (263 353), e que traduz um acréscimo anual de 4,8%.

À semelhança dos últimos anos, os cidadãos de Cabo Verde eram os mais representativos, com 20,5%, seguindo-se os do Brasil, Angola e Guiné-Bissau; estas quatro nacionalidades eram responsáveis por quase metade (49,6%) do total de estrangeiros titulares de autorização de residência. Nas comunidades com maior dimensão destacava-se ainda um importante conjunto de países europeus, nomeadamente Reino Unido, Espanha, Alemanha e França.

Considerando a distribuição por sexo, verifica-se que o número de homens era superior ao de mulheres (148 700 homens e 127 206 mulheres), correspondendo a uma relação de masculinidade de 117 homens por cada 100 mulheres.

A distribuição percentual por grandes grupos etários mostra que a proporção da população em idade activa (15-64 anos) era bastante elevada com 78,0%; os estrangeiros com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos representavam 16,4%, enquanto os indivíduos com 65 ou mais anos eram apenas 5,6%.

População estrangeira com Autorização de Permanência

Durante o ano de 2005 foram prorrogadas pelo SEF 93 391 autorizações de permanência³, correspondendo a 50,8% do total das concedidas entre 2001 e 2004.

³ Este mecanismo legal foi criado pelo Decreto-Lei 4/2001, de 10 de Janeiro, que permitia que fosse autorizada a permanência em Portugal a estrangeiros que aqui se encontravam, não sendo titulares de visto adequado e que reunissem uma série de condições. Esta figura legal foi revogada em 2003, pelo Decreto-Lei 34/2003.

As autorizações de permanência emitidas podem ser prorrogadas por períodos anuais, desde que subsista por parte do titular o exercício de uma actividade profissional subordinada à data do pedido de prorrogação. O período total da concessão não pode exceder os 5 anos a contar da data da concessão da primeira autorização.

INTERNATIONAL MIGRATION AND FOREIGN POPULATION

Foreign population with Residence Permit

In December 2005, 275 906 foreigners held a residence permit, which represents an increase of 4.8% considering 2004 figure (263 353).

Like in recent years, the greatest proportion was of nationals from Cape Verde, with 20.5%, followed by those of Brazil, Angola and Guinea-Bissau. These four countries represent almost half (49.6%) of all foreigners holding a residence permit. An important group of European countries, namely the United Kingdom, Spain, Germany and France, were significantly represented.

In terms of distribution by sex, the number of men was greater than women (148 700 men and 127 206 women), corresponding to a ratio of 117 men per 100 women.

The distribution according to the main age groups shows that proportion of the population in working age (15-64 years) was quite high 78.0%; foreigners aged between 0 and 14 years reached 16.4% of total, while those aged 65 years or more were just 5.6%.

Foreign population with Stay Permit

During 2005, the Portuguese Immigration and Borders Service extended 93 391 stay permits³, corresponding to 50.8% of the total amount granted between 2001 and 2004.

³ This legal mechanism was created by Decree Law no. 4/2001 of 10 January, which authorised foreigners already in Portugal and not possessing a valid visa to stay if they met a number of conditions. This legislation was revoked in 2003 by Decree Law no. 34/2003.

Permits to stay that are issued can be extended for periods of one year, provided that the holder is engaged in paid work on the extension date. The total validity of the permit cannot exceed five years.

As comunidades mais representativas foram, no seguimento das concessões de autorizações de permanência, a Ucrânia e o Brasil, responsáveis por 35,8% e 19,4%, respectivamente.

Entre as 10 principais nacionalidades, a taxa de prorrogação mais elevada foi a da China, em que 67,0% das autorizações de permanência concedidas foram prorrogadas. Em oposição, surgem os nacionais da Rússia e de Angola, que detêm as percentagens mais baixas, com 40,5% e 42,2%.

A população estrangeira a quem foi prorrogada a autorização de permanência era constituída maioritariamente por homens, que representavam 71,7% do total.

População Estrangeira com Vistos de Longa Duração

Durante o ano de 2005 foram prorrogados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras 46 637 vistos de longa duração⁴, sendo a maioria por motivo de estada temporária (49,7%). Os vistos de trabalho representavam 34,6% e os de estudo 15,7%.

Most of these stay permits were issued to nationals from Ukraine (35.8%) and Brazil (19.4%).

The extend rate was highest for immigrants from China, where 67.0% of all issued stay permits were extended. Immigrants from Russia and Angola have the lowest extend rates, 40.5% and 42.2%.

The foreign population with extended stay permit was mainly represented by men (rounding 71.7% of total).

Foreigners with Long-term Visa

During 2005 the Portuguese Immigration and Borders Service extended 46 637 long-term visas⁴, the majority of them were temporary stay visas (49.7%); work visas correspond to 34.6% of total and study visas for 15.7%.

⁴ Os tipos de vistos de longa duração existentes são os seguintes:

Visto de estudo - Destina-se a permitir ao seu titular a entrada em território português a fim de:

Seguir um programa de estudos num estabelecimento de ensino oficialmente reconhecido; Realizar trabalhos de investigação científica para obtenção de um grau académico ou de interesse científico comprovado por estabelecimento de ensino oficialmente reconhecido; Frequentar um estágio complementar de estudos concluídos no País ou no estrangeiro; Frequentar estágios em empresas, serviços públicos ou centros de formação que não sejam considerados estabelecimentos oficiais de ensino.

Visto de trabalho - Destina-se a permitir ao seu titular a entrada em território português a fim de exercer temporariamente uma actividade profissional, subordinada ou não.

O visto de trabalho compreende os seguintes tipos:

- Visto de trabalho I, para exercício de uma actividade profissional no âmbito do desporto ou no âmbito dos espectáculos;
- Visto de trabalho II, para exercício de uma actividade de investigação científica ou actividade que pressuponha um conhecimento técnico altamente qualificado, em ambos os casos devidamente comprovadas por entidade pública competente;
- Visto de trabalho III, para exercício de uma actividade profissional independente no âmbito de uma prestação de serviços;
- Visto de trabalho IV, para exercício de uma actividade profissional subordinada.

Visto de estada temporária - Destina-se a permitir a entrada em território nacional ao seu titular para: Tratamento médico em estabelecimentos de saúde oficiais ou oficialmente reconhecidos; Acompanhamento de familiares de titulares de visto de estudo e visto de trabalho; Reagrupar os familiares de titulares de autorização de permanência; Casos excepcionais, devidamente fundamentados.

⁴ The types of long-term visas are:

Study visa - Provides the holder with entry to Portugal in order to: Study in an officially recognised educational establishment, according to a defined programme; perform scientific research to obtain an academic degree or which is proven to be of scientific interest by an officially recognised educational establishment; fulfil a supplementary study placement concluded in Portugal or abroad; fulfil a work placement in a company, public service or training centre not considered to be an official educational establishment.

Work visa - Provides the holder with entry to Portugal in order to practise a paid or unpaid professional activity.

The following are the types of work permit that exist:

- Work visa I, to practise a professional sports or entertainment activity;
- Work visa II, to be employed in scientific research or any activity that assumes highly-qualified technical knowledge, duly proven by a competent public entity in both cases;
- Work visa III, to be self-employed in a service-providing professional activity;
- Work visa IV, to be employed in a paid professional activity.

Temporary stay visa - Provides the holder with entry to Portugal:

For medical treatment in official or officially recognised health establishments; to accompany family members holding a study or work permit; to reunite with family members holding a permit to stay; in special cases that are proven with due grounds.

A comunidade mais representativa a quem foi concedida uma prorrogação de visto de longa duração foi a brasileira (30,0%), seguindo-se os nacionais da Ucrânia (17,8%) e de Cabo Verde (12,7%). A análise por tipo de visto evidenciava uma diferenciação das várias comunidades. Assim, enquanto a maior proporção de brasileiros se registava nos vistos de trabalho, os ucranianos detinham uma maior proporção nos vistos de estada temporária, sendo que os cabo-verdianos eram a comunidade mais representativa nos vistos de estudo.

Dos 46 637 indivíduos de nacionalidade estrangeira a quem foi prorrogado um visto de longa duração, 44,3% eram do sexo masculino e 55,7% do feminino.

Em síntese, estima-se que em 2005 residiam ou permaneciam de forma legal em Portugal 415 934 cidadãos de nacionalidade estrangeira, distribuídos entre titulares de autorizações de residência (275 906), de prorrogações de autorizações de permanência (93 391) e de prorrogações de vistos de longa duração (46 637).

A análise conjunta ao abrigo dos vários títulos legais analisados permite constatar que os nacionais de Cabo Verde (67 457) e do Brasil (63 654) eram as comunidades mais representativas em Portugal. Os nacionais da Ucrânia, com um total de 43 799 indivíduos, assumiam assim o terceiro lugar em termos de dimensão.

Most long-term renewals were granted to Brazilian immigrants (30.0%), followed by immigrants from Ukraine (17.8%) and Cape Verde (12.7%). The breakdown according to visa types showed differences between nationalities. Most Brazilians held work visas, while Ukrainians held a greater share of temporary stay visas and immigrants from Cape Verde held the greatest share of study visas.

About 44.3% of the 46 637 foreigners granted a renewal to the long-term visa were men, while 55.7% were women.

In short, it is estimated that in 2005, 415 934 foreigners legally resided or were staying in Portugal – 275 906 holding a residence permit, 93 391 holding a renewed stay permit and 46 637 holding a renewed long-term visa.

A combined analysis of all visas and permits shows that most immigrants in Portugal were from Cape Verde (67 457) and Brazil (63 654). Ukraine holds third place in terms of total number of immigrants with 43 799.

capítulo

População

2

Capítulo 2 - População

24

Evolução da população e das suas componentes

Figura 2.1 População residente, Portugal, 1900-2005

Figura 2.2 Taxas de crescimento natural e migratório (%), Portugal, 1941-2005

Análise regional

Figura 2.3 Componentes demográficas, Portugal e NUTS II, 2000-2005

Estrutura etária

Figura 2.4 População residente por grandes grupos etários, Portugal e NUTS II, 2000-2005

Figura 2.5 Índices de Dependência, Portugal e NUTS II, 2000-2005

Figura 2.6 Pirâmide etária, Portugal, 2000 e 2005

Figura 2.7 Índice de Envelhecimento por sexo, Portugal, 1940-2005

Figura 2.8 Índice de Envelhecimento, NUTS III, 2005

Evolução da população até 2050

Figura 2.9 População residente por grandes grupos etários, Portugal, 2005-2050

Figura 2.10 Pirâmide etária, Portugal, 2005, 2025 e 2050

POPULAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2005, a população residente em Portugal foi estimada em 10 569 592 indivíduos, dos quais 5 115 742 homens e 5 453 850 mulheres. Face ao final de 2004, a população residente aumentou 40 337 indivíduos (0,38%). O acréscimo foi mais acentuado nos homens (0,42%) do que nas mulheres (0,35%).

Em 2005, tal como se verificou em 2003 e 2004, o ritmo de crescimento da população continuou a abrandar. O abrandamento no crescimento da população, em 2005, deve-se sobretudo ao diminuto saldo natural (1 937) e ao enfraquecimento do saldo migratório (38 400).

Evolução da população e das suas componentes

Nos últimos 105 anos a população residente em Portugal aumentou 5 milhões de indivíduos.

Porém, esta evolução não foi uniforme. Após uma fase de crescimento entre 1900 e 1911, assiste-se em 1920 a uma quebra do ritmo de crescimento, como resultado dos efeitos da Primeira Guerra Mundial, da gripe pneumónica e dos fortes movimentos de emigração. De 1920 a 1940, o ritmo de crescimento volta a acentuar-se, reflectindo a diminuição da mortalidade em geral e o aumento da esperança de vida. A partir de 1940, o crescimento populacional, apesar de positivo, desacelera, culminando na diminuição da população entre 1965 e 1973. É a partir de 1974 que se regista o maior aumento de população, como consequência do retorno das ex-colónias. A segunda metade dos anos oitenta volta a ser caracterizada por uma perda de dinamismo demográfico. Os anos noventa e os primeiros anos do século XXI são marcados por um acréscimo contínuo da população, particularmente de indivíduos em idade activa e na população masculina, resultante do fluxo de imigrantes que se verificou naqueles anos, e um aumento da proporção da população idosa (65 e mais anos), o que evidencia um aumento da esperança de vida.

Figura 2.1
População residente, Portugal, 1900-2005

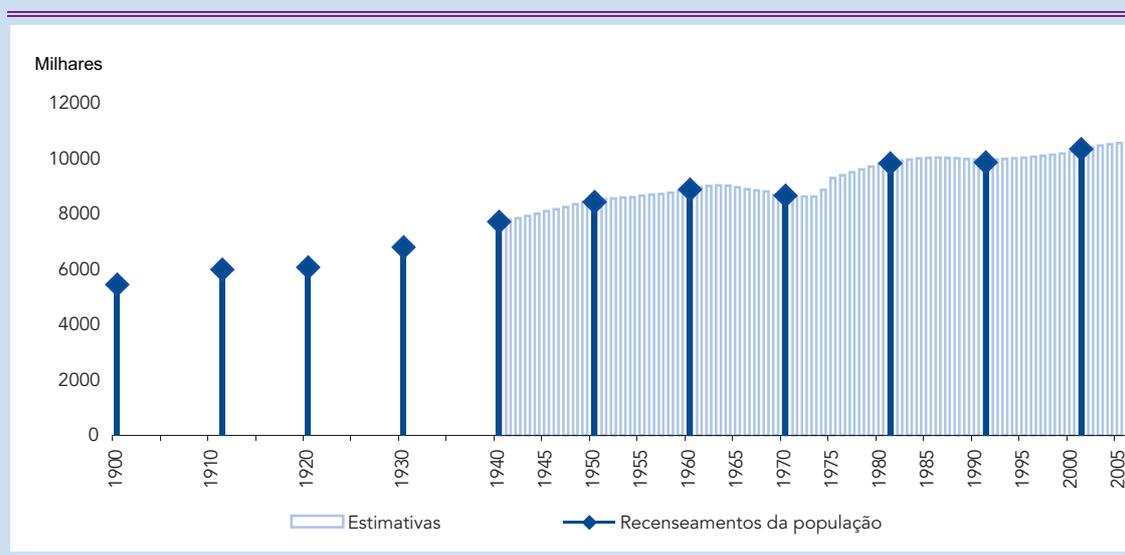
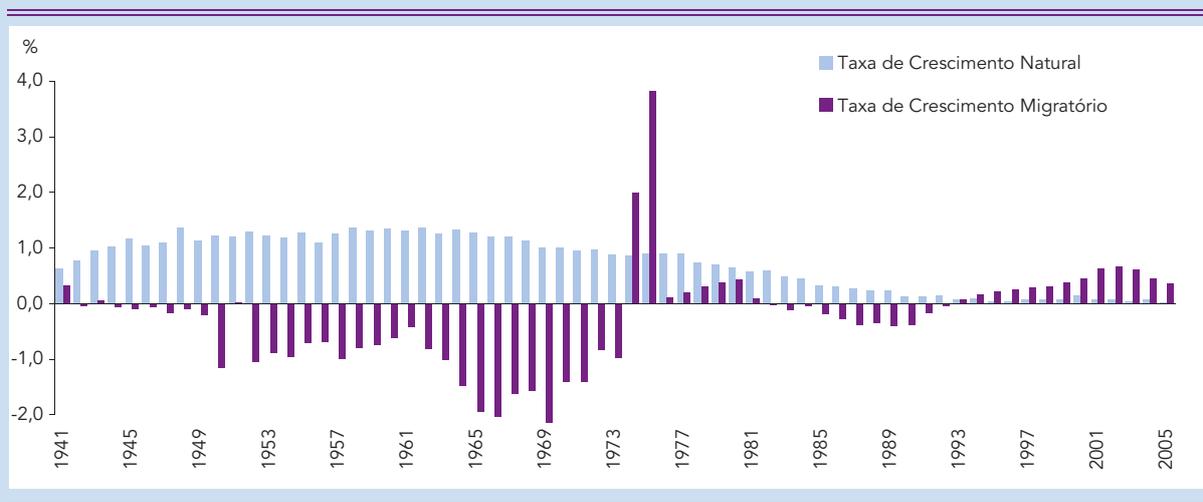


Figura 2.2
Taxas de crescimento natural e migratório (%), Portugal, 1941-2005



Ao analisar a evolução das componentes da população, verifica-se que, no período de 1940 a 2005, a taxa de crescimento natural segue uma evolução decrescente, apresentando valores elevados até 1970 e, a partir desta data até 2005, diminui substancialmente, sendo praticamente nula no último ano observado. No mesmo período, a taxa de crescimento migratório sofre grandes oscilações, sobretudo na década de sessenta, quando a emigração para a Europa conhece valores muito elevados, quase duplicando comparativamente ao decénio anterior. No período após 1974, que está associado ao processo de descolonização e conseqüentemente ao retorno de população proveniente das ex-colónias, volta a elevar-se consideravelmente. Entre 1981 e 1991 decresce devido a novos fluxos de emigração. Posteriormente, os valores desta taxa voltam a ser positivos devido sobretudo ao incremento da imigração.

Análise regional

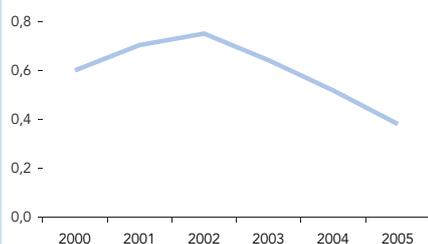
A análise a um nível geográfico mais desagregado revela heterogeneidade no crescimento demográfico de cada região (NUTS II).

Em 2005, tal como no ano anterior, a taxa de crescimento efectivo máxima verificou-se no Algarve (1,3%) e a mínima no Alentejo (-0,20%). Nas regiões do Centro e do Alentejo observaram-se taxas de crescimento natural negativas. Todas as NUTS II apresentaram taxas migratórias positivas, ainda que com valores inferiores a 2004, destacando-se a taxa migratória do Algarve com um valor superior a 1%.

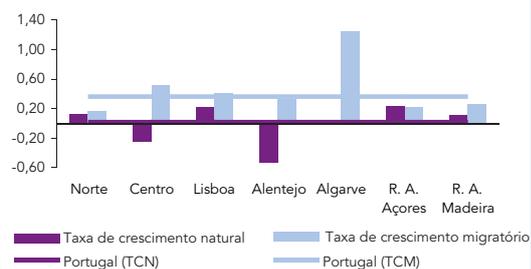
Figura 2.3
Componentes demográficas, Portugal e NUTS II, 2000-2005

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Acréscimo Populacional								
2000	61 644	22 585	12 771	18 495	1 089	7 558	- 182	- 672
2001	72 682	23 734	14 400	25 124	787	7 534	547	556
2002	78 125	24 393	14 991	27 742	1 454	7 437	1 192	916
2003	67 220	19 875	12 139	25 623	- 434	7 010	1 257	1 750
2004	54 570	15 513	9 918	20 460	130	6 088	1 182	1 279
2005	40 337	10 868	6 216	17 493	- 1 551	5 298	1 101	912
Saldo Natural								
2000	14 644	13 022	-3 280	7 075	-3 350	- 238	854	561
2001	7 682	9 546	-4 731	5 870	-3 618	- 390	521	484
2002	8 125	9 794	-5 022	6 303	-3 603	- 188	395	446
2003	3 720	6 840	-6 101	6 497	-4 194	- 129	445	362
2004	7 330	7 198	-4 508	6 518	-2 895	88	551	378
2005	1 937	4 836	-5 990	6 241	-4 093	106	580	257
Saldo Migratório								
2000	47 000	9 563	16 051	11 420	4 439	7 796	-1 036	-1 233
2001	65 000	14 188	19 131	19 254	4 405	7 924	26	72
2002	70 000	14 599	20 013	21 439	5 057	7 625	797	470
2003	63 500	13 035	18 240	19 126	3 760	7 139	812	1 388
2004	47 240	8 315	14 425	13 943	3 025	6 000	631	901
2005	38 400	6 032	12 206	11 252	2 542	5 192	521	655
Taxa de crescimento efectivo (%)								
2000	0,60	0,62	0,55	0,70	0,14	1,99	-0,08	-0,28
2001	0,71	0,65	0,62	0,94	0,10	1,95	0,23	0,23
2002	0,75	0,66	0,64	1,03	0,19	1,88	0,50	0,38
2003	0,64	0,54	0,51	0,94	-0,06	1,74	0,53	0,72
2004	0,52	0,42	0,42	0,74	0,02	1,49	0,49	0,52
2005	0,38	0,29	0,26	0,63	-0,20	1,28	0,46	0,37
Taxa de crescimento natural (%)								
2000	0,14	0,36	-0,14	0,27	-0,44	-0,06	0,36	0,23
2001	0,07	0,26	-0,20	0,22	-0,47	-0,10	0,22	0,20
2002	0,08	0,27	-0,21	0,23	-0,47	-0,05	0,17	0,19
2003	0,04	0,18	-0,26	0,24	-0,55	-0,03	0,19	0,15
2004	0,07	0,19	-0,19	0,24	-0,38	0,02	0,23	0,16
2005	0,02	0,13	-0,25	0,23	-0,53	0,03	0,24	0,11
Taxa de crescimento migratório (%)								
2000	0,46	0,26	0,69	0,43	0,58	2,05	-0,44	-0,51
2001	0,63	0,39	0,82	0,72	0,57	2,05	0,01	0,03
2002	0,68	0,40	0,85	0,79	0,66	1,93	0,33	0,20
2003	0,61	0,35	0,77	0,70	0,49	1,78	0,34	0,57
2004	0,45	0,22	0,61	0,51	0,39	1,47	0,26	0,37
2005	0,36	0,16	0,51	0,41	0,33	1,25	0,22	0,27

Taxa de crescimento efectivo (%), Portugal, 2000-2005



Taxas de crescimento natural e migratório (%), Portugal e NUTS II, 2005



Estrutura etária

Um dos aspectos mais importantes na análise de uma população é a sua composição etária. Alterações no equilíbrio entre os três principais grupos de população – população jovem, população em idade activa e população idosa - têm implicações sociais e económicas.

Em 2005, a proporção de jovens manteve-se idêntica à do ano anterior (15,6%) mas ligeiramente inferior à do ano de 2000 (16,0%). Contrariamente, assistiu-se ao aumento da proporção da população idosa (65 e mais anos de idade) na população total, passando a importância relativa de 16,4% em 2000 para 17,1% em 2005.

O envelhecimento populacional é mais notório nas mulheres, cuja proporção se elevou a 19,3% (18,4% em 2000), face a 14,8% nos homens (14,2 % em 2000).

A população em idade activa (15-64 anos) continua a registar duas tendências distintas: o grupo de adultos jovens (15-24 anos) reduziu a sua proporção na população total de 14,3% em 2000 para 12,2% em 2005, enquanto a população adulta (25-64 anos) segue a tendência da população idosa, passando de 53,4% para 55,1% no mesmo período.

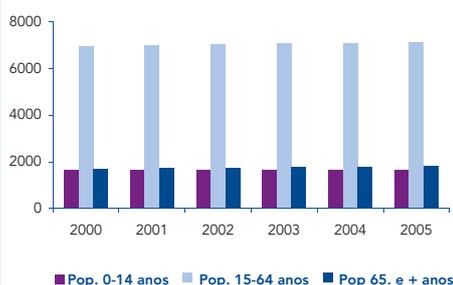
A Região Autónoma dos Açores detinha a maior proporção de jovens (19,6%) e a mais baixa percentagem de idosos (12,4%). Na situação oposta encontra-se o Alentejo, com a menor proporção de jovens (13,4%) e a maior percentagem de pessoas idosas (22,9%).

Figura 2.4

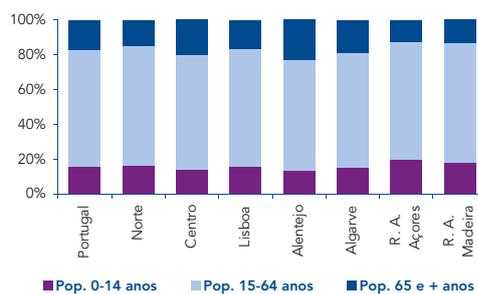
População residente por grandes grupos etários, Portugal e NUTS II, 2000 – 2005

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
População jovem (0-14 anos)								
2000	1 640 675	637 586	348 154	397 741	104 829	56 043	50 789	45 532
2001	1 640 160	633 574	346 675	404 127	103 843	56 635	49 907	45 369
2002	1 645 753	630 886	346 625	412 490	103 567	57 815	49 241	45 109
2003	1 648 996	626 543	345 679	420 252	103 169	59 429	48 814	45 110
2004	1 647 437	620 530	344 036	426 299	103 080	60 499	48 225	44 768
2005	1 644 231	612 961	341 704	432 767	102 688	62 008	47 581	44 522
População em idade activa (15-64 anos)								
2000	6 938 696	2 496 670	1 524 853	1 852 964	489 848	256 020	155 521	162 870
2001	6 980 609	2 513 303	1 534 309	1 862 091	489 718	261 554	156 991	162 673
2002	7 026 170	2 529 739	1 544 451	1 872 283	490 516	266 405	158 997	163 800
2003	7 064 293	2 545 522	1 551 619	1 880 330	489 882	270 229	161 014	165 697
2004	7 091 279	2 556 831	1 557 105	1 884 325	488 926	273 911	162 892	167 289
2005	7 115 261	2 567 646	1 561 927	1 888 219	487 913	276 601	164 518	168 437
População idosa (65 e mais anos)								
2000	1 677 287	509 539	452 179	411 047	171 061	71 336	30 716	31 383
2001	1 708 571	520 651	458 648	420 674	172 972	72 744	30 676	32 298
2002	1 735 542	531 293	463 554	429 884	173 915	74 144	30 524	32 345
2003	1 761 396	539 732	469 393	439 655	174 498	75 722	30 196	32 200
2004	1 790 539	549 949	475 468	450 073	175 673	77 058	30 089	32 229
2005	1 810 100	557 184	478 817	458 111	175 370	78 238	30 142	32 238

População residente por grandes grupos etários (Milhares), Portugal, 2000-2005



População residente por grandes grupos etários (%), Portugal e NUTS II, 2005



As Regiões do Norte, de Lisboa e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira são aquelas em que a importância relativa da população em idade activa na população total supera a média do país (67,3%). É no Alentejo (63,7%) que se situa o valor mais baixo, seguido do Centro com 65,6%.

As mudanças de estrutura etária ocorreram em todas as regiões, embora com ritmos diferenciados, e estão bem expressas nos indicadores usualmente calculados para medir o grau de juventude ou envelhecimento e dependência das populações.

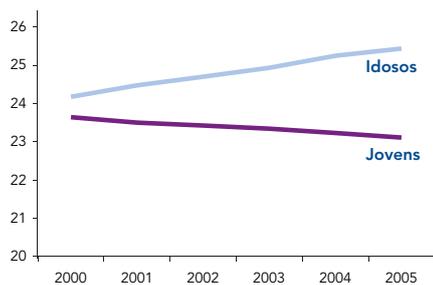
Os índices de dependência e envelhecimento permitem confirmar o envelhecimento demográfico da população no período em análise.

O índice de dependência total, ou seja, o número de jovens (indivíduos dos 0-14 anos) e de idosos (com 65 e mais anos) em cada 100 indivíduos em idade activa (15-64 anos), praticamente estabilizou em cerca de 48 desde 2000, embora sempre registando uma ligeira tendência de aumento. Este valor é o resultado de duas evoluções opostas. O índice de dependência de jovens baixou ligeiramente de 23,2 para 23,1, o quociente de idosos na população potencialmente activa aumentou de 25,2 para 25,4 indivíduos, entre 2004 e 2005.

Figura 2.5
Índices de Dependência, Portugal e NUTS II, 2000-2005

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Índice de Dependência Total								
2000	47,8	45,9	52,5	43,6	56,3	49,8	52,4	47,2
2001	48,0	45,9	52,5	44,3	56,5	49,5	51,3	47,7
2002	48,1	45,9	52,5	45,0	56,6	49,5	50,2	47,3
2003	48,3	45,8	52,5	45,7	56,7	50,0	49,1	46,7
2004	48,5	45,8	52,6	46,5	57,0	50,2	48,1	46,0
2005	48,6	45,6	52,5	47,2	57,0	50,7	47,2	45,6
Índice de Dependência de Jovens								
2000	23,6	25,5	22,8	21,5	21,4	21,9	32,7	28,0
2001	23,5	25,2	22,6	21,7	21,2	21,7	31,8	27,9
2002	23,4	24,9	22,4	22,0	21,1	21,7	31,0	27,5
2003	23,3	24,6	22,3	22,3	21,1	22,0	30,3	27,2
2004	23,2	24,3	22,1	22,6	21,1	22,1	29,6	26,8
2005	23,1	23,9	21,9	22,9	21,1	22,4	28,9	26,4
Índice de Dependência de Idosos								
2000	24,2	20,4	29,7	22,2	34,9	27,9	19,8	19,3
2001	24,5	20,7	29,9	22,6	35,3	27,8	19,5	19,9
2002	24,7	21,0	30,0	23,0	35,5	27,8	19,2	19,7
2003	24,9	21,2	30,3	23,4	35,6	28,0	18,8	19,4
2004	25,2	21,5	30,5	23,9	35,9	28,1	18,5	19,3
2005	25,4	21,7	30,7	24,3	35,9	28,3	18,3	19,1

Índices de Dependência de Jovens e Idosos, Portugal, 2000-2005



Índices de Dependência de Jovens e Idosos, Portugal e NUTS II, 2005

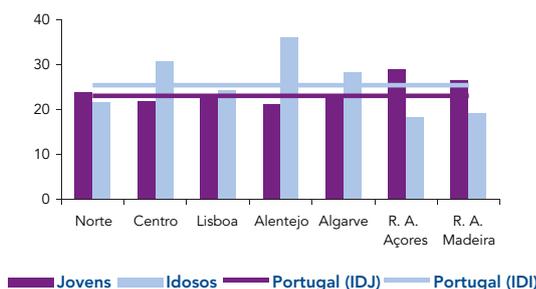
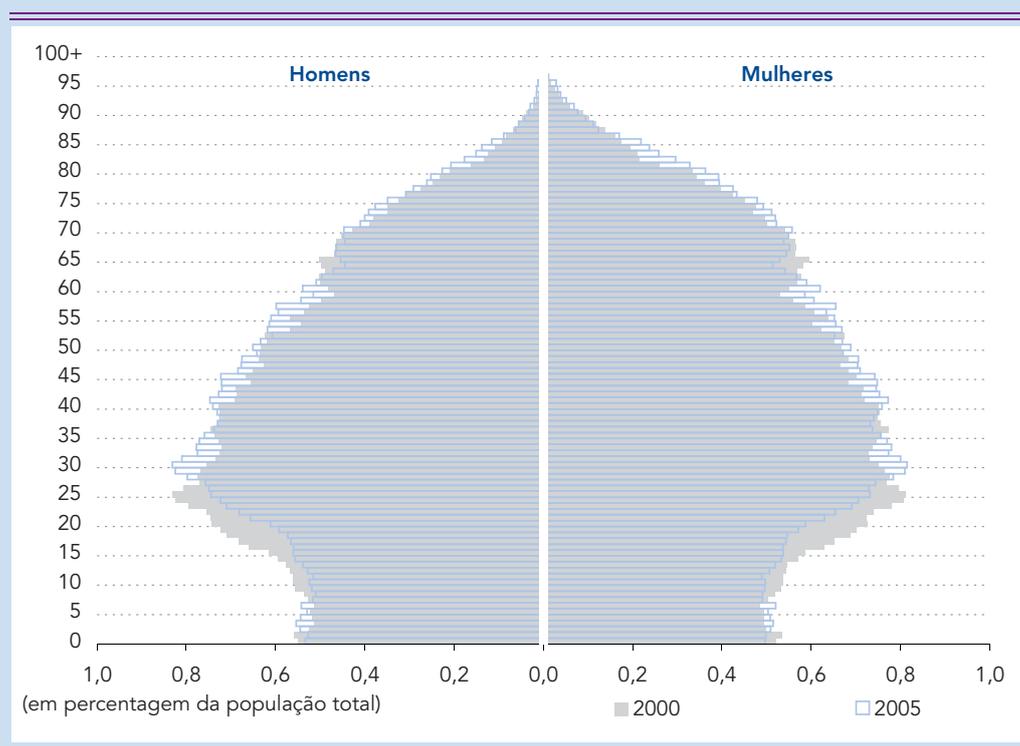


Figura 2.6
Pirâmide etária, Portugal, 2000 e 2005

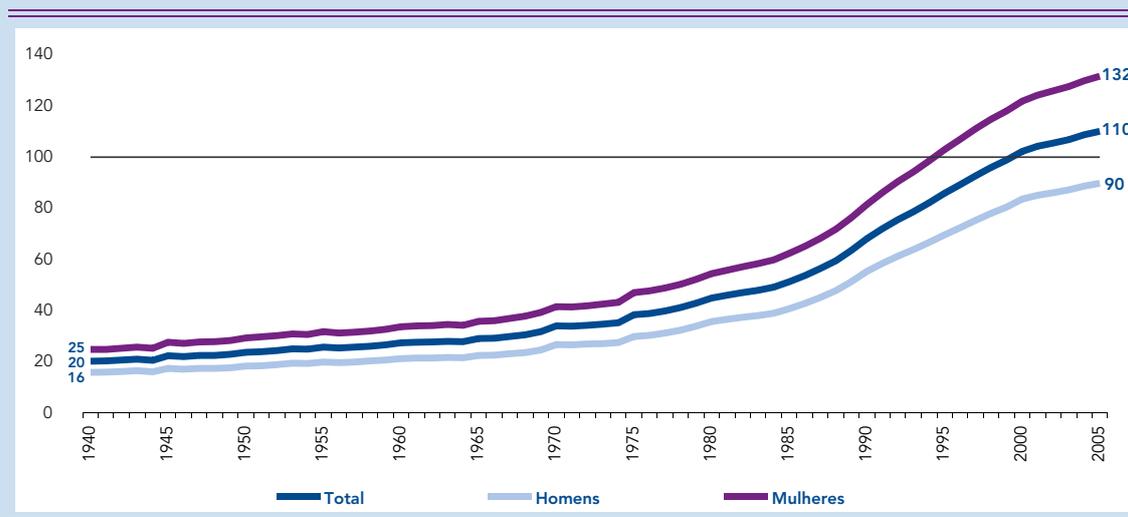


Nas regiões do Alentejo, Centro, Algarve e Lisboa, observaram-se índices de dependência de jovens inferiores à média nacional. No índice de dependência de idosos as regiões que assumem valores abaixo da média do país são as Regiões Autónomas, o Norte e Lisboa.

O processo de envelhecimento demográfico, quer na base da pirâmide etária, realçado pelo estreitamento que traduz a redução dos efectivos populacionais jovens, como resultado da baixa de natalidade, quer no topo da pirâmide, pelo alargamento que corresponde ao acréscimo das pessoas idosas, devido ao aumento da esperança de vida, está evidenciado no perfil que as pirâmides etárias assumem em 2000 e 2005.

Entre 2000 e 2005, a alteração da estrutura etária reflecte sobretudo o envelhecimento da população, não evidenciando influências significativas devidas a migrações. O acréscimo de nascimentos verificado em meados dos anos setenta, a que pode associar-se o retorno de população portuguesa das ex-colónias, bem como a posterior diminuição da natalidade, são também perceptíveis nos valores relativos observados nas idades correspondentes.

Figura 2.7
Índice de Envelhecimento por sexo, Portugal, 1940 - 2005

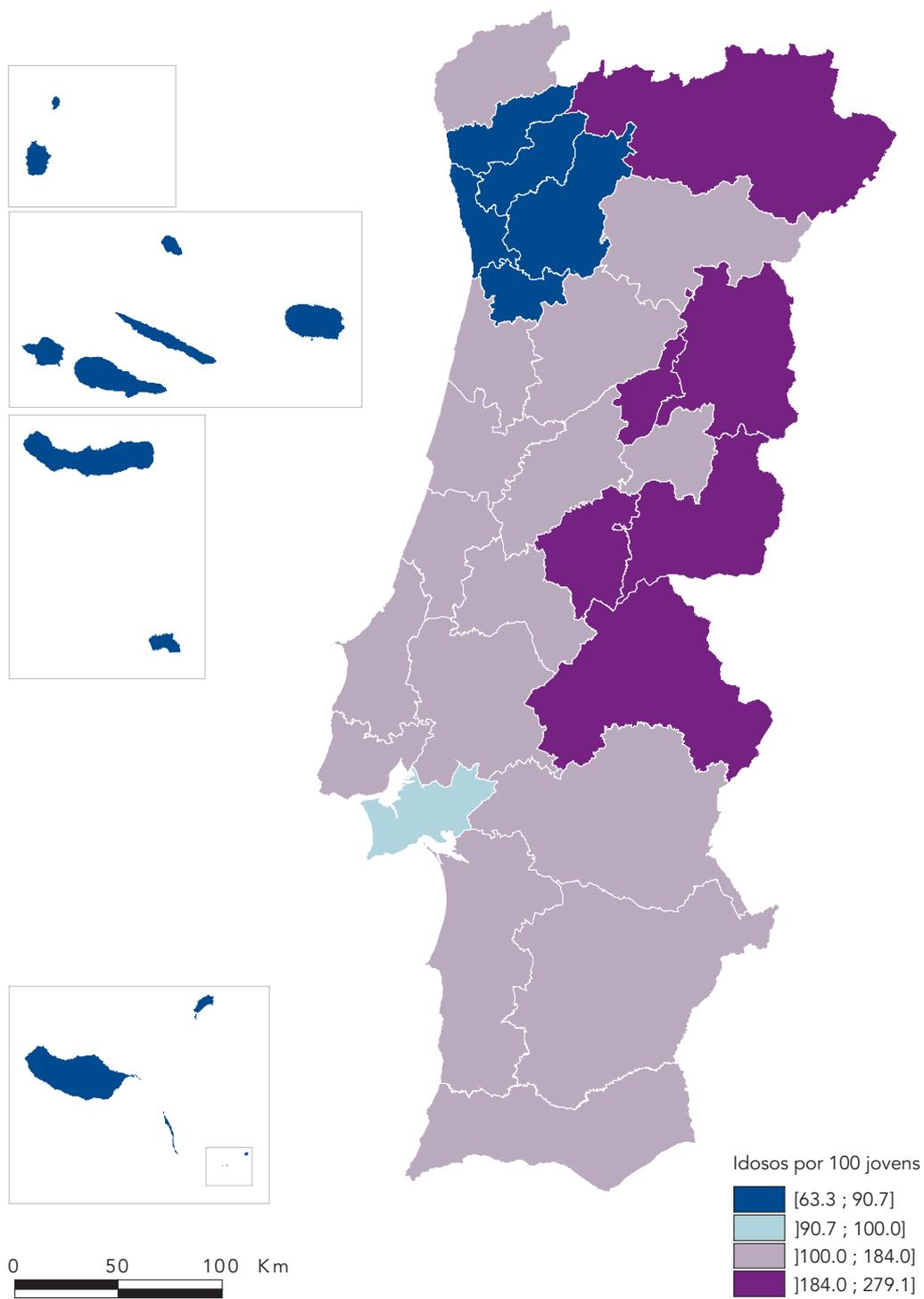


O índice de envelhecimento é revelador da evolução demográfica recente. Este indicador passou de 20 indivíduos idosos por cada 100 jovens, em 1940, para 110 em 2005, ultrapassando o índice 100 em 2000, ano em que pela primeira vez o número de idosos é superior ao de jovens.

O fenómeno do envelhecimento é mais forte entre as mulheres, reflectindo a sua maior longevidade. Desde 1995 que o número de mulheres idosas é superior ao número de mulheres jovens, mantendo-se, em 2005, com valores bastante superiores aos dos homens: 132 versus 90.

É nas regiões do Alentejo, Centro e Algarve que o índice de envelhecimento é superior ao de Portugal. Em oposição, as Regiões Autónomas, o Norte e Lisboa assumem valores inferiores. As NUTS III que apresentaram o índice de envelhecimento mais elevado em 2005 foram o Pinhal Interior Sul, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul e Alto Alentejo. Tâmega, Cávado e Ave eram as que detinham os índices mais baixos.

Figura 2.8
Índice de Envelhecimento, NUTS III, 2005

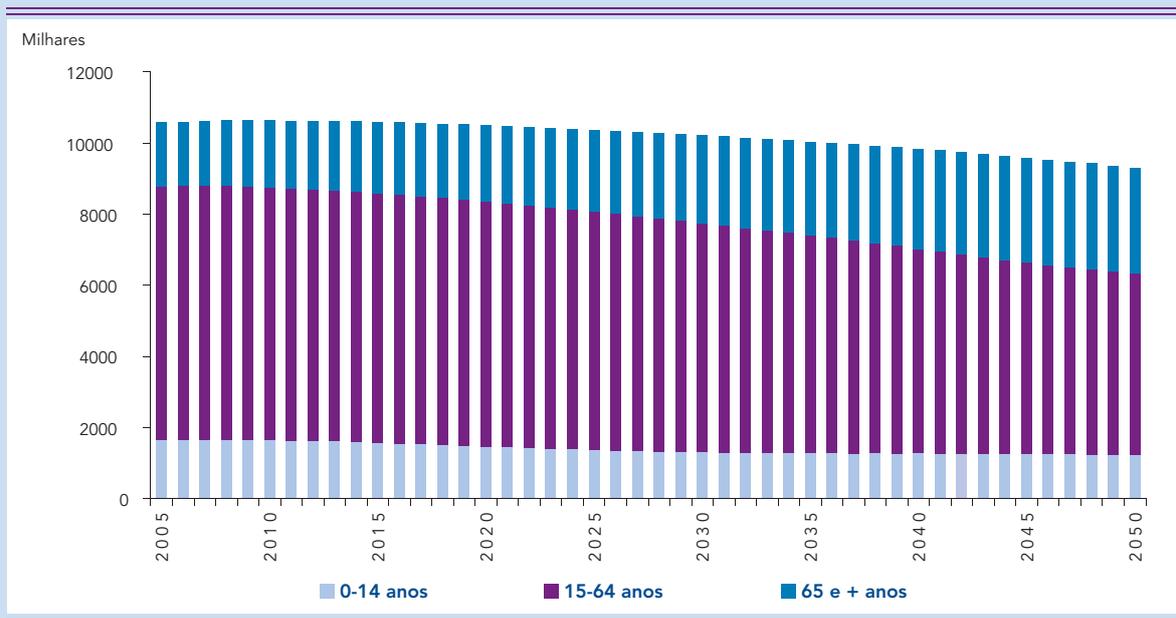


Evolução da população até 2050

De acordo com os resultados das últimas projecções de população residente⁵, Portugal poderá esperar um crescimento dos efectivos populacionais até 2010, para cerca de 10 626 milhares, invertendo-se a tendência de crescimento a partir desse ano e decrescendo até aos 9 302 milhares de indivíduos em 2050.

percentagem de idosos que continuará a aumentar até 32%, valor que quase duplica os 17,1% observados em 2005. A conjugação de ambas as tendências explica o aumento do índice de envelhecimento, que poderá atingir, neste cenário, os 243 idosos por cada 100 jovens, valor em muito superior aos 110 observados em 2005.

Figura 2.9
População residente por grandes grupos etários Portugal, 2005-2050



É sobretudo a faixa etária da população em idade activa (dos 15 aos 64 anos de idade) que mais contribui para este decréscimo, uma vez que o volume da população dos 0 aos 14 anos apresenta uma tendência de decréscimo menos acentuada e o da população idosa, com 65 e mais anos de idade, pelo contrário, apresenta uma tendência de acréscimo.

Mantendo a tendência observada nas últimas décadas, a população continuará a envelhecer. A proporção de jovens dos 0 aos 14 anos de idade poderá vir a decrescer até cerca de 13% do total de efectivos, face aos 15,6% em 2005, em oposição ao que se poderá verificar relativamente à

Relativamente à população em idade activa (entre os 15 e os 64 anos de idade), a sua proporção poderá vir a decrescer para aproximadamente 55%, em 2050, comparativamente com 67,3% observado em 2005.

O aumento da proporção da população idosa conjuntamente com o decréscimo da população em idade activa origina um agravamento do índice de dependência de idosos. Assim, se em 2005 estimou-se que por cada 100 indivíduos em idade activa residiam em Portugal cerca de 25 idosos, com 65 e mais anos de idade, em 2025 o valor poderá ascender a 34 e em 2050 a 58 idosos por cada 100 indivíduos em idade activa.

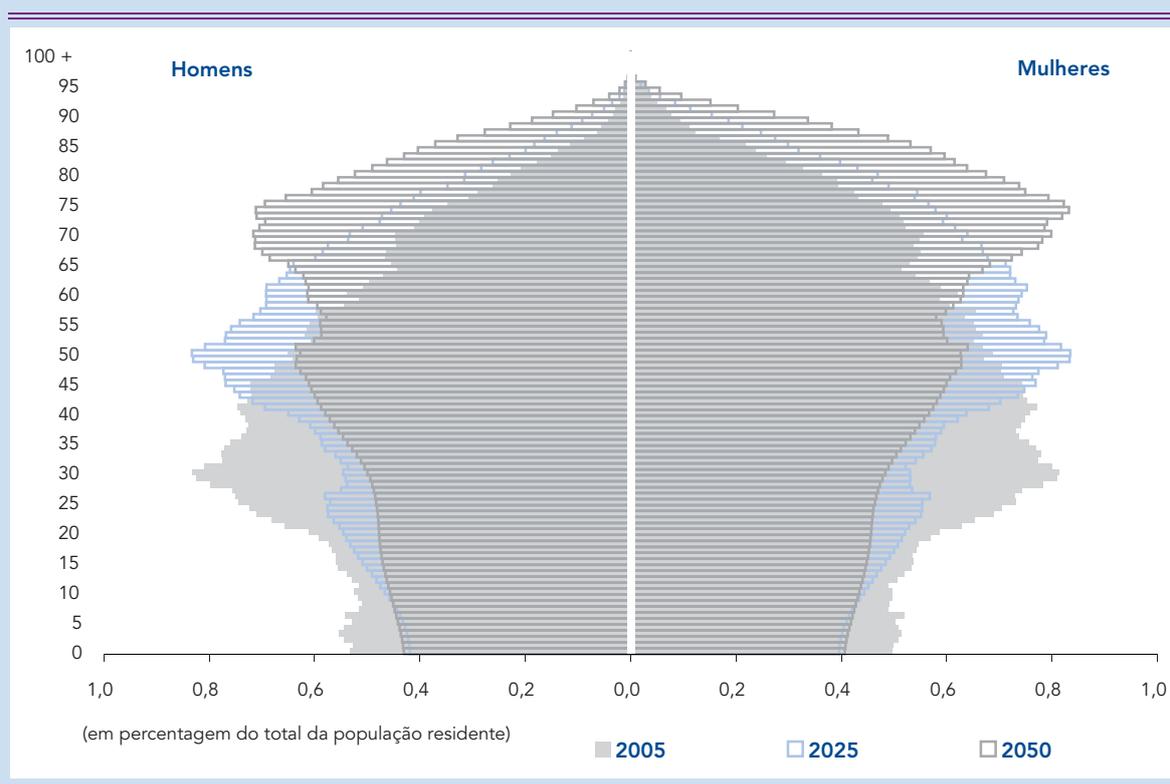
⁵ Resultados do cenário base, o mais plausível face à informação demográfica disponível à data de execução das projecções (2003). Informação mais pormenorizada sobre este assunto pode ser acedida através do site do INE em www.ine.pt. As projecções de população residente serão revistas em 2007.

Contribuindo para a tendência de envelhecimento encontram-se os níveis de fecundidade abaixo do limiar de substituição de gerações, um contínuo aumento da esperança média de vida à nascença, e um saldo migratório positivo mas moderado, adoptados no cálculo destas projecções.

O efeito conjugado de níveis de fecundidade reduzidos, do contínuo aumento da esperança de vida e de saldos migratórios moderados, ao longo do período em projecção, reflecte-se no envelhecimento da população, perceptível no contínuo aumento do volume populacional nas idades mais elevadas, que se acentua entre 2025 e 2050, por oposição ao estreitamento na base da pirâmide que reporta o volume populacional da população mais jovem.

Por outro lado, a maior longevidade das mulheres evidencia-se na diferença existente entre o volume da população feminina e masculina com 65 e mais anos de idade: em 2005, do total da população residente em Portugal, 10,0% eram mulheres e 7,2% eram homens, proporções que aumentam para 12,6% e 9,5%, respectivamente, em 2025, e para 17,6% e 14,2%, respectivamente, em 2050. Entre a população idosa, a percentagem de população mais idosa, com 85 e mais anos de idade, também continuará a aumentar, destacando-se uma vez mais a maior longevidade das mulheres. Assim, em 2005, do total da população residente em Portugal 1,0% eram mulheres e 0,5% eram homens, valores que podem vir a ascender a 1,7% e 0,9%, respectivamente, em 2025, atingindo os 3,0% e os 1,8%, respectivamente, em 2050.

Figura 2.10
Pirâmide etária, 2005-2025-2050



capítulo

Natalidade

3

Capítulo 3 – Natalidade

Evolução desde 1900

Figura 3.1 Nados vivos, Portugal, 1900-2005

Figura 3.2 Taxa bruta de natalidade (por mil habitantes), Portugal, 1900-2005

Análise regional

Figura 3.3 Taxa bruta de natalidade, NUTS III, 2005

Figura 3.4 Nados vivos e taxas brutas de natalidade, Portugal e NUTS II, 2000-2005

Indicadores de Fecundidade

Figura 3.5 Índice Sintético de Fecundidade, Portugal, 1960-2005

Figura 3.6 Índice sintético de fecundidade, Portugal e NUTS II, 2000-2005

Figura 3.7 Taxas de fecundidade específicas por grupo etário, Portugal, 2000-2005

Ordem de nascimento

Figura 3.8 Nados vivos segundo a ordem de nascimento, Portugal, 1980-2005

Idades médias ao nascimento do primeiro e de um filho

Figura 3.9 Idades médias da mulher ao nascimento do primeiro e de um filho, Portugal, 1960-2005

Figura 3.10 Idades médias ao nascimento do primeiro e de um filho, Portugal e NUTS II, 2000-2005

Nados vivos por meses de nascimento

Figura 3.11 Nados vivos por meses de nascimento, Portugal, 2005

Nados vivos segundo a filiação

Figura 3.12 Nados vivos segundo a filiação, Portugal e NUTS II, 2000-2005

Nados vivos de partos gemelares

Figura 3.13 Nados vivos de partos gemelares, por grupo etário das mães, Portugal, 2000-2005

Nados vivos prematuros e de baixo peso

Figura 3.14 Nados vivos de baixo peso e prematuros, Portugal, 2000-2005

NATALIDADE

Em 2005, registaram-se em Portugal 109 399 nados vivos, filhos de mães residentes em Portugal, número ligeiramente superior ao observado em 2004 (109 298). Destes, 56 612 eram do sexo masculino e 52 787 do sexo feminino, o que se traduz na relação de masculinidade à nascença de cerca de 107, ou seja, por cada 100 crianças do sexo feminino nasceram cerca de 107 do sexo masculino.

Evolução desde 1900

Nas duas primeiras décadas do século XX, excluindo os valores observados em 1911 e 1912, o número de nados vivos oscilou entre 165,2 milhares em 1900 e os 195,2 milhares em 1915. Com a introdução em Portugal da obrigatoriedade do registo civil em 1911, deve considerar-se a possibilidade do "pico" observado nesse ano, e ainda em 1912, estar inflacionado pela ocorrência de duplos registos.

Ao declínio dos valores observado nos anos de 1916 a 1919 poderá associar-se a influência da Primeira Guerra Mundial. De 1921 e até meados da década de sessenta, os valores rondaram os 200 milhares, com excepção dos anos coincidentes com os da Segunda Guerra Mundial, fenómeno que poderá ter tido influência nos valores inferiores que se registaram neste período. Desde o início da década de sessenta e até meados da década de noventa, o número de nados vivos apresentou uma tendência geral de decréscimo, contrariada apenas nos anos de 1975 a 1977, facto provavelmente aliado ao retorno de população das ex-colónias. No período de 1960 a 1995, o valor mais elevado registou-se em 1962 (220,2 milhares de nados vivos) e o valor mais reduzido em 1995 (107,1 milhares de nados vivos). A partir de 1995 iniciou-se uma recuperação até ao ano de 2000 (120,0 milhares de nados vivos), voltando então o valor a decrescer.

A taxa bruta de natalidade, ao relacionar o número de nados vivos com a população média do ano de observação, permite de forma simples avaliar o comportamento da natalidade, tendo por referência o volume populacional. Neste contexto, é possível observar a tendência de descida contínua da natalidade, desde o início do século XX.

Figura 3.1
Nados vivos, Portugal, 1900-2005

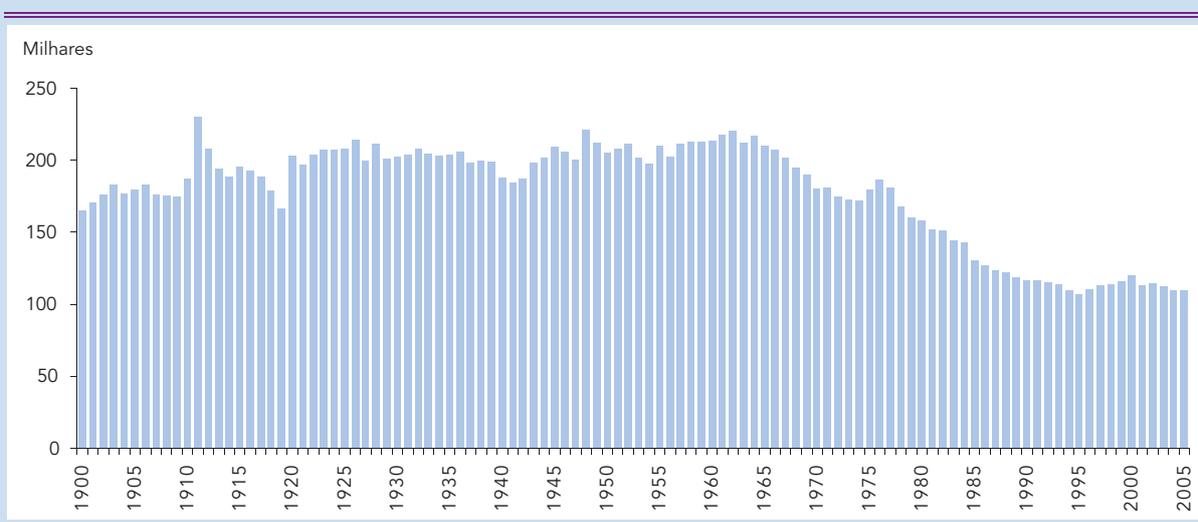
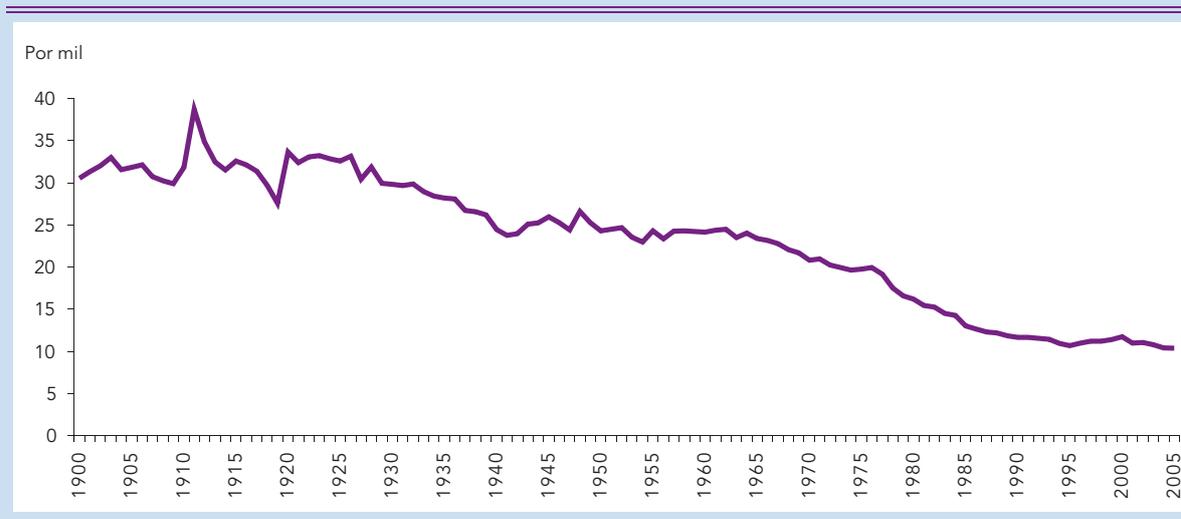


Figura 3.2

Taxa bruta de natalidade (por mil habitantes), Portugal, 1900-2005



Nos primeiros trinta anos deste período os valores da taxa bruta de natalidade oscilaram em valores próximos dos 30 nados vivos por cada mil habitantes⁶. A tendência de declínio observou-se a partir de então, atingindo esta taxa valores que rondavam os 20 nados vivos por mil habitantes no início da década de 70, e acentuou-se no final do século, apesar de uma ligeira recuperação no período de 1995 a 2000. Entre 2000 e 2005 os valores da taxa de natalidade rondaram os 11 nados vivos por mil habitantes, registando-se em 2005 uma taxa de 10,4 nados vivos por mil habitantes.

Análise regional

A nível regional, a taxa bruta de natalidade apresentou entre 2000 e 2005 uma tendência generalizada de decréscimo, com exceção da região do Algarve, onde se verificou um aumento de 11,4% para 12,0%. Os valores mais elevados observaram-se nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, que conjuntamente com Lisboa apresentaram valores acima da média nacional ao longo deste período (12,5%, 12,1% e 11,7%, respectivamente, em 2005). O acréscimo registado na região do Algarve ocasionou a sua alteração no ranking: partindo de um valor abaixo do observado para Portugal em 2000, ultrapassou-o em 2002, mantendo-se superior até 2005, situação oposta à que se verificou na região Norte. Ainda neste período, os valores mais reduzidos foram sempre observados no Alentejo (9,0% em 2005).

Em 2005, as regiões autónomas dos Açores e da Madeira e o Algarve mantêm-se como as NUTS III com os valores mais elevados da taxa de natalidade; o Pinhal Interior Sul (6,3%), a Serra da Estrela e Alto Trás-os-Montes (6,9%) apresentaram os valores mais baixos.

⁶ Em 1911 e 1912 os valores são mais elevados, mas a sua leitura não deve esquecer a influência de prováveis registos duplicados, sobretudo em 1911.

Figura 3.3
Taxa bruta de natalidade, NUTS III, 2005

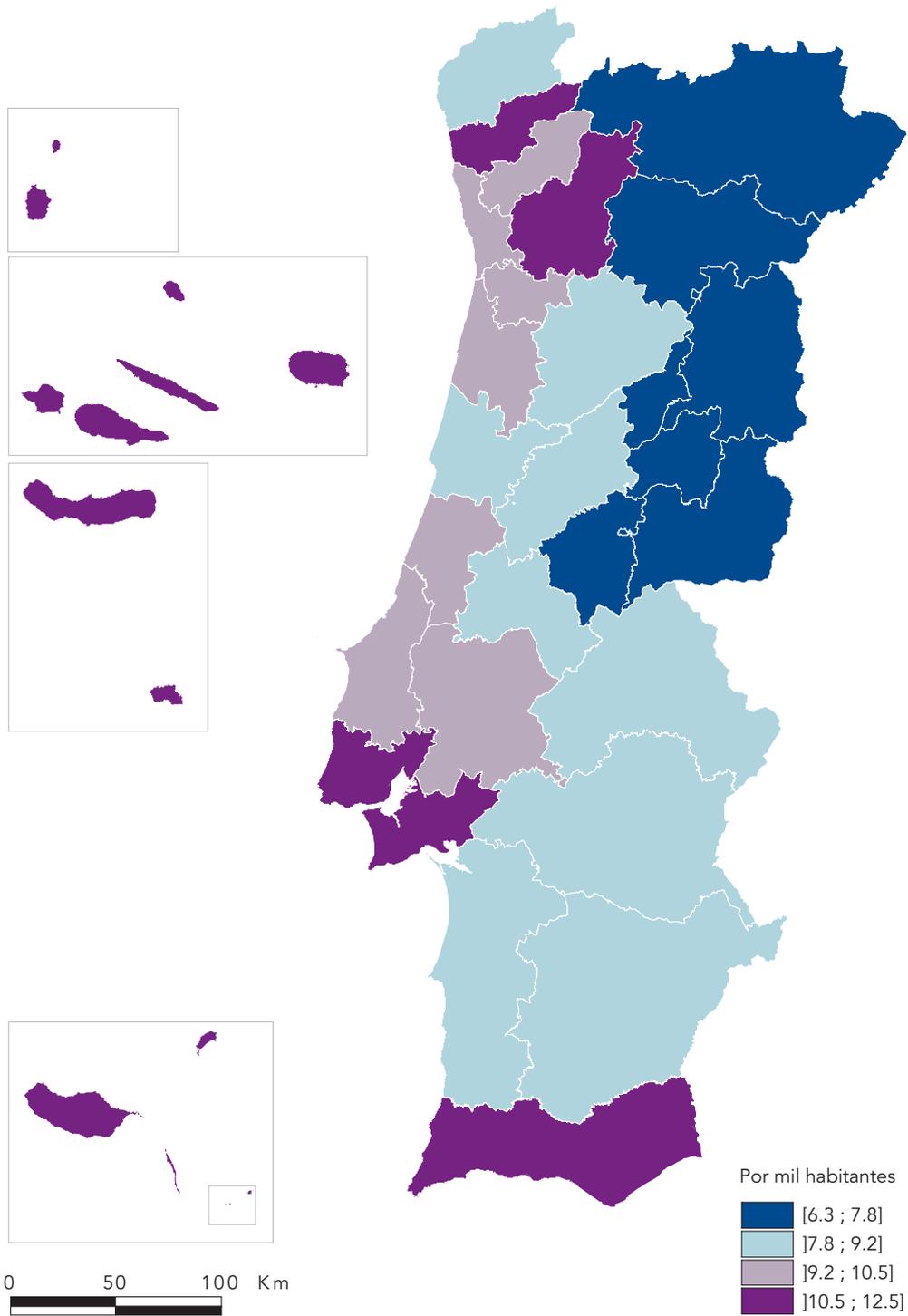
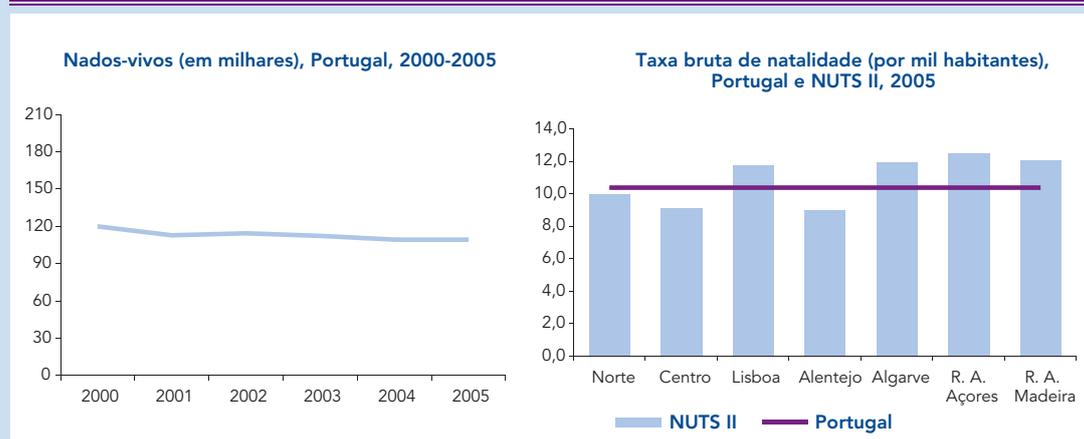


Figura 3.4

Nados vivos e taxas brutas de natalidade, Portugal e NUTS II, 2000-2005

	Portugal ⁷	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Número de nados vivos								
2000	120 008	44 521	23 973	33 160	7 321	4 343	3 462	3 217
2001	112 774	41 471	22 415	31 604	6 825	4 164	3 129	3 160
2002	114 383	41 667	22 765	32 277	6 998	4 485	3 064	3 117
2003	112 515	39 903	22 361	32 383	6 936	4 649	3 100	3 181
2004	109 298	37 999	21 854	31 614	7 070	4 772	3 007	2 978
2005	109 399	37 306	21 710	32 542	6 912	4 950	3 019	2 957
Taxa bruta de natalidade (por mil habitantes)								
2000	11,7	12,3	10,3	12,5	9,6	11,4	14,6	13,4
2001	11,0	11,3	9,6	11,8	8,9	10,8	13,2	13,2
2002	11,0	11,3	9,7	12,0	9,1	11,4	12,9	12,9
2003	10,8	10,8	9,5	11,9	9,0	11,6	12,9	13,1
2004	10,4	10,2	9,2	11,5	9,2	11,7	12,5	12,2
2005	10,4	10,0	9,1	11,7	9,0	12,0	12,5	12,1



⁷ O valor de nados vivos cujas mães residiam em Portugal pode não corresponder à soma das NUTS II devido à existência de registos de residência ignorada.

Indicadores de Fecundidade

A evolução do número de nascimentos pode ser afectada pela dimensão e pela composição da população feminina em idade fértil, revelando-se pertinente a análise do índice sintético de fecundidade, indicador conjuntural que traduz o número médio de crianças nascidas vivas por mulher, em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade).

Ao longo dos últimos anos tem-se mantido uma tendência de decréscimo da fecundidade.

Na década de sessenta do século XX, cada mulher tinha em média cerca de 3 crianças, valor que tem diminuído desde então, verificando-se desde o início da década de oitenta valores inferiores a 2,1 crianças por mulher, considerado como o nível de substituição de gerações. Em meados da década de noventa, este indicador reduziu-se até 1,4 crianças por mulher, assistindo-se posteriormente a uma ligeira recuperação até 2000 (1,6 crianças por mulher), ano a partir do qual volta a diminuir atingindo o valor de 1,4 crianças por mulher a partir de 2003.

Figura 3.5
Índice sintético de fecundidade, Portugal, 1960-2005

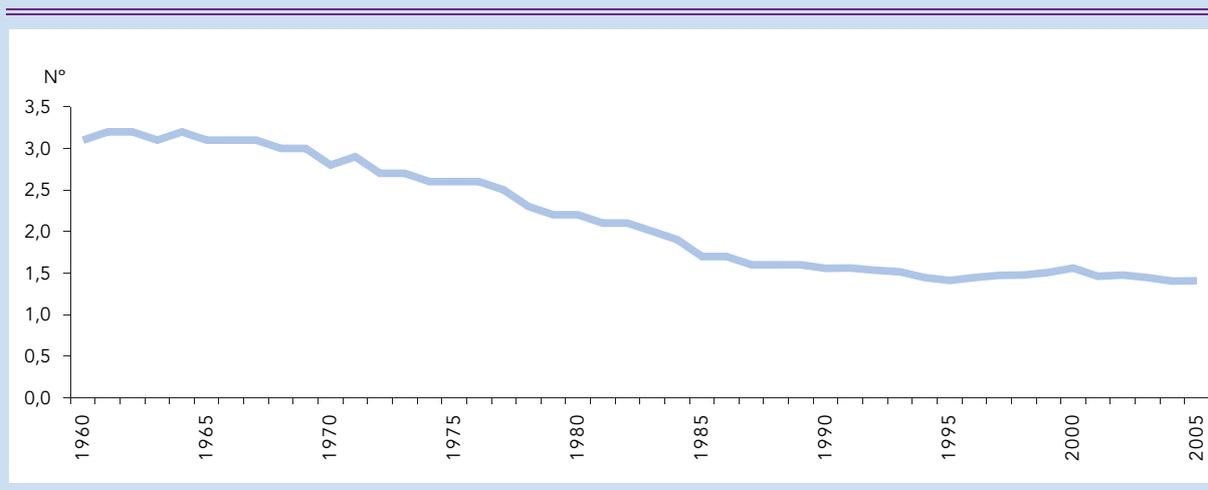


Figura 3.6
Índice sintético de fecundidade, Portugal e NUTS II, 2000-2005

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
	Índice sintético de fecundidade							
2000	1,6	1,5	1,5	1,6	1,5	1,6	1,9	1,6
2001	1,5	1,4	1,4	1,6	1,4	1,5	1,7	1,6
2002	1,5	1,4	1,4	1,6	1,4	1,6	1,6	1,6
2003	1,4	1,4	1,3	1,6	1,4	1,7	1,7	1,6
2004	1,4	1,3	1,3	1,5	1,4	1,7	1,6	1,5
2005	1,4	1,3	1,3	1,6	1,4	1,7	1,6	1,5

Em 2005, à semelhança do que se tem verificado nos últimos anos, pertenceram às regiões autónomas da Madeira e dos Açores, Lisboa e Algarve os valores do índice sintético de fecundidade mais elevados e acima da média nacional.

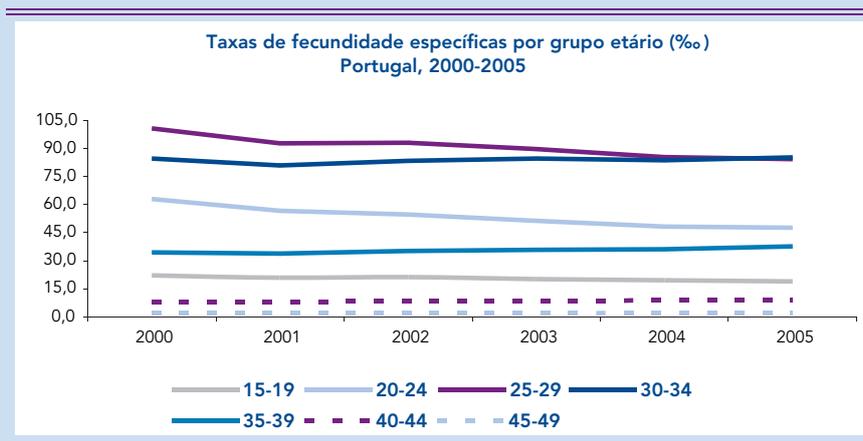
Mantendo a tendência que já se verifica há alguns anos, entre 2000 e 2005 observou-se um decréscimo das taxas de fecundidade nos grupos etários abaixo dos 30 anos, por oposição a um aumento nos grupos etários mais elevados, o que, em simultâneo com a descida da fecundidade, indicia um adiamento da idade à maternidade.

De destacar a deslocação da taxa de fecundidade específica mais elevada do grupo dos 25 aos 29 anos para o grupo etário dos 30-34 anos de idade. Paralelamente, e no mesmo período de 2000 a 2005, verificou-se um aumento das taxas de fecundidade nas mulheres no grupo etário dos 35-39 anos, de **34,3%** para **37,6%**, e no grupo etário dos 40-44 anos, de **6,6%** para **7,4%**.

A taxa de fecundidade nas adolescentes (dos 15 aos 19 anos de idade), apesar de influenciada pelo comportamento geral da fecundidade, revelou uma tendência de decréscimo, mantendo-se contudo em valores acima dos **19%**.

Figura 3.7
Taxas de fecundidade específicas por grupo etário, Portugal, 2000-2005

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Taxas de fecundidade por grupo etário das mulheres (em permilagem)						
15-19	22,0	20,9	21,3	20,1	19,6	19,0
20-24	63,0	56,7	54,6	51,2	48,2	47,6
25-29	100,7	92,7	93,1	89,7	85,3	84,3
30-34	84,5	80,9	83,4	84,6	83,6	85,3
35-39	34,3	33,8	35,1	35,7	36,1	37,6
40-44	6,6	6,6	6,8	7,1	7,3	7,4
45-49	0,5	0,4	0,5	0,4	0,5	0,4

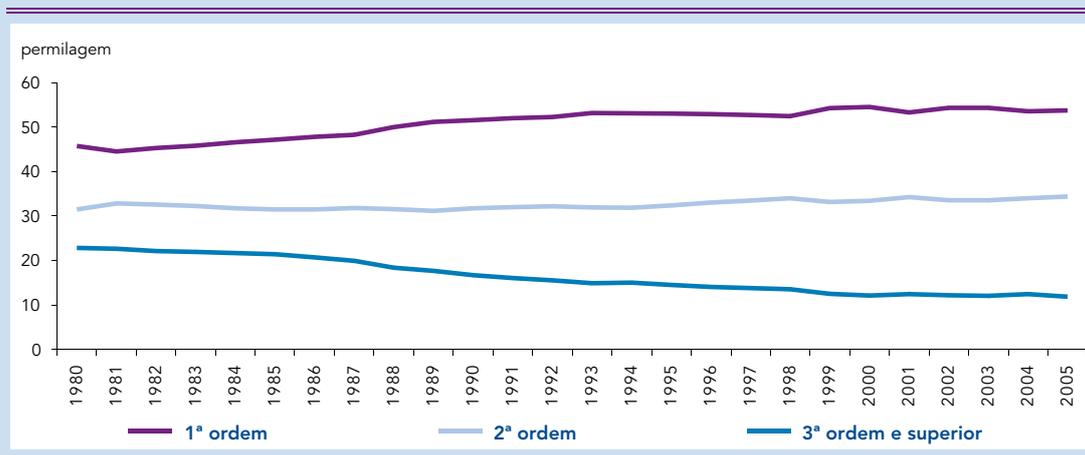


Ordem de nascimento

A distribuição dos nados vivos por ordem de nascimento também apresentou alterações. Desde finais da década de oitenta do século XX, que o número de primeiros filhos passou a ser superior a metade do total de nados vivos, verificando-se simultaneamente uma progressiva redução da proporção de nados vivos de terceira ordem ou superior.

Em 2005, a proporção de primeiros filhos no total de nados vivos de mães residentes em Portugal foi de **53,7%**, situando-se a percentagem de segundos filhos em **34,4%** e a de nados vivos de terceira ordem ou superior em **11,9%**.

Figura 3.8
Nados vivos segundo a ordem de nascimento, Portugal, 1980-2005



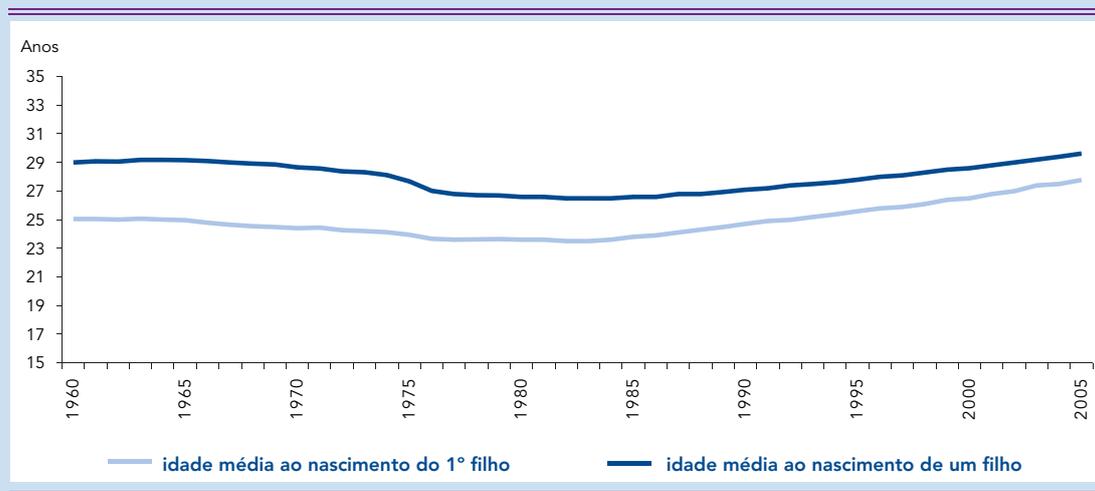
Idades médias ao nascimento do primeiro e de um filho

Simultaneamente, Portugal assistiu ao adiamento da idade das mulheres à maternidade.

Entre 1960 e 2005, verificou-se um aumento da idade média da mulher à maternidade, sendo possível assinalar dois momentos distintos nesta evolução. Na primeira fase, correspondente às décadas de sessenta e setenta, a

Figura 3.9

Idades médias da mulher ao nascimento do primeiro e de um filho, Portugal, 1960-2005



idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho apresentou uma tendência de declínio, observando-se o valor mais reduzido já no início da década de oitenta (23,5 anos em 1982), seguindo-se uma fase de acréscimo, atingindo os 27,8 anos de idade em 2005. A idade média ao nascimento de um filho apresentou comportamento idêntico.

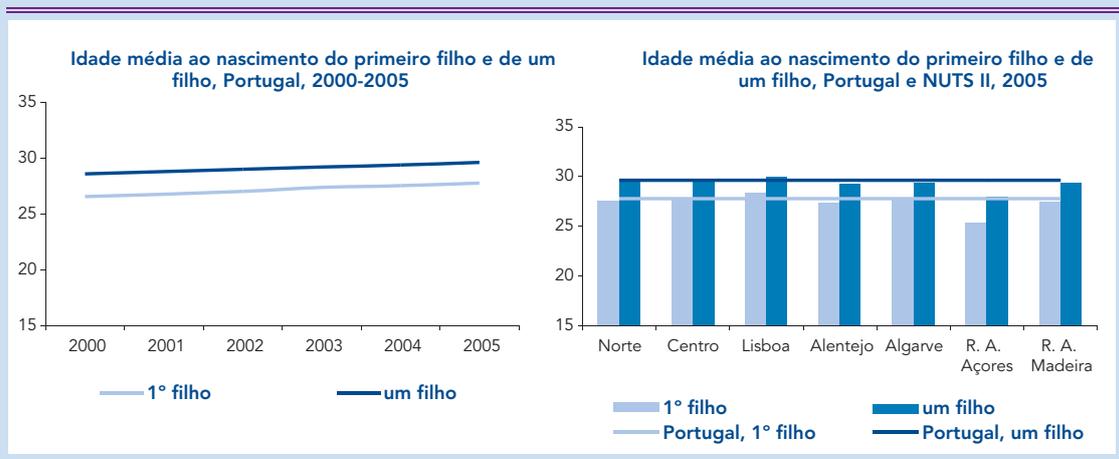
A nível regional, e em 2005, apenas a região de Lisboa apresentava uma idade média ao nascimento do primeiro filho acima do valor nacional. No que se

reporta à idade média ao nascimento de um filho, observaram-se valores acima da média nacional nas regiões Centro e Lisboa.

Figura 3.10

Idades médias ao nascimento do primeiro e de um filho, Portugal e NUTS II, 2000-2005

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho								
2000	26,5	26,3	26,5	27,2	26,2	26,4	24,2	26,6
2001	26,8	26,5	26,7	27,5	26,4	26,7	24,7	26,4
2002	27,0	26,7	27,0	27,8	26,5	27,0	24,8	26,6
2003	27,4	27,1	27,3	28,1	26,9	27,0	24,9	27,1
2004	27,5	27,3	27,6	28,2	27,1	27,2	25,3	27,2
2005	27,8	27,6	27,8	28,4	27,3	27,6	25,4	27,4
Idade média da mulher ao nascimento de um filho								
2000	28,6	28,5	28,6	29,1	28,2	28,5	27,0	28,7
2001	28,8	28,7	28,8	29,2	28,4	28,8	27,5	28,7
2002	29,0	28,9	29,0	29,4	28,6	28,8	27,6	28,8
2003	29,2	29,1	29,2	29,7	28,8	29,0	27,7	29,3
2004	29,4	29,3	29,5	29,9	29,1	29,1	27,9	29,3
2005	29,6	29,5	29,7	30,0	29,2	29,4	27,9	29,3



Nados vivos por meses de nascimento

Em 2005, os meses de Julho a Outubro registaram o maior número de nados vivos, ultrapassando o valor médio mensal (9 117), particularmente em Agosto (9 798) e Setembro (10 018).

Contudo, para uma análise diferencial da natalidade segundo os meses, torna-se mais relevante procurar identificar a atracção e repulsão por determinado mês de concepção, em detrimento do mês de nascimento. Em 2005, foi no mês de Dezembro que se verificou o maior número de concepções, com base na duração média de gestação de 9 meses.

Nados vivos segundo a filiação

O número de nados vivos nascidos fora do casamento tem vindo progressivamente a aumentar. Entre 2000 e 2005, a sua proporção no total de nados vivos aumentou de 22,2% para 30,7%, tendência que se verificou em todas as NUTS II, mantendo-se ao longo deste período as regiões autónomas dos Açores e da Madeira, o Norte e o Centro com percentagens abaixo da observada para Portugal.

Contudo, deverá ter-se presente que a percentagem de nados vivos fora do casamento e sem coabitação dos pais, embora tenha também vindo a aumentar apresentou valores mais moderados.

Em 2000, a sua proporção face ao total de nados vivos era de 5,4%, valor que ascendeu a 6,0% em 2005. Por outro lado, no mesmo período, a tendência de acréscimo não se verificou em todas as regiões, já que Lisboa, Alentejo, Algarve e Região Autónoma da Madeira reduziram o valor da percentagem. É sobretudo a proporção de nados vivos ocorridos fora do casamento mas cujos progenitores viviam em coabitação que tem aumentado (de 16,8% em 2000 para 24,8% em 2005), o que poderá estar relacionado com a adopção de outras formas de conjugalidade para além do casamento legal.

Figura 3.11
Nados vivos por meses de nascimento, Portugal, 2005

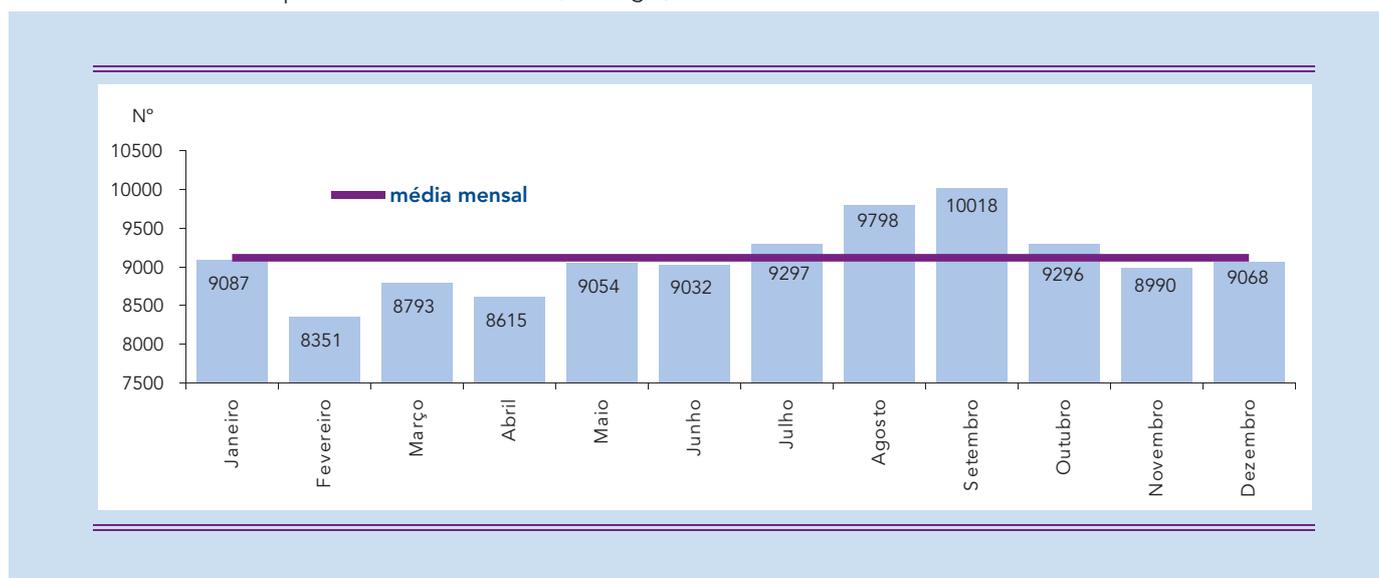
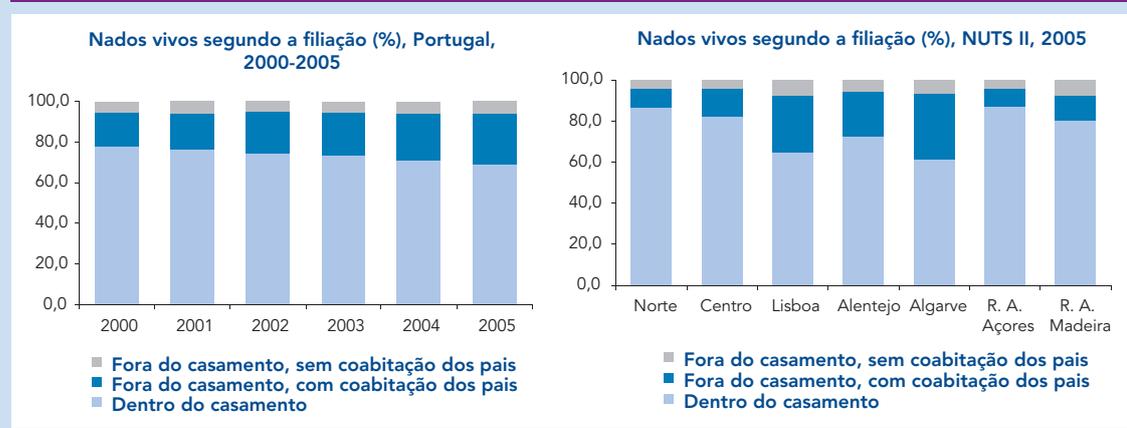


Figura 3.12
Nados vivos segundo a filiação, Portugal e NUTS II, 2000-2005

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Percentagem de nados vivos dentro do casamento								
2000	77,8	86,7	82,4	64,7	72,4	61,4	86,9	80,0
2001	76,2	85,2	81,3	63,1	70,1	58,4	85,9	80,5
2002	74,5	83,8	78,9	62,0	69,0	57,6	83,1	77,3
2003	73,1	82,5	77,7	60,7	66,7	57,8	83,1	76,6
2004	70,9	80,5	75,8	58,6	65,3	54,2	79,6	74,8
2005	69,3	79,0	74,0	57,4	62,6	54,0	78,4	73,6
Percentagem de nados vivos fora do casamento com coabitação dos pais								
2000	16,8	9,3	13,2	27,6	22,0	32,0	8,9	12,5
2001	17,8	10,3	14,4	27,9	24,0	34,6	8,4	12,3
2002	20,4	11,9	17,0	31,1	26,9	37,7	12,4	15,8
2003	21,5	12,9	17,7	32,3	28,8	36,6	12,4	17,5
2004	23,2	14,2	19,5	33,9	30,1	40,2	14,9	18,5
2005	24,8	15,5	21,2	35,0	32,3	39,9	16,5	20,2
Percentagem de nados vivos fora do casamento sem coabitação dos pais								
2000	5,4	4,0	4,4	7,7	5,7	6,6	4,2	7,5
2001	6,0	4,5	4,3	8,9	5,9	7,0	5,7	7,2
2002	5,1	4,4	4,1	6,8	4,1	4,6	4,6	7,0
2003	5,3	4,6	4,6	7,0	4,5	5,6	4,5	5,9
2004	5,8	5,3	4,7	7,5	4,7	5,6	5,5	6,6
2005	6,0	5,5	4,8	7,6	5,1	6,1	5,1	6,2



Nados vivos de partos gemelares

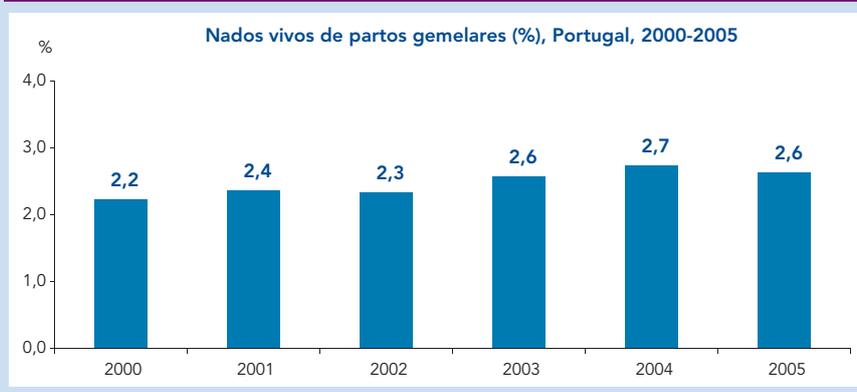
O número de nados vivos resultante de partos gemelares aumentou de 2,2% para 2,6% do total de nados vivos, entre 2000 e 2005, registando-se o valor mais elevado em 2004 (2,7%). Neste período, a proporção de nados vivos gemelares é mais evidente nas mães com idades mais elevadas. Assim, a proporção de nados vivos gemelares

de mães com menos de 30 anos de idade, face ao total de nados vivos de mães no mesmo grupo etário passou de 1,8% em 2000 para 2,0% em 2005 (2,2%, em 2004), enquanto a mesma relação nas mães com idades iguais ou superiores a 30 anos passou de 2,8% em 2000 para 3,3% em 2005 (3,4% em 2004).

Figura 3.13

Nados vivos de partos gemelares, por grupo etário das mães, Portugal, 2000-2005

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Nados vivos, de partos gemelares, por grupo etário das mães						
<=19	63	96	61	44	78	38
20-24	378	362	312	370	298	282
25-29	887	889	855	869	891	786
30-34	931	847	930	1026	1087	1149
35-39	351	428	435	478	520	515
>=40	58	45	74	102	109	102
Percentagem de nados vivos, de partos gemelares, por grupo etário das mães						
<=19	0,8	1,4	0,9	0,7	1,3	0,7
20-24	1,5	1,7	1,5	2,0	1,7	1,7
25-29	2,2	2,4	2,2	2,3	2,5	2,3
30-34	2,9	2,7	2,9	3,1	3,2	3,3
35-39	2,6	3,3	3,2	3,4	3,7	3,5
>=40	2,3	1,7	2,7	3,5	3,6	3,3



Nados vivos prematuros e de baixo peso

Entre 2000 e 2005, verificou-se um ligeiro aumento da percentagem de nados vivos prematuros (com menos de 37 semanas de gestação), tendo aumentado de 5,9% em 2000 para 6,6% em 2005, registando-se o valor mais elevado em 2003 (6,9%).

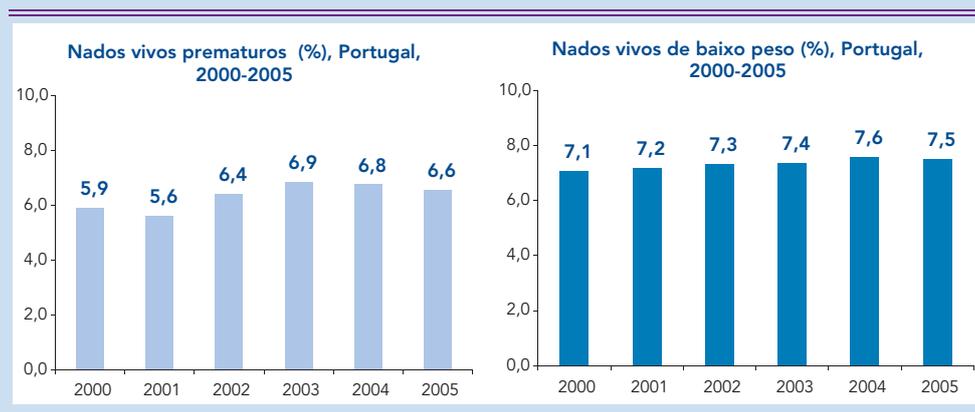
Tendência idêntica verificou-se com os nados vivos de baixo peso (peso inferior a 2 500 gramas), com um ligeiro acréscimo de 7,1% para 7,5% entre 2000 e 2005, encontrando-se o valor mais elevado em 2004 (7,6%).

No período de 2000 a 2005, e de um modo geral, foi nas mães adolescentes (com idade inferior a 20 anos) e de idades mais elevadas (grupos etários acima dos 34 anos) que se registaram maiores incidências de nados vivos prematuros (relativamente ao total de nados vivos de mães no mesmo grupo etário).

Do mesmo modo, observaram-se proporções mais elevadas de nados vivos de baixo peso entre as mães adolescentes e de idades mais elevadas.

Figura 3.14
Nados vivos de baixo peso e prematuros, Portugal, 2000-2005

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Nados vivos prematuros, por grupo etário das mães						
<=19	539	497	494	467	428	387
20-24	1400	1159	1233	1202	1132	1077
25-29	2214	1978	2240	2504	2210	2036
30-34	1883	1679	2082	2253	2299	2316
35-39	833	868	1037	1029	1057	1069
>=40	196	165	242	261	265	282
Nados vivos de baixo peso, por grupo etário das mães						
<=19	647	624	555	508	488	458
20-24	1734	1536	1506	1393	1332	1237
25-29	2749	2533	2589	2659	2479	2395
30-34	2162	2085	2322	2377	2531	2584
35-39	961	1087	1145	1094	1153	1196
>=40	232	232	269	241	307	334
Percentagem de nados vivos prematuros, por grupo etário das mães						
<=19	7,2	7,2	7,3	7,6	7,4	7,0
20-24	5,7	5,3	6,0	6,3	6,5	6,4
25-29	5,5	5,3	5,9	6,8	6,3	6,0
30-34	5,9	5,4	6,4	6,7	6,8	6,6
35-39	6,3	6,6	7,5	7,3	7,5	7,2
>=40	7,6	6,4	8,8	9,0	8,6	9,1
Percentagem de nados vivos de baixo peso, por grupo etário das mães						
<=19	8,6	9,1	8,2	8,3	8,4	8,3
20-24	7,0	7,1	7,3	7,3	7,6	7,4
25-29	6,9	6,7	6,8	7,2	7,1	7,0
30-34	6,8	6,8	7,2	7,1	7,5	7,4
35-39	7,2	8,3	8,3	7,8	8,1	8,1
>=40	9,0	9,0	9,8	8,3	10,0	10,7



capítulo

Mortalidade

4

Capítulo 4 – Mortalidade

Evolução desde 1900

Figura 4.1 Óbitos, Portugal, 1900-2005

Figura 4.2 Taxa bruta de mortalidade, Portugal, 1900-2005

Figura 4.3 Óbitos de menos de 1 ano, Portugal, 1913-2005

Figura 4.4 Taxa de mortalidade infantil, Portugal, 1913-2005

Figura 4.5 Esperança média de vida à nascença por sexo, Portugal, 1970-2005

Mortalidade por regiões

Figura 4.6 Óbitos e taxas brutas de mortalidade, Portugal e NUTS II, 2000-2005

Figura 4.7 Óbitos de menos de 1 ano e taxa de mortalidade infantil, Portugal e NUTS II, 2000-2005

Figura 4.8 Esperança média de vida à nascença, por sexo, Portugal e NUTS II, 2001-2005

Figura 4.9 Esperança média de vida à nascença, NUTS III, 2004/2005

Figura 4.10 Esperança média de vida aos 65 anos, por sexo, Portugal e NUTS II, 2001-2005

Figura 4.11 Esperança de vida da população residente, por grupo etário, segundo o sexo, Portugal e NUTS II, 2004/2005

Mortalidade por idades e sexo

Figura 4.12 Óbitos e taxas de mortalidade por grupos etários, Portugal, 2000-2005

Figura 4.13 Taxa de mortalidade por grupos etários, Portugal, 2000 e 2005

Figura 4.14 Óbitos por grupos etários e sexo, Portugal, 2000 – 2005

Figura 4.15 Rácio das taxas de mortalidade de homens e mulheres, por grupos de idades, Portugal, 2000 e 2005

Mortalidade por causas de morte

Figura 4.16 Óbitos por causa de morte (Lista Sucinta Europeia de Causas de Morte), Portugal, 2000-2005

Figura 4.17 Óbitos por causa de morte (Lista Sucinta Europeia de Causas de Morte) por idades e sexo, Portugal, 2000-2005

Mortalidade por meses

Figura 4.18 Óbitos por meses, Portugal, 2000-2005

Figura 4.19 Índice mensal da mortalidade por grupos etários, Portugal, 2000-2005

MORTALIDADE

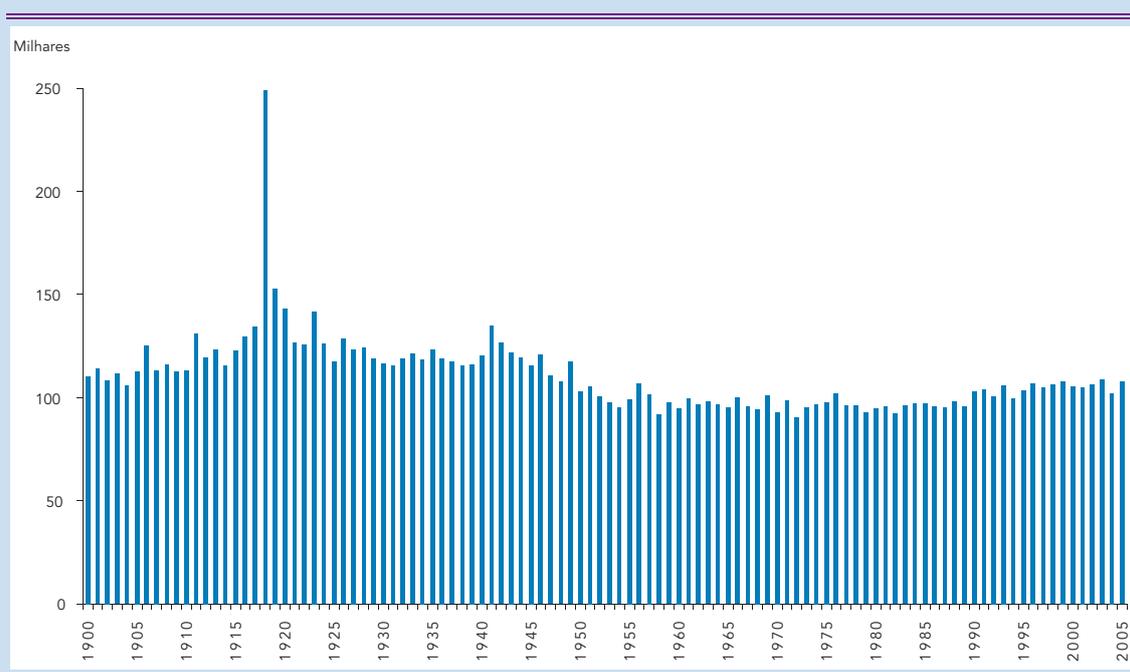
Em 2005, registaram-se 107 462 óbitos de indivíduos residentes em Portugal, mais 5 452 (5,3%) do que em 2004. A maioria dos óbitos ocorreu entre os mais idosos, 62,9% dos quais acima dos 75 anos de idade.

A mortalidade infantil que, neste ano, representou 0,4% dos óbitos, foi de 3,5 óbitos por mil nados vivos, observando-se uma redução face a 2004, ano em que a taxa de mortalidade infantil foi de 3,8%. A esperança média de vida à nascença, em 2005, atingiu os valores de 74,9 anos para os homens e de 81,4 anos para as mulheres, registando-se um ligeiro aumento face a 2004 (74,5 anos e 81,0 anos, respectivamente).

Evolução desde 1900

A evolução do número de óbitos, ao longo do século XX, exceptuando a crise de mortalidade devida à epidemia de gripe pneumónica que atingiu o país em 1918, caracterizou-se por oscilações pouco significativas. Neste período, é de salientar o decréscimo do número de óbitos na década de quarenta até meados dos anos cinquenta e, embora menos evidente, a redução no número de óbitos após 1975, que se prolongou até ao início da década de oitenta. No final dos anos oitenta e durante a década de noventa, verificaram-se ligeiros acréscimos no número de óbitos, registando-se, em 1999, o valor mais elevado dos últimos 50 anos, 107 871 óbitos. Entre 2000 e 2005, observaram-se variações pouco significativas do número de óbitos, mantendo-se o padrão de comportamento do final do século passado.

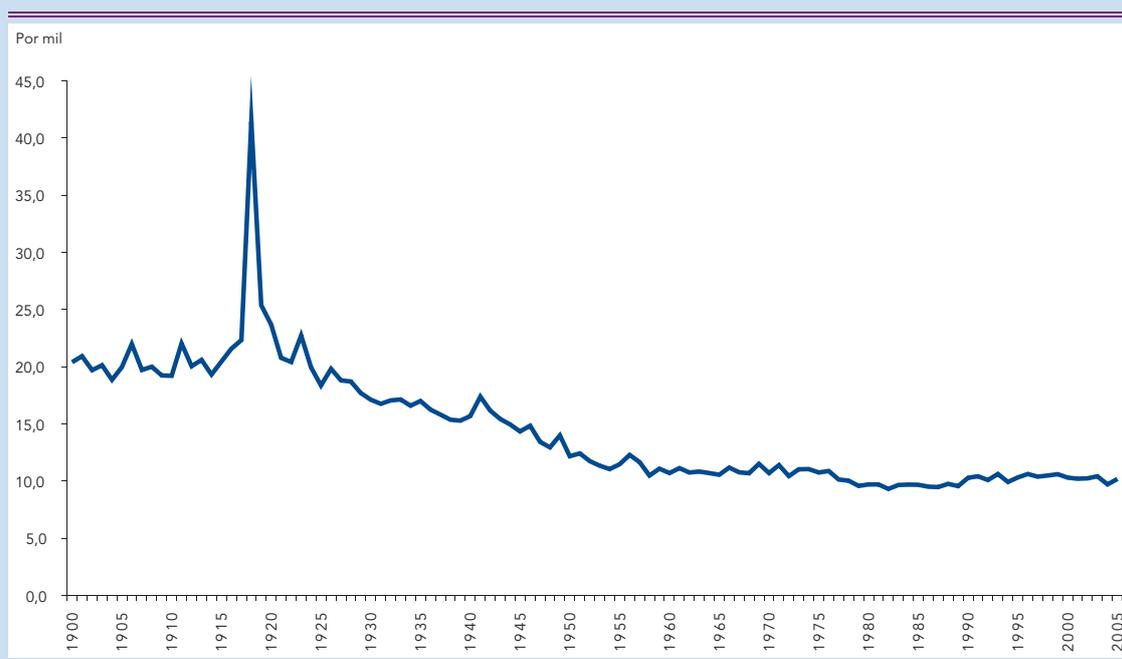
Figura 4.1
Óbitos, Portugal, 1900-2005



A evolução secular do número de óbitos, excepto, como referido, pelos anos em torno da epidemia de gripe, pode caracterizar-se por uma relativa estabilidade. Contudo, este padrão não reflecte as profundas alterações no modelo de mortalidade entre o início e o final do século XX: a redução do nível geral de

O número de óbitos de crianças com menos de 1 ano, ou seja, a mortalidade infantil, excluindo o eferido período da gripe pneumónica, decresceu ignificativamente ao longo de todo o século XX. Em 1913, registaram-se 30 947 óbitos com menos de 1 ano, o que perfazia 25% do total de óbitos. Em 2005, o número de óbitos durante

Figura 4.2
Taxa bruta de mortalidade, Portugal, 1900-2005



mortalidade, a importante redução da mortalidade infantil e o aumento da sobrevivência em idades avançadas. Apesar de não isolar os efeitos da estrutura etária da população, a análise da taxa bruta de mortalidade permite aferir a existência de ganhos sobre a mortalidade.

No início do século XX, esta taxa atingia valores na ordem dos 20 óbitos por mil habitantes. Ao longo do tempo, excepto o período, já mencionado, da crise de mortalidade de 1918, em que a taxa bruta de mortalidade atingiu valores de 41,4%, é visível o declínio desta taxa que, na segunda metade do século, tende a estabilizar em torno dos 10 óbitos por mil habitantes.

o primeiro ano de vida foi de 382, correspondendo a menos de 0,5% do total de óbitos. Neste decréscimo distinguem-se, contudo, algumas etapas. Até ao início da década de quarenta verificaram-se taxas de mortalidade infantil acima de 130‰, existindo uma certa estabilidade na evolução deste indicador. As décadas de cinquenta, sessenta e setenta são caracterizadas por um ritmo de declínio mais acentuado, em que os valores da taxa de mortalidade infantil variaram entre 88,7‰ e 26,0‰. Nas décadas de oitenta e noventa, o ritmo de decréscimo atenuou-se, atingindo o valor de 5 óbitos por mil nados vivos em 1999. No primeiro quinquénio do século XXI continuaram a registar-se progressos sobre a mortalidade no primeiro ano de vida, situando-se nos 3,5‰ em 2005.

Figura 4.3
Óbitos de menos de 1 ano, Portugal, 1913-2005⁸

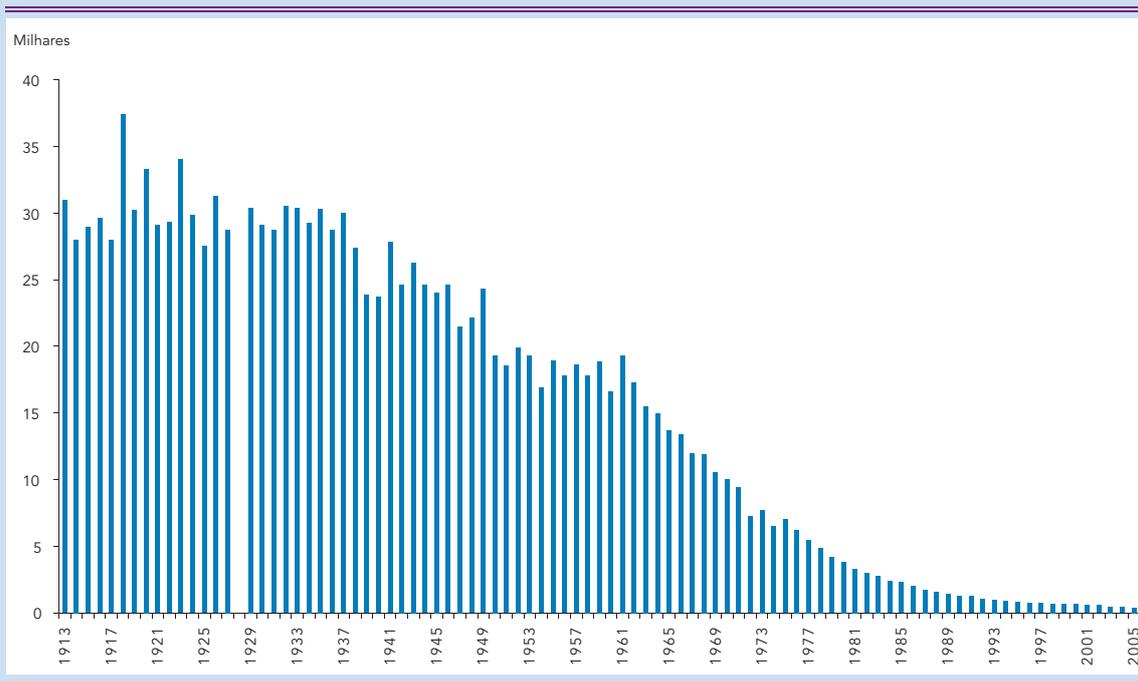
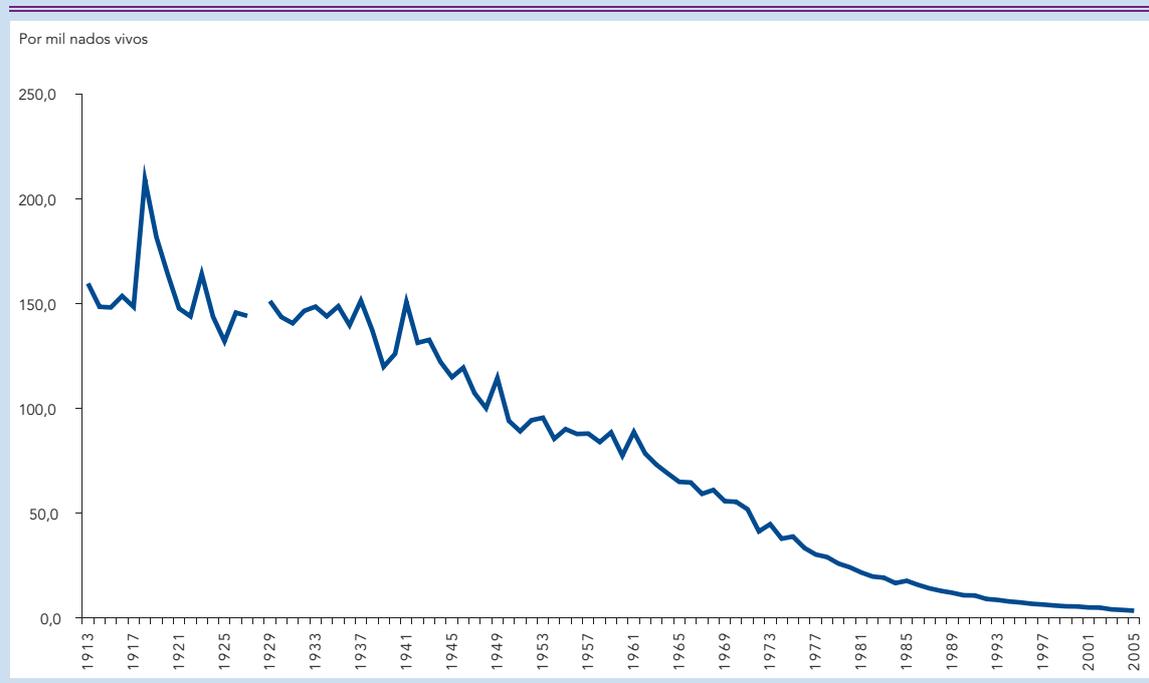


Figura 4.4
Taxa de mortalidade infantil, Portugal, 1913-2005⁸

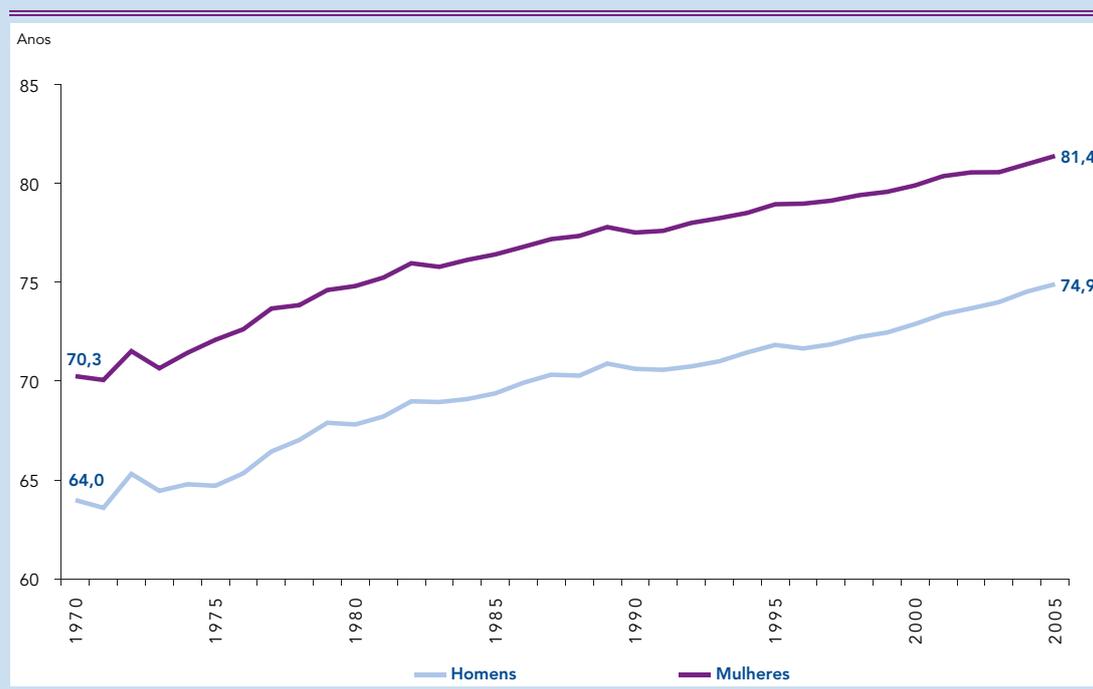


⁸ O Anuário Demográfico de 1928 omite os valores do respectivo ano.

Em menos de um século a esperança de vida à nascença da população portuguesa duplicou. Em 1920, a esperança média de vida era de 35,8 anos e 40,0 anos, respectivamente, para homens e mulheres. Em 1999, estes valores aumentaram para 72,5 anos para os homens e 79,6 para as mulheres. Entre 2000 e 2005, em média os portugueses beneficiaram de um aumento de 1 ano e meio de vida (74,9 anos para os homens e de 81,4 anos para as mulheres, em 2005).

Figura 4.5

Esperança média de vida à nascença por sexo, Portugal, 1970-2005



Os ganhos na esperança de vida à nascença são mais evidentes na primeira metade do século XX, dinamizados sobretudo pelo declínio acentuado da mortalidade nos primeiros anos de vida. Nas últimas décadas, verificou-se uma redução progressiva no ritmo de crescimento deste indicador, beneficiando, cada vez mais, de ganhos provenientes do aumento da sobrevivência em idades avançadas.

Mortalidade por regiões

As regiões do Norte e Lisboa, no período de 2000 a 2005, são aquelas que registaram o menor número de óbitos por mil habitantes. Em 2005, estas regiões detinham taxas brutas de mortalidade de 8,7% e 9,5%, respectivamente, face a um valor nacional de 10,2%. As taxas de mortalidade mais elevadas registaram-se na região Alentejo (14,4%), seguida pelo Centro e Algarve, com um valor de 11,6%.

No período de 2000 a 2005, o número de óbitos durante o primeiro ano de vida decresceu em todas as regiões, apesar de existirem diferenças significativas entre as respectivas taxas de mortalidade infantil. A Região Autónoma dos Açores apresentou a taxa mais elevada (6,3%) e o Centro a taxa mais baixa (2,8%).

Figura 4.6
Óbitos e taxas brutas de mortalidade, Portugal e NUTS II, 2000-2005

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Número de óbitos								
2000	105 364	31 480	27 253	26 036	10 671	4 581	2 608	2 656
2001	105 092	31 914	27 146	25 649	10 443	4 554	2 608	2 676
2002	106 258	31 865	27 787	25 954	10 601	4 673	2 669	2 671
2003	108 795	33 063	28 462	25 888	11 130	4 778	2 655	2 819
2004	102 010	30 815	26 368	25 096	9 970	4 697	2 457	2 600
2005	107 462	32 471	27 700	26 303	11 005	4 844	2 439	2 700
Taxa bruta de mortalidade (por mil habitantes)								
2000	10,3	8,6	11,7	9,8	13,9	11,9	11,0	11,1
2001	10,2	8,7	11,6	9,5	13,6	11,6	11,0	11,1
2002	10,2	8,6	11,8	9,6	13,8	11,7	11,2	11,1
2003	10,4	8,9	12,0	9,4	14,5	11,8	11,1	11,6
2004	9,7	8,3	11,1	9,1	13,0	11,4	10,2	10,6
2005	10,2	8,7	11,6	9,5	14,4	11,6	10,1	11,0

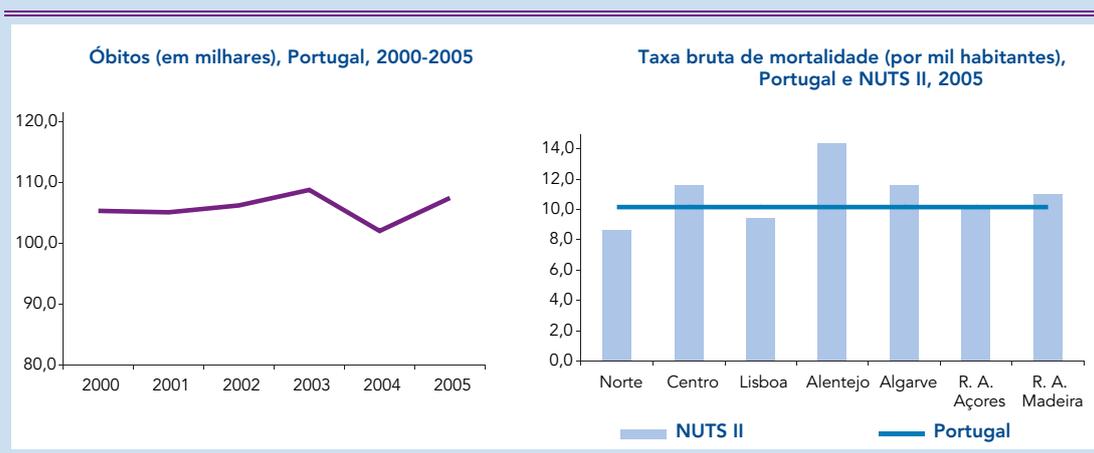
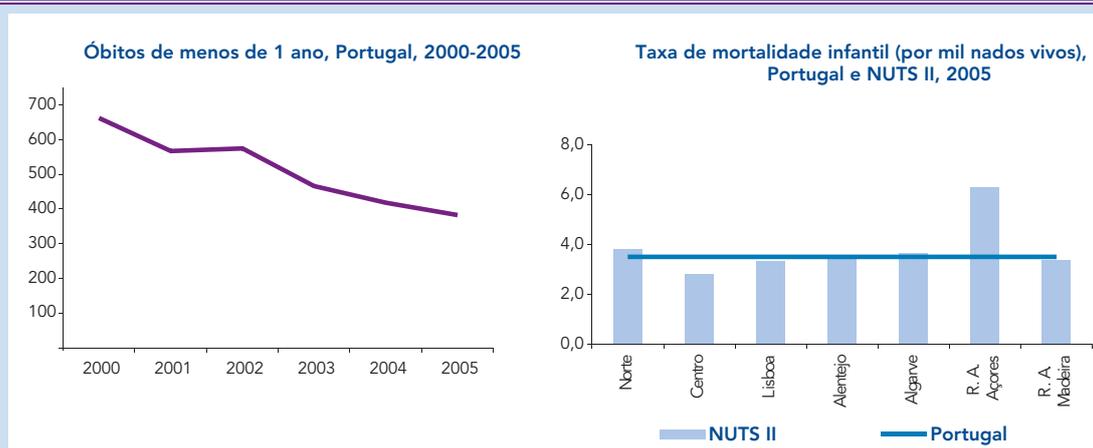


Figura 4.7

Óbitos de menos de 1 ano e taxa de mortalidade infantil, Portugal e NUTS II, 2000-2005

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Número de óbitos de menos de 1 ano								
2000	662	260	109	165	39	24	28	26
2001	567	246	87	138	25	18	16	26
2002	574	223	88	169	31	23	20	18
2003	466	169	88	118	36	21	9	25
2004	418	153	69	122	24	20	18	11
2005	382	142	61	108	24	18	19	10
Taxa de mortalidade infantil (por mil nados vivos)								
2000	5,5	5,8	4,5	5,0	5,3	5,5	8,1	8,1
2001	5,0	5,9	3,9	4,4	3,7	4,3	5,1	8,2
2002	5,0	5,4	3,9	5,2	4,4	5,1	6,5	5,8
2003	4,1	4,2	3,9	3,6	5,2	4,5	2,9	7,9
2004	3,8	4,0	3,2	3,9	3,4	4,2	6,0	3,7
2005	3,5	3,8	2,8	3,3	3,5	3,6	6,3	3,4



Em Portugal, entre 2001 e 2005, a esperança média de vida à nascença aumentou 1,5 anos para os homens e 1,0 anos para as mulheres, verificando-se uma ligeira redução na diferença entre homens e mulheres, de 7,0 para 6,5 anos.

A nível regional, em 2005, a esperança média de vida à nascença variou entre 69,3 anos para homens e 78,2 anos para mulheres na Região Autónoma da Madeira e 75,5 anos para os homens e 81,8 anos para as mulheres na região Centro.

As NUTS III com os valores mais elevados da esperança média de vida à nascença, em 2005, eram Entre Douro e Vouga e Alentejo Central (79,5 e 79,2 anos, respectivamente); por sua vez, o Baixo Alentejo e a Serra da Estrela apresentaram os valores mais baixos (71,9 e 73,0 anos, respectivamente)

Figura 4.8

Esperança média de vida à nascença, por sexo, Portugal e NUTS II, 2001-2005

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Esperança média de vida à nascença - Total								
2001	76,9	77,2	77,5	76,8	76,7	76,5	73,6	72,9
2002	77,1	77,4	77,7	77,1	77,0	76,6	73,6	73,1
2003	77,3	77,7	77,7	77,5	76,8	76,8	73,5	73,0
2004	77,8	78,1	78,2	78,0	77,4	77,3	74,0	73,4
2005	78,2	78,5	78,7	78,3	77,8	77,4	74,5	73,9
Esperança média de vida à nascença - Homens								
2001	73,4	73,8	74,3	73,1	73,4	72,8	70,0	68,3
2002	73,7	74,0	74,5	73,5	73,6	72,8	69,9	68,5
2003	74,0	74,3	74,7	74,0	73,5	73,3	69,8	68,3
2004	74,5	74,9	75,0	74,6	74,0	74,0	70,4	68,8
2005	74,9	75,3	75,5	74,9	74,5	74,1	70,8	69,3
Esperança média de vida à nascença - Mulheres								
2001	80,4	80,5	80,8	80,4	80,2	80,6	77,4	77,3
2002	80,6	80,8	80,9	80,6	80,5	80,7	77,5	77,5
2003	80,6	80,8	80,8	80,7	80,3	80,6	77,6	77,5
2004	81,0	81,1	81,3	81,2	80,8	80,8	77,7	77,6
2005	81,4	81,6	81,8	81,5	81,3	80,9	78,4	78,2

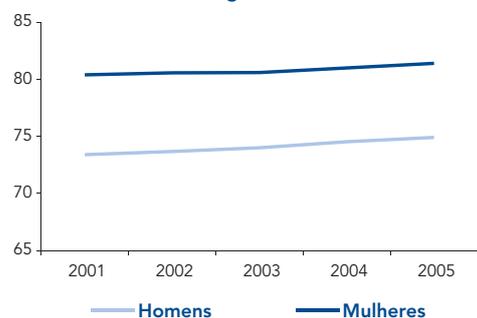
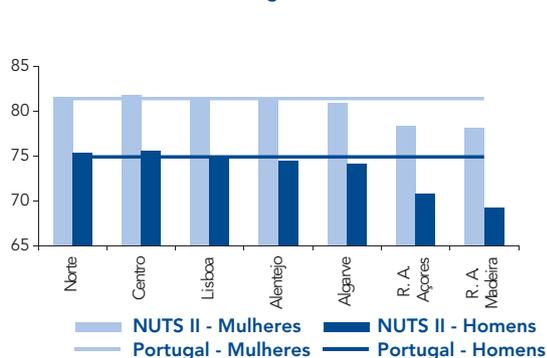
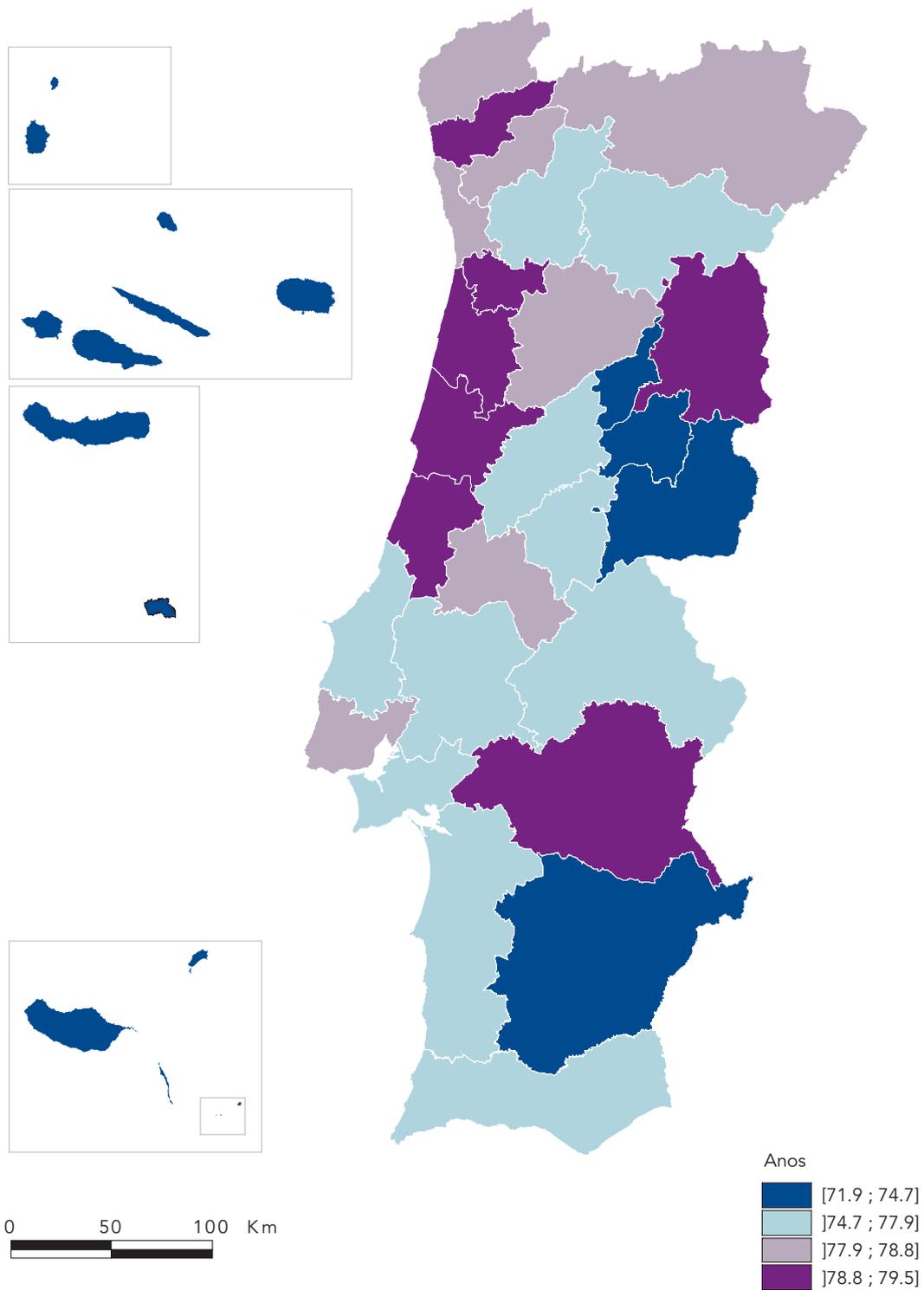
Esperança média de vida à nascença, por sexo, Portugal, 2000-2005

Esperança média de vida à nascença, por sexo, Portugal e NUTS II, 2005


Figura 4.9
Esperança média de vida à nascença, NUTS III, 2004 /2005



As tendências observadas para a esperança de vida ao nascimento aplicaram-se à esperança de vida aos 65 anos. Entre 2001 e 2005, a esperança de vida aos 65 anos aumentou 0,6 anos para homens e 0,5 anos para mulheres e a diferença entre os sexos reduziu-se de 3,5 para 3,4 anos.

Em 2005, a menor esperança de vida aos 65 anos registou-se na Região Autónoma da Madeira, de 13,1 e 17,4 anos, respectivamente para homens e mulheres e a mais elevada para os homens na região Centro, com 16,4 anos, e para as mulheres no Centro e em Lisboa, ambos com 19,8 anos.

Figura 4.10

Esperança média de vida aos 65 anos, por sexo, Portugal e NUTS II, 2001-2005

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Esperança média de vida aos 65 anos - Total								
2001	17,4	17,5	17,7	17,5	17,2	17,6	15,1	15,3
2002	17,6	17,7	17,7	17,7	17,4	17,8	15,1	15,5
2003	17,5	17,6	17,7	17,8	17,2	17,6	14,9	15,3
2004	17,8	17,9	18,0	18,0	17,5	17,7	15,2	15,4
2005	18,0	18,1	18,2	18,2	17,7	17,9	15,5	15,6
Esperança média de vida aos 65 anos - Homens								
2001	15,6	15,8	15,9	15,5	15,6	15,7	13,5	12,9
2002	15,7	15,8	16,0	15,7	15,7	16,0	13,2	13,1
2003	15,7	15,9	16,0	15,8	15,5	15,9	13,0	13,0
2004	15,9	16,0	16,2	16,1	15,8	16,1	13,2	13,2
2005	16,2	16,3	16,4	16,2	16,0	16,3	13,4	13,1
Esperança média de vida aos 65 anos - Mulheres								
2001	19,0	19,0	19,2	19,2	18,8	19,4	16,6	17,2
2002	19,1	19,2	19,3	19,4	19,0	19,5	16,8	17,3
2003	19,1	19,2	19,1	19,4	18,8	19,2	16,7	17,0
2004	19,3	19,4	19,5	19,6	19,0	19,2	16,9	16,9
2005	19,5	19,6	19,8	19,8	19,1	19,4	17,5	17,4

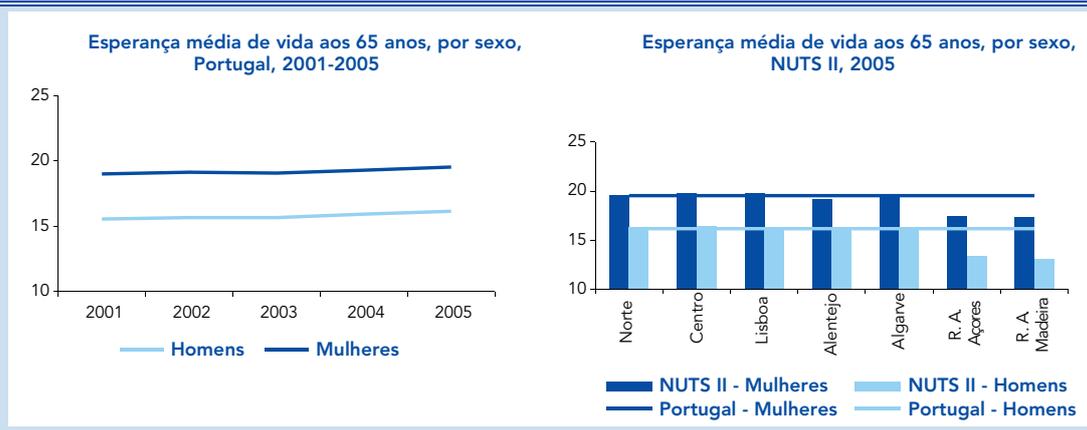


Figura 4.11

Esperança de vida da população residente, por grupo etário, segundo o sexo, Portugal e NUTS II, 2004 /2005

Unidade: anos

Grupo etário	Portugal			Continente			Norte		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
0	78,2	74,9	81,4	78,4	75,1	81,5	78,5	75,3	81,6
1 - 4	77,5	74,2	80,7	77,6	74,4	80,8	77,8	74,6	80,9
5 - 9	73,5	70,3	76,7	73,7	70,5	76,9	73,9	70,7	76,9
10 - 14	68,6	65,4	71,8	68,8	65,6	71,9	68,9	65,8	72,0
15 - 19	63,7	60,4	66,8	63,8	60,6	67,0	64,0	60,9	67,0
20 - 24	58,8	55,6	61,9	59,0	55,8	62,0	59,1	56,0	62,1
25 - 29	54,0	50,9	57,0	54,2	51,1	57,1	54,3	51,3	57,2
30 - 34	49,2	46,1	52,1	49,4	46,4	52,2	49,5	46,5	52,2
35 - 39	44,4	41,5	47,3	44,6	41,7	47,4	44,7	41,9	47,4
40 - 44	39,8	37,0	42,4	39,9	37,2	42,6	40,0	37,3	42,6
45 - 49	35,2	32,5	37,7	35,3	32,7	37,8	35,4	32,8	37,8
50 - 54	30,7	28,2	33,0	30,9	28,4	33,1	30,9	28,5	33,1
55 - 59	26,3	24,0	28,4	26,5	24,2	28,5	26,5	24,3	28,5
60 - 64	22,1	20,0	23,9	22,2	20,1	24,0	22,2	20,2	24,0
65 - 69	18,0	16,2	19,5	18,1	16,3	19,6	18,1	16,3	19,6
70 - 74	14,2	12,6	15,4	14,3	12,7	15,5	14,3	12,8	15,5
75 - 79	10,7	9,5	11,6	10,8	9,6	11,6	10,8	9,6	11,6
80 - 84	7,8	7,0	8,3	7,8	7,0	8,3	7,9	7,1	8,4
85 ou mais	5,4	5,0	5,7	5,5	5,0	5,7	5,6	5,2	5,8

Grupo etário	Centro			Lisboa			Alentejo		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
0	78,7	75,5	81,8	78,3	74,9	81,5	77,8	74,5	81,3
1 - 4	77,9	74,7	81,0	77,5	74,2	80,8	77,1	73,9	80,4
5 - 9	74,0	70,8	77,1	73,6	70,3	76,8	73,2	70,0	76,5
10 - 14	69,1	65,9	72,1	68,7	65,3	71,9	68,2	65,1	71,5
15 - 19	64,1	61,0	67,2	63,7	60,4	66,9	63,3	60,1	66,6
20 - 24	59,3	56,2	62,3	58,9	55,5	62,0	58,4	55,3	61,7
25 - 29	54,5	51,5	57,4	54,0	50,7	57,1	53,6	50,6	56,8
30 - 34	49,7	46,8	52,5	49,2	46,0	52,3	48,9	46,0	51,8
35 - 39	44,9	42,1	47,6	44,5	41,4	47,4	44,1	41,3	47,0
40 - 44	40,2	37,5	42,8	39,9	36,9	42,6	39,5	36,8	42,1
45 - 49	35,6	33,0	38,0	35,3	32,5	37,9	34,9	32,4	37,3
50 - 54	31,1	28,6	33,3	30,9	28,2	33,2	30,4	28,0	32,6
55 - 59	26,7	24,4	28,8	26,5	24,1	28,7	26,0	23,8	28,0
60 - 64	22,4	20,3	24,2	22,3	20,1	24,2	21,7	19,8	23,5
65 - 69	18,2	16,4	19,8	18,2	16,2	19,8	17,7	16,0	19,1
70 - 74	14,3	12,8	15,6	14,4	12,7	15,7	13,8	12,5	15,0
75 - 79	10,8	9,6	11,7	10,9	9,6	11,9	10,4	9,4	11,2
80 - 84	7,8	7,0	8,3	8,0	7,1	8,6	7,5	6,8	8,0
85 ou mais	5,4	4,9	5,6	5,7	5,2	6,0	5,2	4,8	5,4

Grupo etário	Algarve			R. A. Açores			R. A. Madeira		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
0	77,4	74,1	80,9	74,5	70,8	78,4	73,9	69,3	78,2
1 - 4	76,7	73,4	80,3	74,0	70,3	77,8	73,2	68,4	77,6
5 - 9	72,8	69,5	76,3	70,1	66,4	74,0	69,3	64,5	73,7
10 - 14	67,8	64,6	71,4	65,2	61,5	69,1	64,4	59,6	68,8
15 - 19	62,9	59,7	66,4	60,3	56,6	64,2	59,5	54,7	63,9
20 - 24	58,1	55,0	61,5	55,5	51,9	59,2	54,6	49,9	59,1
25 - 29	53,4	50,4	56,6	50,7	47,1	54,3	49,8	45,1	54,1
30 - 34	48,7	45,8	51,8	45,9	42,4	49,4	45,0	40,4	49,2
35 - 39	44,0	41,2	47,0	41,1	37,7	44,7	40,3	35,9	44,4
40 - 44	39,4	36,7	42,2	36,6	33,3	39,9	35,8	31,5	39,5
45 - 49	34,9	32,4	37,5	31,9	28,8	35,1	31,3	27,3	34,8
50 - 54	30,5	28,1	32,9	27,6	24,7	30,4	27,1	23,3	30,3
55 - 59	26,1	24,0	28,3	23,4	20,6	26,0	23,0	19,6	25,8
60 - 64	21,9	20,0	23,9	19,4	17,0	21,7	19,1	16,1	21,5
65 - 69	17,9	16,3	19,4	15,5	13,4	17,5	15,6	13,1	17,4
70 - 74	14,0	12,6	15,3	12,1	10,4	13,6	12,2	10,2	13,5
75 - 79	10,4	9,4	11,3	9,2	7,7	10,3	9,2	7,8	10,1
80 - 84	7,5	6,9	8,0	6,6	5,8	7,1	6,9	6,0	7,4
85 ou mais	5,0	4,6	5,3	4,6	3,9	4,9	5,0	4,7	5,1

Mortalidade por idades e sexo

A mortalidade incide sobretudo sobre os indivíduos mais idosos, fenómeno que se acentuou no período de 2000 a 2005. Em 2000, 79,1% dos óbitos ocorreram em idades iguais ou superiores a 65 anos. Em 2005, este valor era de 81,4% e, dentro deste grupo etário, mais de metade

tinham pelo menos 80 anos. De forma complementar, reduziu-se a mortalidade precoce (menos de 65 anos de idade), em especial durante o primeiro ano de vida, nas idades de 1 a 4 anos e entre os 10 e os 29 anos.

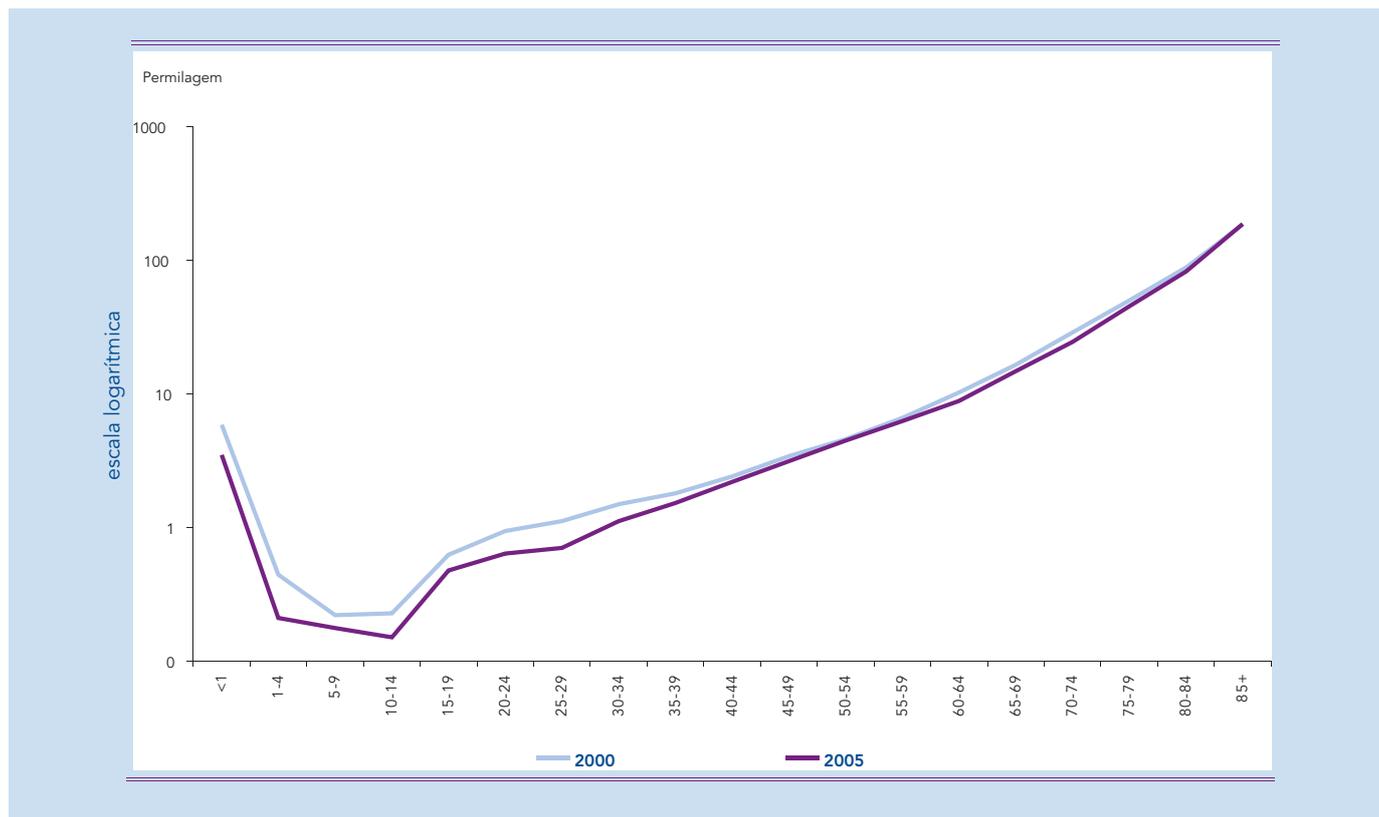
Figura 4.12

Óbitos e taxas de mortalidade por grupos etários, Portugal, 2000-2005

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Número de óbitos						
Total	105 364	105 092	106 258	108 795	102 010	107 462
<1	662	567	574	466	418	382
1-4	189	162	167	126	142	94
5-9	119	114	104	103	95	96
10-14	132	142	140	121	104	84
15-19	435	400	340	298	275	285
20-24	749	681	584	553	475	459
25-29	898	941	813	760	685	579
30-34	1 129	1 049	986	993	913	926
35-39	1 373	1 395	1 351	1 272	1 203	1 197
40-44	1 729	1 859	1 874	1 751	1 704	1 731
45-49	2 322	2 354	2 383	2 386	2 288	2 292
50-54	2 908	2 890	3 019	3 044	2 962	3 048
55-59	3 708	3 737	3 807	3 883	3 722	3 956
60-64	5 662	5 546	5 325	5 223	4 943	4 911
65-69	8 805	8 559	8 469	8 379	7 809	7 899
70-74	12 891	12 763	12 398	12 641	11 852	11 954
75-79	17 169	17 046	17 242	17 634	16 290	17 055
80-84	17 201	17 228	18 087	19 342	18 975	20 576
85-89	16 488	16 330	16 479	16 609	14 990	16 142
90 e +	10 795	11 329	12 116	13 211	12 165	13 796
Taxa de mortalidade (permilagem)						
Total	10,3	10,2	10,2	10,4	9,7	10,2
<1	5,9	5,1	5,1	4,1	3,8	3,5
1-4	0,4	0,4	0,4	0,3	0,3	0,2
5-9	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
10-14	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
15-19	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5	0,5
20-24	0,9	0,9	0,8	0,7	0,6	0,6
25-29	1,1	1,2	1,0	0,9	0,8	0,7
30-34	1,5	1,4	1,3	1,3	1,1	1,1
35-39	1,8	1,8	1,8	1,6	1,5	1,5
40-44	2,4	2,5	2,5	2,3	2,2	2,2
45-49	3,4	3,5	3,5	3,4	3,2	3,2
50-54	4,6	4,5	4,6	4,6	4,4	4,5
55-59	6,7	6,5	6,5	6,4	6,0	6,3
60-64	10,3	10,3	9,9	9,7	9,1	8,9
65-69	16,6	16,0	15,8	15,7	14,6	14,9
70-74	28,9	28,2	26,8	26,8	24,7	24,6
75-79	50,3	48,8	48,3	48,5	44,2	45,5
80-84	88,8	83,9	83,8	85,1	79,1	82,7
85 e +	186,4	183,1	187,9	196,9	177,6	188,1

Figura 4.13

Taxa de mortalidade por grupos etários, Portugal, 2000 e 2005



A estrutura da mortalidade por idades segue o padrão característico: uma mortalidade mais elevada durante a infância, que vai diminuindo até alcançar um mínimo entre os 5 e os 14 anos; a partir destas idades, começa a aumentar, de início de forma mais ligeira e, depois, de forma cada vez mais acentuada com o avanço da idade.

De referir que, no período de 2000 a 2004, a taxa de mortalidade específica por idade mais baixa verificou-se no grupo etário dos 5 a 9 anos, alterando-se em 2005 para o grupo etário seguinte (10 a 14 anos).

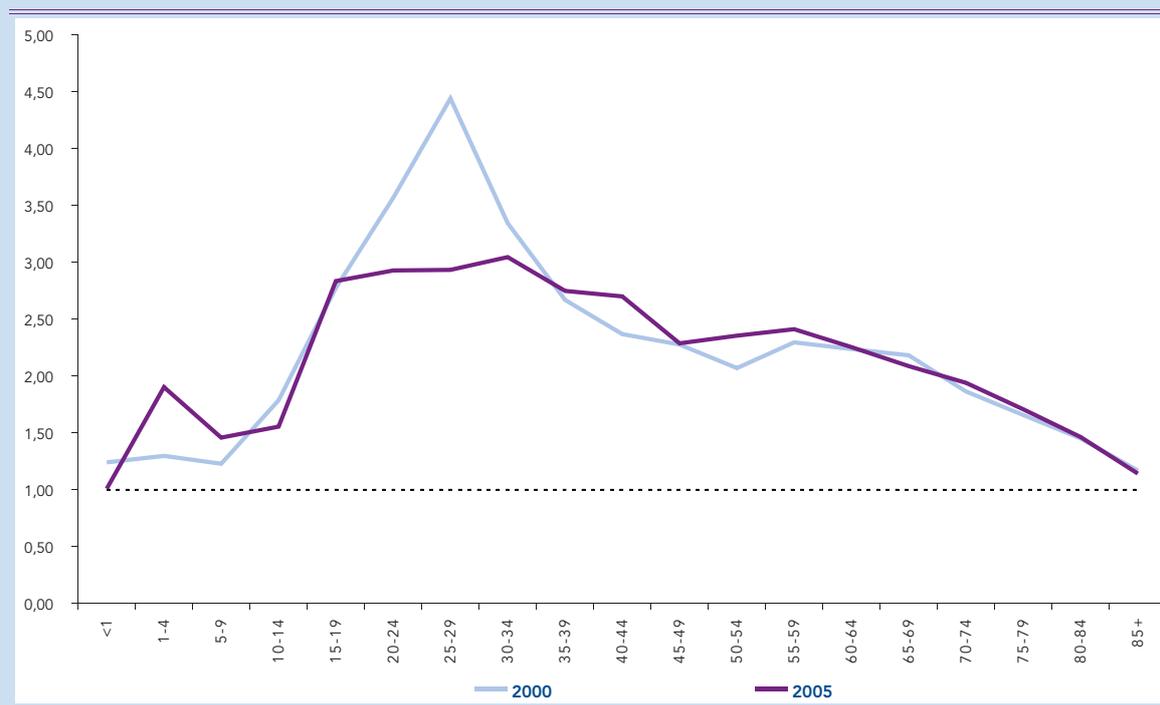
No período de 2000 a 2005, o número total de óbitos do sexo masculino foi sempre superior ao número total de óbitos do sexo feminino. A sobremortalidade masculina verificou-se em quase todos os grupos de idade, excepto em idades avançadas, em que o risco de óbito se torna muito elevado para ambos os sexos: em 2005, 58,3% das mulheres falecidas tinham idades iguais ou superiores a 80 anos, comparativamente com um valor de 36,5% para os homens.

Figura 4.14
Óbitos por grupos etários e sexo, Portugal, 2000-2005

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Número de óbitos - Homens						
Total	55 023	54 838	55 377	55 966	53 201	55 493
<1	375	333	316	234	247	198
1-4	109	97	99	68	85	63
5-9	67	64	59	61	56	58
10-14	86	86	83	68	55	52
15-19	323	303	253	213	187	213
20-24	588	550	443	414	367	345
25-29	734	751	622	550	524	434
30-34	867	797	737	752	665	698
35-39	989	1 040	1 001	923	883	875
40-44	1 201	1 295	1 342	1 265	1 229	1 252
45-49	1 585	1 580	1 649	1 677	1 611	1 575
50-54	1 909	1 926	2 049	2 077	2 045	2 098
55-59	2 489	2 508	2 539	2 568	2 467	2 717
60-64	3 736	3 648	3 484	3 446	3 303	3 252
65-69	5 670	5 496	5 515	5 392	4 958	5 025
70-74	7 565	7 535	7 415	7 491	7 119	7 190
75-79	9 217	9 123	9 284	9 399	8 871	9 207
80-84	8 024	7 945	8 443	9 028	8 965	9 697
85-89	6 267	6 394	6 435	6 490	5 919	6 306
90 e +	3 222	3 367	3 609	3 850	3 645	4 238
Número de óbitos - Mulheres						
Total	50 341	50 254	50 881	52 829	48 809	51 969
<1	287	234	258	232	171	184
1-4	80	65	68	58	57	31
5-9	52	50	45	42	39	38
10-14	46	56	57	53	49	32
15-19	112	97	87	85	88	72
20-24	161	131	141	139	108	114
25-29	164	190	191	210	161	145
30-34	262	252	249	241	248	228
35-39	384	355	350	349	320	322
40-44	528	564	532	486	475	479
45-49	737	774	734	709	677	717
50-54	999	964	970	967	917	950
55-59	1 219	1 229	1 268	1 315	1 255	1 239
60-64	1 926	1 898	1 841	1 777	1 640	1 659
65-69	3 135	3 063	2 954	2 987	2 851	2 874
70-74	5 326	5 228	4 983	5 150	4 733	4 764
75-79	7 952	7 923	7 958	8 235	7 419	7 848
80-84	9 177	9 283	9 644	10 314	10 010	10 879
85-89	10 221	9 936	10 044	10 119	9 071	9 836
90 e +	7 573	7 962	8 507	9 361	8 520	9 558

Figura 4.15

Rácio⁹ das taxas de mortalidade de homens e mulheres, por grupos de idades, Portugal, 2000 e 2005



Mortalidade por causas de morte

Entre 2000 e 2005, a diferença entre a mortalidade masculina e feminina atenuou-se nas idades dos 15 aos 34 anos, em virtude, principalmente, da redução na sobremortalidade devida a causas externas nos grupos etários dos 20 a 29 anos, a doenças do aparelho circulatório nas idades dos 25 a 34 anos e, ainda, a sintomas, sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra parte;

observando-se, em contrapartida, um aumento nas idades de 1 a 9 anos, nomeadamente pelo aumento da sobremortalidade originada por causas externas, e, mais ligeiro, entre os 35 e 64 anos. De referir ainda, no mesmo período, a aproximação verificada entre as taxas de mortalidade infantil masculina e feminina.

⁹ Rácio entre as taxas de mortalidade específicas por idade masculinas e femininas: quando maior que 1 indica uma maior taxa de mortalidade masculina.

No período de 2000 a 2005, mais de metade dos óbitos resultaram de doenças do aparelho circulatório e de tumores, representando, respectivamente, a primeira e a segunda causas de morte em Portugal. Em 2005, as doenças do aparelho circulatório eram responsáveis por 34,0% dos óbitos de residentes, destacando-se neste grupo de doenças as cérebro-vasculares, com 15,1%.

Neste mesmo ano, os tumores representaram 21,6% dos óbitos. Entre 2000 e 2005, as doenças do aparelho circulatório perderam alguma importância, assistindo-se a uma relativa estabilização da proporção de óbitos por tumores. Em terceiro lugar surgem sintomas, sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra parte (11,8%, em 2005), sendo a quarta posição ocupada pelas doenças do aparelho respiratório (10,5%, em 2005), verificando-se,

entre 2000 e 2005, o aumento da proporção de óbitos originados por estes dois grupos de causas. De salientar, ainda, a mortalidade por doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas, nomeadamente diabetes mellitus, doenças do aparelho digestivo e as causas externas de mortalidade, que representavam, em 2005, respectivamente, 10,5%, 4,8% e 4,2% dos óbitos de residentes.

A importância das causas de morte altera-se, contudo, com a idade e o sexo. As doenças do aparelho circulatório, com particular incidência nas idades mais avançadas, constituíram em 2005 a principal causa de morte para homens e mulheres com mais de 65 anos de idade, representando, todavia, uma maior proporção de óbitos do sexo feminino (42,1%) comparativamente ao sexo masculino (34,0%).

Figura 4.16
Óbitos por causa de morte (lista sucinta europeia de causas de morte), Portugal, 2000-2005

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Percentagem de óbitos por causa de morte						
Todas as causas	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	2,2	1,9	1,9	2,2	2,0	2,1
Tumores (neoplasias)	20,8	21,3	21,4	21,3	22,3	21,6
Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e algumas alterações do sistema imunitário	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	3,4	4,2	4,7	4,8	5,0	4,8
Perturbações mentais e de comportamento	0,3	0,4	0,6	0,5	0,6	0,6
Doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos	1,4	1,7	1,9	2,3	2,3	2,4
Doenças do aparelho circulatório	38,7	38,6	38,4	37,6	36,3	34,0
Doenças do aparelho respiratório	9,7	8,5	8,7	8,8	8,5	10,5
Doenças do aparelho digestivo	3,9	4,2	4,3	4,2	4,5	4,3
Doenças da pele e do tecido celular subcutâneo	0,2	0,3	0,4	0,1	0,3	0,2
Doença do sistema ósteo-muscular e do tecido conjuntivo	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2
Doenças do aparelho geniturinário	1,5	1,7	2,0	2,2	2,4	2,7
Gravidez, parto e puerpério	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Algumas afecções originadas no período perinatal	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2
Malformações congénitas e anomalias cromossómicas	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Sintomas, sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra parte	12,4	11,4	9,4	10,0	9,6	11,8
Causas externas de mortalidade	4,4	4,8	5,3	5,1	5,3	4,2

Figura 4.17

Óbitos por causa de morte (lista sucinta europeia de causas de morte), por idades e sexo, Portugal, 2000-2005

	Total	0-19	20-44	45-64	65-84	85 e +
Número de óbitos por causa de morte - Total						
Total	107 462	941	4 892	14 207	57 484	29 938
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	2 233	23	647	486	823	254
Tumores (neoplasias)	23 189	88	940	5 598	13 615	2 948
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	5 169	17	70	462	3 401	1 219
Doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos	2 561	55	127	261	1 614	504
Doenças do aparelho circulatório	36 570	10	422	2 709	20 242	13 187
Doenças do aparelho respiratório	11 288	32	160	649	6 020	4 427
Doenças do aparelho digestivo	4 625	12	325	1 092	2 346	850
Sintomas, sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra parte	12 710	88	786	1 618	5 672	4 546
Causas externas de mortalidade	4 481	266	1 292	1 018	1 482	423
- Acidentes de transporte	1 373	146	589	321	295	22
Outras causas	4 636	350	123	314	2 269	1 580
Número de óbitos por causa de morte - Homens						
Total	55 493	584	3 604	9 642	31 119	10 544
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	1 417	17	517	362	431	90
Tumores (neoplasias)	13 645	52	526	3 502	8 161	1 404
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	2 180	10	44	266	1 505	355
Doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos	1 229	32	81	158	781	177
Doenças do aparelho circulatório	16 374	5	296	1 907	10 010	4 156
Doenças do aparelho respiratório	6 130	19	112	451	3 679	1 869
Doenças do aparelho digestivo	2 749	5	247	805	1 387	305
Sintomas, sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra parte	6 311	53	617	1 208	3 036	1 397
Causas externas de mortalidade	3 246	212	1 092	793	974	175
- Acidentes de transporte	1 092	119	494	259	204	16
Outras causas	2 212	179	72	190	1 155	616
Número de óbitos por causa de morte - Mulheres						
Total	51 969	357	1 288	4 565	26 365	19 394
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	816	6	130	124	392	164
Tumores (neoplasias)	9 544	36	414	2 096	5 454	1 544
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	2 989	7	26	196	1 896	864
Doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos	1 332	23	46	103	833	327
Doenças do aparelho circulatório	20 196	5	126	802	10 232	9 031
Doenças do aparelho respiratório	5 158	13	48	198	2 341	2 558
Doenças do aparelho digestivo	1 876	7	78	287	959	545
Sintomas, sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra parte	6 399	35	169	410	2 636	3 149
Causas externas de mortalidade	1 235	54	200	225	508	248
- Acidentes de transporte	281	27	95	62	91	6
Outras causas	2 424	171	51	124	1 114	964

Os tumores afectaram particularmente os indivíduos entre os 45 e 64 anos de idade (39,4% do total de óbitos neste grupo de idades), enquanto as causas externas de mortalidade eram as principais responsáveis pela mortalidade nas idades mais jovens (respectivamente, 44,7% dos óbitos no grupo etário de 1 a 19 anos e 26,4% entre os 20 e 44 anos de idade) e com maior incidência nos óbitos do sexo masculino.

Entre as causas externas destaca-se a importância dos acidentes, representando, em 2005, mais de 50% dos óbitos por estas causas, nomeadamente, acidentes de transporte, que representavam 33,6% dos óbitos masculinos e 22,8% dos óbitos femininos por causas de mortalidade externas.

Mortalidade por meses

Em 2005, em média, faleceram por dia 294 indivíduos residentes em Portugal. Contudo, o número de óbitos flutua ao longo do ano e tende a atingir valores mais elevados nos meses de Inverno (373 óbitos diários, em média, entre 1 de Dezembro de 2004 e 31 de Março de 2005) e mais reduzidos nos meses de Verão (246 pessoas faleceram em cada dia, em média, entre 1 de Junho e 30 de Setembro de 2005).

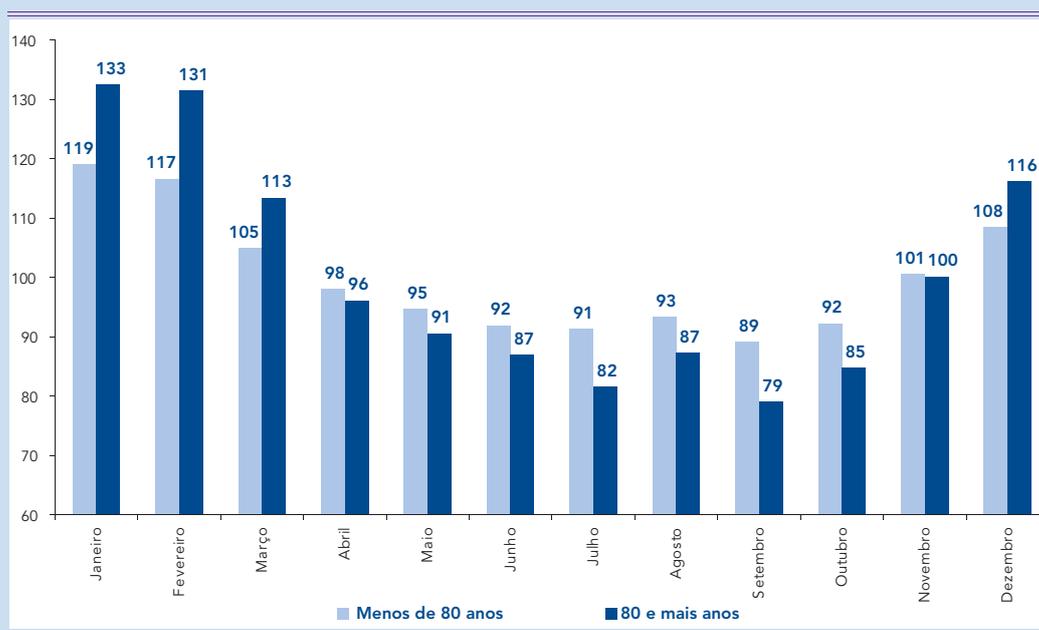
Em 2005, o mês de Fevereiro foi o de maior intensidade da mortalidade, com uma média diária de 444 óbitos, seguindo-se os meses de Janeiro, Março e Dezembro, respectivamente com médias diárias de 384, 358 e 315 óbitos.

A análise do índice mensal de mortalidade¹⁰, para idades inferiores a 80 anos e iguais ou superiores a 80 anos, no período de 2000-2005, permite verificar que a sazonalidade da mortalidade, ou seja, o excesso de mortalidade durante os meses de Inverno, foi mais evidente entre os indivíduos mais idosos.

Figura 4.18
Óbitos por meses, Portugal, 2000-2005

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Número de óbitos por mês						
Total	105 364	105 092	106 258	108 795	102 010	107 462
Janeiro	12 401	10 240	11 960	10 618	10 330	11 891
Fevereiro	10 687	9 032	10 336	9 162	8 913	12 426
Março	9 128	9 475	9 876	9 475	9 591	11 106
Abril	8 383	8 509	8 712	8 423	8 508	8 180
Maiο	8 249	8 883	8 113	8 790	8 119	7 920
Junho	7 952	7 795	7 824	8 016	7 732	7 506
Julho	7 739	7 696	8 063	7 917	8 005	7 516
Agosto	7 727	7 956	7 834	10 111	7 441	7 830
Setembro	7 146	7 509	7 432	7 527	7 354	7 211
Outubro	8 128	8 150	8 005	8 148	7 814	7 728
Novembro	8 686	8 962	8 319	9 572	8 462	8 388
Dezembro	9 138	10 885	9 784	11 036	9 741	9 760

Figura 4.19
Índice mensal da mortalidade por grupos etários, Portugal, 2000-2005



¹⁰ O índice mensal de mortalidade foi calculado pelo método dos números proporcionais e permite corrigir os valores de óbitos mensais de forma a corresponderem a unidades de tempo de igual dimensão. Cada mês é representado por um valor, independentemente da respectiva duração, de forma a que o seu desvio em relação a 100 indique o carácter particular desse mês em termos de mortalidade.

capítulo

5

Mortalidade fetal, neonatal e perinatal

Capítulo 5 – Mortalidade fetal, neonatal e perinatal

Evolução desde 1980

Figura 5.1 Óbitos perinatais (fetais tardios e neonatais precoces), óbitos fetais tardios (com 28 ou mais semanas) e óbitos neonatais precoces (com menos de 7 dias), Portugal, 1980 – 2005

Figura 5.2 Taxas de mortalidade perinatal, fetal tardia e neonatal precoce, Portugal, 1980-2005

Figura 5.3 Óbitos neonatais (com menos de 28 dias) e taxa de mortalidade neonatal, Portugal, 1980-2005

As regiões

Figura 5.4 Óbitos fetais tardios e taxa de mortalidade fetal tardia, Portugal e NUTS II, 2000-2005

Figura 5.5 Óbitos neonatais precoces e taxa de mortalidade neonatal precoce, Portugal e NUTS II, 2000-2005

Figura 5.6 Óbitos perinatais e taxa de mortalidade perinatal, Portugal e NUTS II, 2000-2005

Figura 5.7 Óbitos neonatais e taxa de mortalidade neonatal, Portugal e NUTS II, 2000-2005

A mortalidade neonatal por sexo

Figura 5.8 Óbitos neonatais, pós-neonatais e infantis e taxas por sexo, Portugal, 2000-2005

Figura 5.9 Taxa de mortalidade infantil, NUTS III, 2005

A idade das mães

Figura 5.10 Óbitos neonatais e taxas de mortalidade neonatal por idade das mães, Portugal, 2000-2005

Figura 5.11 Óbitos fetais tardios e taxa de mortalidade fetal tardia por idade das mães, Portugal, 2000-2005

As semanas de gestação

Figura 5.12 Óbitos neonatais e taxas de mortalidade neonatal por semanas de gestação, Portugal, 2000-2005

MORTALIDADE FETAL, NEONATAL E PERINATAL

Em 2005, registaram-se 432 óbitos fetais de mães residentes em Portugal, mais 9 do que em 2004. Este valor de óbitos fetais poderá não corresponder à globalidade dos óbitos fetais ocorridos, uma vez que a obrigatoriedade de registo estabelecida pelo Código do Registo Civil é imposta, com exceções, apenas para os óbitos com idade gestacional igual ou superior a 22 semanas completas.

A análise apresentada neste capítulo incidirá sobre a mortalidade perinatal e neonatal, ou seja, fetos-mortos com 28 ou mais semanas de gestação e óbitos ocorridos antes dos 28 dias de vida.

Em 2005, observaram-se 306 óbitos fetais com idade gestacional igual ou superior a 28 semanas completas, um aumento de 4,1% face a 2004, contrariamente à tendência dos últimos anos que tem sido de redução. O decréscimo do número de óbitos durante a primeira semana de vida (óbitos neonatais precoces), observado em 2005 (170 óbitos em 2005 face a 188 em 2004), permitiu, contudo, uma redução de 1,2% na mortalidade perinatal relativamente a 2004.

No que se refere à mortalidade neonatal, em 2005, verificaram-se 240 óbitos (280 em 2004) de crianças com menos de 28 dias de vida, tendo 70,8% ocorrido no período neonatal precoce, ou seja, durante os primeiros 6 dias de vida. A taxa de mortalidade neonatal desceu assim de 2,6 óbitos por mil nados vivos, em 2004, para 2,2 em 2005.

Evolução desde 1980

O número de óbitos fetais com 28 ou mais semanas completas de gestação -mortalidade fetal tardia - apresentou uma clara tendência decrescente, ao longo do período de 1980-2005. A taxa de mortalidade fetal tardia, que compara o número de fetos mortos com 28 e mais semanas com o total dos nados vivos e fetos mortos com 28 e mais semanas ocorridos no período considerado, passou de 11,7‰, em 1980, para 2,8‰, em 2005.

No mesmo período, a mortalidade perinatal, definida como a soma dos óbitos fetais tardios e os óbitos neonatais precoces (menos de 7 dias de vida), reduziu-se em mais de 80%.

Figura 5.1

Óbitos perinatais (fetais tardios e neonatais precoces), óbitos fetais tardios (com 28 ou mais semanas) e óbitos neonatais precoces (com menos de 7 dias), Portugal, 1980 – 2005

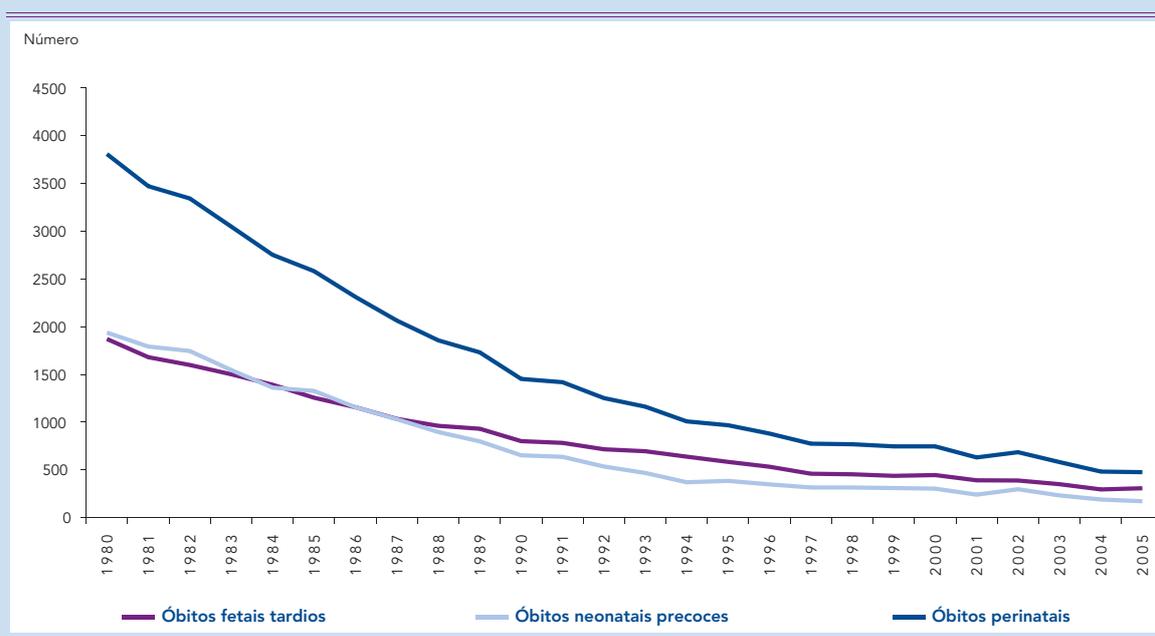
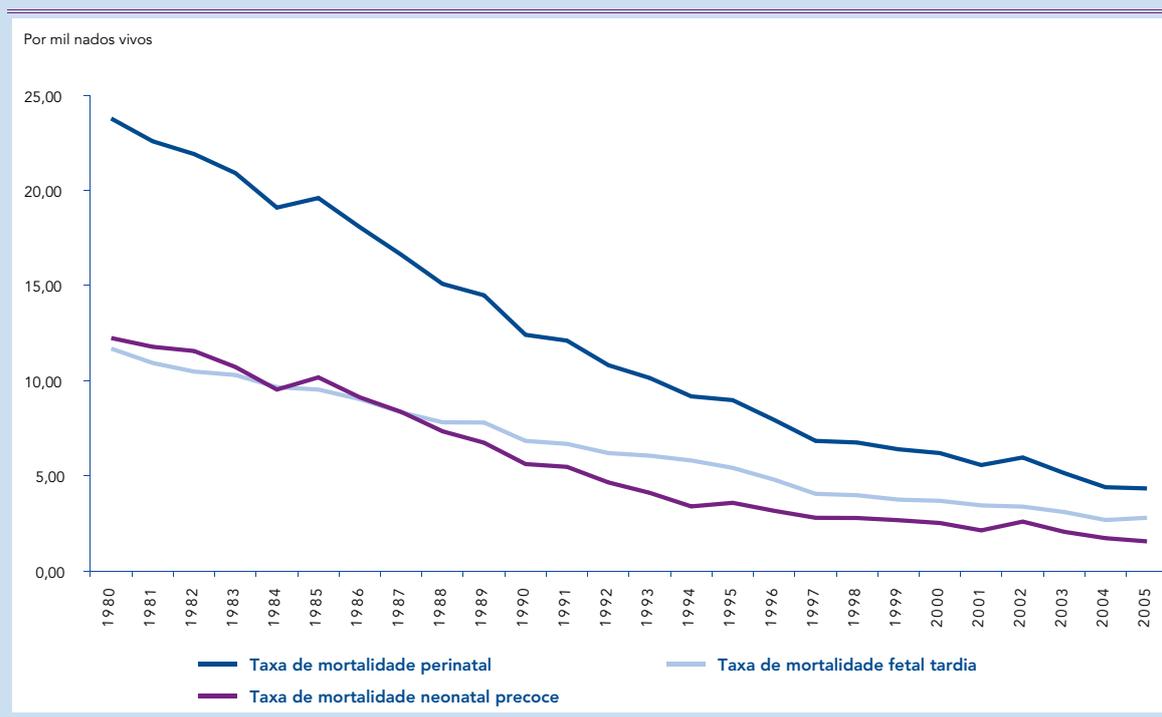


Figura 5.2

Taxas de mortalidade perinatal, fetal tardia e neonatal precoce, Portugal, 1980-2005

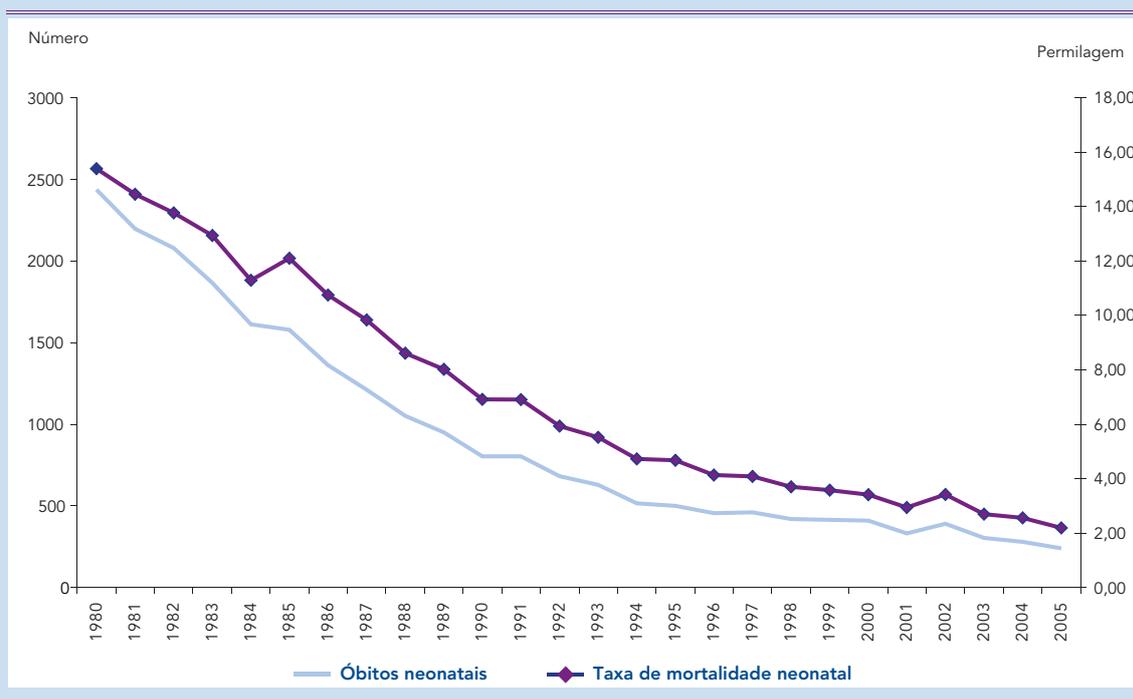


A tendência global de redução da mortalidade neonatal reflecte, sobretudo, o declínio da mortalidade neonatal precoce, ou seja, a redução dos óbitos ocorridos na primeira semana de vida. A importância dos óbitos neonatais precoces no total de óbitos com menos de 28 dias de vida, entre 1980 e 2005, variou entre o valor máximo de 85,1%, em 1987, e o mais baixo de 67,1%, em 2004. No último ano, a mortalidade neonatal precoce representou 70,8% do número total de óbitos neonatais.

A análise da taxa de mortalidade neonatal, no período de 1980-2005, reflecte a tendência decrescente do número de óbitos neonatais, observando-se, contudo, um aumento deste indicador em 1985, maioritariamente devido à redução verificada no número de nados vivos nesse ano.

Figura 5.3

Óbitos neonatais (com menos de 28 dias) e taxa de mortalidade neonatal, Portugal, 1980-2005



As regiões ¹¹

A taxa de mortalidade fetal tardia reduziu-se de 3,7 por mil nados vivos e fetos mortos de 28 ou mais semanas, em 2000, para 2,8, em 2005, mantendo-se, neste período, a tendência de redução observada no final do século XX. Em 2005, as taxas de mortalidade fetal tardia mais baixas verificaram-se na região Norte e Região Autónoma dos Açores e a mais elevada na Região Autónoma da Madeira.

¹¹ Na análise a nível regional da mortalidade fetal e neonatal, alerta-se que, devido ao reduzido número de ocorrências destes fenómenos, se podem observar, em algumas regiões, flutuações anuais expressivas. Este aspecto deve ter-se em consideração na leitura dos valores dos indicadores apresentados.

Figura 5.4

Óbitos fetais tardios e taxa de mortalidade fetal tardia, Portugal e NUTS II, 2000-2005

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Número de óbitos fetais tardios (com 28 ou mais semanas)								
2000	444	143	97	135	37	13	8	9
2001	390	122	65	121	30	16	19	13
2002	388	113	91	110	30	21	9	13
2003	349	96	67	106	26	23	16	14
2004	294	97	52	82	24	12	12	10
2005	306	76	57	102	29	19	6	15
Taxa de mortalidade fetal tardia (por mil nados vivos e fetos mortos com 28 ou mais semanas)								
2000	3,7	3,2	4,0	4,1	5,0	3,0	2,3	2,8
2001	3,4	2,9	2,9	3,8	4,4	3,8	6,0	4,1
2002	3,4	2,7	4,0	3,4	4,3	4,7	2,9	4,2
2003	3,1	2,4	3,0	3,3	3,7	4,9	5,1	4,4
2004	2,7	2,5	2,4	2,6	3,4	2,5	4,0	3,3
2005	2,8	2,0	2,6	3,1	4,2	3,8	2,0	5,0

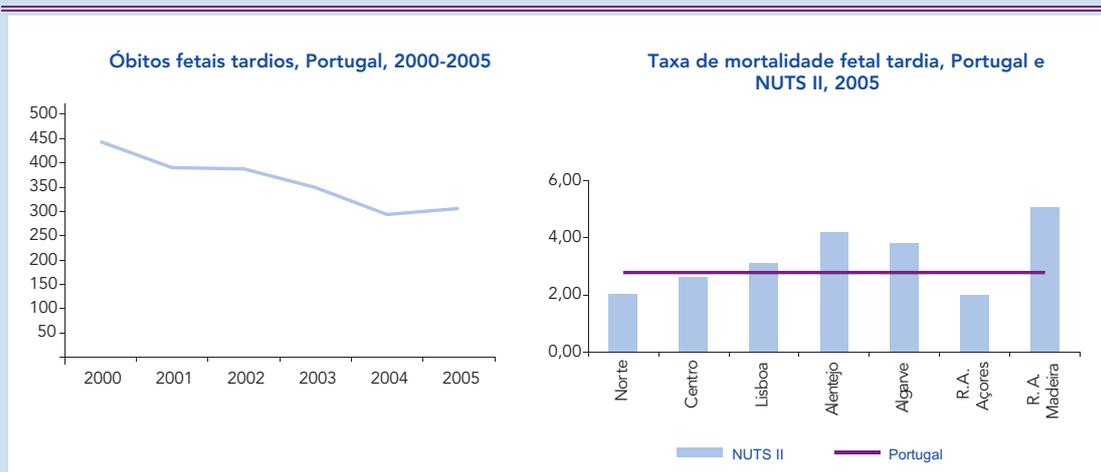
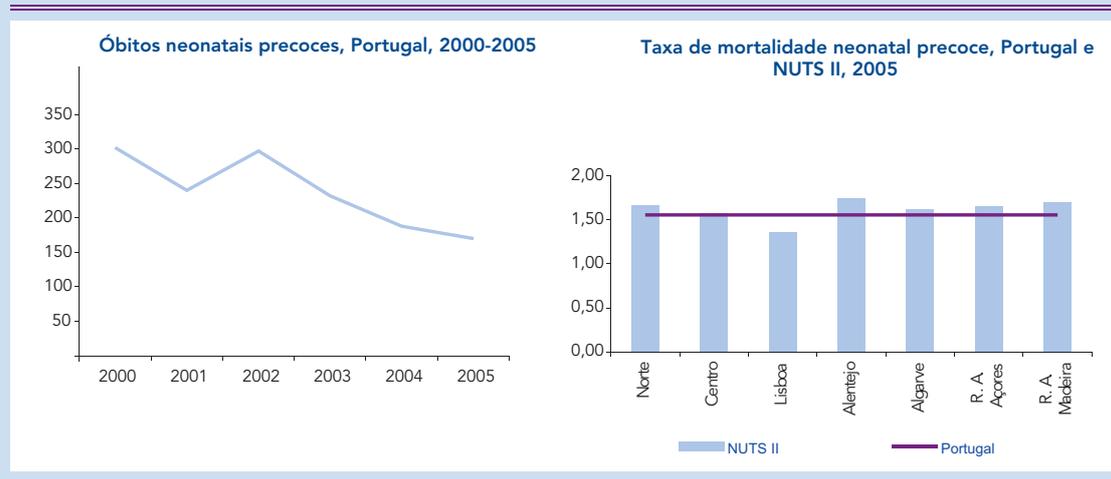


Figura 5.5

Óbitos neonatais precoces e taxa de mortalidade neonatal precoce, Portugal e NUTS II, 2000-2005

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Número de óbitos neonatais precoces (de crianças com menos de 7 dias de idade)								
2000	302	130	43	80	15	9	9	12
2001	240	114	35	51	13	6	8	11
2002	297	123	40	84	14	13	10	11
2003	232	81	37	70	17	11	6	10
2004	188	67	31	52	15	7	13	2
2005	170	62	34	44	12	8	5	5
Taxa de mortalidade neonatal precoce (por mil nados vivos)								
2000	2,5	2,9	1,8	2,4	2,0	2,1	2,6	3,7
2001	2,1	2,7	1,6	1,6	1,9	1,4	2,6	3,5
2002	2,6	3,0	1,8	2,6	2,0	2,9	3,3	3,5
2003	2,1	2,0	1,7	2,2	2,5	2,4	1,9	3,1
2004	1,7	1,8	1,4	1,6	2,1	1,5	4,3	0,7
2005	1,6	1,7	1,6	1,4	1,7	1,6	1,7	1,7



Em 2005, a taxa de mortalidade neonatal precoce baixou para 1,6 óbitos por mil nados vivos. A taxa de mortalidade neonatal mais baixa observou-se na região de Lisboa (1,4 por mil nados vivos); não existindo grandes disparidades entre os valores observados nas restantes regiões.

Na medida em que inclui os óbitos fetais com 28 e mais semanas de gestação completas e os óbitos neonatais precoces, a evolução da mortalidade perinatal reflecte

o comportamento evidenciado por aqueles dois fenómenos. Em 2005, os óbitos fetais representavam 64,3% e a mortalidade precoce 35,7% do total de óbitos perinatais. Estes valores em 2000 eram de 59,5% e 40,5%, respectivamente.

A taxa de mortalidade perinatal, no último ano, variou entre um mínimo de 3,7‰ na região Norte e um máximo de 6,7‰ na Região Autónoma da Madeira.

Figura 5.6
Óbitos perinatais e taxa de mortalidade perinatal, Portugal e NUTS II, 2000-2005

NUTS II	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Número de óbitos perinatais (fetos-mortos com 28 ou mais semanas e óbitos de nados vivos com menos de 7 dias)								
2000	746	273	140	215	52	22	17	21
2001	630	236	100	172	43	22	27	24
2002	685	236	131	194	44	34	19	24
2003	581	177	104	176	43	34	22	24
2004	482	164	83	134	39	19	25	12
2005	476	138	91	146	41	27	11	20
Taxa de mortalidade perinatal (por mil óbitos fetais com 28 ou mais semanas e óbitos de nados vivos com menos de 7 dias)								
2000	6,2	6,1	5,8	6,5	7,1	5,1	4,9	6,5
2001	5,6	5,7	4,4	5,4	6,3	5,3	8,6	7,6
2002	6,0	5,6	5,7	6,0	6,3	7,5	6,2	7,7
2003	5,1	4,4	4,6	5,4	6,2	7,3	7,1	7,5
2004	4,4	4,3	3,8	4,2	5,5	4,0	8,3	4,0
2005	4,3	3,7	4,2	4,5	5,9	5,4	3,6	6,7

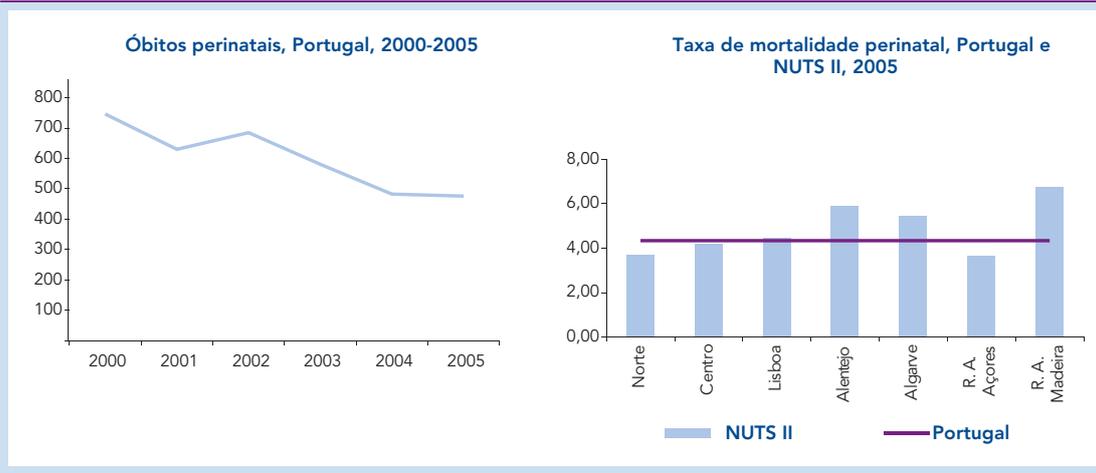
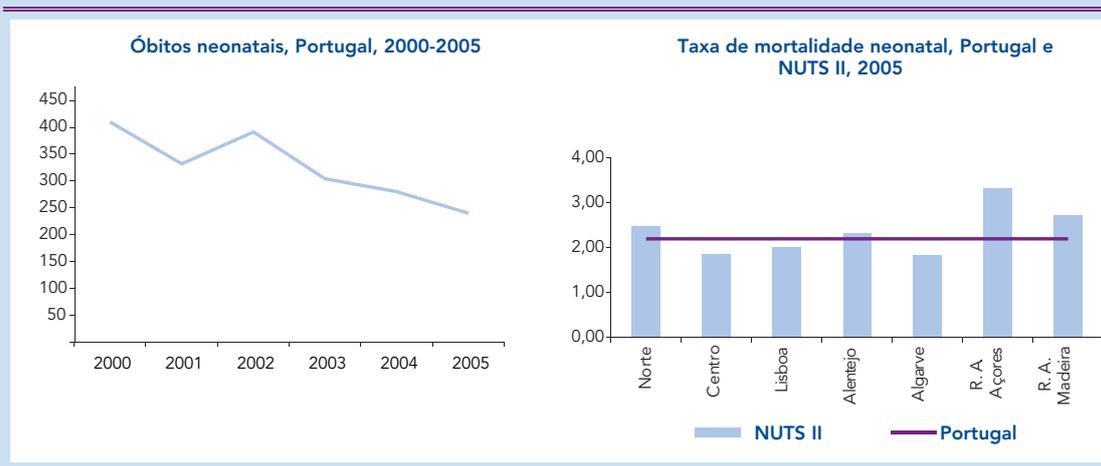


Figura 5.7

Óbitos neonatais e taxa de mortalidade neonatal, Portugal e NUTS II, 2000-2005

NUTS II	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Número de óbitos neonatais (crianças com menos de 28 dias de idade)								
2000	410	165	68	104	20	11	15	17
2001	332	147	47	76	18	12	10	14
2002	391	154	59	111	22	17	14	12
2003	304	108	50	87	21	15	7	16
2004	280	98	43	82	19	14	16	7
2005	240	92	40	65	16	9	10	8
Taxa de mortalidade neonatal (por mil nados vivos)								
2000	3,4	3,7	2,8	3,1	2,7	2,5	4,3	5,3
2001	2,9	3,5	2,1	2,4	2,6	2,9	3,2	4,4
2002	3,4	3,7	2,6	3,4	3,1	3,8	4,6	3,8
2003	2,7	2,7	2,2	2,7	3,0	3,2	2,3	5,0
2004	2,6	2,6	2,0	2,6	2,7	2,9	5,3	2,4
2005	2,2	2,5	1,8	2,0	2,3	1,8	3,3	2,7



Em 2005, as menores taxas de mortalidade neonatais verificam-se nas regiões Centro e Algarve, de 1,8 óbitos por mil nados vivos. A região de Lisboa, que apresentava a menor taxa de mortalidade durante a primeira semana de vida, figura na terceira posição se considerarmos os óbitos nos primeiros 27 dias de vida. Neste último ano, o valor mais elevado registou-se na Região Autónoma dos Açores (3,3%).

A mortalidade neonatal por sexo¹²

As taxas de mortalidade infantil (neonatal precoce, neonatal tardia, neonatal, pós-neonatal e infantil) entre as crianças do sexo masculino são, em geral, superiores às taxas de mortalidade de crianças do sexo feminino. De referir, contudo, o ano de 2005 em que se observa a igualdade entre as taxas de mortalidade infantil e neonatal por sexo e o ano de 2003 em que se observam valores das taxas de mortalidade neonatal tardia, pós-neonatal e infantil superiores entre os nados vivos do sexo feminino.

¹² Na análise por sexo da mortalidade neonatal e pós-neonatal, alerta-se que, devido ao reduzido número de ocorrências destes fenómenos, se podem observar flutuações anuais expressivas. Este aspecto deve ter-se em consideração na leitura dos valores dos indicadores apresentados.

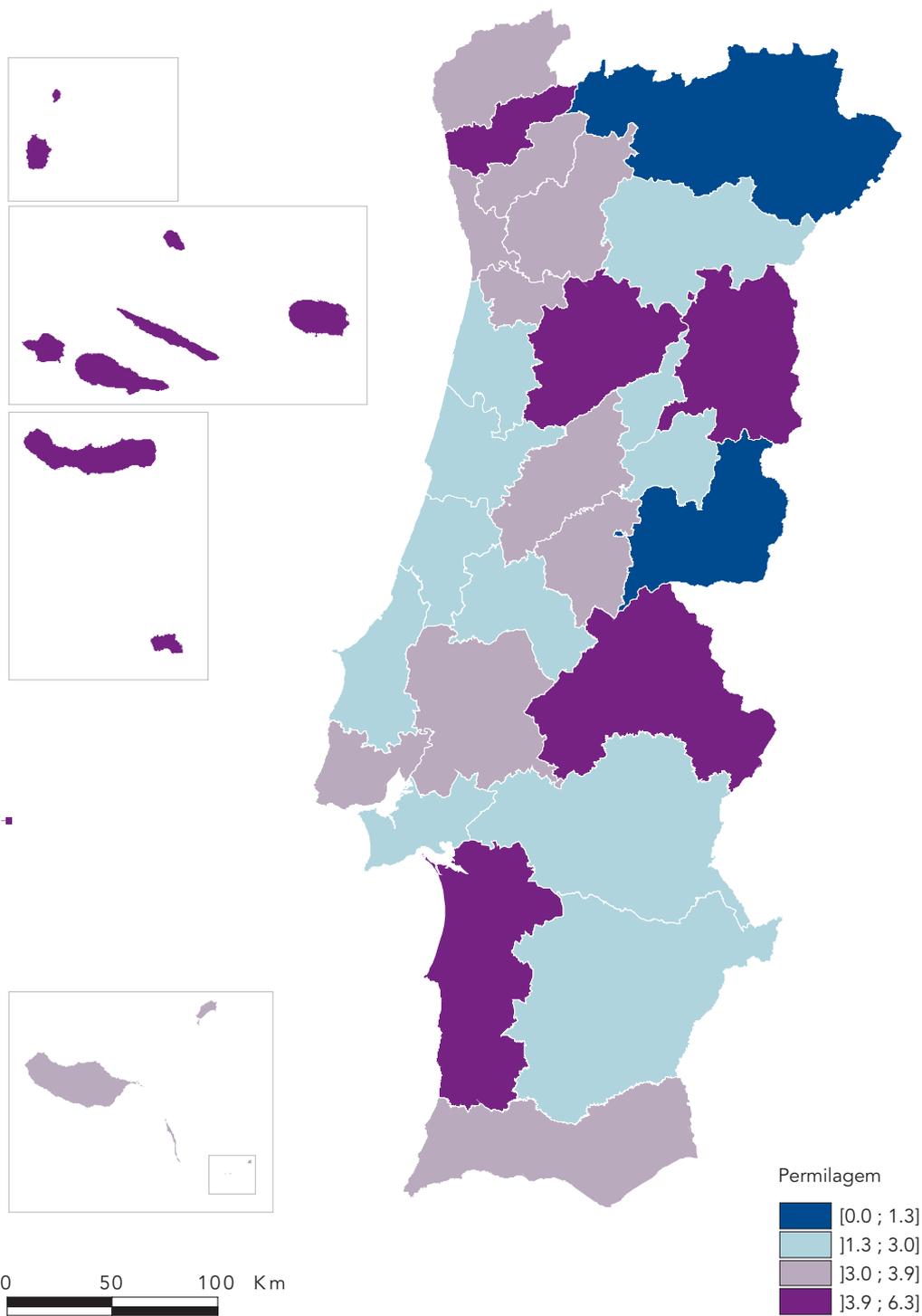
Figura 5.8

Óbitos neonatais, pós-neonatais e infantis e taxas por sexo , Portugal, 2000-2005

Sexo	Mortalidade neonatal precoce		Mortalidade neonatal tardia		Mortalidade neonatal		Mortalidade pós neonatal		Mortalidade infantil	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Número de óbitos										
2000	174	128	68	40	242	168	133	119	375	287
2001	135	105	58	34	193	139	140	95	333	234
2002	158	139	53	41	211	180	105	78	316	258
2003	133	99	35	37	168	136	66	96	234	232
2004	106	82	63	29	169	111	78	60	247	171
2005	84	86	38	32	122	118	76	66	198	184
Taxas (permilagem)										
2000	2,8	2,2	1,1	0,7	3,9	2,9	2,1	2,1	6,0	5,0
2001	2,3	1,9	1,0	0,6	3,3	2,6	2,4	1,7	5,7	4,3
2002	2,7	2,5	0,9	0,7	3,6	3,3	1,8	1,4	5,3	4,7
2003	2,3	1,8	0,6	0,7	2,9	2,5	1,1	1,8	4,0	4,3
2004	1,9	1,5	1,1	0,5	3,0	2,1	1,4	1,1	4,4	3,2
2005	1,5	1,6	0,7	0,6	2,2	2,2	1,3	1,2	3,5	3,5

Em 2005, as taxas de mortalidade infantil mais elevadas observaram-se na Região Autónoma dos Açores, Beira Interior Norte e Cávado (6,3%, 6,1% e 5,4%); na Beira Interior Sul e no Alto Trás-os-Montes os valores situaram-se abaixo de 1,3%.

Figura 5.9
Taxa de mortalidade infantil, NUTS III, 2005



A idade das mães

As taxas de mortalidade neonatais precoces mais elevadas, entre 2000 e 2005, verificaram-se, em geral, entre as mães mais jovens (menos de 20 anos de idade) e as mães com idades mais elevadas (40 ou mais anos). De referir, todavia, os anos de 2001 e 2005, em que a taxa de mortalidade neonatal precoce mais elevada ocorria nas mães mais velhas, seguidas pelas mães entre os 35 e 39 anos de idade. Em 2005, a taxa de mortalidade neonatal precoce entre as mães mais jovens apresentou um dos valores mais baixos (1,3‰).

As taxas de mortalidade neonatais por idade das mães, passíveis de análise a partir de 2002, devido à reduzida importância da mortalidade neonatal tardia (entre os 7 e 27 dias de vida) no total da mortalidade neonatal, não apresentaram alterações de relevo face ao padrão de comportamento da mortalidade neonatal precoce.

A taxa de mortalidade fetal tardia não apresenta uma tendência clara segundo a idade das mães, embora as taxas mais elevadas se verifiquem entre as mulheres com menos de 20 anos de idade. Nos dois últimos anos, as menores taxas de mortalidade fetal pertencem às mulheres acima dos 30 anos de idade.

Figura 5.10
Óbitos neonatais e taxas de mortalidade neonatal por idade das mães, Portugal, 2000-2005

	Total	Menos de 20	20-24	25-29	30-34	35-39	40 e +
Número de óbitos neonatais precoces (com menos de 7 dias)							
2000	302	31	60	83	73	39	12
2001	240	15	41	73	66	34	9
2002	297	28	46	101	68	44	8
2003	232	16	38	84	64	23	7
2004	188	13	29	55	52	29	9
2005	170	7	29	42	47	32	13
Número de óbitos neonatais (com menos de 28 dias)							
2000	410	40	80	113	102	51	16
2001	332	21	56	100	90	40	14
2002	391	32	65	131	97	55	9
2003	304	21	53	107	84	29	10
2004	280	15	49	74	80	51	10
2005	240	12	44	66	66	39	13
Taxa de mortalidade neonatal precoce (por mil nados vivos)							
2000	2,5	4,1	2,4	2,1	2,3	2,9	4,7
2001	2,1	2,2	1,9	1,9	2,1	2,6	3,5
2002	2,6	4,2	2,2	2,6	2,1	3,2	2,9
2003	2,1	2,6	2,0	2,3	1,9	1,6	2,4
2004	1,7	2,2	1,7	1,6	1,5	2,0	2,9
2005	1,6	1,3	1,7	1,2	1,3	2,2	4,2
Taxa de mortalidade neonatal (por mil nados vivos)							
2000	3,4	5,3	3,3	2,8	3,2	3,8	6,2
2001	2,9	3,1	2,6	2,7	2,9	3,0	5,4
2002	3,4	4,8	3,2	3,4	3,0	4,0	3,3
2003	2,7	3,4	2,8	2,9	2,5	2,1	3,5
2004	2,6	2,6	2,8	2,1	2,4	3,6	3,3
2005	2,2	2,2	2,6	1,9	1,9	2,6	4,2

Figura 5.11

Óbitos fetais tardios e taxa de mortalidade fetal tardia por idade das mães, Portugal, 2000-2005¹³

	Total	Menos de 20	20-24	25-29	30-34	35 e+
Número de óbitos fetais tardios (com 28 ou mais semanas)						
2000	444	34	77	130	121	80
2001	390	31	63	115	113	65
2002	388	104	113	94	55	21
2003	349	71	106	95	54	22
2004	294	22	55	87	65	60
2005	306	70	78	100	43	13
Taxa de mortalidade fetal tardia (por mil nados vivos e fetos mortos com 28 ou mais semanas)						
2000	3,7	4,5	3,1	3,2	3,8	5,0
2001	3,4	4,5	2,9	3,1	3,6	4,1
2002	3,4	15,2	5,5	2,4	1,7	1,3
2003	3,1	11,4	5,6	2,6	1,6	1,3
2004	2,7	3,8	3,1	2,5	1,9	3,5
2005	2,8	12,5	4,6	2,9	1,2	0,7

¹³ O valor de óbitos fetais cujas mães residiam em Portugal pode não corresponder à soma das idades devido à existência de registos idade ignorada.

As semanas de gestação

O número de semanas de gestação é um dos factores com maior influência na mortalidade neonatal. As crianças com menor número de semanas de gestação (idade gestacional) terão em princípio um risco mais

elevado de falecerem nos primeiros dias de vida, aspecto que se reflecte nas taxas de mortalidade neonatal e neonatal precoce mais elevadas entre os nados vivos com menos de 27 semanas de gestação.

Figura 5.12

Óbitos neonatais e taxas de mortalidade neonatal por semanas de gestação¹⁴, Portugal, 2000-2005¹⁵

	Total	<27 semanas	28 a 31 semanas	32 a 36 semanas	>37 semanas
Número de óbitos neonatais precoces (com menos de 7 dias)					
2000	302	119	32	46	67
2001	240	86	31	43	52
2002	297	122	34	40	78
2003	232	89	33	36	56
2004	188	78	31	27	42
2005	170	67	19	20	46
Número de óbitos neonatais (com menos de 28 dias)					
2000	x	x	x	x	x
2001	x	x	x	x	x
2002	391	147	53	55	105
2003	304	108	48	44	80
2004	280	103	39	43	76
2005	240	90	29	32	65
Taxa de mortalidade neonatal precoce (por mil nados vivos)					
2000	2,5	385,1	46,2	7,6	0,6
2001	2,1	312,7	51,8	7,9	0,5
2002	2,6	397,4	53,8	6,3	0,7
2003	2,1	349,0	50,6	5,3	0,5
2004	1,7	254,9	43,7	4,2	0,4
2005	1,6	230,2	28,2	3,2	0,5
Taxa de mortalidade neonatal (por mil nados vivos)					
2000	x	x	x	x	x
2001	x	x	x	x	x
2002	3,4	478,8	83,9	8,6	1,0
2003	2,7	423,5	73,6	6,5	0,8
2004	2,6	336,6	54,9	6,7	0,7
2005	2,2	309,3	43,1	5,2	0,6

¹⁴ Até 2001, inclusive, a variável "semanas de gestação" era observada apenas nos óbitos ocorridos durante os 6 primeiros dias de vida (óbitos neonatais precoces). A partir de 2002, essa variável passou a ser observada nos óbitos ocorridos entre os 7 e os 28 dias de vida. Por este motivo, só está disponível

a informação relativa ao número de óbitos com menos de 28 dias e à taxa de mortalidade neonatal, segundo as semanas de gestação, a partir de 2002.

¹⁵ O valor de óbitos neonatais e neonatais precoces cujas mães residiam em Portugal pode não corresponder à soma das semanas de gestação devido à existência de registos com número de semanas de gestação ignoradas.

capítulo

Nupcialidade (celebração e dissolução de casamentos)

6

Capítulo 6 - Nupcialidade (celebração e dissolução de casamentos)

6.1 CELEBRAÇÃO DE CASAMENTOS

Evolução desde 1900

Figura 6.1.1 Casamentos, Portugal, 1900-2005

Figura 6.1.2 Taxa bruta de nupcialidade, Portugal, 1900-2005

Figura 6.1.3 Casamentos e taxas brutas de nupcialidade, Portugal e NUTS II, 2000-2005

Casamentos entre portugueses e estrangeiros

Figura 6.1.4 Casamentos segundo a nacionalidade dos cônjuges, Portugal, 2000-2005

Casamentos por meses

Figura 6.1.5 Casamentos por meses, Portugal, 2005

Casamentos por forma de celebração

Figura 6.1.6 Casamentos por forma de celebração, Portugal, 1930-2005

Figura 6.1.7 Casamentos por forma de celebração, Portugal e NUTS II, 2000-2005

Casamentos por estado civil anterior

Figura 6.1.8 Primeiros casamentos, Portugal e NUTS II, 2000-2005

Casamentos por idades dos cônjuges

Figura 6.1.9 Idades médias ao primeiro casamento e ao casamento, Portugal, 1960-2005

Figura 6.1.10 Idade média ao casamento, Portugal e NUTS II, 2000-2005

Figura 6.1.11 Idade média ao primeiro casamento, Portugal e NUTS II, 2000-2005

Casamentos com filhos anteriores comuns e não comuns

Figura 6.1.12 Casamentos segundo a existência de filhos comuns e não comuns anteriores ao casamento e o número de filhos, Portugal, 2000-2005

Casamentos segundo a residência anterior comum

Figura 6.1.13 Casamentos com residência anterior comum, Portugal e NUTS II, 2000-2005

Figura 6.1.14 Casamentos com residência anterior comum, NUTS III, 2005

6.2 CASAMENTOS DISSOLVIDOS POR MORTE

Figura 6.2.1 Casamentos dissolvidos por morte e taxas brutas de viuvez (por mil habitantes), Portugal e NUTS II, 2000-2005

6.3 CASAMENTOS DISSOLVIDOS POR DIVÓRCIO

Evolução desde 1970

Figura 6.3.1 Divórcios decretados, Portugal, 1970-2005

Figura 6.3.2 Taxa bruta de divorcialidade, Portugal, 1970-2005

Figura 6.3.3 Divórcios decretados e taxas brutas de divorcialidade, Portugal e NUTS II, 2000-2005

Modalidades e fundamentos do divórcio

Figura 6.3.4 Divórcios decretados segundo a modalidade, Portugal, 1930-2005

Idade ao divórcio

Figura 6.3.5 Idade média ao divórcio (anos), por sexo, Portugal, 2000-2005

Por duração do casamento

Figura 6.3.6 Duração média do casamento à data do divórcio (anos), Portugal, 2000-2005

Existência de filhos

Figura 6.3.7 Divórcios decretados segundo a existência de filhos, número de filhos por escalão e grupo etário dos filhos, Portugal, 2000-2005

NUPCIALIDADE

6.1 Celebração de Casamentos

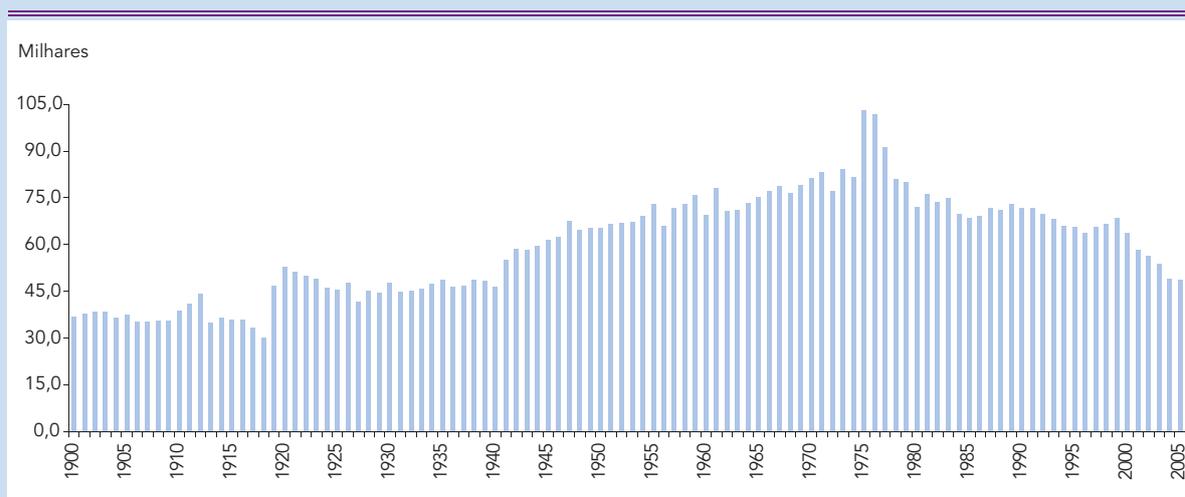
Em Portugal, em 2005, realizaram-se 48 671 casamentos, menos 507 (-0,01%) do que em 2004 (49 178), o valor mais baixo dos últimos 65 anos.

Evolução desde 1900

O número de casamentos durante o século XX e primeiro quinquénio do século XXI manifestou uma tendência crescente até 1975 (exceptuando os anos da Primeira Guerra Mundial), ano em que se observou o pico de celebrações do período em análise, para iniciar uma tendência oposta, com poucas excepções, até 2005. A assinatura do Protocolo adicional à Concordata entre o Estado português e o Vaticano - que veio permitir o divórcio aos casados pela Igreja Católica e a regularização de outras situações que não eram permitidas por lei -, o retorno dos portugueses das ex-colónias e dos militares que participaram na guerra colonial, e o acentuar do movimento de regresso de emigrantes, justificam aquele valor.

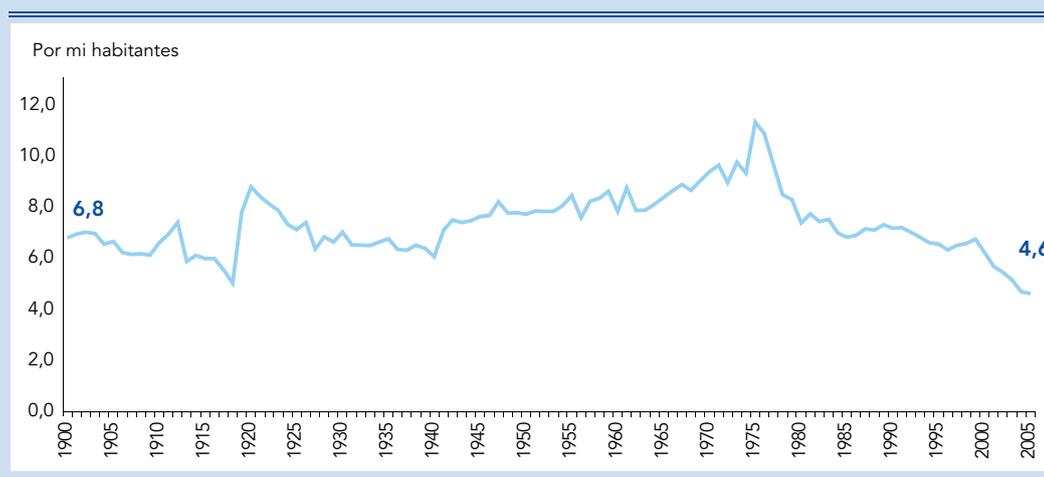
Figura 6.1.1

Casamentos, Portugal, 1900-2005



Os valores da taxa bruta de nupcialidade, para o período de 1900 a 2005, acompanham a tendência de evolução do número de casamentos.

Figura 6.1.2
Taxa bruta de nupcialidade, Portugal, 1900-2005



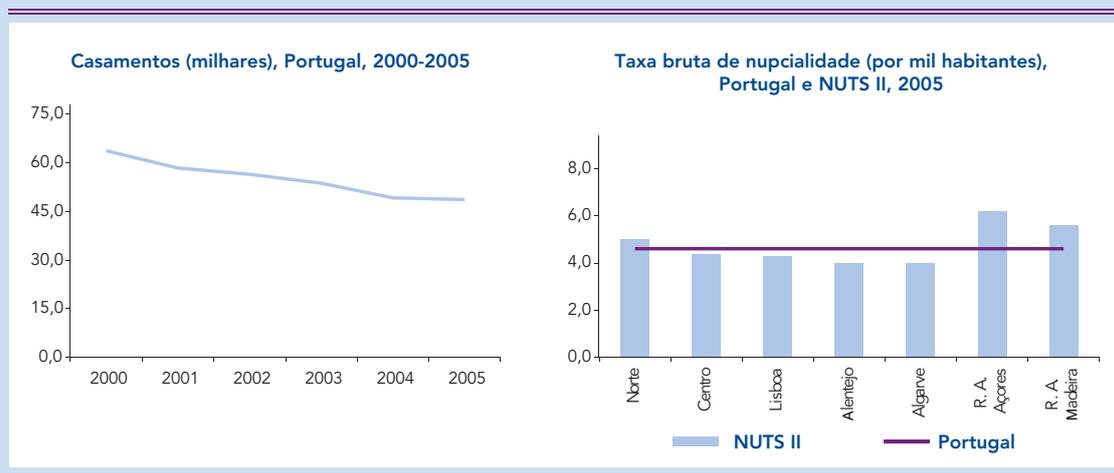
Desde início do século XXI que os valores da taxa de nupcialidade têm vindo a situar-se abaixo dos 6 casamentos por mil habitantes. Em 2005, Portugal registou uma taxa de nupcialidade de 4,6 casamentos por mil habitantes.

A análise do indicador por regiões, revela uma tendência de decréscimo ao longo dos últimos anos, sendo que apenas as Regiões Autónomas e o Norte apresentaram em 2005 taxas de nupcialidade superiores ao valor médio nacional: 6,2‰ na Região Autónoma dos Açores, 5,6‰ na Região Autónoma da Madeira e 5,0‰ no Norte.

Figura 6.1.3

Casamentos e taxas brutas de nupcialidade, Portugal e NUTS II, 2000-2005

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Número de casamentos								
2000	63 752	25 475	13 655	15 313	3 788	1 855	1 827	1 839
2001	58 390	22 604	12 794	14 235	3 619	1 859	1 630	1 649
2002	56 457	21 849	12 084	14 099	3 569	1 807	1 502	1 547
2003	53 735	20 828	11 556	13 100	3 343	1 809	1 541	1 558
2004	49 178	19 161	10 847	11 730	2 887	1 592	1 494	1 467
2005	48 671	18 680	10 551	11 863	3 052	1 645	1 499	1 381
Taxa bruta de nupcialidade (por mil habitantes)								
2000	6,2	7,0	5,9	5,8	5,0	4,9	7,7	7,7
2001	5,7	6,2	5,5	5,3	4,7	4,8	6,9	6,9
2002	5,4	5,9	5,1	5,2	4,7	4,6	6,3	6,4
2003	5,1	5,6	4,9	4,8	4,4	4,5	6,4	6,4
2004	4,7	5,2	4,6	4,3	3,8	3,9	6,2	6,0
2005	4,6	5,0	4,4	4,3	4,0	4,0	6,2	5,6



Casamentos entre portugueses e estrangeiros

O número de casamentos entre portugueses e estrangeiros tem vindo a aumentar. Em 2005, a proporção destes no total de casamentos era de **8,0%**, um valor mais do que três vezes superior ao de 2000 (2,6%) e **0,8** pontos percentuais superior ao de 2004 (7,2%). Analisando por sexo, destacam-se os casamentos de homens portugueses com mulheres estrangeiras (**5,3%**), em particular com brasileiras (**3,1%**) e, embora com valores bastante inferiores, com africanas (**0,7%**).

Figura 6.1.4

Casamentos segundo a nacionalidade dos cônjuges, Portugal, 2000-2005

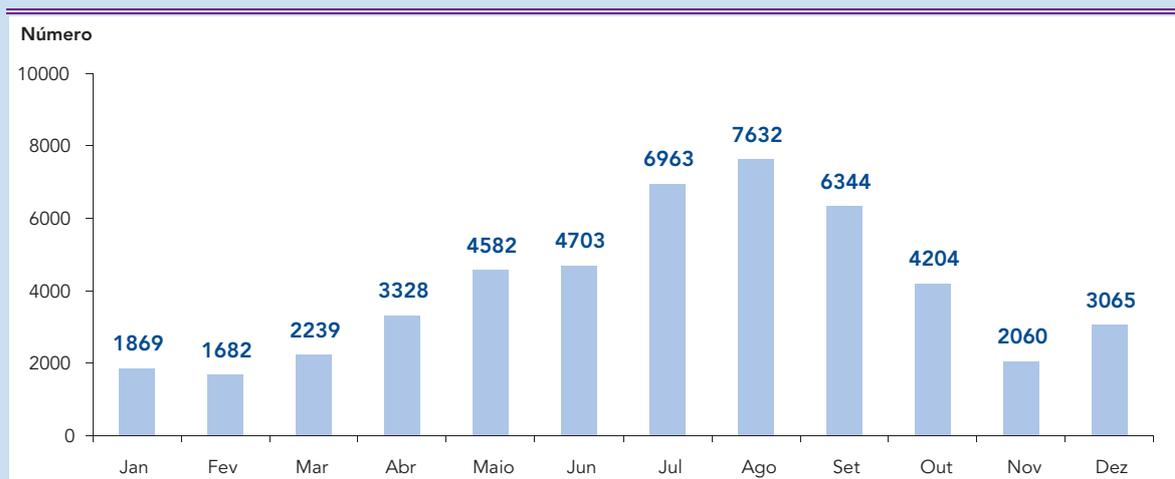
	Total casamentos	Cônjuge masculino	Cônjuge feminino		Nacionalidade (%)	
			Estrangeira	Portuguesa	Estrangeira	Portuguesa
2000	63 726	Estrangeira	152	855	0,2	1,3
		Portuguesa	824	61 895	1,3	97,1
2001	58 390	Estrangeira	224	897	0,4	1,5
		Portuguesa	972	56 297	1,7	96,4
2002	56 457	Estrangeira	342	1 218	0,6	2,2
		Portuguesa	1 503	53 394	2,7	94,6
2003	53 735	Estrangeira	395	1 448	0,7	2,7
		Portuguesa	2 134	49 758	4,0	92,6
2004	49 178	Estrangeira	407	1 335	0,8	2,7
		Portuguesa	2 202	45 234	4,5	92,0
2005	48 671	Estrangeira	423	1 346	0,9	2,8
		Portuguesa	2 563	44 339	5,3	91,1

Casamentos por meses

Em 2005, mais de metade dos casamentos realizaram-se nos meses de Verão (de Junho a Setembro). Agosto foi o mês mais procurado para aquele acontecimento (**7 632**), seguido de Julho (**6 963**) e Setembro (**6 344**). Em média, foram registados **133** casamentos por dia ao longo de 2005, aumentando para **246** em Agosto, **225** em Julho e **211** em Setembro. Poucos indivíduos optaram por casar nos meses de Inverno. Janeiro e Fevereiro foram os meses com as médias diárias mais baixas para aquele acontecimento (**60** casamentos, em média, por dia).

A maioria dos casamentos (**58%**) celebrou-se ao Sábado, seguindo-se com valores bastante inferiores a Sexta-feira (**11%**) e o Domingo (**8%**).

Figura 6.1.5
Casamentos por meses, Portugal, 2005



Casamentos por forma de celebração

Em Portugal, em 2005, celebraram-se **26 809** casamentos católicos e **21 862** só civis. A tendência decrescente do número de casamentos nos últimos anos tem sido acompanhada pela redução do número de casamentos católicos e pela estabilidade do número de casamentos só civis.

Em proporção, **55,1%** dos casamentos registados naquele ano foram casamentos católicos e **44,9%** só civis, esta última a mais elevada de sempre. A percentagem mais elevada de casamentos católicos registou-se em 1960, com cerca de **91%** do total de casamentos.

Relativamente ao ano de 2004, o número de casamentos católicos diminuiu **4,6%** a nível nacional. Uma diminuição ocorreu igualmente no Norte, Centro, Lisboa e na Região Autónoma dos Açores. No entanto, a proporção de casamentos civis continua mais elevada nas Regiões Autónomas, no Algarve, em Lisboa e no Alentejo, ultrapassando a média nacional.

Figura 6.1.6
Casamentos por forma de celebração, Portugal, 1930-2005

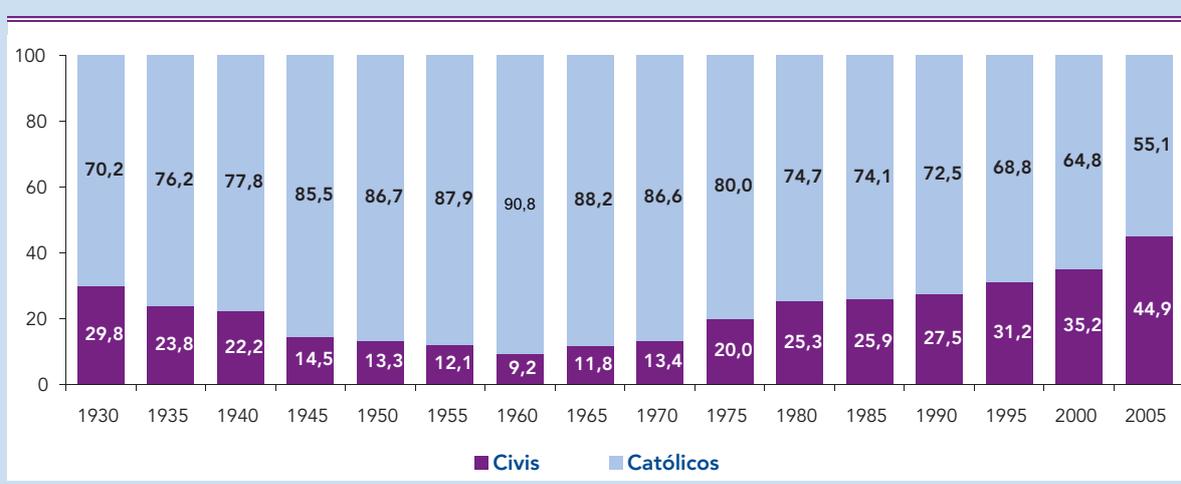
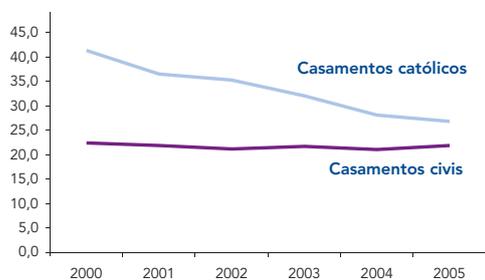


Figura 6.1.7

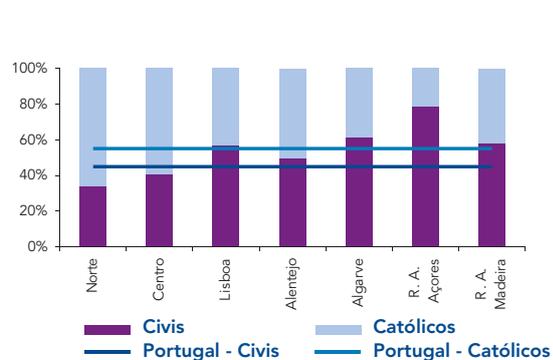
Casamentos por forma de celebração, Portugal e NUTS II, 2000-2005

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Número de casamentos católicos								
2000	41 331	19 420	9 175	8 508	2 030	878	484	836
2001	36 509	16 731	8 302	7 677	1 926	797	366	710
2002	35 301	16 099	7 941	7 408	1 951	833	339	730
2003	32 038	14 698	7 330	6 371	1 762	789	417	671
2004	28 094	13 026	6 588	5 535	1 426	599	354	566
2005	26 809	12 352	6 267	5 124	1 530	639	318	579
Percentagem de casamentos católicos (%)								
2000	64,8	76,2	67,2	55,6	53,6	47,3	26,5	45,5
2001	62,5	74,0	64,9	53,9	53,2	42,9	22,5	43,1
2002	62,5	73,7	65,7	52,5	54,7	46,1	22,6	47,2
2003	59,6	70,6	63,4	48,6	52,7	43,6	27,1	43,1
2004	57,1	68,0	60,7	47,2	49,4	37,6	23,7	38,6
2005	55,1	66,1	59,4	43,2	50,1	38,8	21,2	41,9
Número de casamentos civis								
2000	22 421	6 055	4 480	6 805	1 758	977	1 343	1 003
2001	21 881	5 873	4 492	6 558	1 693	1 062	1 264	939
2002	21 156	5 750	4 143	6 691	1 618	974	1 163	817
2003	21 697	6 130	4 226	6 729	1 581	1 020	1 124	887
2004	21 084	6 135	4 259	6 195	1 461	993	1 140	901
2005	21 862	6 328	4 284	6 739	1 522	1 006	1 181	802
Percentagem de casamentos civis (%)								
2000	35,2	23,8	32,8	44,4	46,4	52,7	73,5	54,5
2001	37,5	26,0	35,1	46,1	46,8	57,1	77,5	56,9
2002	37,5	26,3	34,3	47,5	45,3	53,9	77,4	52,8
2003	40,4	29,4	36,6	51,4	47,3	56,4	72,9	56,9
2004	42,9	32,0	39,3	52,8	50,6	62,4	76,3	61,4
2005	44,9	33,9	40,6	56,8	49,9	61,2	78,8	58,1

Casamentos por forma de celebração (milhares), Portugal, 2000-2005



Casamentos por forma de celebração (%), Portugal e NUTS II, 2005



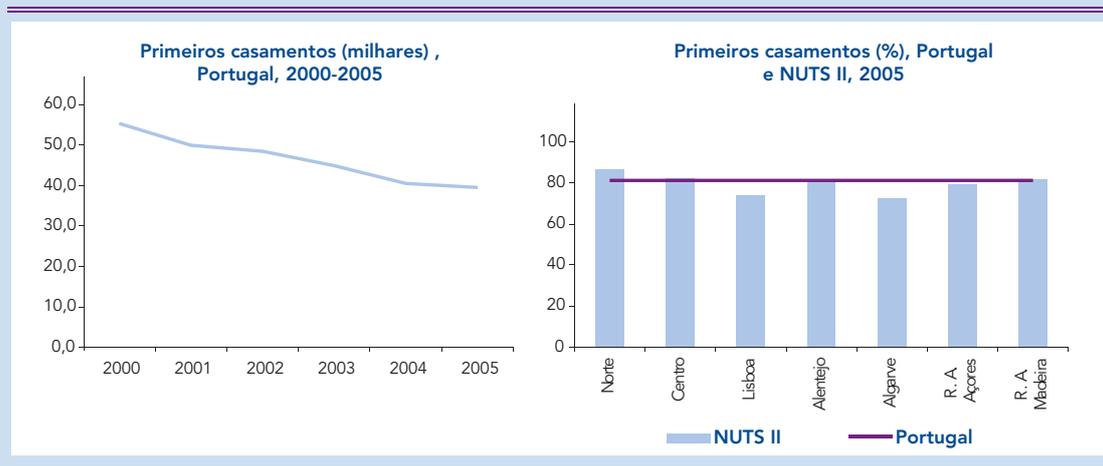
Casamentos por estado civil anterior

Do total de casamentos celebrados em 2005, e segundo a ordem de nupcialidade, 39 535 (81,2%) diziam respeito a primeiros casamentos (mulheres solteiras com homens solteiros), proporção inferior à de 2004 (82,4%). Verificou-se que a nupcialidade de

segunda ordem ou superior era mais frequente nos homens (14,0%) do que nas mulheres (11,6%). Em termos regionais, Lisboa, Alentejo, Algarve e a Região Autónoma dos Açores apresentavam percentagens de primeiros casamentos inferiores à média nacional.

Figura 6.1.8
Primeiros casamentos, Portugal e NUTS II, 2000-2005

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Número de primeiros casamentos								
2000	55 324	23 164	11 959	12 332	3 291	1 452	1 581	1 545
2001	49 958	20 328	11 034	11 291	3 078	1 432	1 387	1 408
2002	48 444	19 687	10 482	11 265	3 019	1 402	1 275	1 314
2003	44 907	18 313	9 796	10 085	2 761	1 360	1 282	1 310
2004	40 512	16 757	9 015	8 874	2 342	1 113	1 221	1 190
2005	39 535	16 149	8 666	8 765	2 447	1 191	1 191	1 126
Percentagem de primeiros casamentos (%)								
2000	86,8	90,9	87,6	80,5	86,9	78,3	86,5	84,0
2001	85,6	89,9	86,2	79,3	85,1	77,0	85,1	85,4
2002	85,8	90,1	86,7	79,9	84,6	77,6	84,9	84,9
2003	83,6	87,9	84,8	77,0	82,6	75,2	83,2	84,1
2004	82,4	87,5	83,1	75,7	81,1	69,9	81,7	81,1
2005	81,2	86,5	82,1	73,9	80,2	72,4	79,5	81,5

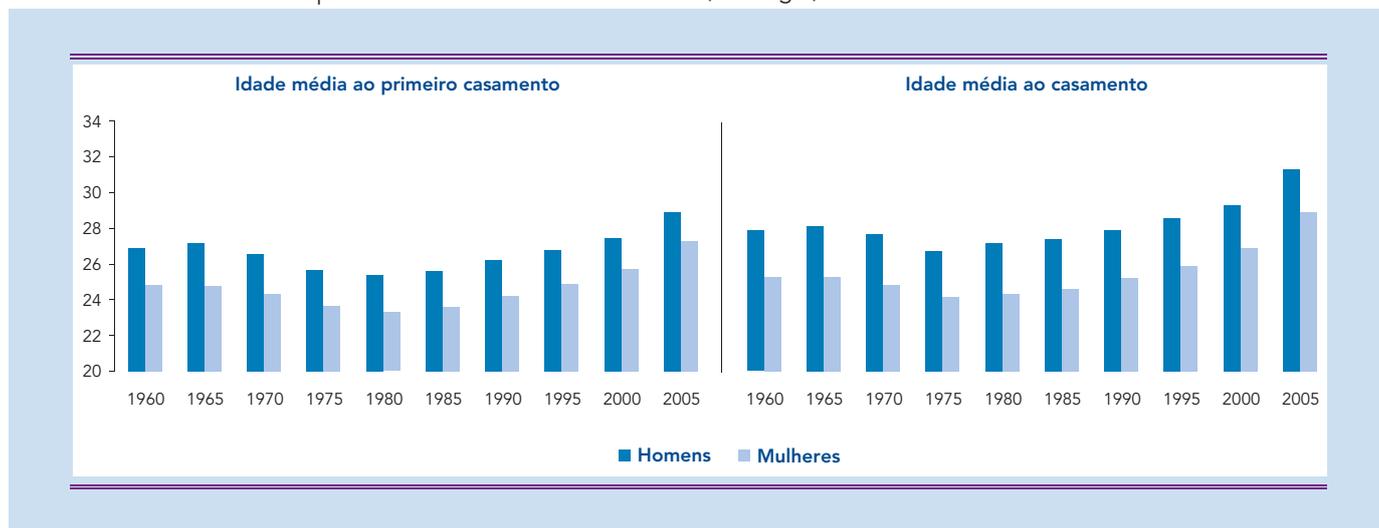


Casamentos por idades dos cônjuges

O retardar da idade ao casamento é uma tendência que se tem mantido ao longo das últimas décadas e para ambos os sexos, embora mais significativamente nas mulheres.

Figura 6.1.9

Idades médias ao primeiro casamento e ao casamento, Portugal, 1960-2005

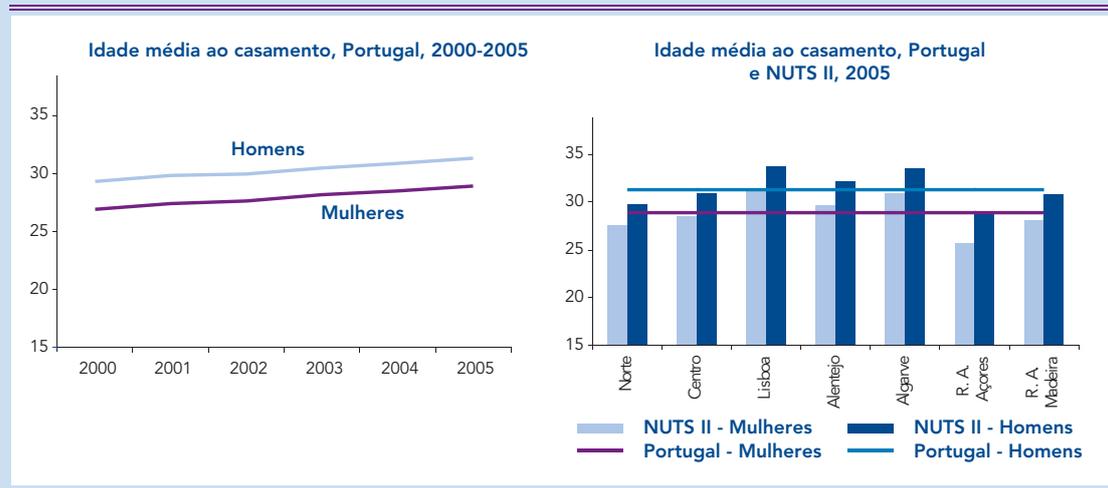


Relativamente a 1960, registou-se um aumento de 3,4 anos para os homens e 3,6 para as mulheres na idade média ao casamento e de 2 anos para os homens e 2,5 anos para as mulheres na idade média ao primeiro casamento.

Figura 6.1.10

Idade média ao casamento, Portugal e NUTS II, 2000-2005

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Idade média ao casamento - Mulheres								
2000	26,9	25,7	26,6	29,1	27,6	28,8	24,0	26,5
2001	27,4	26,2	27,0	29,7	28,0	29,7	24,3	26,6
2002	27,6	26,4	27,3	29,9	28,2	29,0	24,5	27,0
2003	28,2	27,0	27,8	30,5	28,7	30,0	24,8	27,6
2004	28,5	27,2	28,2	30,9	29,0	30,8	25,3	27,7
2005	28,9	27,5	28,6	31,3	29,7	30,9	25,7	28,1
Idade média ao casamento - Homens								
2000	29,3	28,1	29,0	31,4	30,3	31,6	27,2	29,5
2001	29,8	28,6	29,5	31,9	30,5	32,3	27,5	29,5
2002	30,0	28,7	29,6	32,0	30,6	32,0	27,8	29,8
2003	30,5	29,2	30,2	32,7	31,1	32,7	28,0	30,0
2004	30,9	29,5	30,6	33,2	31,5	33,5	28,1	30,6
2005	31,3	29,8	31,0	33,8	32,2	33,6	29,0	30,9



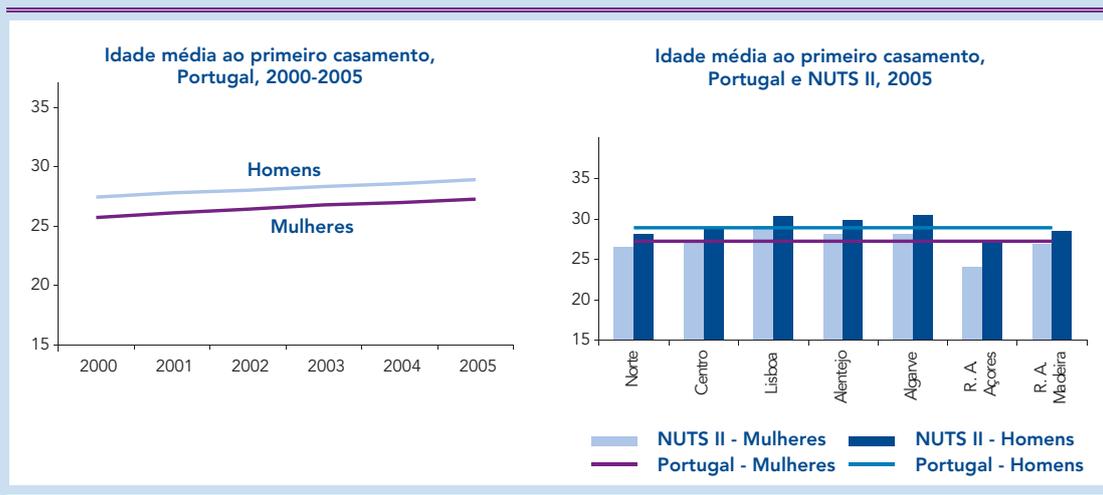
Em 2005, a idade média ao casamento foi de **31,3** anos para os homens e **28,9** anos para as mulheres. Em média, os homens nubentes que casaram naquele ano tinham mais **2,4** anos do que as mulheres nubentes. Esta diferença era mais acentuada na Região Autónoma dos Açores (**3,2** anos), na Região Autónoma da Madeira e no Algarve (**2,7** anos, em ambas as regiões).

A idade média ao primeiro casamento tem vindo igualmente a aumentar para ambos os sexos, situando-se em 2005 em 28,9 anos para os homens e 27,3 anos para as mulheres. Nesta situação, em média, os homens nubentes tinham mais 1,6 anos do que as mulheres nubentes, sendo que na Região Autónoma dos Açores (2,9 anos), Algarve (2,3 anos) e Alentejo (1,8 anos) a diferença era mais significativa.

Figura 6.1.11

Idade média ao primeiro casamento, Portugal e NUTS II, 2000-2005

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Idade média ao primeiro casamento - Mulheres								
2000	25,7	25,0	25,5	27,2	26,4	26,9	23,0	25,7
2001	26,1	25,4	25,8	27,8	26,8	27,5	23,0	25,5
2002	26,4	25,6	26,2	28,0	27,0	27,4	23,5	26,2
2003	26,8	26,1	26,5	28,5	27,3	28,0	23,6	26,7
2004	27,0	26,2	26,8	28,7	27,5	28,3	24,0	26,4
2005	27,3	26,5	27,1	29,0	28,1	28,1	24,1	26,9
Idade média ao primeiro casamento - Homens								
2000	27,5	26,7	27,3	28,7	28,6	29,0	25,7	27,3
2001	27,8	27,1	27,6	29,1	28,9	29,6	25,6	27,5
2002	28,0	27,3	27,9	29,3	28,7	29,4	26,0	27,8
2003	28,4	27,6	28,2	29,7	29,2	29,7	26,2	28,2
2004	28,6	27,8	28,5	30,1	29,4	30,1	26,3	28,5
2005	28,9	28,1	28,7	30,4	29,9	30,4	27,0	28,5



Casamentos com filhos anteriores comuns e não comuns

Em 26,1% dos casamentos celebrados em 2005 existiam filhos anteriores ao casamento, sendo a proporção de casamentos com filhos anteriores não comuns superior à de casamentos com filhos comuns (16,5% e 9,6%, respectivamente). Face ao ano de 2000, verificou-se um aumento de 10,5 pontos percentuais de casamentos com filhos anteriores ao casamento, sendo o aumento mais notório na proporção de casamentos com filhos anteriores

não comuns ao casal (+6,3 pontos percentuais e +4,2 pontos percentuais, relativamente aos casamentos com filhos anteriores comuns).

No ano de 2005, dos casamentos realizados em que os nubentes já possuíam filhos, aqueles tinham, em média, 1,3 filhos comuns (1,4 em 2000) e 2,2 filhos não comuns (2,3 no ano de 2000), sendo que 1,2 filhos eram apenas do marido e 1,0 da mulher.

Figura 6.1.12

Casamentos segundo a existência de filhos comuns e não comuns anteriores ao casamento e o número de filhos, Portugal, 2000-2005

	Casamentos					Filhos			
	Total de casamentos	Com filhos comuns	Sem filhos comuns	Com filhos não comuns	Sem filhos não comuns	Filhos comuns	Filhos não comuns		
							Total	Filhos do marido	Filhos da mulher
2000	63 752	3 411	60 341	6 553	57 199	4 619	14 824	8 105	6 719
2001	58 390	3 338	55 052	6 904	51 486	4 515	15 411	8 335	7 076
2002	56 457	2 908	53 549	6 747	49 710	3 826	14 919	8 196	6 723
2003	53 735	3 637	50 098	7 576	46 159	4 825	16 743	8 924	7 819
2004	49 178	4 188	44 990	7 618	41 560	5 413	16 674	8 967	7 707
2005	48 671	4 664	44 007	8 053	40 618	5 887	17 789	9 502	8 287

Casamentos segundo a residência anterior comum

Em cerca de um quarto dos casamentos realizados em 2005 (24,7%) os nubentes já possuíam residência anterior comum. Esta situação tem vindo a aumentar significativamente nos últimos anos. Entre 2000 e 2005, a proporção de indivíduos naquelas circunstâncias aumentou cerca de 42%.

As diferenças regionais quanto a esta realidade são bem visíveis: em 2005, em cerca de 45% dos casamentos celebrados no Algarve os nubentes possuíam residência comum, seguindo-se-lhe Lisboa (36,5%), com valores bastante acima dos verificados para Portugal. As proporções mais baixas observaram-se no Norte (16,1%) e no Centro (22,4%). A tendência de aumento é comum a todas as regiões.

A distribuição geográfica por NUTS III confirma que é na faixa litoral sul de Portugal que se concentravam as maiores proporções de casamentos com residência anterior comum, destacando-se para além do Algarve (em que coincide a NUTS II com a NUTS III), o Alentejo Litoral (40,2%), a Península de Setúbal (40,0%) e a Grande Lisboa (35,0%).

Em contraste, as NUTS III do Norte apresentavam as proporções mais baixas: 8,2% no Tâmega e 11,1% no Cávado, seguidas de algumas NUTS III do Centro, tais como a Beira Interior Norte, com 11,3%, e a Cova da Beira, com uma proporção de 13,3%.

Figura 6.1.13

Casamentos com residência anterior comum, Portugal e NUTS II, 2000-2005

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Número de casamentos com residência anterior comum								
2000	8 474	1 758	1 622	3 144	753	634	290	273
2001	9 553	1 987	1 973	3 566	763	692	300	272
2002	10 208	2 290	1 937	3 896	795	766	273	251
2003	11 072	2 664	2 192	4 016	853	736	321	290
2004	11 067	2 692	2 278	3 924	776	709	361	327
2005	12 046	3 008	2 364	4 327	891	732	393	331
Percentagem de casamentos com residência anterior comum (%)								
2000	13,3	6,9	11,9	20,5	19,9	34,2	15,9	14,8
2001	16,4	8,8	15,4	25,1	21,1	37,2	18,4	16,5
2002	18,1	10,5	16,0	27,6	22,3	42,4	18,2	16,2
2003	20,6	12,8	19,0	30,7	25,5	40,7	20,8	18,6
2004	22,5	14,0	21,0	33,5	26,9	44,5	24,2	22,3
2005	24,7	16,1	22,4	36,5	29,2	44,5	26,2	24,0

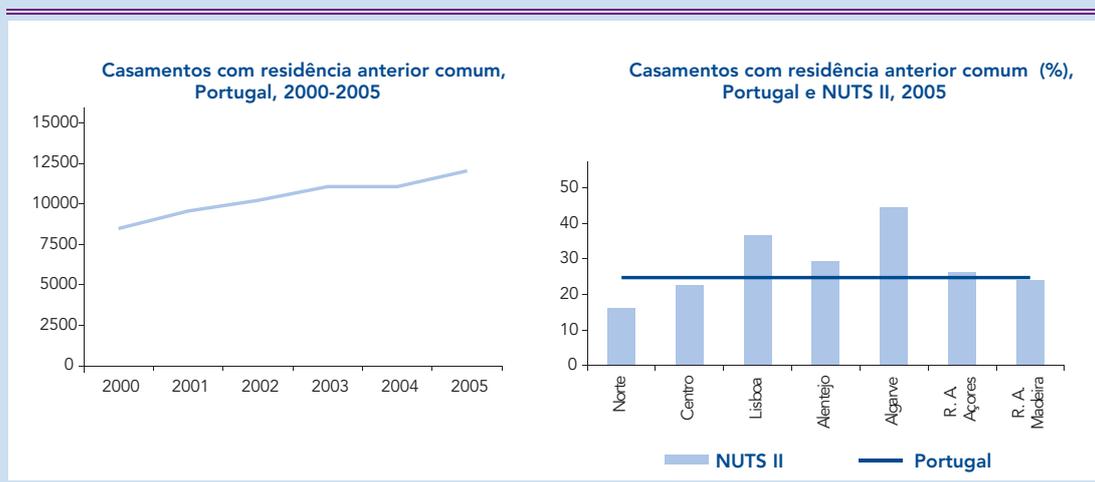
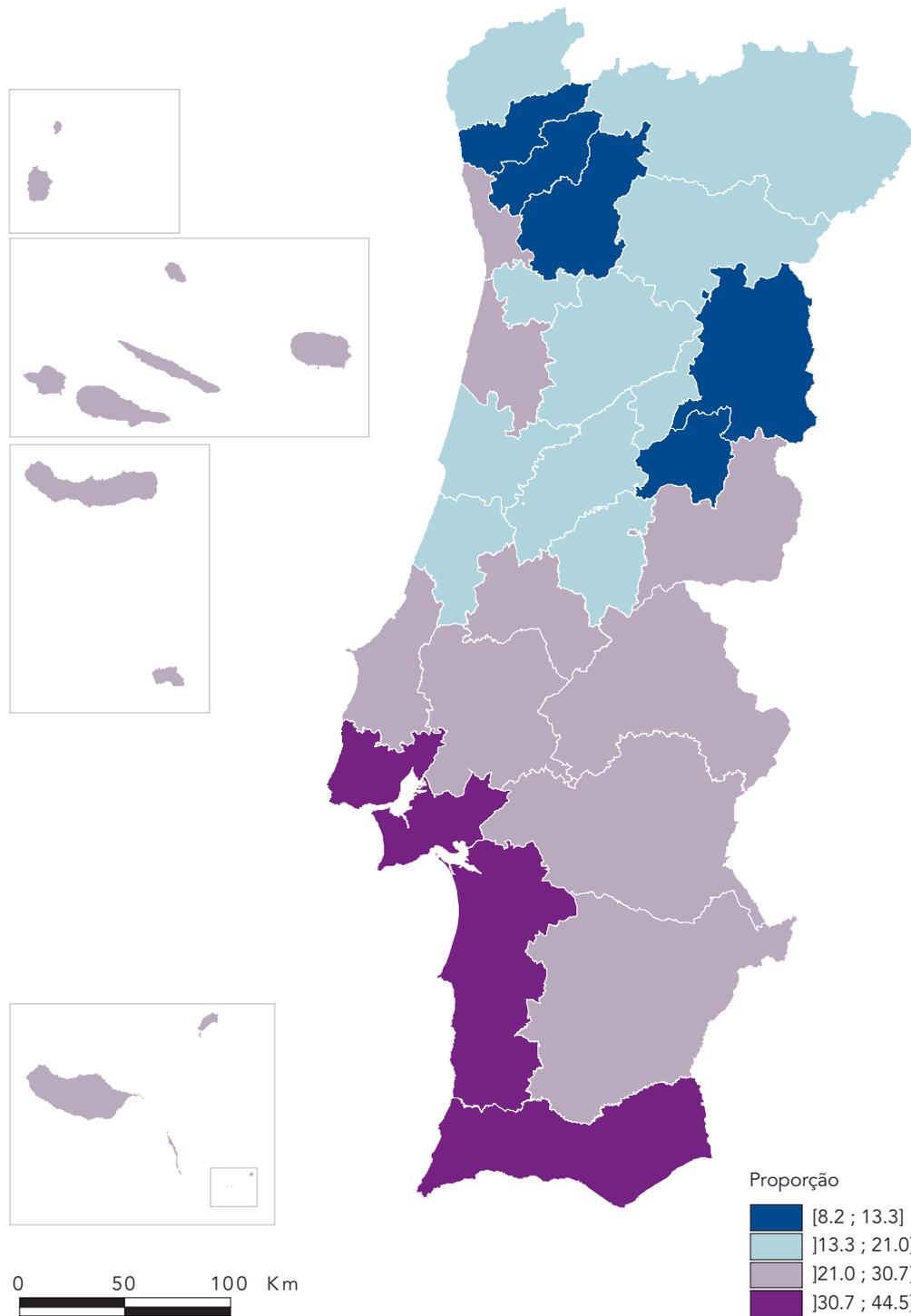


Figura 6.1.14
Casamentos com residência anterior comum, NUTS III, 2005



6.2 Casamentos dissolvidos por morte

Em Portugal, em 2005, ocorreram **46 586** casamentos dissolvidos por morte do cônjuge. Destas dissoluções resultaram **13 502** viúvos e **33 084** viúvas. A viuvez afecta sobretudo as mulheres devido à sobremortalidade masculina. A taxa bruta de viuvez das mulheres, naquele ano, mais do que duplica a dos homens (**2,6** por mil homens e **6,1** por mil mulheres). Estas taxas revelam uma tendência de ligeiro decréscimo ao longo dos últimos anos.

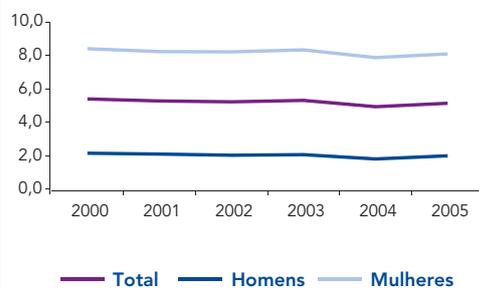
A nível de NUTS II, o Alentejo detinha a taxa de viuvez mais elevada (**5,9** por mil habitantes), seguido pelo Centro (**5,1‰**) e o Algarve (**4,9‰**), com taxas superiores à nacional. Estas são igualmente as regiões que apresentaram as maiores proporções de idosos.

Figura 6.2.1

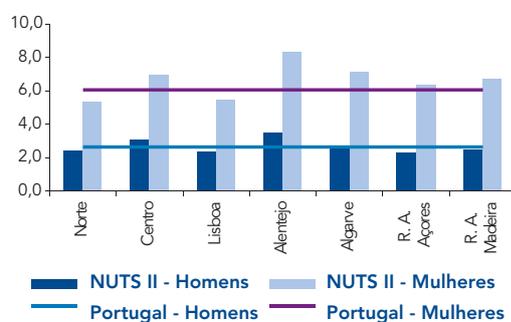
Casamentos dissolvidos por morte e taxas brutas de viuvez (por mil habitantes), Portugal e NUTS II, 2000-2005

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Número de casamentos dissolvidos por morte								
2000	46 435	14 242	12 230	11 039	4 624	1 935	1 134	1 219
2001	46 042	14 450	12 211	10 683	4 451	1 940	1 070	1 225
2002	46 140	14 283	12 496	10 553	4 541	1 949	1 145	1 173
2003	46 902	14 920	12 447	10 544	4 667	1 978	1 140	1 206
2004	45 033	13 947	11 889	10 760	4 272	1 945	1 070	1 150
2005	46 428	14 598	12 055	10 989	4 553	2 033	1 048	1 152
Taxa bruta de viuvez (por mil habitantes) - Total								
2000	4,5	3,9	5,3	4,2	6,0	5,1	4,8	5,1
2001	4,5	4,0	5,2	4,0	5,8	5,0	4,5	5,1
2002	4,5	3,9	5,3	3,9	5,9	4,9	4,8	4,9
2003	4,5	4,0	5,3	3,9	6,1	4,9	4,8	5,0
2004	4,3	3,7	5,0	3,9	5,6	4,8	4,4	4,7
2005	4,4	3,9	5,1	4,0	5,9	4,9	4,3	4,7
Taxa bruta de viuvez (por mil habitantes) - Homens								
2000	2,7	2,4	3,4	2,4	3,5	2,8	2,6	2,8
2001	2,7	2,4	3,2	2,4	3,4	2,8	2,4	3,1
2002	2,7	2,3	3,3	2,3	3,5	2,7	2,5	2,7
2003	2,7	2,5	3,2	2,2	3,5	2,8	2,5	2,8
2004	2,5	2,2	3,0	2,3	3,2	2,7	2,3	2,8
2005	2,6	2,4	3,1	2,4	3,5	2,7	2,3	2,5
Taxa bruta de viuvez (por mil habitantes) - Mulheres								
2000	6,2	5,3	7,1	5,8	8,4	7,3	6,9	7,1
2001	6,1	5,4	7,2	5,5	8,1	7,2	6,6	6,9
2002	6,1	5,3	7,2	5,4	8,2	7,1	7,0	6,8
2003	6,2	5,5	7,2	5,4	8,6	7,0	7,0	6,9
2004	5,9	5,2	6,9	5,4	7,8	6,8	6,6	6,4
2005	6,1	5,3	6,9	5,5	8,3	7,1	6,3	6,7

Taxa bruta de viuvez (por mil habitantes), Portugal, 2000-2005



Taxa bruta de viuvez (por mil habitantes) por sexo, Portugal e NUTS II, 2005



6.3 Casamentos dissolvidos por divórcio

Em Portugal, em 2005, foram decretados 22 853 divórcios, menos 95 do que em 2004 (23 348). Destes, 22 576 diziam respeito a casais residentes em território nacional e 277 a residentes no estrangeiro (23 161 e 187 divórcios, respectivamente, em 2004).

Evolução desde 1970

A dissolução do casamento por divórcio tem sido um acontecimento demográfico relevante em Portugal nos últimos trinta anos¹⁵. O número de divórcios tem aumentado de forma acentuada desde 1975, ano em que os casados catolicamente passaram a poder obter o divórcio civil¹⁶. Assim, passou-se de cerca de 500 divórcios decretados em 1970, para cerca de 1550 em 1975, ultrapassando os 10 000 no início dos anos noventa e os 20 000 em 2002¹⁷.

As alterações legislativas introduzidas em 2002, relativas aos divórcios por mútuo consentimento decretados nas conservatórias do registo civil, podem justificar o pico do número de divórcios decretados em 2002 (27 708), o mais elevado de sempre. O número de divórcios decretados em 2005 contrariou a tendência de aumento registada desde 2003.

Os valores da taxa bruta de divorcialidade, desde 1970, acompanham a tendência de evolução do número de divórcios decretados, variando entre 0,1‰ em 1970 e 1,8‰ em 2001. Desde 2002 que a taxa bruta de divorcialidade apresenta um valor sempre superior a 2‰, atingindo em 2005 o valor de 2,1 divórcios por mil habitantes, ligeiramente inferior ao do ano anterior (2,2‰). A taxa máxima foi registada em 2002 (2,7‰).

¹⁵ O número de divórcios decretados anteriores a 1970 é residual, não se justificando uma análise detalhada.

¹⁶ A partir de Julho de 1940, data em que entrou em vigor a Decreto-Lei n.º 30615 que regulamentou a Concordata entre a Santa Sé e o Governo Português, os casamentos celebrados catolicamente deixaram de poder ser dissolvidos por divórcio.

¹⁷ Até 1994 era inquirida a residência do cônjuge demandante. De 1969 a 1994, as Estatísticas Demográficas designavam as residências no estrangeiro ou as residências ignoradas por "outras localidades" ou "outras residências". A partir de 1995, a residência passa a referir-se à localização da casa de morada de família, sendo possível individualizar as residências no estrangeiro. Deste modo, a análise apresentada diz respeito à totalidade dos divórcios decretados em Portugal até 1994 e, a partir desse ano, aos divórcios decretados em Portugal de indivíduos residentes apenas em território nacional.

Figura 6.3.1
Divórcios decretados, Portugal, 1970-2005

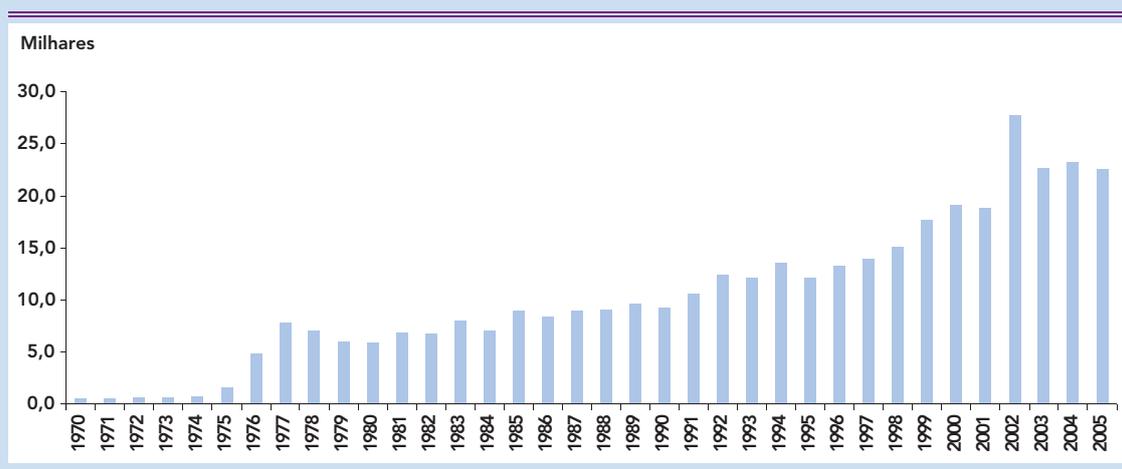


Figura 6.3.2
Taxa bruta de divorcialidade, Portugal, 1970-2005

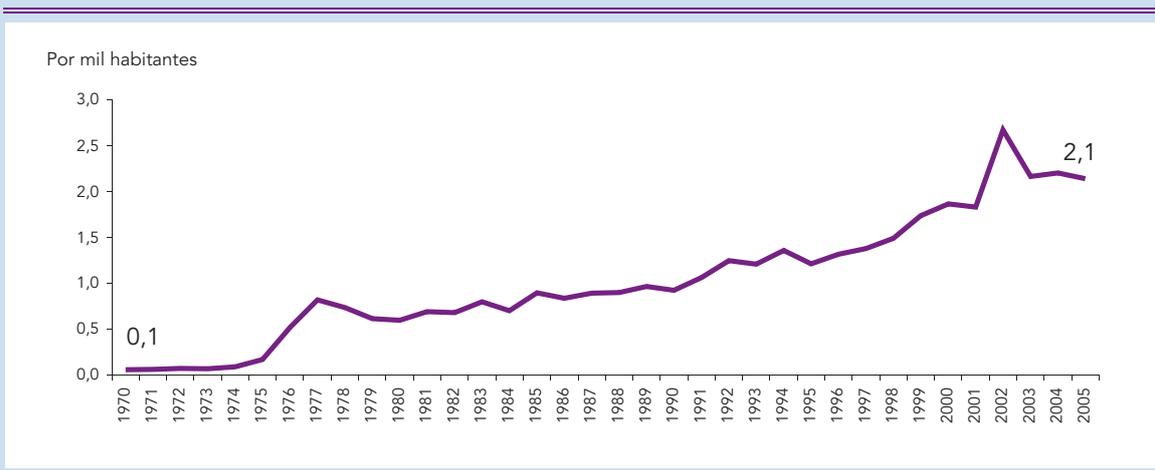
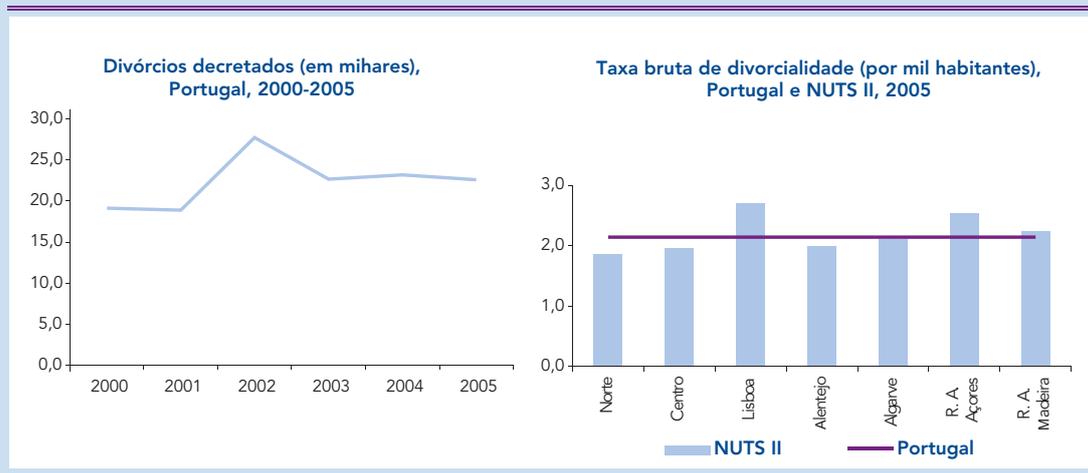


Figura 6.3.3

Divórcios decretados e taxas brutas de divorcialidade, Portugal e NUTS II, 2000-2005¹⁸

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Número de divórcios decretados								
2000	19 104	5 068	3 759	7 030	1 181	1 079	469	518
2001	18 851	5 115	3 689	6 932	1 251	919	502	443
2002	27 708	8 180	5 639	9 517	1 753	1 250	657	712
2003	22 617	6 909	4 754	7 352	1 398	1 043	551	610
2004	23 161	7 170	4 850	7 531	1 420	961	626	603
2005	22 576	6 918	4 649	7 451	1 526	871	613	548
Taxa bruta de divorcialidade (por mil habitantes)								
2000	1,9	1,4	1,6	2,7	1,5	2,8	2,0	2,2
2001	1,8	1,4	1,6	2,6	1,6	2,4	2,1	1,8
2002	2,7	2,2	2,4	3,5	2,3	3,2	2,8	3,0
2003	2,2	1,9	2,0	2,7	1,8	2,6	2,3	2,5
2004	2,2	1,9	2,0	2,7	1,8	2,4	2,6	2,5
2005	2,1	1,9	2,0	2,7	2,0	2,1	2,5	2,2



Nos últimos três anos, a taxa bruta de divorcialidade manteve-se estável nas regiões Norte, Centro e Lisboa, tendo observado um ligeiro decréscimo no Algarve e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Porém, as taxas de divorcialidade mais elevadas verificaram-se na região de Lisboa e nas regiões autónomas, com valores superiores à média nacional.

¹⁸ Os dados para Portugal dizem respeito à totalidade dos divórcios decretados em Portugal de indivíduos residentes apenas em território nacional.

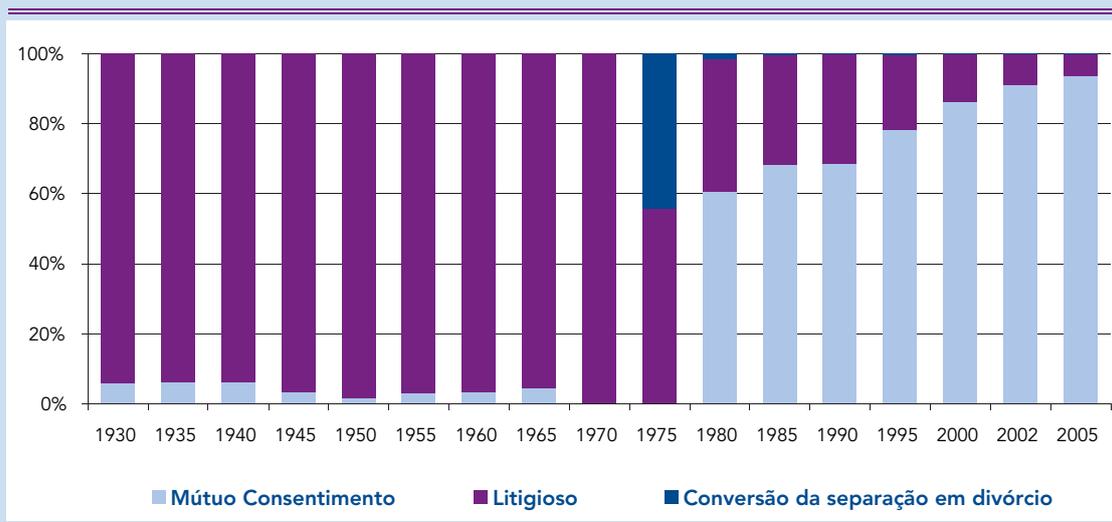
Modalidades e fundamentos do divórcio

A percentagem de divórcios por mútuo consentimento tem vindo a aumentar nos últimos vinte cinco anos, tendo consequentemente diminuído a proporção de divórcios litigiosos (6,3% em 2005, face a 13,5% em 2000 e 37,9% em 1980).

Analisando apenas a modalidade do divórcio litigioso, verifica-se que o principal fundamento apontado para o mesmo tem sido a "Violação culposa dos deveres conjugais" (Artigo 1779º do Código Civil), que em 2005 correspondia a uma proporção de 60,9% do total de divórcios litigiosos (59,6% em 2000 e 70,6% em 1980), seguido pela "Separação de facto" (Artigo 1781º, alínea a, do Código Civil), com 34,3% (35,9% no ano 2000 e 27,8% em 1980)¹⁹.

Figura 6.3.4

Divórcios decretados segundo a modalidade, Portugal, 1930-2005



Idade ao divórcio

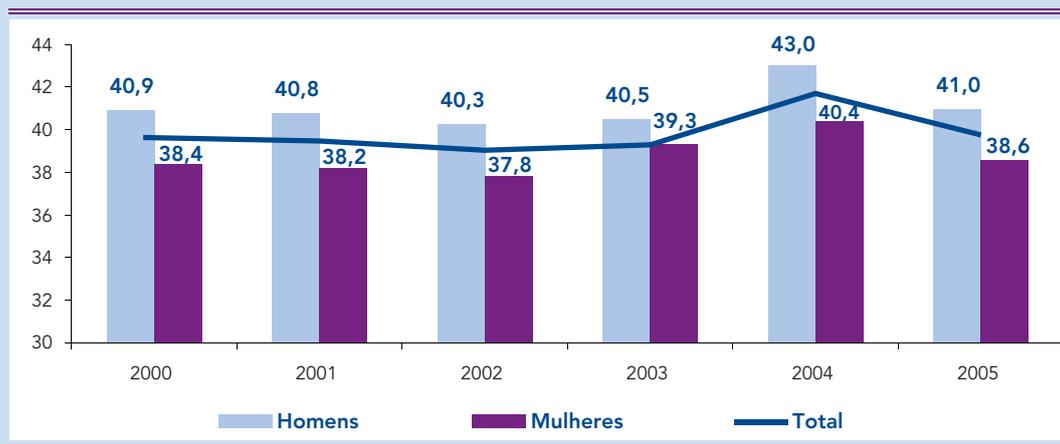
Em 2005, cerca de 40% dos indivíduos que se divorciaram tinham entre 30 a 39 anos. No entanto, a idade média ao divórcio situava-se já perto dos 40 anos (39,8 anos), para ambos os sexos, valor inferior ao do ano anterior, que se fixou em cerca de 42 anos (41,7 anos em 2004 e 39,6 anos em 2000).

A análise do indicador por sexo, desde o ano 2000, revela que a idade média dos homens ao divórcio manteve-se sempre mais elevada do que a idade média das mulheres, situando-se em 2005 em 41 anos para os homens e 38,6 anos para as mulheres.

¹⁹ Na leitura desta série devem ser tidas em conta as alterações no regime jurídico do divórcio pela entrada em vigor, em 1 de Junho de 1967, de um novo Código Civil, bem como as alterações de 1977, na sequência da Revolução do 25 de Abril.

Figura 6.3.5

Idade média ao divórcio (anos), por sexo, Portugal, 2000-2005



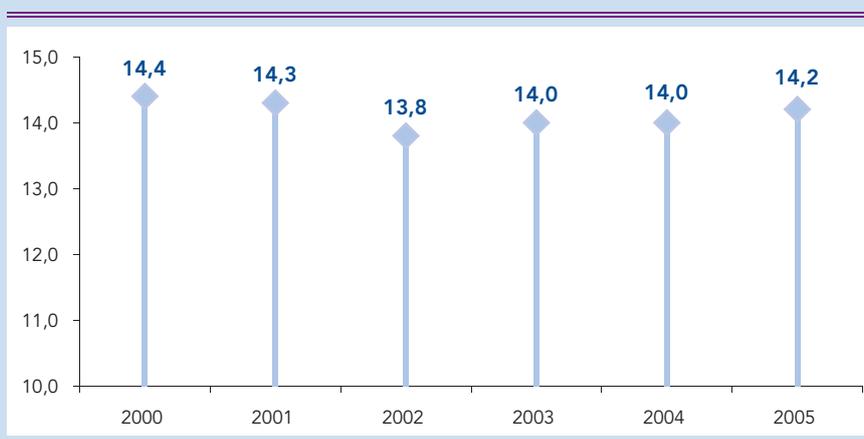
Por duração do casamento

104

Em 2005, a duração média do casamento à data do divórcio era de 14,2 anos, valor inferior ao de 2000 (14,4 anos). Embora este indicador tenha subido ligeiramente de 2003 e 2004 para 2005, a tendência dos anos anteriores foi de decréscimo.

Figura 6.3.6

Duração média do casamento à data do divórcio (anos), Portugal, 2000-2005



Existência de filhos

Cerca de 69% dos casais que se divorciaram em 2005 tinham filhos do casamento dissolvido (67,1% em 2000).

Destes, grande parte tinham dois filhos: 43,9% em 2005 e 41,9% em 2000, seguidos pelos que tinham um filho, com 34,7% e 38,0%, respectivamente, para os mesmos anos.

Observando as idades dos filhos, 42,9% tinham menos de 9 anos, 33,7% entre 10 e 19 anos e 23,4% mais de 20 anos (39,3%, 36,9% e 23,8%, respectivamente, em 2000).

Figura 6.3.7

Divórcios decretados segundo a existência de filhos, número de filhos por escalão e grupo etário dos filhos, Portugal, 2000-2005

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Número de divórcios decretados segundo a existência de filhos						
Total	19 104	18 851	27 708	22 617	23 161	22 576
Com filhos	12 813	12 550	19 040	15 956	16 451	15 561
Sem filhos	6 291	6 301	8 668	6 661	6 710	7 015
Número de filhos do casamento dissolvido por escalão do número de filhos						
Total	19 767	19 478	29 275	24 845	25 344	24 999
1 filho	7 503	7 271	11 037	8 942	9 293	8 680
2 filhos	8 284	8 282	12 762	11 242	11 744	10 966
3 filhos	2 598	2 532	3 684	3 252	2 985	2 415
4 ou +	1 382	1 393	1 792	1 409	1 322	2 938
Número de filhos do casamento dissolvido por grupo etário dos filhos						
0 a 4 anos	2 830	2 884	5 060	4 503	4 757	4 526
5 a 9 anos	4 944	5 056	7 766	6 095	6 287	6 204
10 a 14 anos	4 075	3 954	5 858	4 862	5 041	4 986
15 a 19 anos	3 212	2 891	3 954	3 391	3 227	3 438
20 e + anos	4 706	4 693	6 637	5 994	6 032	5 845

capítulo

7

Fluxos migratórios internacionais
e População estrangeira

Capítulo 7- Fluxos Migratórios Internacionais e População Estrangeira

7.1 FLUXOS MIGRATÓRIOS DA POPULAÇÃO DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA

Solicitações de autorizações de residência

Figura 7.1.1 População estrangeira que solicitou estatuto legal de residente, por principais nacionalidades, 2000-2005

Figura 7.1.2 População estrangeira que solicitou estatuto legal de residente, por sexo e grupo etário, 2000 -2005

Figura 7.1.3 População estrangeira que solicitou estatuto legal de residente, Portugal e NUTSII, 2000-2005

Figura 7.1.4 População estrangeira que solicitou estatuto de residente por país de nascimento (Portugal/estrangeiro), segundo as principais nacionalidades, Portugal, 2000 -2005

Figura 7.1.5 População estrangeira que solicitou estatuto legal de residente por país de nascimento (Portugal/Estrangeiro), grupo etário e sexo, 2000 -2005

Figura 7.1.6 Pirâmides etárias da população estrangeira que solicitou estatuto legal de residente nascida em Portugal e nascida no estrangeiro, 2005

Figura 7.1.7 População estrangeira que solicitou estatuto legal de residente por motivo de entrada especificado e sexo (%), 2000-2005

Figura 7.1.8 População estrangeira que solicitou estatuto legal de residente com 15 ou mais anos, por condição perante a actividade económica e sexo, Portugal, 2000-2005

Autorizações de Permanência concedidas, 2001-2004

Figura 7.1.9 Autorizações de permanência concedidas por principais nacionalidades, Portugal, 2001 – 2004

Vistos de Longa Duração concedidos pelos postos consulares portugueses

Figura 7.1.10 Vistos de longa duração concedidos pelos postos consulares portugueses, por tipo de visto, Portugal, 2000 - 2005

Figura 7.1.11 Vistos de longa duração concedidos pelos postos consulares portugueses, por principais nacionalidades e tipo de visto, Portugal, 2005

População estrangeira que cessou o estatuto de residente

Figura 7.1.12 População estrangeira que cessou estatuto legal de residente, por motivo de cessação e sexo, Portugal, 2000-2005

7.2 STOCK DE POPULAÇÃO DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA

População estrangeira com autorização de residência

Figura 7.2.1 População estrangeira com estatuto legal de residente, Portugal, 1975-2005

Figura 7.2.2 População estrangeira com estatuto legal de residente, por principais nacionalidades, Portugal, 2000-2005

Figura 7.2.3 População estrangeira com estatuto legal de residente, por grupo etário e sexo, Portugal, 2000-2005

Figura 7.2.4 Pirâmide etária da população estrangeira com estatuto legal de residente, Portugal, 2005

Figura 7.2.5 População estrangeira com estatuto legal de residente, por Distrito de residência, 2005

População estrangeira com Autorização de Permanência

Figura 7.2.6 População estrangeira com autorização de permanência prorrogada, por principais nacionalidades e percentagem de prorrogações, Portugal, 2005

Figura 7.2.7 População estrangeira com autorização de permanência prorrogada, por principais nacionalidades e sexo, segundo o grupo etário, Portugal, 2005

Figura 7.2.8 População estrangeira com autorização de permanência prorrogada, por Distrito de residência, 2005

População Estrangeira com visto de longa duração

Figura 7.2.9 População estrangeira com visto de longa duração prorrogado, por principais nacionalidades, segundo o tipo de visto, Portugal, 2005

Figura 7.2.10 População estrangeira com visto de longa duração prorrogado, por grupo etário e sexo, segundo o tipo de visto, Portugal, 2005

Figura 7.2.11 População estrangeira com visto de longa duração prorrogado, segundo o tipo de visto, por Distrito, 2005

FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS e POPULAÇÃO ESTRANGEIRA

A análise das migrações internacionais é particularmente complexa por depender de um conjunto geralmente limitado de fontes, administrativas e outras, cuja correspondência com os conceitos estatísticos utilizados internacionalmente, nomeadamente os constantes nas Recomendações Internacionais sobre Estatísticas das Migrações Internacionais (ONU), não é imediata.

No caso português, para a população de nacionalidade estrangeira, a análise está condicionada pelo quadro legal que regula a entrada e permanência de estrangeiros em território nacional. Assim, os dados disponíveis e que aqui são publicados referem-se à concessão e posse dos diferentes títulos legais.

As migrações internacionais podem ainda ser analisadas segundo diversas perspectivas: nacionalidade, país de nascimento e país de origem/destino dos indivíduos. Neste capítulo, será utilizada a perspectiva da nacionalidade. Será também separada a vertente dos fluxos migratórios, ou seja, entradas anuais, da dos stocks, ou seja, efectivos de nacionalidade estrangeira a residir em território nacional.

Assim, no ponto **7.1** são apresentados os dados relativos aos fluxos migratórios da população estrangeira, tendo como base a informação estatística relativa às solicitações de autorização de residência, concessões de autorizações de permanência e cessações do estatuto de residente, disponibilizada pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), e concessões de vistos de longa duração, disponibilizada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

No ponto **7.2**, e na tentativa de uma aproximação a um stock estatístico de população estrangeira residente em Portugal (estatuto legal), são publicados três subconjuntos de dados, todos oriundos do SEF: população estrangeira com autorização de residência, população estrangeira com autorização de permanência (prorrogações), e população estrangeira com vistos de longa duração (prorrogações).

7.1 Fluxos migratórios da população de nacionalidade estrangeira

Solicitações de autorizações de residência

Durante o ano de 2005 solicitaram autorização de residência em Portugal 13 862 indivíduos de nacionalidade estrangeira, valor inferior ao registado nos últimos anos e que traduz um decréscimo de 15,8% comparativamente a 2004.

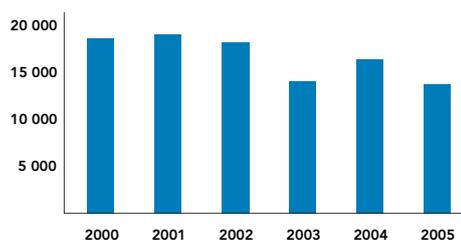
As solicitações de estatuto de residente foram efectuadas maioritariamente por nacionais do Brasil, que representavam mais de um 1/5 do total de solicitações, seguindo-se os nacionais de Cabo Verde, Angola e Reino Unido. No conjunto, estas 4 nacionalidades representavam mais de metade das autorizações de residência solicitadas.

Figura 7.1.1

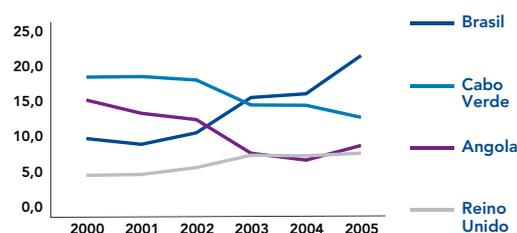
População estrangeira que solicitou estatuto legal de residente, por principais nacionalidades, Portugal, 2000-2005

	2000*	2001*	2002*	2003*	2004**	2005***
Número de solicitações de autorização de residência						
Total	18 753	19 135	18 311	14 108	16 462	13 862
Brasil	1 834	1 717	1 942	2 202	2 661	2 991
Cabo Verde	3 476	3 556	3 318	2 053	2 387	1 776
Angola	2 862	2 561	2 288	1 089	1 105	1 222
Reino Unido	855	900	1 035	1 046	1 210	1 066
Guiné-Bissau	1 874	2 043	1 686	1 051	831	717
Espanha	1 172	1 491	1 023	754	615	573
Ucrânia	43	42	103	234	1 001	550
Alemanha	842	799	762	703	599	517
São Tomé e Príncipe	705	969	788	426	666	452
França	726	649	585	492	429	365
Solicitações de autorização de residência (%)						
Brasil	9,8	9,0	10,6	15,6	16,2	21,6
Cabo Verde	18,5	18,6	18,1	14,6	14,5	12,8
Angola	15,3	13,4	12,5	7,7	6,7	8,8
Reino Unido	4,6	4,7	5,7	7,4	7,4	7,7
Guiné-Bissau	10,0	10,7	9,2	7,4	5,0	5,2
Espanha	6,2	7,8	5,6	5,3	3,7	4,1
Ucrânia	0,2	0,2	0,6	1,7	6,1	4,0
Alemanha	4,5	4,2	4,2	5,0	3,6	3,7
São Tomé e Príncipe	3,8	5,1	4,3	3,0	4,0	3,3
França	3,9	3,4	3,2	3,5	2,6	2,6

População estrangeira que solicitou estatuto de residente, Portugal, 2000 - 2005



População estrangeira que solicitou estatuto de residente, nacionalidades (%), Portugal, 2000-2005



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Notas: * Dados rectificadados em Setembro de 2006

** Dados provisórios rectificadados em Setembro de 2006

*** Dados provisórios em Setembro de 2006

Face a 2000, e tendo em conta apenas as nacionalidades mais representativas, observa-se que o maior acréscimo no número de solicitações foi proveniente dos nacionais do Brasil; em oposição, o número de solicitações de nacionais de Cabo Verde e Angola decresceu de forma significativa.

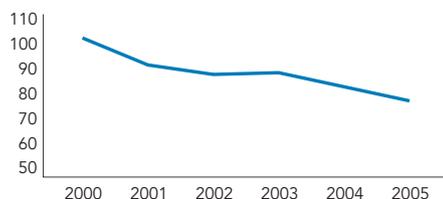
Dos estrangeiros que solicitaram estatuto de residente em 2005, 6 048 eram do sexo masculino e 7 814 do feminino, traduzindo-se numa relação de masculinidade de 77 homens por cada 100 mulheres. O valor deste rácio tem vindo a decrescer: em 2000 era ainda de sentido inverso, com um valor de 103 homens por cada 100 mulheres.

Figura 7.1.2

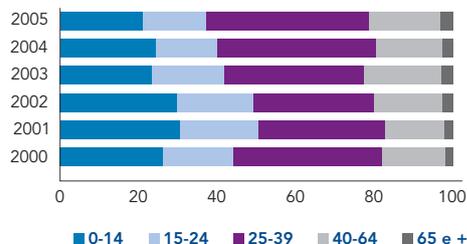
População estrangeira que solicitou estatuto legal de residente, por sexo e grupo etário, Portugal, 2000-2005

		2000*	2001*	2002*	2003*	2004**	2005***
Número de solicitações de autorização de residência							
Total	HM	18 753	19 135	18 311	14 108	16 462	13 862
	H	9 505	9 164	8 572	6 635	7 471	6 048
0-14	HM	4 943	5 867	5 443	3 293	4 023	2 932
	H	2 459	2 971	2 700	1 668	2 007	1 537
15-24	HM	3 311	3 824	3 557	2 613	2 577	2 232
	H	1 548	1 627	1 551	1 080	929	823
25-39	HM	7 097	6 138	5 647	5 004	6 634	5 728
	H	3 747	2 912	2 499	2 274	2 898	2 268
40-64	HM	3 042	2 889	3 151	2 792	2 798	2 539
	H	1 580	1 478	1 602	1 417	1 438	1 202
65 e +	HM	360	417	513	406	430	431
	H	171	176	220	196	199	218
Solicitações de autorização de residência (%)							
Total	HM	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	H	50,7	47,9	46,8	47,0	45,4	43,6
0-14	HM	26,4	30,7	29,7	23,3	24,4	21,2
	H	13,1	15,5	14,7	11,8	12,2	11,1
15-24	HM	17,7	20,0	19,4	18,5	15,7	16,1
	H	8,3	8,5	8,5	7,7	5,6	5,9
25-39	HM	37,8	32,1	30,8	35,5	40,3	41,3
	H	20,0	15,2	13,6	16,1	17,6	16,4
40-64	HM	16,2	15,1	17,2	19,8	17,0	18,3
	H	8,4	7,7	8,7	10,0	8,7	8,7
65 e +	HM	1,9	2,2	2,8	2,9	2,6	3,1
	H	0,9	0,9	1,2	1,4	1,2	1,6

Relação de masculinidade da população que solicitou estatuto de residente, Portugal, 2000-2005



Estrutura etária da população que solicitou estatuto de residente (%), Portugal, 2005



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Notas: * Dados rectificadados em Setembro de 2006

** Dados provisórios rectificadados em Setembro de 2006

*** Dados provisórios em Setembro de 2006

A análise da estrutura etária dos requerentes mostra que esta população era bastante jovem. De facto, 21,2% tinha idade compreendida entre os 0 e os 14 anos, enquanto apenas 3,1% pertencia ao grupo etário 65 ou mais anos. O grupo etário mais representativo era o dos 25 aos 39 anos, que representava 41,3%.

Comparativamente a 2004, o grupo etário mais jovem foi o único a perder importância relativa, sendo o grupo etário 40-64 anos aquele onde o ganho foi superior.

Figura 7.1.3

População estrangeira que solicitou estatuto legal de residente, Portugal e NUTSII, 2000-2005

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira
Número de solicitações de autorização de residência								
2000*	18 753	2 285	1 872	11 008	539	2 429	202	418
2001*	19 135	1 913	1 712	12 168	442	2 356	131	413
2002*	18 311	1 846	1 692	11 303	472	2 307	202	489
2003*	14 108	1 889	1 846	6 998	530	2 095	220	530
2004**	16 462	1 130	2 389	8 059	677	3 275	277	655
2005***	13 862	1 382	1 911	6 970	383	2 518	173	525
Solicitações de autorização de residência (%)								
2000*	100,0	12,2	10,0	58,7	2,9	13,0	1,1	2,2
2001*	100,0	10,0	8,9	63,6	2,3	12,3	0,7	2,2
2002*	100,0	10,1	9,2	61,7	2,6	12,6	1,1	2,7
2003*	100,0	13,4	13,1	49,6	3,8	14,8	1,6	3,8
2004**	100,0	6,9	14,5	49,0	4,1	19,9	1,7	4,0
2005***	100,0	10,0	13,8	50,3	2,8	18,2	1,2	3,8

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Notas: * Dados rectificadados em Setembro de 2006

** Dados provisórios rectificadados em Setembro de 2006

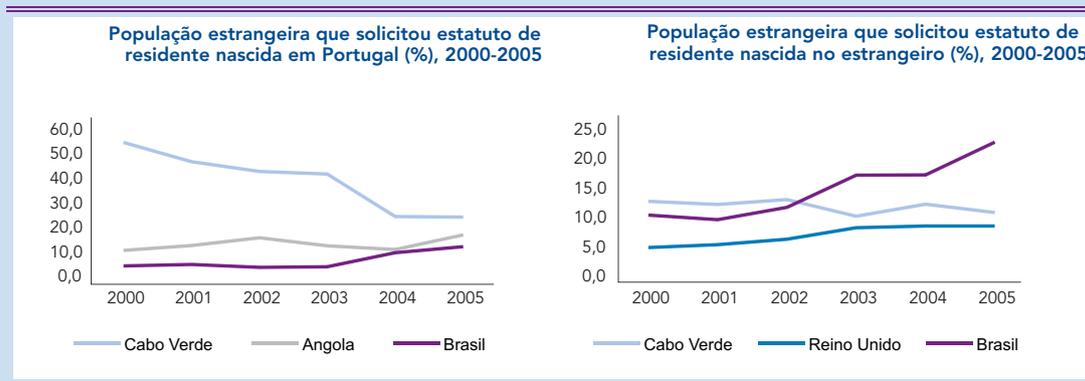
*** Dados provisórios em Setembro de 2006

Em termos de distribuição geográfica, observa-se um padrão dominado pela concentração na região de Lisboa (50,3%), seguindo-se as NUTS II Algarve e Centro com 18,2% e 13,8%, respectivamente.

Figura 7.1.4

População estrangeira que solicitou estatuto legal de residente por país de nascimento (Portugal/ estrangeiro), segundo as principais nacionalidades, Portugal, 2000-2005

	2000*	2001*	2002*	2003*	2004**	2005***
Nascida em Portugal (número)						
Total	2 497	3 405	2 993	1 864	2 754	1 858
Cabo Verde	1 376	1 609	1 293	785	682	456
Angola	273	441	481	238	312	321
Brasil	113	176	119	78	276	231
Guiné-Bissau	214	397	387	248	200	151
São Tomé e Príncipe	106	255	204	123	236	141
China	117	146	153	127	195	114
Ucrânia	1	2	2	2	272	86
Moldávia	1	4	2	2	170	59
Roménia	6	7	15	11	117	53
Bangladesh	-	5	8	15	11	25
Nascida no estrangeiro (número)						
Total	16 256	15 730	15 318	12 244	13 708	12 004
Brasil	1 721	1 541	1 823	2 124	2 385	2 760
Cabo Verde	2 100	1 947	2 025	1 268	1 705	1 320
Reino Unido	820	866	990	1 030	1 196	1 044
Angola	2 589	2 120	1 807	851	793	901
Guiné-Bissau	1 660	1 646	1 299	803	631	566
Espanha	1 157	1 473	1 006	746	603	563
Alemanha	810	765	734	671	574	502
Ucrânia	42	40	101	232	729	464
França	714	632	578	486	422	351
São Tomé e Príncipe	599	714	584	303	430	311



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Notas: * Dados rectificadados em Setembro de 2006

** Dados provisórios rectificadados em Setembro de 2006

*** Dados provisórios em Setembro de 2006

Das 13 862 autorizações de residência solicitadas em 2005, apenas 12 004 corresponderam efectivamente a entradas de estrangeiros no país, uma vez que 1 858 diziam respeito a cidadãos de nacionalidade estrangeira nascidos já em Portugal. Tendo como universo apenas este último subgrupo populacional, as nacionalidades mais representativas eram as de Cabo Verde (24,5%), Angola (17,3%) e Brasil (12,4%).

Salienta-se ainda que, nas nacionalidades mais importantes de nascidos em Portugal, constam os nacionais da China e de vários países do leste da Europa, como sejam a Ucrânia, Moldávia e Roménia. Um outro facto a assinalar é o significativo decréscimo dos nacionais de Cabo Verde desde 2001.

Na população estrangeira que solicitou autorização de residência e que efectivamente entrou em Portugal destacam-se os nacionais do Brasil, com 23,0% do total de solicitações efectuadas por nascidos no estrangeiro. Destacam-se ainda os nacionais de alguns países africanos de língua portuguesa (Cabo Verde, Angola, Guiné Bissau e S. Tomé e Príncipe), a par de algumas nacionalidades europeias, como Reino Unido, Espanha, Alemanha e França.

Figura 7.1.5

População estrangeira que solicitou estatuto legal de residente por país de nascimento (Portugal/Estrangeiro), grupo etário e sexo, 2000-2005

		2000*	2001*	2002*	2003*	2004**	2005***
Nascida em Portugal (número)							
Total	HM	2 497	3 405	2 993	1 864	2 754	1 858
	H	1 250	1 695	1 500	922	1 367	969
0-4	HM	936	1 736	1 650	1 082	2 173	1 411
	H	485	881	802	542	1 097	752
5-9	HM	751	827	682	336	318	243
	H	353	400	364	174	153	120
10-14	HM	541	506	395	258	139	104
	H	273	258	197	129	64	52
15 e +	HM	269	336	266	188	124	100
	H	139	156	137	77	53	45
Nascida no estrangeiro (número)							
Total	HM	16 256	15 730	15 318	12 244	13 708	12 004
	H	8 255	7 469	7 072	5 713	6 104	5 079
0-14	HM	2 715	2 798	2 716	1 617	1 393	1 174
	H	1 348	1 432	1 337	823	693	613
15-24	HM	3 044	3 491	3 295	2 430	2 457	2 135
	H	1 411	1 473	1 418	1 006	877	778
25-39	HM	7 097	6 136	5 645	5 004	6 633	5 726
	H	3 747	2 910	2 497	2 274	2 897	2 268
40-64	HM	3 042	2 888	3 149	2 788	2 798	2 539
	H	1 580	1 478	1 600	1 415	1 438	1 202
65 e +	HM	358	417	513	405	427	430
	H	169	176	220	195	199	218

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

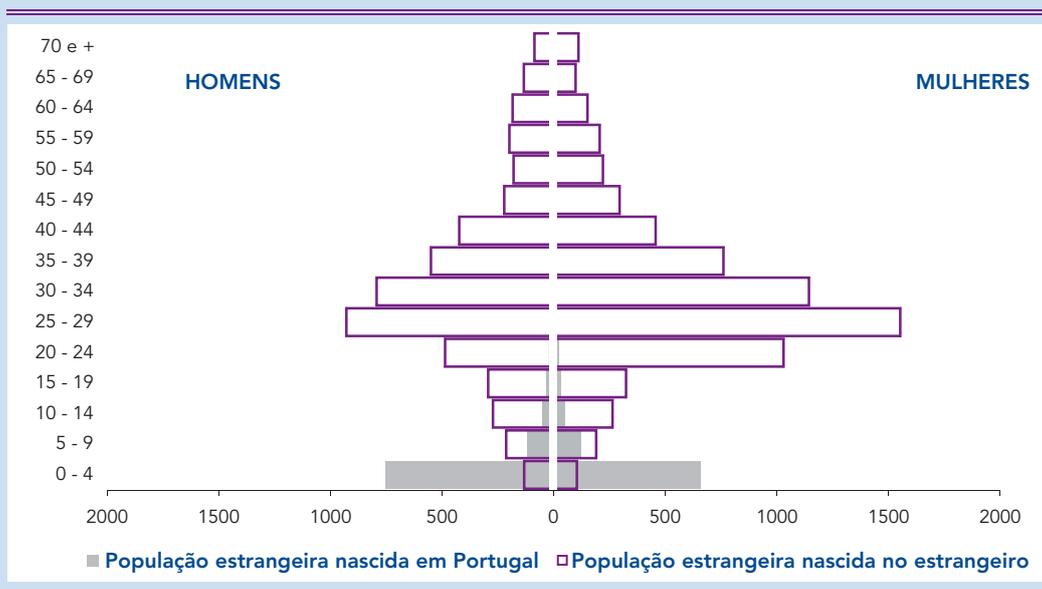
Notas: * Dados rectificadados em Setembro de 2006

** Dados provisórios rectificadados em Setembro de 2006

*** Dados provisórios em Setembro de 2006

Figura 7.1.6

Pirâmides etárias da população estrangeira que solicitou estatuto legal de residente nascida em Portugal e nascida no estrangeiro, 2005



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
 Dados provisórios em Setembro de 2006

Da análise do gráfico das pirâmides etárias da população estrangeira, nascida no estrangeiro e nascida em Portugal e que solicitou estatuto de residente, ressalta a concentração dos requerentes nascidos em Portugal no grupo etário 0 a 4 anos, sendo este o único grupo onde a população natural de Portugal ultrapassa a nascida no estrangeiro.

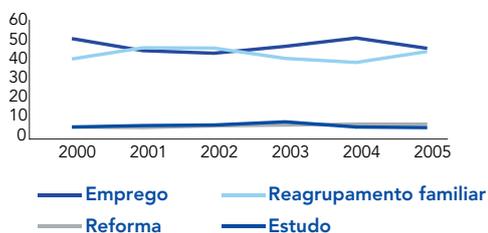
No que respeita à população estrangeira nascida no estrangeiro, a estrutura etária evidencia ainda uma população relativamente jovem, predominante nas idades entre os 20 e os 44 anos e com uma maior proporção de mulheres.

Figura 7.1.7

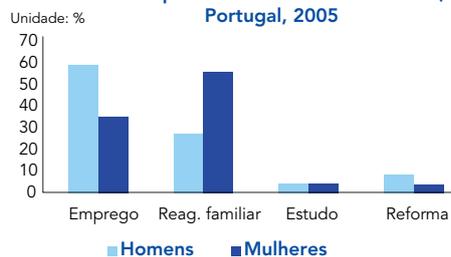
População estrangeira que solicitou estatuto legal de residente por motivo de entrada especificado e sexo (%), Portugal, 2000-2005

		Unidade: %					
		2000*	2001*	2002*	2003*	2004**	2005***
Emprego	HM	50,7	44,4	43,1	46,7	51,0	45,7
	H	62,1	57,4	54,4	58,6	64,8	59,6
	M	37,0	31,0	31,6	34,0	39,9	35,4
Reagrupamento Familiar	HM	40,1	45,9	45,8	40,3	38,3	44,0
	H	28,8	32,8	34,2	29,1	23,1	27,3
	M	53,7	59,3	57,7	52,3	50,4	56,3
Estudo	HM	4,6	5,4	5,7	7,3	4,6	4,3
	H	3,6	4,0	4,8	6,0	4,6	4,4
	M	5,7	6,8	6,7	8,7	4,5	4,2
Reforma	HM	4,6	4,4	5,3	5,7	6,2	6,1
	H	5,5	5,8	6,5	6,3	7,5	8,7
	M	3,5	2,9	4,0	5,0	5,1	4,1

População estrangeira que solicitou estatuto de residente, por motivo de entrada (%), Portugal, 2000- 2005



População estrangeira que solicitou estatuto de residente por motivo de entrada e sexo (%), Portugal, 2005



Em 2005, os principais motivos para a entrada em território nacional²⁰ foram o emprego e o reagrupamento familiar, com importâncias relativas muito próximas, 45,7% e 44,0%, respectivamente.

Analisando a repartição por sexos, o emprego era motivo de entrada para 59,6 % dos homens, enquanto para as mulheres representava apenas 35,4%, situação inversa à verificada para a categoria reagrupamento familiar, onde as mulheres representavam 56,3%, contra 27,3% dos homens.

²⁰ Foi considerada apenas a população estrangeira que solicitou autorização de residência nascida no estrangeiro e com motivo de entrada especificado.

No que respeita à condição perante o trabalho, verifica-se que 49,0% da população com 15 ou mais anos que solicitou estatuto de residente em 2005 era economicamente activa. Destes 87,7% eram empregados.

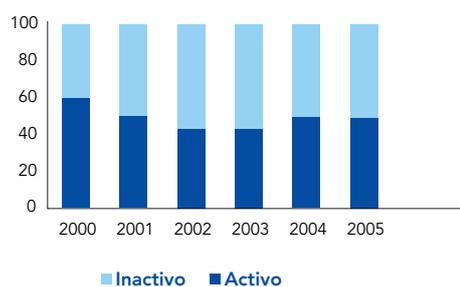
A população inactiva, que totalizava 51,0% do total de estrangeiros, era constituída maioritariamente por mulheres, sendo a categoria *doméstico* a mais representativa (20,4%).

Figura 7.1.8

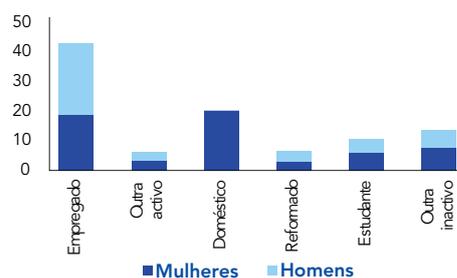
População estrangeira que solicitou estatuto legal de residente com 15 ou mais anos, por condição perante a actividade económica e sexo, Portugal, 2000-2005

		Unidade: n°					
		2000*	2001*	2002*	2003*	2004**	2005***
Total	HM	13 810	13 268	12 868	10 815	12 439	10 930
	H	7 046	6 193	5 872	4 967	5 464	4 511
Activo	HM	8 274	6 691	5 547	4 648	6 183	5 351
	H	5 150	4 070	3 306	2 865	3 495	2 957
Empregado	HM	7 565	5 978	4 740	3 748	5 874	4 691
	H	4 747	3 669	2 873	2 353	3 364	2 643
Outra	HM	709	713	807	900	309	660
	H	403	401	433	512	131	314
Inactivo	HM	5 536	6 577	7 321	6 167	6 256	5 579
	H	1 896	2 123	2 566	2 102	1 969	1 554
Doméstico	HM	2 088	2 454	2 479	2 196	2 344	2 228
	H	13	26	28	22	30	28
Reformado	HM	558	536	632	581	652	710
	H	347	343	410	347	375	405
Estudante	HM	1 637	1 936	1 941	1 342	1 273	1 159
	H	808	901	915	616	559	487
Outra	HM	1 253	1 651	2 269	2 048	1 987	1 482
	H	728	853	1 213	1 117	1 005	634

População estrangeira que solicitou estatuto de residente com 15 ou mais anos, por condição perante o trabalho(%), Portugal, 2000-2005



População estrangeira que solicitou estatuto de residente com 15 ou mais anos, por condição perante o trabalho e sexo (%), Portugal, 2005



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Notas: * Dados rectificadados em Setembro de 2006

** Dados provisórios rectificadados em Setembro de 2006

*** Dados provisórios em Setembro de 2006

Autorizações de Permanência concedidas, 2001-2004

Entre 2001 e 2004 foram concedidas pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras 183 833 autorizações de permanência, a maioria das quais em 2001²¹. Este mecanismo legal foi criado pelo Decreto-Lei 4/2001, de 10 de Janeiro, que permitia que fosse autorizada a permanência em Portugal a estrangeiros que aqui se encontravam, não sendo titulares de visto adequado e que reunissem um conjunto de condições²². Esta figura legal foi revogada em 2003, pelo Decreto-Lei 34/2003.

As autorizações de permanência vieram dar visibilidade a um novo grupo de estrangeiros oriundos de países do leste europeu como sejam da Ucrânia, e em menor escala da Moldávia, Roménia e Rússia. De facto, analisando as nacionalidades mais representativas dos estrangeiros a quem foi concedida Autorização de Permanência, destacavam-se os nacionais da Ucrânia, com 35,0% do total de concessões, seguindo-se os do Brasil (20,5%). De referir ainda a importância de algumas nacionalidades africanas, como sejam as de Cabo Verde, Angola e Guiné-Bissau, e por fim da China e da Índia.

Figura 7.1.9
Autorizações de permanência concedidas por principais nacionalidades, Portugal, 2001-2004

	2001	2002	2003	2004	Total
Número de autorizações de permanência					
Total	126 901	47 657	9 097	178	183 833
Ucrânia	45 233	16 523	2 546	35	64 337
Brasil	23 713	11 373	2 648	31	37 765
Moldávia	8 984	3 080	582	15	12 661
Roménia	7 461	2 866	473	18	10 818
Cabo Verde	5 488	2 523	618	16	8 645
Angola	4 997	2 547	855	29	8 428
Rússia	5 022	1 534	218	6	6 780
Guiné-Bissau	3 239	998	213	5	4 455
China	3 348	500	41	0	3 889
Índia	2 828	553	69	4	3 454
Autorizações de permanência (%)					
Ucrânia	35,6	34,7	28,0	19,7	35,0
Brasil	18,7	23,9	29,1	17,4	20,5
Moldávia	7,1	6,5	6,4	8,4	6,9
Roménia	5,9	6,0	5,2	10,1	5,9
Cabo Verde	4,3	5,3	6,8	9,0	4,7
Angola	3,9	5,3	9,4	16,3	4,6
Rússia	4,0	3,2	2,4	3,4	3,7
Guiné-Bissau	2,6	2,1	2,3	2,8	2,4
China	2,6	1,0	0,5	0,0	2,1
Índia	2,2	1,2	0,8	2,2	1,9

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

²¹ A acentuada diminuição no número de autorizações de permanência concedidas entre 2001 e 2004 decorre do facto de ter sido definida, com a publicação do 1º Relatório sobre Oportunidades de Emprego, a data de 31 de Outubro de 2001 como data limite de entrada em Portugal para efeitos de concessão de Autorização de Permanência.

²² Estas condições eram as seguintes: ser titular de contrato de trabalho ou proposta de contrato de trabalho com informação favorável do Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT); não ter sido condenado por sentença transitada em julgado em pena privativa de liberdade de duração superior a 6 meses; não ter sido sujeito a medida de afastamento do país e se encontre no período subsequente de interdição de entrada em Portugal; não estar indicado para efeitos de não admissão no âmbito do Sistema de Informação Schengen por qualquer das partes contratantes; não estar indicado para efeitos de não admissão no sistema integrado de informações do SEF.

Vistos de Longa Duração concedidos pelos postos consulares portugueses²³

Durante o ano de 2005, foram concedidos pelos postos consulares portugueses 16 088 vistos de longa duração, ou seja, que permitiam a permanência do indivíduo estrangeiro em território português por um período máximo de um ano.

A maior parte dos vistos foram concedidos por motivo de trabalho (48,1%), tendo os motivos de estada temporária e de estudo importâncias relativas próximas, com valores de 26,7% e 25,2% respectivamente.

²³ O regime de concessão de vistos é regulado pela legislação relativa à entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional - Decreto-Lei 244/98, de 8 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei 97/99, de 26 de Julho e pelos Decretos-Lei 4/2001, de 10 de Janeiro e 34/2003, de 25 de Fevereiro. A respectiva regulamentação encontra-se definida no Decreto Regulamentar 6/2004, de 26 de Abril. Os tipos de vistos de longa duração existentes são os seguintes:

Visto de estudo - Destina-se a permitir ao seu titular a entrada em território português a fim de:

- a) Seguir um programa de estudos num estabelecimento de ensino oficialmente reconhecido;
- b) Realizar trabalhos de investigação científica para obtenção de um grau académico ou de interesse científico comprovado por estabelecimento de ensino oficialmente reconhecido;
- c) Frequentar um estágio complementar de estudos concluídos no País ou no estrangeiro;
- d) Frequentar estágios em empresas, serviços públicos ou centros de formação que não sejam considerados estabelecimentos oficiais de ensino.

O visto de estudo é válido para múltiplas entradas e pode ser concedido para permanência até um ano.

Visto de trabalho - Destina-se a permitir ao seu titular a entrada em território português a fim de exercer temporariamente uma actividade profissional, subordinada ou não.

O visto de trabalho compreende os seguintes tipos:

- a) Visto de trabalho I, para exercício de uma actividade profissional no âmbito do desporto ou no âmbito dos espectáculos;
- b) Visto de trabalho II, para exercício de uma actividade de investigação científica ou actividade que pressuponha um conhecimento técnico altamente qualificado, em ambos os casos devidamente comprovadas por entidade pública competente;
- c) Visto de trabalho III, para exercício de uma actividade profissional independente no âmbito de uma prestação de serviços;
- d) Visto de trabalho IV, para exercício de uma actividade profissional subordinada.

O visto de trabalho é válido para múltiplas entradas em território nacional e pode ser concedido para permanência até um ano.

Visto de estada temporária - Destina-se a permitir a entrada em território nacional ao seu titular para:

- a) Tratamento médico em estabelecimentos de saúde oficiais ou oficialmente reconhecidos;
- b) Acompanhamento de familiares de titulares de visto de estudo e visto de trabalho;
- c) Reagrupar os familiares de titulares de autorização de permanência;
- d) Casos excepcionais, devidamente fundamentados.

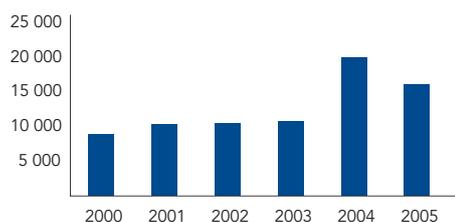
O visto de estada temporária é válido para múltiplas entradas e pode ser concedido para permanência até um ano.

Figura 7.1.10

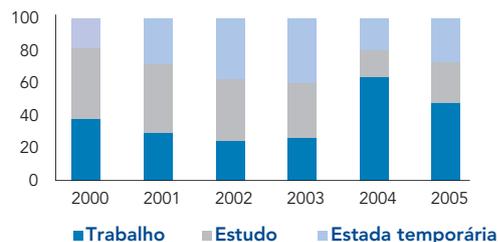
Vistos de longa duração concedidos pelos postos consulares portugueses, por tipo de visto, Portugal, 2000-2005

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Número de vistos						
Total	8 897	10 312	10 484	10 755	19 956	16 088
Trabalho	3 372	3 024	2 607	2 824	12 779	7 737
Tipo I	849	927	693	570	740	912
Tipo II	-	-	-	9	91	171
Tipo III	545	380	546	300	336	251
Tipo IV	1 978	1 717	1 368	1 945	11 612	6 403
Estada Temporária	1 610	2 896	3 922	4 273	3 897	4 300
Estudo	3 915	4 392	3 955	3 658	3 280	4 051
Vistos (%)						
Trabalho	37,9	29,3	24,9	26,3	64,0	48,1
Tipo I	9,5	9,0	6,6	5,3	3,7	5,7
Tipo II	-	-	-	0,1	0,5	1,1
Tipo III	6,1	3,7	5,2	2,8	1,7	1,6
Tipo IV	22,2	16,7	13,0	18,1	58,2	39,8
Estada Temporária	18,1	28,1	37,4	39,7	19,5	26,7
Estudo	44,0	42,6	37,7	34,0	16,4	25,2

Vistos de longa duração concedidos pelos postos consulares portugueses, Portugal, 2000-2005



Vistos de longa duração concedidos pelos postos consulares, por tipo de visto (%), Portugal, 2000-2005



Fonte: Ministério dos Negócios Estrangeiros - Direcção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas

Nos últimos anos assistiu-se ao aumento do número de vistos concedidos, destacando-se neste contexto o ano de 2004, com um total de 19 956 vistos, sendo 58,2% vistos de trabalho tipo IV²⁴.

²⁴ Este elevado número de vistos decorre da assinatura, em 2003, de um acordo entre o Brasil e Portugal, conhecido informalmente como Acordo Lula, cujo objectivo era o de regularizar a situação dos brasileiros em território português.

Figura 7.1.11

Vistos de longa duração concedidos pelos postos consulares portugueses, por principais nacionalidades e tipo de visto, Portugal, 2005

	Total	Trabalho				Estada temporária	Estudo
		Total	Tipo I	Tipo II	Tipo III		
Número de vistos							
Total	16 088	7 737	912	171	251	6 403	4 051
Brasil	6 726	5 265	284	60	149	4 772	1 140
Cabo Verde	2 146	114	8	0	1	105	1 290
Moldávia	1 500	543	0	0	0	543	6
Ucrânia	1 088	376	30	2	3	341	19
Guiné-Bissau	509	44	3	0	0	41	133
Roménia	491	330	14	13	1	302	148
Rússia	412	335	280	26	1	28	29
São Tomé e Príncipe	385	12	2	0	0	10	114
Moçambique	368	15	8	0	0	7	317
Angola	340	9	2	0	2	5	191
Vistos (%)							
Brasil	41,8	68,0	31,1	35,1	59,4	74,5	28,1
Cabo Verde	13,3	1,5	0,9	0,0	0,4	1,6	31,8
Moldávia	9,3	7,0	0,0	0,0	0,0	8,5	0,1
Ucrânia	6,8	4,9	3,3	1,2	1,2	5,3	0,5
Guiné-Bissau	3,2	0,6	0,3	0,0	0,0	0,6	3,3
Roménia	3,1	4,3	1,5	7,6	0,4	4,7	3,7
Rússia	2,6	4,3	30,7	15,2	0,4	0,4	0,7
São Tomé e Príncipe	2,4	0,2	0,2	0,0	0,0	0,2	2,8
Moçambique	2,3	0,2	0,9	0,0	0,0	0,1	7,8
Angola	2,1	0,1	0,2	0,0	0,8	0,1	4,7

Fonte: Ministério dos Negócios Estrangeiros - Direcção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas

Analisando as nacionalidades dos indivíduos a quem foi concedido um visto de longa duração em 2005, destacavam-se os nacionais do Brasil, que representavam **41,8%** do total de concessões, valor que sobe para **74,5 %** se considerarmos apenas os vistos de trabalho tipo IV. Por sua vez, os nacionais de Cabo Verde, que detinham **13,3%** dos vistos concedidos, eram os mais representativos no que respeita aos vistos de estudo.

No conjunto das nacionalidades mais importantes destacavam-se ainda a Moldava e a Ucraniana, com a primeira a deter a maior proporção nos vistos de estada temporária.

População estrangeira que cessou o estatuto de residente

Durante o ano de 2005 cessaram o estatuto legal de residente (autorização de residência) 1309 indivíduos de nacionalidade estrangeira, sendo o principal motivo de aquisição de nacionalidade portuguesa (71,7%), quer

por naturalização (15,0%), quer por outra via (56,8%) (casamento, filhos menores, adopção).

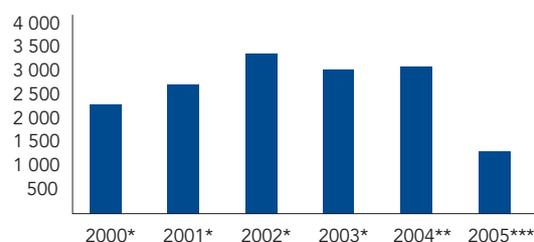
As cessações por motivo de saída voluntária representaram 18,8 % do total de cessações.

Figura 7.1.12

População estrangeira que cessou estatuto legal de residente, por motivo de cessação e sexo, Portugal, 2000-2005

		2000*	2001*	2002*	2003*	2004**	2005***
Número de cessações de autorização de residência							
Total	HM	2 309	2 725	3 379	3 042	3 104	1 309
	H	1 238	1 477	1 867	1 691	1 709	717
Saída voluntária	HM	369	85	143	179	149	246
	H	201	46	67	97	74	113
Aquisição de nacionalidade	HM	1 625	2 217	2 704	2 435	2 768	939
	H	828	1 169	1 476	1 310	1 511	526
Naturalização	HM	419	795	721	762	1 422	196
	H	225	444	433	417	786	109
Outra via	HM	1 206	1 422	1 983	1 673	1 346	743
	H	603	725	1 043	893	725	417
Falecimento	HM	315	423	532	428	187	123
	H	209	262	324	284	124	77

População estrangeira que cessou estatuto legal de residente, Portugal, 2000-2005



População estrangeira que cessou estatuto legal de residente (%), Portugal, 2000-2005



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Notas:

* Dados rectificadados em Setembro de 2006

** Dados provisórios rectificadados em Setembro de 2006

*** Dados provisórios em Setembro de 2006

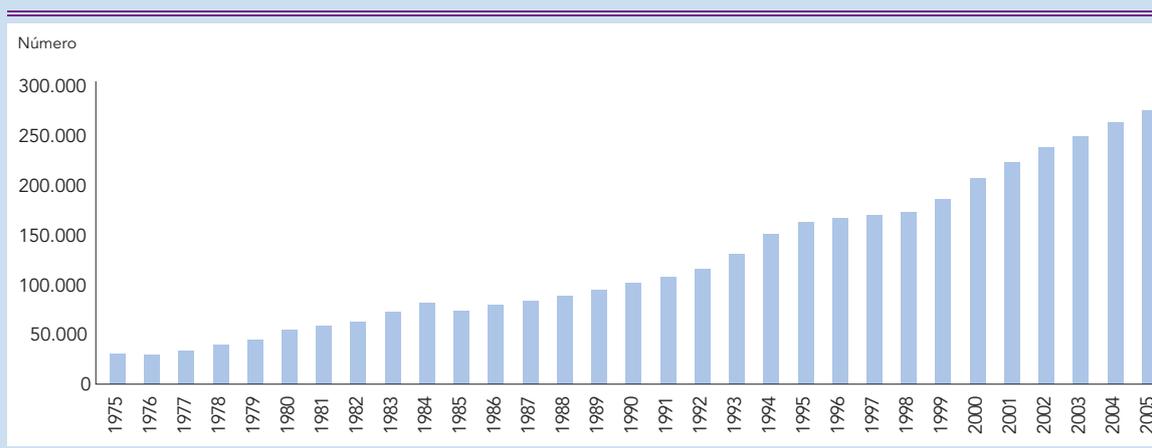
7.2 Stock de população de nacionalidade estrangeira

População estrangeira com autorização de residência²⁵

Em 31 de Dezembro de 2005 possuíam estatuto legal de residente, ou seja, eram titulares de uma autorização de residência, 275 906 cidadãos de nacionalidade estrangeira, valor superior ao registado em 2004 (263 353), e que se traduz num acréscimo anual de 4,8%. A população estrangeira com estatuto legal de residente tem apresentado ao longo das últimas décadas um crescimento contínuo, embora com ritmos ligeiramente diferenciados.

Figura 7.2.1

População estrangeira com estatuto legal de residente, Portugal 1975-2005



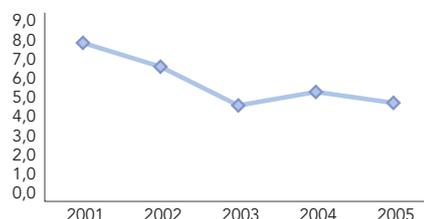
²⁵ O conceito de residente que aqui está subjacente é o conceito legal de cidadão estrangeiro habilitado com um título de residência válido – Autorização de Residência.

Figura 7.2.2

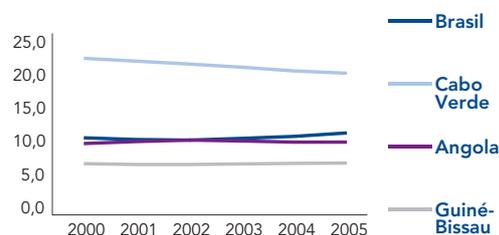
População estrangeira com estatuto legal de residente, por principais nacionalidades, Portugal, 2000-2005

	2000*	2001*	2002*	2003*	2004**	2005***
Número de autorizações de residência						
Total	207 587	223 997	238 929	249 995	263 353	275 906
Cabo Verde	47 093	49 845	52 223	53 434	54 806	56 433
Brasil	22 202	23 422	24 762	26508	28 732	31 546
Angola	20 416	22 751	24782	25616	26520	27 697
Guiné-Bissau	15 941	17 791	19 227	20 041	20 583	21 258
Reino Unido	14 096	14 953	15 903	16860	17977	18 966
Espanha	12 229	13 645	14 599	15 281	15 874	16 383
Alemanha	10 385	11 167	11 878	12 539	13 098	13 571
França	7 193	7 817	8 377	8841	9249	9 602
São Tomé e Príncipe	5 437	6 304	6 968	7279	7829	8 274
EUA	8 022	8 023	8 000	7998	7 992	8 003
Autorizações de residência (%)						
Cabo Verde	22,7	22,3	21,9	21,4	20,8	20,5
Brasil	10,7	10,5	10,4	10,6	10,9	11,4
Angola	9,8	10,2	10,4	10,2	10,1	10,0
Guiné-Bissau	7,7	7,9	8,0	8,0	7,8	7,7
Reino Unido	6,8	6,7	6,7	6,7	6,8	6,9
Espanha	5,9	6,1	6,1	6,1	6,0	5,9
Alemanha	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	4,9
França	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5
São Tomé e Príncipe	2,6	2,8	2,9	2,9	3,0	3,0
EUA	3,9	3,6	3,3	3,2	3,0	2,9

Taxa de crescimento da população estrangeira com estatuto legal de residente, (%), Portugal, 2001-2005



População estrangeira com estatuto legal de residente, por principais nacionalidades (%), Portugal, 2000-2005



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Notas:

* Dados rectificadados em Setembro de 2006

** Dados provisórios rectificadados em Setembro de 2006

*** Dados provisórios em Setembro de 2006

No que respeita ao país de nacionalidade, e à semelhança dos últimos anos, os cidadãos de Cabo Verde eram os mais representativos, com 20,5%, seguindo-se os do Brasil, Angola e Guiné-Bissau; estas quatro nacionalidades eram responsáveis por quase metade (49,6%) do total de estrangeiros titulares de autorização de residência. Nas comunidades com maior dimensão destacava-se ainda um importante conjunto de países europeus, nomeadamente Reino Unido, Espanha, Alemanha e França.

Face a 2000, e analisando apenas as 10 nacionalidades mais representativas, os nacionais de São Tomé e Príncipe e do Brasil foram os que registaram o maior acréscimo, com variações de 52,2% e 42,1%, respectivamente.

Considerando a distribuição por sexo dos estrangeiros titulares de autorização de residência em 2005, verifica-se que o número de homens era superior ao de mulheres (148 700 homens e 127 206 mulheres), correspondendo a uma relação de masculinidade de 117 homens por cada 100 mulheres. Este rácio é inferior ao verificado em 2000, cujo valor era de 132 homens por cada 100 mulheres.

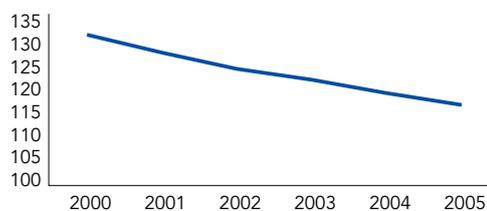
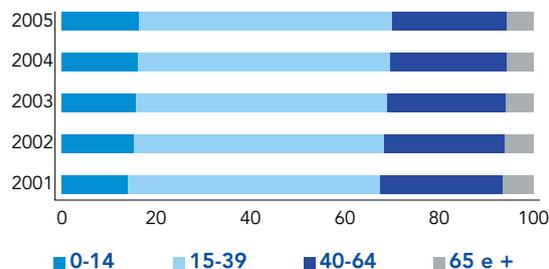
A distribuição por grandes grupos etários mostra que a proporção da população em idade activa (15-64 anos) era bastante elevada (78,0%); os estrangeiros com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos representavam 16,4%, enquanto a proporção de indivíduos com 65 ou mais anos era de 5,6%.

Face a 2001 houve um reforço da população jovem (0-14 anos), em 2,3 p.p, a par de uma diminuição de 0,9 p.p. na população com 65 ou mais anos.

Figura 7.2.3

População estrangeira com estatuto legal de residente, por grupo etário e sexo, Portugal, 2000-2005

		2000*	2001*	2002*	2003*	2004**	2005***
Número de autorizações de residência							
Total	HM	207 587	223 997	238 929	249 995	263 353	275 906
	H	118 271	125 958	132 663	137 607	143 369	148 700
0-14	HM	x	31 585	36 450	39 174	42 572	45 258
	H	x	17 265	19 679	21 053	22 716	24 135
15-39	HM	x	119 606	127 149	133 254	140 899	148 017
	H	x	68 080	71 195	73 735	76 733	79 361
40-64	HM	x	58 341	60 635	62 698	64 726	67 104
	H	x	33 657	34 748	35 717	36 707	37 808
65 e +	HM	x	14 465	14 695	14 869	15 156	15 527
	H	x	6 956	7 041	7 102	7 213	7 396
Autorizações de residência (%)							
Total	HM	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	H	57,0	56,2	55,5	55,0	54,4	53,9
0-14	HM	x	14,1	15,3	15,7	16,2	16,4
	H	x	7,7	8,2	8,4	8,6	8,7
15-39	HM	x	53,4	53,2	53,3	53,5	53,6
	H	x	30,4	29,8	29,5	29,1	28,8
40-64	HM	x	26,0	25,4	25,1	24,6	24,3
	H	x	15,0	14,5	14,3	13,9	13,7
65 e +	HM	x	6,5	6,2	5,9	5,8	5,6
	H	x	3,1	2,9	2,8	2,7	2,7

Relação de masculinidade da população com estatuto legal de residente, Portugal, 2000-2005

Estrutura etária da população com estatuto legal de residente (%), Portugal, 2001 - 2005


Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Notas:

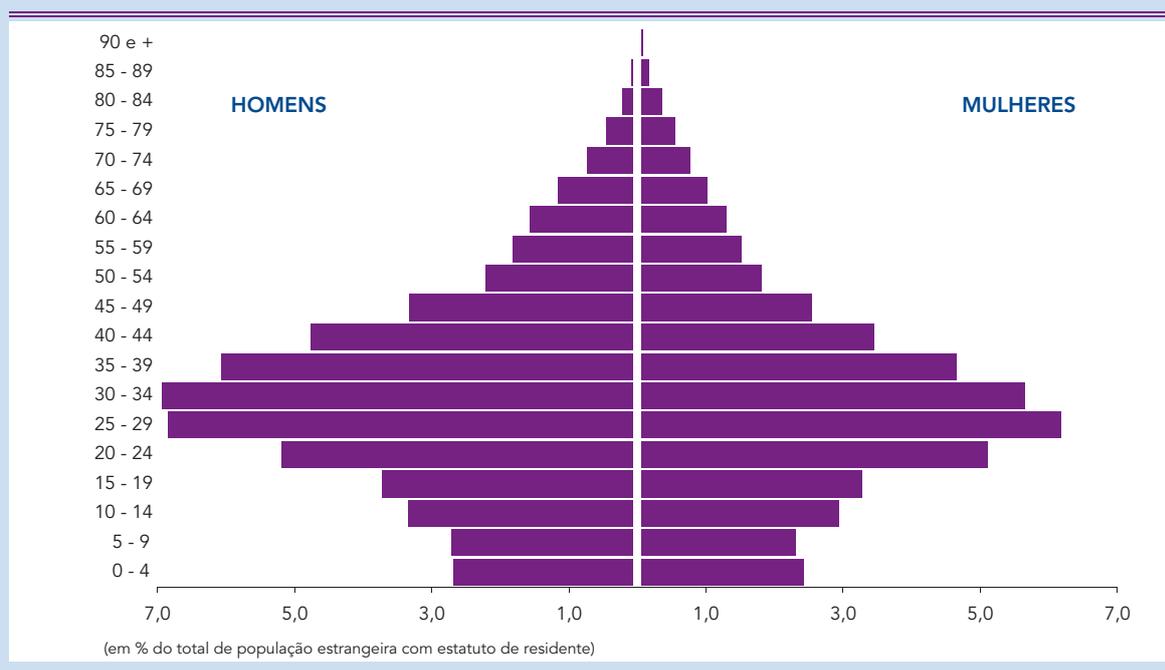
* Dados rectificados em Setembro de 2006

** Dados provisórios rectificados em Setembro de 2006

*** Dados provisórios em Setembro de 2006

Figura 7.2.4

Pirâmide etária da população estrangeira com estatuto legal de residente, Portugal, 2005

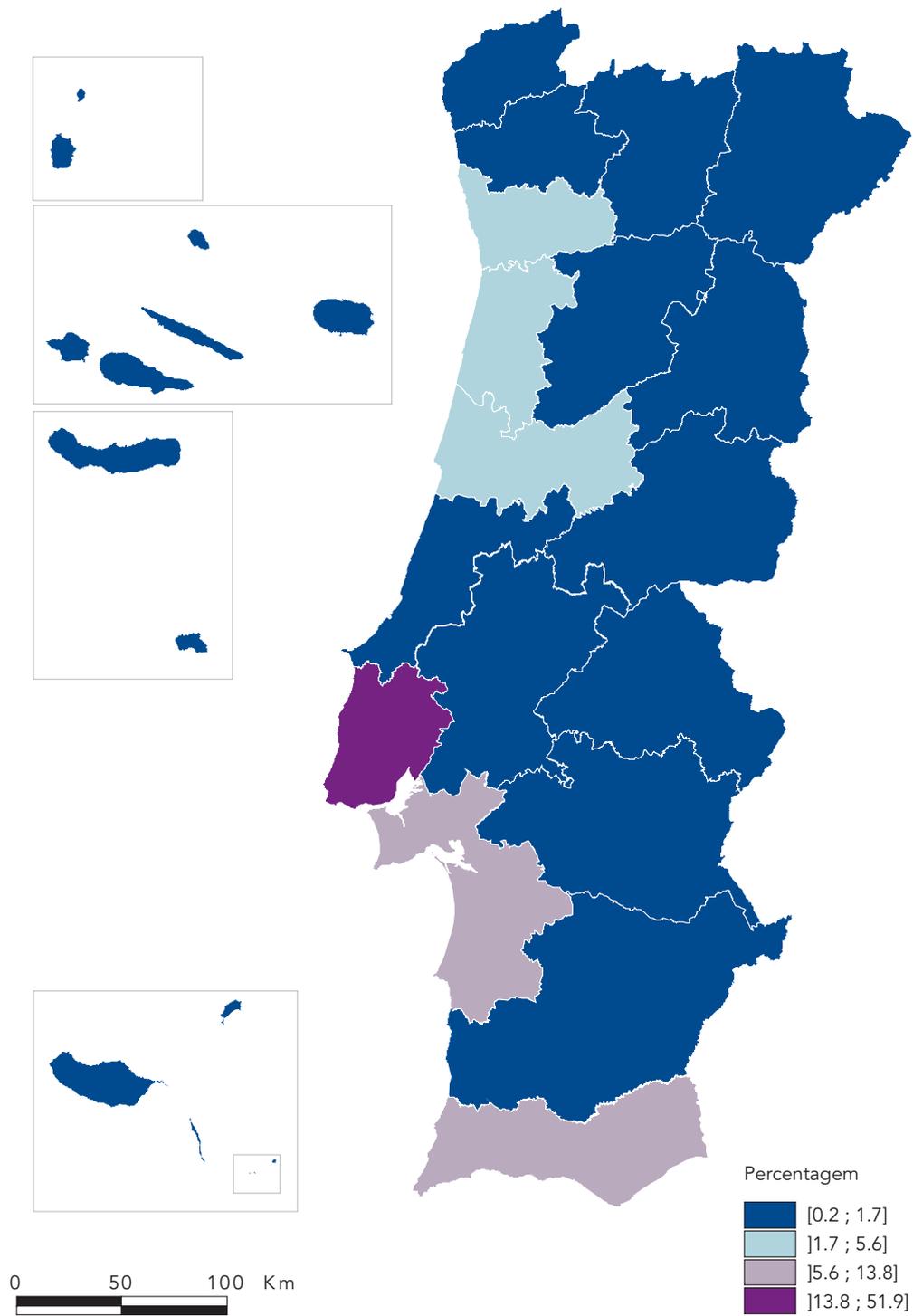


A pirâmide etária retrata uma população jovem, concentrada essencialmente entre os 20 e os 44 anos. Destacavam-se os grupos etários 25-29 anos e 30-34 anos como os mais representativos, totalizando mais de 25% do total da população estrangeira titular de uma autorização de residência.

Relativamente à distribuição geográfica da população estrangeira titular de autorização de residência, verifica-se que esta se concentrava sobretudo no litoral, destacando-se o distrito de Lisboa, que acolhia mais de metade dos estrangeiros (51,9%). Faro e Setúbal, com 13,8% e 11,0%, eram, depois de Lisboa, os distritos com maior proporção de indivíduos estrangeiros com este tipo de título.

Figura 7.2.5

População estrangeira com estatuto legal de residente, por Distrito de residência, 2005



População estrangeira com Autorização de Permanência

Durante o ano de 2005 foram prorrogadas pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras 93 391 autorizações de permanência²⁶, correspondendo a 50,8% do total das concedidas entre 2001 e 2004.

Figura 7.2.6

População estrangeira com autorização de permanência prorrogada, por principais nacionalidades e percentagem de prorrogações, Portugal, 2005

	Autorizações de permanência				Autorizações de permanência prorrogadas / concedidas (%)
	Prorrogadas 2005		Concedidas 2001-2004		
	nº	%	nº	%	
Total	93 391	100,0	183 833	100,0	50,8
Ucrânia	33 434	35,8	64 337	35,0	52,0
Brasil	18 132	19,4	37 765	20,5	48,0
Moldávia	8 325	8,9	12 661	6,9	65,8
Roménia	6 133	6,6	10 818	5,9	56,7
Cabo Verde	5 082	5,4	8 645	4,7	58,8
Angola	3 557	3,8	8 428	4,6	42,2
Rússia	2 744	2,9	6 780	3,7	40,5
China	2 604	2,8	3 889	2,1	67,0
Guiné-Bissau	2 500	2,7	4 455	2,4	56,1
Índia	1 679	1,8	3 454	1,9	48,6

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

As comunidades mais representativas foram, no seguimento das concessões de autorizações de permanência, as da Ucrânia e do Brasil, responsáveis por 35,8% e 19,4%, respectivamente.

Entre as 10 principais nacionalidades, a taxa de prorrogação mais elevada foi a da China, onde 67,0% das autorizações de permanência concedidas foram prorrogadas. Em oposição, surgem os nacionais da Rússia e de Angola, que detêm as percentagens mais baixas, com 40,5% e 42,2%, respectivamente.

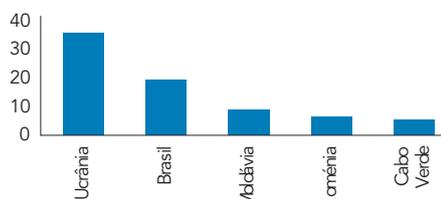
²⁶As autorizações de permanência emitidas podem ser prorrogadas por períodos anuais, desde que subsista por parte do titular o exercício de uma actividade profissional subordinada à data do pedido de prorrogação. O período total da concessão não pode exceder os 5 anos a contar da data da concessão da primeira autorização.

Figura 7.2.7

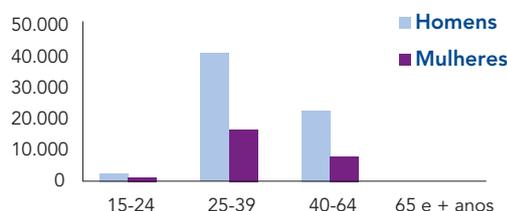
População estrangeira com autorização de permanência prorrogada, por principais nacionalidades e sexo, segundo o grupo etário, Portugal, 2005

		Total	15-24	25-39	40-64	65 e +
Total	HM	93 391	4 023	58 108	31 196	64
	H	66 966	2 649	41 310	22 977	30
Ucrânia	HM	33 434	686	18 738	13 997	13
	H	25 496	452	14 190	10 848	6
Brasil	HM	18 132	1 329	12 309	4 480	14
	H	11 112	797	7 601	2 703	11
Moldávia	HM	8 325	330	4 762	3 233	0
	H	7 108	291	3 959	2 858	0
Roménia	HM	6 133	442	4 150	1 537	4
	H	4 906	341	3 258	1 303	4
Cabo Verde	HM	5 082	194	3 443	1 431	14
	H	2 506	79	1 698	727	2
Angola	HM	3 557	292	2 807	454	4
	H	1 892	179	1 560	152	1
Rússia	HM	2 744	72	1 383	1 289	0
	H	1 668	42	859	767	0
China	HM	2 604	198	1 688	716	2
	H	1 703	117	1 091	495	0
Guiné-Bissau	HM	2 500	136	1 808	556	0
	H	1 923	108	1 411	404	0
Índia	HM	1 679	42	1 242	395	0
	H	1 666	42	1 232	392	0

População estrangeira com autorização de permanência, segundo as principais nacionalidades (%), Portugal, 2005



População estrangeira com autorização de permanência, segundo o grupo etário e sexo (%), Portugal, 2005



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

A população estrangeira a quem foi prorrogada a autorização de permanência em 2005 era constituída maioritariamente por homens, que representavam 71,7% do total. A relação de masculinidade para este subgrupo populacional era de 253 homens por cada 100 mulheres.

Em termos etários, e devido às especificidades inerentes à concessão do próprio título²⁷, verificava-se uma concentração nas idades entre os 25 e os 39 anos, que representavam 62,2% do total; o grupo etário 40-64 anos representava 33,4% e o de 15-24 anos 4,3%. A nacionalidade angolana era a que detinha a maior proporção no grupo etário 15-24 anos (8,2%), a par da menor proporção no

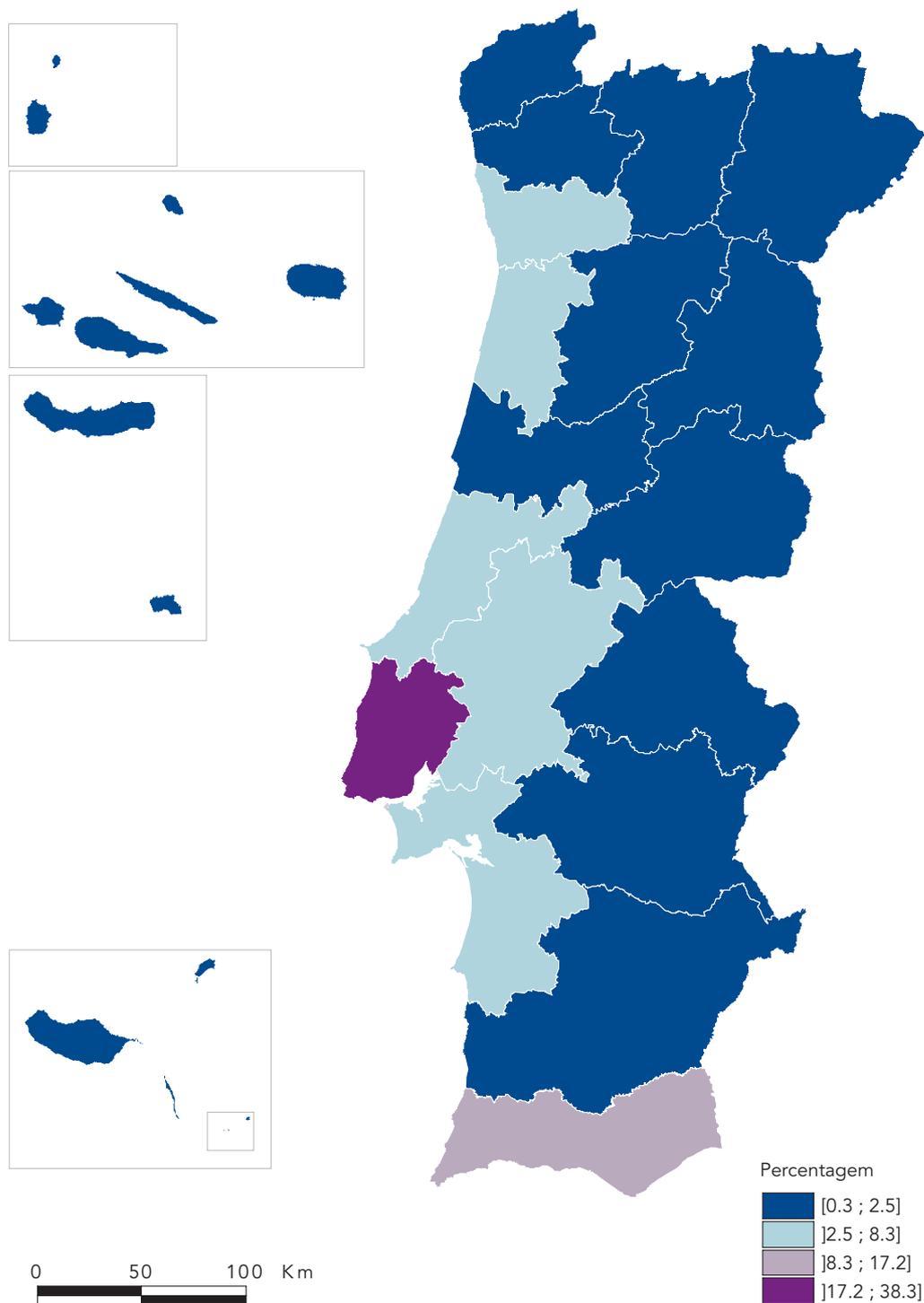
grupo 40-64 anos (12,8%). Em oposição, os nacionais da Rússia eram os que detinham o maior peso relativo nas idades compreendidas entre os 40 e os 64 anos (47,0%).

A população estrangeira a quem foi prorrogada a autorização de permanência em 2005 concentrava-se sobretudo no distrito de Lisboa (38,3%), seguindo-se o de Faro (17,2%) e os de Santarém, Setúbal, Porto e Leiria com valores situados entre os 8,3% e 5,6%. A distribuição geográfica da população com autorização de permanência traduzia-se por uma maior dispersão pelo território português, quando comparada com a da população titular de autorização de residência.

²⁷ Ver ponto 1.2

Figura 7.2.8

População estrangeira com autorização de permanência prorrogada, por Distrito de residência, 2005



População Estrangeira com visto de longa duração

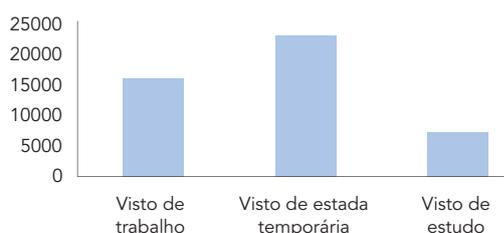
Em 2005 foram prorrogados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras 46 637 vistos de longa duração²⁸, sendo a maioria por motivo de estada temporária (49,7%). Os vistos de trabalho representavam 34,6% e os de estudo 15,7%.

Figura 7.2.9

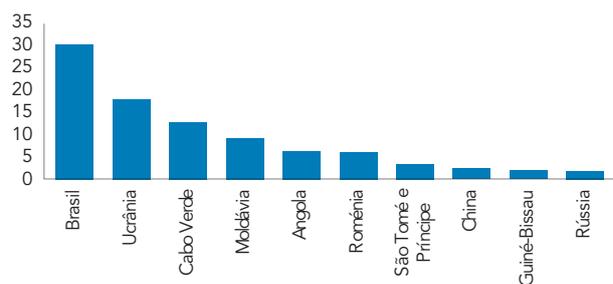
População estrangeira com visto de longa duração prorrogado, por principais nacionalidades, segundo o tipo de visto, Portugal, 2005

	Total	Trabalho					Estada temporária	Estudo
		Total	Tipo I	Tipo II	Tipo III	Tipo IV		
Número de vistos								
Total	46 637	16 137	218	57	244	15 618	23 169	7 331
Brasil	13 976	8 358	99	6	152	8 101	5 074	544
Ucrânia	8 295	2 517	13	4	29	2 471	5 762	16
Cabo Verde	5 942	895	9	0	3	883	1 884	3 163
Moldávia	4 303	828	0	0	0	828	3 467	8
Angola	2 965	272	6	0	3	263	909	1 784
Roménia	2 870	971	13	4	1	953	1 830	69
São Tomé e Príncipe	1 566	138	0	0	0	138	945	483
China	1 116	163	10	8	4	141	877	76
Guiné-Bissau	931	255	2	0	0	253	342	334
Rússia	860	238	20	11	3	204	584	38
Vistos (%)								
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Brasil	30,0	51,8	45,4	10,5	62,3	51,9	21,9	7,4
Ucrânia	17,8	15,6	6,0	7,0	11,9	15,8	24,9	0,2
Cabo Verde	12,7	5,5	4,1	0,0	1,2	5,7	8,1	43,1
Moldávia	9,2	5,1	0,0	0,0	0,0	5,3	15,0	0,1
Angola	6,4	1,7	2,8	0,0	1,2	1,7	3,9	24,3
Roménia	6,2	6,0	6,0	7,0	0,4	6,1	7,9	0,9
São Tomé e Príncipe	3,4	0,9	0,0	0,0	0,0	0,9	4,1	6,6
China	2,4	1,0	4,6	14,0	1,6	0,9	3,8	1,0
Guiné-Bissau	2,0	1,6	0,9	0,0	0,0	1,6	1,5	4,6
Rússia	1,8	1,5	9,2	19,3	1,2	1,3	2,5	0,5

População estrangeira com vistos de longa duração prorrogados, segundo o tipo de visto, Portugal, 2005



População estrangeira com vistos de longa duração prorrogados, segundo as principais nacionalidades (%), Portugal, 2005



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

²⁸ Ver ponto 1.3

A comunidade mais representativa a quem foi concedida uma prorrogação de visto de longa duração foi a brasileira (30,0%), seguindo-se os nacionais da Ucrânia (17,8%) e de Cabo Verde (12,7%).

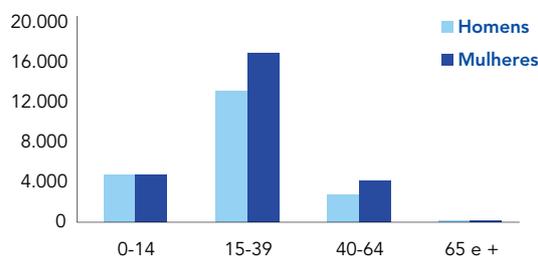
Em termos etários, tratava-se de uma população jovem, com o grupo etário 0-14 anos a representar 20,4%, enquanto os indivíduos com 65 ou mais anos tinham um peso de apenas 0,2%. O grupo etário 15-39 anos era aquele que concentrava a maior parte desta população, com uma proporção de 64,7%.

Figura 7.2.10

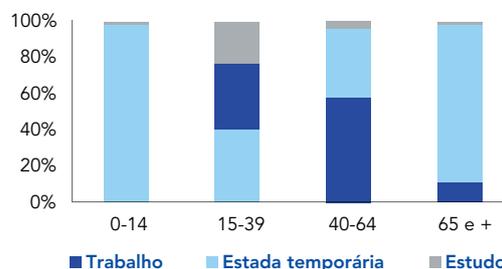
População estrangeira com visto de longa duração prorrogado, por grupo etário e sexo, segundo o tipo de visto, Portugal, 2005

		Total	Total	Trabalho				Estada temporária	Estudo
				Tipo I	Tipo II	Tipo III	Tipo IV		
Total	HM	46 637	16 137	218	57	244	15 618	23 169	7 331
	H	20 679	8 948	129	39	177	8 603	8 025	3706
0-14	HM	9 493	-	-	-	-	-	9 364	129
	H	4 717	-	-	-	-	-	4 647	70
15-39	HM	30 187	12 139	192	46	152	11 749	11 115	6 933
	H	13 182	6 740	112	29	102	6 497	2 959	3 483
40-64	HM	6 884	3 990	26	11	89	3 864	2 626	268
	H	2 754	2 201	17	10	72	2 102	401	152
65 e +	HM	73	8	-	-	3	5	64	1
	H	26	7	-	-	3	4	18	1

População estrangeira com visto de longa duração prorrogado, segundo o grupo etário e sexo, Portugal, 2005



População estrangeira com visto de longa duração prorrogado, segundo o grupo etário e o tipo de visto, (%), Portugal, 2005



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

A análise por tipo de visto evidenciava uma diferenciação das várias comunidades. Assim, enquanto a maior proporção de brasileiros se registava nos vistos de trabalho, os ucranianos detinham uma maior proporção nos vistos de estada temporária, sendo que os cabo-verdianos eram a comunidade mais representativa nos vistos de estudo.

Dos 46 637 indivíduos de nacionalidade estrangeira a quem foi prorrogado um visto de longa duração, 44,3% eram do sexo masculino e 55,7% do feminino.

Conjugando o perfil etário com o tipo de visto de longa duração observa-se que o visto de estada temporária é o mais frequente nos indivíduos dos grupos etários dos 0-14 anos (98,6% tinham este tipo de visto) e dos 65 ou mais anos (87,7%). Para os indivíduos dos restantes grupos etários (15-64) o tipo de visto mais frequente era o de trabalho (43,5%) seguido do de estada temporária (37,1%) e do de estudo (19,4%).

Figura 7.2.11

População estrangeira com visto de longa duração prorrogado, segundo o tipo de visto, por Distrito, 2005

Distrito	Total	Trabalho					Estada temporária	Estudo
		Total	Tipo I	Tipo II	Tipo III	Tipo IV		
Total	46 637	16 137	218	57	244	15 618	23 169	7 331
Aveiro	1 337	674	34	9	6	625	429	234
Beja	607	498	0	0	4	494	77	32
Braga	1 008	391	16	3	30	342	339	278
Bragança	178	72	4	0	0	68	46	60
Castelo Branco	354	116	2	0	2	112	62	176
Coimbra	1 250	349	4	3	3	339	210	691
Évora	656	269	0	0	0	269	239	148
Faro	3 824	2 238	13	15	30	2 180	1 365	221
Guarda	210	101	0	0	0	101	61	48
Leiria	1 531	811	2	0	2	807	548	172
Lisboa	23 322	5 876	47	20	123	5 686	14 209	3 237
Portalegre	734	213	0	1	2	210	462	59
Porto	3 280	1 295	45	2	14	1 234	959	1026
Santarém	3 848	844	0	0	6	838	2 892	112
Setúbal	2 761	1 469	5	2	15	1 447	750	542
Viana do Castelo	190	104	2	0	3	99	58	28
Vila Real	204	84	0	0	1	83	82	38
Viseu	495	215	0	0	0	215	128	152
R.A.Açores	362	200	15	2	1	182	103	59
R.A.Madeira	486	318	29	0	2	287	150	18

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Em termos de distribuição geográfica, e à semelhança do que acontecia com os estrangeiros portadores dos outros títulos legais já analisados, o distrito de Lisboa era aquele que possuía o maior peso relativo, concentrando quase metade dos cidadãos estrangeiros a quem foi prorrogado um visto de longa duração. Seguiam-se Santarém (8,3%), Faro (8,2%) e Porto (7,0%) enquanto distritos com mais prorrogações de vistos de longa duração.

Síntese

Estima-se que, em 2005, residiam ou permaneciam de forma legal em Portugal 415 934 cidadãos de nacionalidade estrangeira, distribuídos entre titulares de autorizações de residência (275 906), de prorrogações de autorizações de permanência (93 391) e de prorrogações de vistos de longa duração (46 637).

A análise conjunta da população estrangeira ao abrigo dos vários títulos legais analisados permite constatar que os nacionais de Cabo Verde (67 457) e do Brasil (63 654) eram as comunidades mais representativas em Portugal. Os nacionais da Ucrânia, com um total de 43 799 indivíduos, assumiam o terceiro lugar em termos de dimensão.

A população de nacionalidade estrangeira era constituída maioritariamente por homens, que representavam 56,8%, contra 43,2% de mulheres; concentrava-se sobretudo na idade activa (83,1%), com a população dos 0-14 anos a representar 13,2% e com idade igual ou superior a 65 anos 3,8%.

A população estrangeira ao abrigo dos vários títulos concentrava-se sobretudo no distrito de Lisboa (48,6%), seguindo-se Faro (13,9%) e Setúbal (9,3%).

capítulo

8

Quadros síntese

índice de quadros

- 8.1.1** População e indicadores demográficos, Portugal, 1995-2005
pág. 135
- 8.1.2** Indicadores demográficos, NUTS III, 2005
pág. 137
- 8.1.3** Movimento da população na União Europeia, 2005
pág. 139
- 8.1.4** Nados-vivos, fetos-mortos, óbitos, casamentos celebrados, dissolvidos e interrompidos (série longa)
pág. 140
- 8.1.5** Nados-vivos, fetos-mortos e óbitos, Município, 2005
pág. 141
- 8.1.6** Casamentos celebrados, dissolvidos e interrompidos, Município, 2005
pág. 150
- 8.1.7** Nados-vivos, fetos-mortos, óbitos, casamentos celebrados, dissolvidos e interrompidos por meses, NUTS II, 2005
pág. 159

Quadro 8.1.1
População e indicadores demográficos, Portugal, 1995-2005

População, indicadores e taxas											
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
POPULAÇÃO											
População Média (Nº)	10 030 376	10 057 861	10 091 120	10 129 290	10 171 949	10 225 836	10 292 999	10 368 403	10 441 075	10 501 970 (a)	10 549 424
População em 31.XII (Nº)	10 043 180	10 072 542	10 109 697	10 148 883	10 195 014	10 256 658	10 329 340	10 407 465	10 474 685	10 529 255 (a)	10 569 592
Relação de Masculinidade Total (%)	93,0	93,1	93,1	93,1	93,2	93,3	93,4	93,4	93,7	93,7	93,8
Saldo Natural (Nº)	3 609	3 362	8 155	7 186	8 131	14 644	7 682	8 125	3 720	7 288	1 937
Saldo Migratório (Nº)	22 000	26 000	29 000	32 000	38 000	47 000	65 000	70 000	63 500	47 240	38 400
Variação Populacional (Nº)	25 609	29 362	37 155	39 186	46 131	61 644	72 682	78 125	67 220	54 570 (b)	40 337
Taxa de Crescimento Natural (%)	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,0
Taxa de Crescimento Migratório (%)	0,2	0,3	0,3	0,3	0,4	0,5	0,6	0,7	0,6	0,5	0,4
Taxa de Crescimento Efectivo (%)	0,3	0,3	0,4	0,4	0,5	0,6	0,7	0,8	0,6	0,5	0,4
Índices de Dependência (%)											
Total	48,2	47,9	47,8	47,7	47,6	47,8	48,0	48,1	48,3	48,5	48,6
Jovens	25,9	25,3	24,8	24,3	24,0	23,6	23,5	23,4	23,3	23,2	23,1
Idosos	22,2	22,6	23,0	23,4	23,7	24,2	24,5	24,7	24,9	25,2	25,4
Índice de Envelhecimento (%)	85,8	89,2	92,7	95,9	98,8	102,2	104,2	105,5	106,8	108,7	110,1
NATALIDADE											
Nados Vivos (Nº)	107 084	110 243	112 933	113 384	116 002	120 008	112 774	114 383	112 515	109 298	109 399
Taxa Bruta de Natalidade (‰)	10,7	11,0	11,2	11,2	11,4	11,7	11,0	11,0	10,8	10,4	10,4
Taxa de Fecundidade Geral (‰)	41,7	42,7	43,6	43,7	44,6	46,1	43,2	43,7	42,9	41,6	41,8
Índice Sintético de Fecundidade	1,4	1,4	1,5	1,5	1,5	1,6	1,5	1,5	1,4	1,4	1,4
Idade média da mãe ao nascimento do 1º filho	25,6	25,8	25,9	26,1	26,4	26,5	26,8	27,0	27,4	27,5	27,8
Idade média da mãe ao nascimento de um filho	27,8	28,0	28,1	28,3	28,5	28,6	28,8	29,0	29,2	29,4	29,6
Relação de Masculinidade à nascença (%)	108,2	108,3	105,7	106,7	106,3	107,7	107,3	107,7	107,2	105,9	107,2
MORTALIDADE GERAL											
Óbitos (Nº)	103 475	106 881	104 778	106 198	107 871	105 364	105 092	106 258	108 795	102 010	107 462
Taxa Bruta de Mortalidade (‰)	10,3	10,6	10,4	10,5	10,6	10,3	10,2	10,2	10,4	9,7	10,2
Esperança média de vida à nascença (anos)	75,4	75,3	75,5	75,8	76,0	76,4	76,9	77,1	77,3	77,8	78,2
Esperança média de vida aos 65 anos (anos)	16,6	16,5	16,6	16,8	16,9	17,0	17,4	17,6	17,5	17,8	18,0
MORTALIDADE FETAL, NEONATAL E PERINATAL											
Óbitos com menos de um ano (Nº)	796	747	726	682	651	662	567	574	466	418	382
Taxa de Mortalidade Infantil (‰)	7,4	6,9	6,4	6,0	5,6	5,5	5,0	5,0	4,1	3,8	3,5
Taxa de Mortalidade Perinatal (‰) ^(b)	9,0	8,4	7,2	6,8	6,4	6,2	5,6	6,0	5,1	4,4	4,3
Taxa de Mortalidade Neonatal (‰)	4,7	4,2	4,1	3,7	3,6	3,4	2,9	3,4	2,7	2,6	2,2
Taxa de Mortalidade Fetal Tardia (‰) ^(b)	5,5	5,4	4,4	4,0	3,7	3,7	3,4	3,4	3,1	2,7	2,8
NUPCIALIDADE											
Casamentos (Nº)	65 776	63 672	65 770	66 598	68 710	63 752	58 390	56 457	53 735	49 178	48 671
Taxa Bruta de Nupcialidade (‰)	6,6	6,3	6,5	6,6	6,8	6,2	5,7	5,4	5,1	4,7	4,6
Idade média da mulher ao 1º casamento	24,9	25,1	25,3	25,4	25,6	25,7	26,1	26,4	26,8	27,0	27,3

(continua)

Quadro 8.1.1
População e indicadores demográficos, Portugal, 1995-2005 (continuação)

População, indicadores e taxas											
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Idade média do homem ao 1º casamento	26,8	27,0	27,1	27,2	27,3	27,5	27,8	28,0	28,4	28,6	28,9
Idade média da mulher ao casamento	25,9	26,2	26,4	26,5	26,7	26,9	27,4	27,6	28,2	28,5	28,9
Idade média do homem ao casamento	28,6	28,8	28,9	29,0	29,1	29,3	29,8	30,0	30,5	30,9	31,3
Divórcios decretados (Nº)	12 156	13 245	13 927	15 098	17 676	19 104	18 851	27 708	22 617	23 161	22 576
Taxa Bruta de Divórcio (‰)	1,2	1,3	1,4	1,5	1,7	1,9	1,8	2,7	2,2	2,2	2,1
Casamentos dissolvidos por morte (Nº)	46 818	48 017	47 193	47 112	47 380	46 657	46 252	46 348	47 044	45 201	46 586
Taxa Bruta de Viuvez (‰)	4,7	4,8	4,7	4,7	4,7	4,6	4,5	4,5	4,5	4,3	4,4

FLUXOS MIGRATÓRIOS DA POPULAÇÃO DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA

Solicitações de autorização de residência (Nº) ^(c)	5 025	3 644	3 298	6 485	15 290	18 753 R _v	19 135 R _v	18 311 R _v	14 108 R _v	16 462 P _o R _v	13 862 P _o
Autorizações de permanência concedidas (Nº)	//	//	//	//	//	//	126 901	47 657	9 097	178	x
Vistos de longa duração concedidos pelos postos consulares (Nº)	x	x	x	x	x	8 897	10 312	10 484	10 755	19 956	16 088
Cessações de autorização de residência (Nº) ^(c)	2 894	2 373	2 563	3 974	2 049	2 309 R _v	2 725 R _v	3 379 R _v	3 042 R _v	3 104 P _o R _v	1309 P _o

STOCK DE POPULAÇÃO DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA

População estrangeira com estatuto legal	168 316	172 912	175 263	178 137	191 143	207 587 R _v	223 997 R _v	238 929 R _v	249 995 R _v	263 353 P _o R _v	275 906 P _o
População estrangeira com autorização de permanência prorrogada (Nº)	//	//	//	//	//	//	x	x	x	x	93 391
População estrangeira com visto de longa duração prorrogado (Nº)	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	46 637

^(a) No cálculo das estimativas da população a 31/12/2004 foi incorporada a informação demográfica (109262 nados-vivos e 101932 óbitos) referente a 2004 disponível em 24 de Junho de 2005.

^(b) Com base na idade gestacional (28 e mais semanas).

^(c) 2000, 2001, 2002 e 2003 - dados revistos em Setembro de 2006; 2004 - dados provisórios revistos em Setembro de 2006; 2005 - dados provisórios em Setembro de 2006.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística; Serviço de Estrangeiros e Fronteira; Ministério dos Negócios Estrangeiros

Quadro 8.1.2
Indicadores demográficos, NUTS III, 2005

2005

Indicadores	Taxa bruta de natalidade	Taxa bruta de mortalidade	Taxa bruta de nupcialidade	Taxa bruta de divórcio	Taxa de fecundidade geral	Taxa de fecundidade na adolescência	Índice sintético de fecundidade
	(‰)						(Nº)
Portugal	10,4	10,2	4,6	2,1	41,8	19,0	1,4
Continente	10,3	10,2	4,6	2,1	41,6	18,2	1,4
Norte	10,0	8,7	5,0	1,9	38,4	16,5	1,3
Minho-Lima	8,6	11,6	5,1	1,8	35,0	10,6	1,2
Cávado	11,3	7,2	5,6	1,7	41,1	10,7	1,4
Ave	9,9	7,4	5,2	1,5	36,6	12,4	1,2
Grande Porto	10,5	8,3	4,6	2,4	40,5	20,9	1,4
Tâmega	11,0	7,5	5,7	1,3	40,7	19,3	1,4
Entre Douro e Vouga	9,4	7,8	4,6	2,1	35,8	12,7	1,2
Douro	7,7	12,9	5,0	1,5	31,7	21,1	1,1
Alto Trás-os-Montes	6,9	13,5	4,4	1,5	30,7	14,1	1,1
Centro	9,1	11,6	4,4	2,0	38,3	15,0	1,3
Baixo Vouga	9,8	9,1	4,4	2,4	38,8	18,3	1,3
Baixo Mondego	8,8	10,8	4,4	2,1	36,4	12,8	1,2
Pinhal Litoral	10,2	9,5	4,5	2,1	41,6	12,6	1,4
Pinhal Interior Norte	8,4	15,1	4,3	1,6	37,6	15,5	1,3
Dão-Lafões	8,9	11,4	5,0	1,4	37,4	15,3	1,3
Pinhal Interior Sul	6,3	20,0	3,8	0,9	31,8	12,2	1,1
Serra da Estrela	6,9	15,7	4,6	1,6	30,4	7,5	1,0
Beira Interior Norte	7,3	14,5	4,2	1,1	32,6	14,7	1,1
Beira Interior Sul	7,8	17,7	3,9	2,0	37,1	14,7	1,3
Cova da Beira	7,6	12,1	4,3	2,0	33,3	14,5	1,2
Oeste	10,5	11,4	4,5	2,2	43,3	17,2	1,5
Médio Tejo	8,8	12,4	4,2	1,9	37,4	12,8	1,3
Lisboa	11,7	9,5	4,3	2,7	48,0	22,2	1,6
Grande Lisboa	11,8	9,5	4,2	2,6	48,3	22,4	1,6
Península de Setúbal	11,7	9,5	4,5	2,9	47,0	21,7	1,6
Alentejo	9,0	14,4	4,0	2,0	40,4	21,6	1,4
Alentejo Litoral	8,4	14,5	3,7	2,0	38,3	20,6	1,4
Alto Alentejo	8,2	16,7	3,8	1,6	38,2	23,9	1,3
Alentejo Central	8,6	13,6	3,9	1,7	38,6	19,7	1,3
Baixo Alentejo	9,2	16,4	3,4	1,9	42,5	26,7	1,5
Lezíria do Tejo	9,8	12,6	4,5	2,5	42,4	19,3	1,4
Algarve	12,0	11,7	4,0	2,1	50,9	24,8	1,7
R. A. Açores	12,5	10,1	6,2	2,5	47,5	35,4	1,6
R. A. Madeira	12,1	11,0	5,6	2,2	43,9	25,3	1,5

(continua)

Quadro 8.1.2
Indicadores demográficos, NUTS III, 2005

2005

Indicadores	Nados vivos fora do casamento	Relação de masculinidade total	Esperança média de vida à nascença	Idade média da mãe ao nasci- mento do 1º filho	Idade média da mulher ao 1º casamento	Idade média do homem ao 1º casamento
	(%)		(anos)			
Portugal	30,7	93,8	78,2	27,8	27,3	28,9
Continente	31,1	93,8	78,4	27,8	27,4	29,0
Norte	21,0	93,8	78,5	27,6	26,5	28,1
Minho-Lima	18,3	88,8	78,8	27,5	27,1	28,6
Cávado	15,8	94,0	79,0	27,9	26,4	28,0
Ave	15,9	95,9	78,8	27,3	25,9	27,5
Grande Porto	28,3	91,9	78,5	28,2	27,7	29,1
Tâmega	13,7	97,2	77,9	26,3	24,8	26,8
Entre Douro e Vouga	18,7	95,9	79,5	27,6	26,0	27,9
Douro	23,1	93,6	77,3	26,7	26,3	28,2
Alto Trás-os-Montes	24,1	94,4	78,4	27,2	26,8	28,7
Centro	26,0	93,6	78,7	27,8	27,1	28,7
Baixo Vouga	27,8	94,3	79,0	27,6	26,8	28,3
Baixo Mondego	24,4	90,7	79,0	28,4	27,8	28,9
Pinhal Litoral	27,8	95,9	79,0	28,3	27,9	29,4
Pinhal Interior Norte	25,3	93,1	77,8	27,5	26,6	28,6
Dão-Lafões	18,1	93,0	78,7	27,1	26,1	27,6
Pinhal Interior Sul	23,2	93,0	77,5	28,0	27,2	29,2
Serra da Estrela	16,3	91,4	73,0	27,5	25,9	27,9
Beira Interior Norte	18,8	91,4	79,0	27,7	26,4	28,6
Beira Interior Sul	25,9	92,4	73,8	28,1	27,5	29,8
Cova da Beira	21,2	93,3	74,7	27,7	26,9	28,9
Oeste	33,2	96,0	77,7	27,6	27,4	29,1
Médio Tejo	26,1	93,6	78,7	27,6	27,6	29,1
Lisboa	42,6	92,5	78,3	28,4	29,0	30,4
Grande Lisboa	42,5	91,5	78,6	28,5	29,2	30,5
Península de Setúbal	42,9	95,2	77,4	28,0	28,7	30,2
Alentejo	37,4	96,2	77,8	27,3	28,1	29,9
Alentejo Litoral	46,5	100,3	76,9	26,6	28,7	30,3
Alto Alentejo	35,8	94,0	77,8	26,9	27,7	29,6
Alentejo Central	34,7	95,2	79,2	27,6	28,5	30,0
Baixo Alentejo	42,7	97,9	71,9	26,7	28,2	30,6
Lezíria do Tejo	34,0	95,5	77,9	27,8	27,7	29,5
Algarve	46,0	99,9	77,4	27,6	28,1	30,4
R. A. Açores	21,6	98,2	74,5	25,4	24,1	27,0
R. A. Madeira	26,4	89,3	73,9	27,4	26,9	28,5

Quadro 8.1.3
Movimento da população na União Europeia, 2005

2005

Países	População em 1-1-2006	Nados-vivos	Óbitos	Saldo natural	Saldo migratório	Crescimento da população	Taxa de natalidade	Taxa de mortalidade	Taxa de crescimento natural	Taxa de crescimento migratório	Taxa de crescimento efectivo
	(Milhares)						(‰)				
União Europeia-25	463 523,4	4 842,6	4 464,3	381,3	1 650,6	2 044,7	10,5	9,6	0,8	3,6	4,4
Alemanha	82 438,0	685,8	830,2	-144,4	79,0	-62,9	8,3	10,1	-1,8	1,0	-0,8
Austria	8 265,9	78,2	75,2	3,0	49,2	59,4	9,5	9,1	0,4	6,0	7,2
Bélgica	10 511,4	117,8	103,0	14,8	50,7	65,5	11,2	9,8	1,4	4,8	6,3
Chipre	766,4	8,2	5,4	2,8	14,4	17,2	10,9	7,2	3,7	19,0	22,7
Dinamarca	5 427,5	64,3	55,0	9,3	6,6	16,1	11,9	10,1	1,7	1,2	3,0
Eslováquia	5 389,2	54,4	53,5	1,0	3,4	4,4	10,1	9,9	0,2	0,6	0,8
Eslovénia	2 003,4	18,2	18,8	-0,7	6,7	5,8	9,1	9,4	-0,3	3,3	2,9
Espanha	43 758,3	465,6	387,0	78,6	651,3	720,2	10,7	8,9	1,8	15,0	16,6
Estónia	1 344,7	14,4	17,3	-3,0	0,0	-2,8	10,7	12,9	-2,2	0,0	-2,1
Finlândia	5 255,6	57,7	47,9	9,8	9,0	19,0	11,0	9,1	1,9	1,7	3,6
França	62 886,2	807,8	532,7	275,1	97,5	367,6	12,9	8,5	4,4	1,6	5,9
Grécia	11 125,2	107,5	105,1	2,5	40,0	42,5	9,7	9,5	0,2	3,6	3,8
Holanda	16 334,2	187,9	136,4	51,5	9,2	28,7	11,5	8,4	3,2	0,6	1,8
Hungria	10 076,6	97,5	135,7	-38,2	17,3	-21,0	9,7	13,5	-3,8	1,7	-2,1
Irlanda	4 209,0	61,0	27,4	33,6	53,4	99,8	14,7	6,6	8,1	12,8	24,0
Itália	58 751,7	554,0	588,9	-34,9	260,6	289,3	9,5	10,0	-0,6	4,4	4,9
Letónia	2 294,6	21,5	32,8	-11,3	-0,6	-11,8	9,3	14,2	-4,9	-0,2	-5,1
Lituânia	3 403,3	30,5	43,8	-13,3	-8,8	-22,0	8,9	12,8	-3,9	-2,6	-6,5
Luxemburgo	459,5	5,4	3,6	1,8	2,7	4,5	11,7	7,9	3,8	5,8	9,8
Malta	404,3	3,9	3,1	0,7	0,1	1,7	9,6	7,8	1,8	0,3	4,2
Polónia	38 157,1	364,4	368,3	-3,9	-12,9	-16,8	9,5	9,6	-0,1	-0,3	-0,4
Portugal*	10 569,6	109,4	107,5	1,9	38,4	40,3	10,4	10,2	0,2	3,6	3,8
Reino Unido	60 393,1	723,5	583,0	140,6	220,0	333,2	12,0	9,7	2,3	3,7	5,5
República. Checa	10 251,1	102,2	107,9	-5,7	36,2	30,5	10,0	10,5	-0,6	3,5	3,0
Suécia	9 047,8	101,3	91,7	9,6	27,1	36,4	11,2	10,2	1,1	3,0	4,0

Fontes: EUROSTAT; INE

Quadro 8.1.4

Nados-vivos, fetos-mortos, óbitos, casamentos celebrados, dissolvidos e interrompidos (série longa)

Unidade: N.º

Anos	Nados-vivos ^(a)				Fetos-mortos (28 ou mais semanas)		Óbitos				Casamentos					
	Total		Fora do casamento				Total ^(b)		De menos de 1 ano ^(c)		Celebrados		Dissolvidos			Inter- rompi- dos por separa- ção ^(d)
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	Total	Não cató- licos	Total	Por morte	Por divór- cio ^(d)	
1900	165 245	85 274	19 236	x	x	x	110 330	56 304	x	x	36 779	x	x	x	x	x
1905	179 746	93 898	20 531	x	x	x	112 756	57 811	x	x	37 600	x	x	x	x	x
1910	186 953	96 845	20 601	x	x	x	113 161	58 132	25 024	13 558	38 931	x	x	x	x	x
1915	195 225	100 181	24 544	x	x	x	122 513	62 581	28 926	15 809	35 885	x	x	x	453	x
1920	202 908	103 984	27 274	x	x	x	142 862	72 220	33 302	18 109	53 024	x	x	x	561	x
1925	208 434	106 801	25 958	x	x	x	117 413	60 130	27 527	15 040	45 550	x	x	x	568	x
1930	202 529	103 928	29 409	x	x	x	116 352	59 508	29 077	15 956	47 716	x	x	x	958	x
1935	203 943	104 771	31 094	16 047	x	x	123 051	63 195	30 328	16 442	48 899	11.655	x	x	958	x
1940	187 892	97 147	29 463	15 057	x	x	120 486	60 930	23 690	12 864	46 618	10.365	x	x	649	x
1945	209 131	108 482	26 328	13 440	x	x	115 596	59 717	24 034	13 191	61 479	8.895	33 416	32 440	976	x
1950	205 163	106 025	24 132	12 421	x	x	102 798	52 366	19 308	10 629	65 244	8.696	32 031	31 075	956	x
1955	209 790	107 877	23 039	11 818	x	x	99 195	50 172	18 912	10 345	73 076	8.819	31 978	31 035	943	x
1960	213 895	110 485	20 221	10 414	x	x	94 883	48 110	16 576	9 213	69 457	6.422	32 246	31 497	749	412
1965	210 299	108 574	16 423	8 470	x	x	94 990	48 763	13 655	7 691	75 483	8.934	34 938	34 213	695	571
1970	180 690	93 223	x	x	x	x	92 854	47 179	10 026	5 577	81 461	10.921	36 274	35 765	509	528
1975	179 648	93 099	12 879	6 642	x	x	97 750	51 132	6 985	x	103 125	20.614	42 334	40 782	1 552	670
1980	158 309	81 624	14 558	7 472	1 872	1 000	94 794	46 945	3 839	2 219	72 164	18.293	47 660	41 817	5 843	82
1985	130 450	67 331	16 088	8 271	1 255	669	97 085	50 820	2 317	1 362	68 461	17.702	52 301	43 313	8 988	160
1990	116 321	59 918	17 095	8 811	800	404	102 768	53 193	1 266	732	71 654	19.691	55 414	46 198	9 216	183
1991	116 299	59 862	18 122	9 242	782	412	103 882	51 185	1 254	726	71 808	20.070	57 475	46 856	10 619	155
1992	114 924	58 844	18 478	9 378	716	362	100 638	52 938	1 052	589	69 887	20.503	58 181	45 752	12 429	192
1993	113 960	58 388	19 298	9 830	695	344	105 950	55 560	985	576	68 176	19.930	59 670	47 577	12 093	229
1994	109 227	56 439	19 464	9 991	638	351	99 232	52 103	865	467	66 003	20.001	58 443	44 861	13 582	292
1995	107 097	55 662	19 972	10 271	583	320	103 475	54 078	796	458	65 776	20.547	58 974	46 818	12 156	354
1996	110 261	57 324	20 563	10 619	532	280	106 881	56 169	747	430	63 672	21.350	61 262	48 017	13 245	342
1997	112 933	58 037	22 063	11 191	460	238	104 778	54 841	726	404	65 770	21.313	61 120	47 193	13 927	312
1998	113 384	58 530	22 802	11 692	453	239	106 198	55 647	679	386	66 598	21.954	62 203	47 105	15 098	325
1999	116 002	59 774	24 186	12 366	436	253	107 871	56 179	651	365	68 710	23.037	65 056	47 380	17 676	288
2000	120 008	62 222	26 642	13 802	444	247	105 364	55 023	662	375	63 752	22.421	65 761	46 657	19 104	338
2001	112 774	58 365	26 814	13 847	390	203	105 092	54 838	567	333	58 390	21.881	65 103	46 252	18 851	348
2002	114 383	59 303	29 117	15 099	388	187	106 258	55 377	574	316	56 457	21.156	74 056	46 348	27 708	462
2003	112 515	58 210	30 236	15 597	349	175	108 795	55 966	466	234	53 735	21.697	69 661	47 044	22 617	461
2004	109 298	56 212	31 766	16 223	294	159	102 010	53 207	418	247	49 178	21.084	68 362	45 201	23 161	453
2005	109 399	56 612	33 633	17 408	306	164	107 462	55 493	382	198	48 671	26.809	69 162	46 586	22 576	588

^(a) Até 1980, os valores de nados vivos correspondem aos registados em Portugal. Após 1980, os valores reportam-se aos nados vivos cujas mães residiam em Portugal.

^(b) Até 1950, os valores de óbitos correspondem ao número total de óbitos registado em território nacional. A partir de 1955, correspondem a óbitos de residentes.

^(c) Até 1950, os valores de óbitos de menos de 1 ano correspondem ao número total de óbitos registado em território nacional. A partir de 1955, correspondem a óbitos de crianças de mães residentes em Portugal.

^(d) Até 1994, os valores dos casamentos dissolvidos por divórcio ou interrompidos por separação dizem respeito à totalidade dos divórcios decretados ou interrompidos por separação, em Portugal. A partir de 1994 correspondem aos divórcios decretados ou interrompidos por separação, em Portugal, de indivíduos residentes apenas em território nacional.

Quadro 8.1.5
Nados-vivos, fetos-mortos e óbitos, Município, 2005

2005

Unidade: N.º

Distribuição geográfica	Nados-vivos				Fetos-mortos (total)		Óbitos			
	Total		Fora do casamento				Total		De menos de 1 ano	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
Total	109 457	56 643	33 664	17 424	434	236	107 839	55 753	386	199
Portugal	109 399	56 612	33 633	17 408	432	235	107 462	55 493	382	198
Continente	103 420	53 507	32 199	16 683	393	212	102 323	52 771	353	186
Norte	37 306	19 257	7 824	4 024	105	53	32 471	16 713	143	73
Minho-Lima	2 165	1 110	396	209	10	7	2 932	1 436	8	5
Arcos de Valdevez	144	76	21	13	1	1	374	192	1	1
Caminha	130	65	34	18	1	-	213	87	1	-
Melgaço	63	33	17	9	1	1	142	70	-	-
Monção	131	68	30	19	-	-	270	124	-	-
Paredes de Coura	79	42	9	4	-	-	121	61	-	-
Ponte da Barca	122	68	18	8	-	-	179	94	-	-
Ponte de Lima	456	231	43	22	3	2	445	221	1	1
Valença	116	58	37	18	-	-	187	95	1	1
Viana do Castelo	846	422	169	88	4	3	863	421	4	2
Vila Nova de Cerveira	78	47	18	10	-	-	138	71	-	-
Cávado	4 598	2 357	728	396	9	2	2 938	1 506	25	19
Amares	210	103	37	20	1	-	175	86	-	-
Barcelos	1 307	679	132	70	1	-	877	478	3	3
Braga	2 112	1 088	408	227	5	1	1122	565	19	14
Esposende	358	178	56	30	1	-	249	126	1	-
Terras de Bouro	78	41	15	8	-	-	113	56	-	-
Vila Verde	533	268	80	41	1	1	402	195	2	2
Ave	5 158	2 729	820	419	12	4	3 835	2 028	20	9
Fafe	544	284	94	48	-	-	456	223	3	3
Guimarães	1 597	850	248	121	4	1	1153	634	8	1
Póvoa de Lanhoso	257	138	46	24	-	-	182	99	1	1
Santo Tirso	604	323	110	58	3	2	607	303	-	-
Trofa	397	201	67	33	2	-	262	139	2	1
Vieira do Minho	116	63	21	10	-	-	181	107	-	-
V. Nova de Famalicão	1 390	736	196	102	3	1	868	461	6	3
Vizela	253	134	38	23	-	-	126	62	-	-
Grande Porto	13 370	6 868	3 782	1 949	31	20	10 590	5 387	49	21
Espinho	316	177	95	55	1	1	309	147	2	-
Gondomar	1 680	868	438	220	4	-	1187	630	8	5
Maia	1 635	812	356	176	1	-	858	465	7	4
Matosinhos	1 739	894	532	277	7	4	1394	731	5	3
Porto	2 189	1 149	952	506	3	2	2963	1407	8	2
Valongo	1 042	544	258	127	4	3	585	299	3	1
Vila do Conde	870	447	154	82	3	3	604	305	2	-
Vila Nova de Gaia	3 152	1 570	875	438	6	6	2181	1129	9	3
Tâmega	6 148	3 194	845	427	18	6	4210	2216	24	12
Amarante	621	305	100	49	4	-	487	264	3	2
Baião	191	93	29	12	-	-	221	108	1	-

(continua)

Quadro 8.1.5
Nados-vivos, fetos-mortos e óbitos, Município, 2005 (continuação)

2005 Unidade: N.º

Distribuição geográfica	Nados-vivos				Fetos-mortos (total)		Óbitos			
	Total		Fora do casamento				Total		De menos de 1 ano	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
Cabeceiras de Basto	192	98	31	16	-	-	173	87	-	-
Castelo de Paiva	171	86	22	7	3	-	151	81	2	1
Celorico de Basto	187	102	28	16	-	-	221	113	1	-
Cinfães	192	110	42	28	2	2	235	124	2	1
Felgueiras	638	351	75	45	-	-	335	171	2	1
Lousada	553	289	56	30	1	-	299	167	2	2
Marco de Canavezes	605	331	87	39	3	2	407	203	2	-
Mondim de Basto	63	34	16	8	-	-	94	51	-	-
Paços de Ferreira	670	327	81	38	1	-	314	163	3	2
Paredes	1 056	558	123	61	2	1	507	279	3	1
Penafiel	844	425	114	54	2	1	511	282	1	1
Resende	110	58	28	18	-	-	158	71	1	1
Ribeira de Pena	55	27	13	6	-	-	97	52	1	-
Entre Douro e Vouga	2 686	1 353	503	238	6	3	2 207	1 089	10	3
Arouca	216	105	37	17	2	1	238	111	2	-
Oliveira de Azeméis	597	276	113	51	2	1	579	281	1	1
Santa Maria da Feira	1 438	754	257	127	2	1	984	498	6	1
São João da Madeira	226	115	61	27	-	-	161	80	-	-
Vale de Cambra	209	103	35	16	-	-	245	119	1	1
Douro	1 657	881	382	194	9	3	2 789	1 419	5	3
Alijó	87	49	23	8	-	-	201	111	-	-
Armamar	50	23	13	4	-	-	92	39	-	-
Carrazeda de Ansiães	54	21	20	10	-	-	103	50	-	-
Freixo de Espada à Cinta	19	11	7	3	-	-	87	40	-	-
Lamego	229	130	39	23	2	1	326	161	1	-
Mesão Frio	37	21	11	10	-	-	52	25	-	-
Moimenta da Beira	88	43	21	10	2	1	133	66	-	-
Penedono	29	20	7	5	-	-	53	26	-	-
Peso da Régua	129	68	32	16	-	-	210	102	-	-
Sabrosa	52	25	9	2	-	-	106	63	1	1
Santa Marta de Penaguião	55	29	8	2	-	-	124	65	-	-
São João da Pesqueira	67	37	20	12	-	-	126	64	-	-
Sernancelhe	41	21	10	6	-	-	71	36	-	-
Tabuaço	47	26	9	3	-	-	91	45	-	-
Tarouca	83	42	18	7	-	-	96	56	-	-
Torre de Moncorvo	39	13	15	8	-	-	155	79	-	-
Vila Flor	47	30	13	8	-	-	103	50	-	-
Vila Nova de Foz Côa	39	25	17	12	-	-	149	78	2	1
Vila Real	465	247	90	45	5	1	511	263	1	1
Alto Trás-os-Montes	1 524	765	368	192	10	8	2 970	1 632	2	1
Alfândega da Fé	39	21	8	5	1	-	106	52	-	-
Boticas	36	16	9	3	-	-	102	50	-	-
Bragança	296	153	83	47	2	2	453	243	-	-

(continua)

Quadro 8.1.5
Nados-vivos, fetos-mortos e óbitos, Município, 2005 (continuação)

Distribuição geográfica	Unidade: N.º									
	Nados-vivos				Fetos-mortos (total)	Óbitos				
	Total		Fora do casamento			Total		De menos de 1 ano		
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
Chaves	344	169	65	32	2	2	481	271	-	-
Macedo de Cavaleiros	113	66	33	20	-	-	220	123	-	-
Miranda do Douro	46	23	14	7	-	-	115	65	-	-
Mirandela	197	96	58	29	-	-	329	179	2	1
Mogadouro	62	32	15	11	1	-	163	92	-	-
Montalegre	57	28	10	4	1	1	222	123	-	-
Murça	49	23	6	2	-	-	86	48	-	-
Valpaços	113	50	28	12	1	1	287	169	-	-
Vila Pouca de Aguiar	95	44	14	6	2	2	168	97	-	-
Vimioso	33	18	9	5	-	-	84	42	-	-
Vinhais	44	26	16	9	-	-	154	78	-	-
Centro	21 710	11 210	5 641	2 995	79	46	27700	14122	60	24
Baixo Vouga	3 864	1 997	1 075	568	14	6	3603	1823	7	3
Águeda	472	238	118	63	1	1	431	212	1	1
Albergaria-a-Velha	234	124	59	31	-	-	237	129	1	-
Anadia	248	125	58	28	-	-	350	182	1	1
Aveiro	789	385	265	136	6	3	608	319	1	-
Estarreja	272	152	81	48	1	-	301	150	-	-
Ílhavo	407	207	137	72	1	-	339	161	2	1
Mealhada	191	107	43	24	2	1	181	101	-	-
Murtosa	117	68	30	17	1	1	125	56	-	-
Oliveira do Bairro	221	123	48	25	-	-	221	106	-	-
Ovar	586	293	169	80	1	-	454	240	1	-
Sever do Vouga	110	58	20	12	-	-	133	70	-	-
Vagos	217	117	47	32	1	-	223	97	-	-
Baixo Mondego	2 949	1 534	720	375	10	5	3639	1806	8	4
Cantanhede	322	170	69	37	-	-	424	211	-	-
Coimbra	1 202	629	299	150	4	2	1306	644	5	3
Condeixa-a-Nova	173	82	38	15	-	-	199	98	-	-
Figueira da Foz	612	311	185	100	1	1	760	360	-	-
Mira	109	65	26	15	-	-	134	64	-	-
Montemor-o-Velho	194	93	41	19	3	1	299	161	2	1
Penacova	160	83	32	19	2	1	215	110	1	-
Soure	177	101	30	20	-	-	302	158	-	-
Pinhal Litoral	2 688	1 386	746	395	3	3	2486	1335	6	-
Batalha	162	85	26	17	-	-	161	89	1	-
Leiria	1 311	686	358	196	2	2	990	538	2	-
Marinha Grande	407	203	161	80	1	1	360	177	-	-
Pombal	557	278	136	67	-	-	705	395	2	-
Porto de Mós	251	134	65	35	-	-	270	136	1	-
Pinhal Interior Norte	1 156	603	292	153	5	3	2 075	990	4	1
Alvaiázere	48	23	4	2	-	-	159	65	-	-
Ansião	131	69	20	13	-	-	198	100	-	-

(continua)

Quadro 8.1.5
Nados-vivos, fetos-mortos e óbitos, Município, 2005 (continuação)

Distribuição geográfica	Nados-vivos								Fetos-mortos (total)				Óbitos			
	Total		Fora do casamento		Fetos-mortos (total)		Total		De menos de 1 ano							
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H				
Arganil	97	43	31	15	-	-	210	104	1	-	-	-				
Castanheira de Pêra	17	10	8	2	1	-	74	36	-	-	-	-				
Figueiró dos Vinhos	46	23	16	8	-	-	124	59	-	-	-	-				
Góis	33	23	10	6	-	-	89	38	1	-	-	-				
Lousã	219	116	63	36	-	-	186	93	-	-	-	-				
Miranda do Corvo	121	70	27	12	-	-	159	82	1	1	-	-				
Oliveira do Hospital	165	82	28	12	-	-	277	135	-	-	-	-				
Pampilhosa da Serra	21	9	4	1	-	-	116	39	-	-	-	-				
Pedrógão Grande	34	18	10	5	-	-	107	48	1	-	-	-				
Penela	44	18	7	2	-	-	127	57	-	-	-	-				
Tábua	109	54	41	24	2	1	178	99	-	-	-	-				
Vila Nova de Poiares	71	45	23	15	2	2	71	35	-	-	-	-				
Dão-Lafões	2 586	1 313	469	252	15	12	3302	1639	12	4	-	-				
Aguiar da Beira	49	27	3	3	-	-	101	43	1	1	-	-				
Carregal do Sal	101	56	23	10	-	-	132	64	1	-	-	-				
Castro Daire	135	68	22	13	1	-	268	137	-	-	-	-				
Mangualde	185	89	29	12	2	2	255	110	-	-	-	-				
Mortágua	61	32	16	9	-	-	130	66	-	-	-	-				
Nelas	134	73	28	14	1	1	155	87	-	-	-	-				
Oliveira de Frades	102	56	19	8	3	2	122	63	-	-	-	-				
Penalva do Castelo	67	28	8	2	-	-	128	57	-	-	-	-				
Santa Comba Dão	103	51	18	6	-	-	173	104	-	-	-	-				
São Pedro do Sul	163	84	32	22	-	-	252	127	-	-	-	-				
Sátão	115	63	16	8	-	-	163	72	-	-	-	-				
Tondela	226	112	42	21	-	-	358	180	-	-	-	-				
Vila Nova de Paiva	41	22	8	6	-	-	78	41	1	-	-	-				
Viseu	1 024	514	200	116	7	6	853	427	9	3	-	-				
Vouzela	80	38	5	2	1	1	134	61	-	-	-	-				
Pinhal Interior Sul	267	134	62	34	-	-	847	440	1	1	-	-				
Mação	38	25	7	5	-	-	184	89	-	-	-	-				
Oleiros	27	13	7	6	-	-	137	69	-	-	-	-				
Proença-a-Nova	46	18	14	5	-	-	164	83	-	-	-	-				
Sertã	132	63	31	16	-	-	268	159	1	1	-	-				
Vila de Rei	24	15	3	2	-	-	94	40	-	-	-	-				
Serra da Estrela	337	166	55	29	1	1	766	363	1	-	-	-				
Fornos de Algodres	50	20	8	3	-	-	93	49	1	-	-	-				
Gouveia	94	47	15	6	-	-	273	138	-	-	-	-				
Seia	193	99	32	20	1	1	400	176	-	-	-	-				
Beira Interior Norte	818	434	154	76	3	3	1631	799	5	4	-	-				
Almeida	31	14	9	4	-	-	153	79	-	-	-	-				
Celorico da Beira	68	38	15	8	-	-	131	74	-	-	-	-				
Fig. Castelo Rodrigo	39	25	14	10	-	-	126	46	1	1	-	-				
Guarda	396	205	70	35	1	1	416	219	1	-	-	-				

(continua)

Quadro 8.1.5
Nados-vivos, fetos-mortos e óbitos, Município, 2005 (continuação)

Distribuição geográfica	Nados-vivos				Fetos-mortos (total)		Óbitos			
	Total		Fora do casamento				Total		De menos de 1 ano	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
Manteigas	22	15	-	-	-	-	69	24	1	1
Meda	36	19	6	3	-	-	74	39	-	-
Pinhel	72	40	9	5	2	2	144	70	1	1
Sabugal	74	38	22	9	-	-	344	165	1	1
Trancoso	80	40	9	2	-	-	174	83	-	-
Beira Interior Sul	591	302	153	84	2	1	1336	699	-	-
Castelo Branco	481	241	118	67	-	-	784	399	-	-
Idanha-a-Nova	62	33	20	10	1	1	284	149	-	-
Penamacor	33	18	11	5	1	-	139	76	-	-
Vila Velha de Ródão	15	10	4	2	-	-	129	75	-	-
Cova da Beira	703	347	149	79	2	1	1116	605	2	1
Belmonte	45	16	10	5	-	-	82	46	-	-
Covilhã	428	211	88	49	2	1	603	332	1	-
Fundão	230	120	51	25	-	-	431	227	1	1
Oeste	3 722	1 910	1 237	666	10	4	4031	2114	10	4
Alcobaça	575	293	157	88	2	-	641	335	4	1
Alenquer	534	270	191	102	1	-	502	261	1	-
Arruda dos Vinhos	159	80	44	24	1	1	123	64	-	-
Bombarral	122	64	52	30	-	-	155	79	-	-
Cadaval	127	57	37	16	-	-	234	111	-	-
Caldas da Rainha	538	276	195	100	1	1	544	292	1	-
Lourinhã	245	121	85	47	1	-	290	151	-	-
Nazaré	134	78	51	25	-	-	178	98	-	-
Óbidos	108	65	32	21	-	-	164	99	-	-
Peniche	307	168	122	76	1	-	296	155	-	-
Sobral de Mte. Agraço	97	44	32	11	-	-	100	53	-	-
Torres Vedras	776	394	239	126	3	2	804	416	4	3
Médio Tejo	2 029	1 084	529	284	14	7	2868	1509	4	2
Abrantes	353	195	120	67	4	1	572	304	1	-
Alcanena	128	78	28	18	-	-	197	108	-	-
Constância	51	26	16	6	-	-	45	24	-	-
Entroncamento	215	117	61	35	3	-	164	81	1	1
Ferreira do Zêzere	63	27	13	8	2	2	199	111	-	-
Ourém	423	218	69	40	-	-	534	292	1	-
Sardoal	27	15	6	3	1	1	67	37	-	-
Tomar	357	177	98	48	2	1	591	296	1	1
Torres Novas	336	191	93	48	2	2	404	213	-	-
Vila N. da Barquinha	76	40	25	11	-	-	95	43	-	-
Lisboa	32 542	16 972	13 874	7 158	146	78	26303	13567	108	65
Grande Lisboa	23 634	12 306	10 049	5 139	102	51	19 039	9 688	84	52
Amadora	1 809	913	965	479	5	4	1 470	805	5	2
Cascais	2 440	1 294	997	509	7	1	1 731	887	9	7
Lisboa	5 913	3 072	2 597	1 330	30	18	7730	3652	28	20

(continua)

Quadro 8.1.5
Nados-vivos, fetos-mortos e óbitos, Município, 2005 (continuação)

Distribuição geográfica	Nados-vivos				Fetos-mortos (total)		Óbitos			
	Total		Fora do casamento				Total		De menos de 1 ano	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
2005	Unidade: N.º									
Loures	2 353	1 237	1 098	576	12	6	1 590	895	9	4
Mafra	934	471	267	136	1	1	584	291	-	-
Odivelas	1 476	773	652	343	4	-	1 084	596	3	2
Oeiras	2 030	1 073	798	432	12	4	1 392	699	4	2
Sintra	5 015	2 608	2 089	1 031	18	10	2 493	1 346	17	11
Vila Franca de Xira	1 664	865	586	303	13	7	965	517	9	4
Península de Setúbal	8 908	4 666	3 825	2 019	44	27	7 264	3 879	24	13
Alcochete	207	119	60	34	1	1	161	97	1	-
Almada	1 866	962	845	430	9	7	1 804	921	5	4
Barreiro	823	416	365	179	-	-	893	491	2	2
Moita	789	435	369	201	3	1	696	372	3	2
Montijo	549	312	234	141	3	1	519	276	2	1
Palmela	730	351	284	139	4	3	607	339	4	1
Seixal	1 842	950	822	436	11	5	987	534	6	3
Sesimbra	645	341	200	107	3	1	402	204	1	-
Setúbal	1 457	780	646	352	10	8	1 195	645	-	-
Alentejo	6 912	3 521	2 585	1 320	37	25	11 005	5 733	24	18
Alentejo Litoral	821	416	382	192	7	5	1 412	813	4	3
Alcácer do Sal	122	63	58	28	2	1	209	107	1	1
Grândola	125	65	63	33	2	2	244	134	-	-
Odemira	191	89	85	40	-	-	413	259	-	-
Santiago do Cacém	246	130	113	57	3	2	373	207	-	-
Sines	137	69	63	34	-	-	173	106	3	2
Alto Alentejo	995	505	356	175	3	2	2 023	1 038	5	3
Alter do Chão	21	10	9	5	-	-	76	39	-	-
Arronches	21	13	7	5	-	-	76	39	-	-
Avis	29	9	19	5	-	-	83	43	-	-
Campo Maior	71	41	28	14	-	-	105	53	-	-
Castelo de Vide	27	12	7	4	-	-	85	45	-	-
Crato	27	12	5	3	-	-	113	52	-	-
Elvas	226	110	111	50	1	1	271	131	1	1
Fronteira	34	19	11	6	1	-	75	48	-	-
Gavião	25	14	8	4	-	-	133	65	-	-
Marvão	26	16	4	4	-	-	62	31	-	-
Monforte	34	15	16	7	-	-	59	26	-	-
Mora	34	20	16	9	-	-	92	41	-	-
Nisa	45	20	14	6	-	-	181	85	-	-
Ponte de Sôr	140	77	48	27	-	-	285	161	2	1
Portalegre	235	117	53	26	1	1	327	179	2	1
Alentejo Central	1 466	768	508	259	8	5	2 324	1 169	4	3
Alandroal	26	16	6	3	-	-	109	48	-	-
Arraiolos	49	30	14	11	-	-	109	54	-	-
Borba	52	27	20	8	1	-	83	48	-	-

(continua)

Quadro 8.1.5
Nados-vivos, fetos-mortos e óbitos, Município, 2005 (continuação)

2005

Unidade: N.º

Distribuição geográfica	Nados-vivos				Fetos-mortos (total)		Óbitos			
	Total		Fora do casamento				Total		De menos de 1 ano	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
Estremoz	116	63	37	19	5	3	229	99	-	-
Évora	577	299	215	105	1	1	630	333	1	-
Montemor-o-Novo	146	73	42	21	1	1	270	129	-	-
Mourão	22	11	11	5	-	-	61	25	-	-
Portel	54	33	25	20	-	-	93	49	-	-
Redondo	47	23	12	5	-	-	108	57	-	-
Reguengos de Monsaraz	90	46	29	13	-	-	173	85	-	-
Sousel	38	15	20	9	-	-	113	61	-	-
Vendas Novas	130	72	46	24	-	-	137	75	-	-
Viana do Alentejo	58	32	18	10	-	-	94	41	1	1
Vila Viçosa	61	28	13	6	-	-	115	65	2	2
Baixo Alentejo	1 198	592	511	264	9	6	2135	1117	3	2
Aljustrel	68	28	28	15	1	1	172	84	-	-
Almodôvar	54	20	21	9	-	-	145	87	-	-
Alvito	19	8	7	3	-	-	71	35	-	-
Barrancos	28	13	7	4	-	-	39	17	-	-
Beja	411	203	163	84	4	3	489	245	-	-
Castro Verde	67	34	26	12	-	-	103	59	-	-
Cuba	57	26	28	12	-	-	93	56	-	-
Ferreira do Alentejo	76	40	25	13	-	-	137	78	-	-
Mértola	34	17	17	11	-	-	167	91	-	-
Moura	163	80	81	39	1	1	245	122	1	-
Ourique	44	25	23	12	2	1	121	61	-	-
Serpa	135	76	63	35	1	-	262	139	1	1
Vidigueira	42	22	22	15	-	-	91	43	1	1
Lezíria do Tejo	2 432	1 240	828	430	10	7	3111	1596	8	7
Almeirim	231	109	72	38	1	1	312	174	1	1
Alpiarça	74	46	20	13	-	-	118	56	-	-
Azambuja	219	104	80	37	1	-	265	128	-	-
Benavente	331	174	114	54	3	3	240	136	1	1
Cartaxo	236	119	79	40	1	-	311	158	-	-
Chamusca	74	33	33	16	1	1	171	81	-	-
Coruche	168	78	56	24	-	-	341	177	-	-
Golegã	60	29	24	14	-	-	79	37	-	-
Rio Maior	208	109	63	37	1	1	247	136	1	1
Salvaterra de Magos	195	107	79	46	1	1	242	117	1	1
Santarém	636	332	208	111	1	-	785	396	4	3
Algarve	4 950	2 547	2 275	1 186	26	10	4844	2636	18	6
Albufeira	549	284	295	154	3	1	283	148	-	-
Alcoutim	13	7	5	2	-	-	74	42	-	-
Aljezur	54	28	31	17	1	1	99	55	1	-
Castro Marim	51	26	14	7	-	-	115	65	-	-
Faro	783	413	358	194	3	-	620	308	2	1

(continua)

Quadro 8.1.5
Nados-vivos, fetos-mortos e óbitos, Município, 2005 (continuação)

Distribuição geográfica	Unidade: N.º									
	Nados-vivos				Fetos-mortos (total)	Óbitos				
	Total		Fora do casamento			Total		De menos de 1 ano		
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
Lagoa	271	142	119	64	1	1	216	122	1	1
Lagos	335	178	138	65	4	2	303	157	2	-
Loulé	758	381	369	188	3	1	755	426	3	1
Monchique	44	24	23	13	-	-	115	67	1	-
Olhão	494	270	235	131	3	2	489	275	1	-
Portimão	630	291	288	143	4	2	526	292	2	-
São Brás de Alportel	107	52	34	18	1	-	146	81	-	-
Silves	366	186	161	79	-	-	467	258	2	1
Tavira	246	133	100	59	1	-	316	165	1	1
Vila do Bispo	42	20	22	10	-	-	84	55	-	-
Vila Real Sto. António	207	112	83	42	2	-	236	120	2	1
Regiões Autónomas										
Açores	3 019	1 549	652	325	12	5	2 439	1 299	19	11
Vila do Porto	56	31	19	10	-	-	54	31	-	-
Lagoa	215	111	37	15	1	-	117	60	1	-
Nordeste	56	26	9	4	2	2	66	29	-	-
Ponta Delgada	897	450	194	91	3	2	545	287	5	3
Povoação	83	47	14	9	-	-	71	43	1	1
Ribeira Grande	491	247	64	30	2	-	247	137	5	4
Vila Franca do Campo	143	73	23	11	-	-	103	50	-	-
Angra do Heroísmo	383	197	105	54	1	-	357	195	3	3
Vila da Praia da Vitória	234	138	56	28	-	-	210	119	1	-
Santa Cruz da Graciosa	37	22	2	1	-	-	70	38	1	-
Calheta (R. A. A.)	37	21	11	6	-	-	67	33	-	-
Velas	43	25	15	11	1	-	76	40	-	-
Lajes do Pico	49	23	19	9	1	-	82	40	-	-
Madalena	54	28	16	9	-	-	97	54	1	-
São Roque do Pico	31	15	11	5	-	-	52	25	-	-
Horta	176	81	49	29	1	1	174	86	1	-
Lajes das Flores	12	6	3	2	-	-	20	14	-	-
Santa Cruz das Flores	20	7	4	1	-	-	28	16	-	-
Corvo	2	1	1		-	-	3	2	-	-
Madeira	2 957	1 555	782	400	18	13	2 700	1 423	10	1
Calheta	113	64	29	19	1	-	177	92	-	-
Câmara de Lobos	535	277	132	66	2	2	262	136	3	-
Funchal	1 082	569	347	171	6	4	1155	597	2	-
Machico	235	123	52	27	3	3	222	128	1	1
Ponta do Sol	108	52	19	10	-	-	127	67	-	-
Porto Moniz	25	10	8	3	-	-	52	28	-	-
Ribeira Brava	153	89	29	15	-	-	160	85	1	-
Santa Cruz	543	285	131	73	6	4	288	149	2	-
Santana	56	27	13	6	-	-	136	77	1	-
São Vicente	49	26	3	2	-	-	83	42	-	-

(continua)

Quadro 8.1.5
Nados-vivos, fetos-mortos e óbitos, Município, 2005 (continuação)

2005

Unidade: N.º

Distribuição geográfica	Nados-vivos				Fetos-mortos (total)		Óbitos			
	Total		Fora do casamento				Total		De menos de 1 ano	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
Porto Santo	58	33	19	8	-	-	38	22	-	-
Ignorada	3	1	-	-	9	5	-	-	-	-
Estrangeiro	58	31	31	16	2	1	377	260	4	1

Quadro 8.1.6

Casamentos celebrados, dissolvidos e interrompidos, Município, 2005

Distribuição geográfica	Casamentos						Interrompidos por separação	Unidade: N.º
	Celebrados			Dissolvidos				
	Total	Católicos	Não católicos	Total	Por morte	Por divórcio		
Total	48 671	26 809	21 862	69 439	46 586	22 853	590	
Portugal	48 671	26 809	21 862	69 004	46 428	22 576	588	
Continente	45 791	25 912	19 879	65 643	44 228	21 415	569	
Norte	18 680	12 352	6 328	21 516	14 598	6 918	275	
Minho-Lima	1 285	813	472	1 674	1 225	449	25	
Arcos de Valdevez	119	66	53	196	159	37	2	
Caminha	77	45	32	124	81	43	1	
Melgaço	36	14	22	70	61	9	1	
Monção	103	62	41	131	98	33	2	
Paredes de Coura	61	31	30	53	44	9	-	
Ponte da Barca	77	55	22	101	81	20	-	
Ponte de Lima	259	204	55	218	180	38	6	
Valença	71	36	35	111	84	27	2	
Viana do Castelo	444	286	158	594	385	209	9	
Vila Nova de Cerveira	38	14	24	76	52	24	2	
Cávado	2 268	1 602	666	2 014	1 326	688	32	
Amares	109	64	45	94	79	15	-	
Barcelos	728	547	181	582	404	178	7	
Braga	914	627	287	898	508	390	20	
Esposende	188	138	50	169	109	60	2	
Terras de Bouro	44	31	13	55	49	6	-	
Vila Verde	285	195	90	216	177	39	3	
Ave	2 694	1 924	770	2 661	1 862	799	59	
Fafe	291	200	91	299	221	78	5	
Guimarães	837	630	207	823	576	247	30	
Póvoa de Lanhoso	157	99	58	112	83	29	1	
Santo Tirso	389	268	121	403	278	125	8	
Trofa	192	132	60	202	127	75	4	
Vieira do Minho	77	49	28	98	82	16	1	
Vila Nova de Famalicão	632	447	185	638	436	202	8	
Vizela	119	99	20	86	59	27	2	
Grande Porto	5 867	3 481	2 386	7 743	4 746	2 997	80	
Espinho	173	99	74	219	142	77	5	
Gondomar	702	418	284	877	563	314	4	
Maia	577	318	259	752	418	334	10	
Matosinhos	776	451	325	1 147	654	493	15	
Porto	1 066	589	477	1 710	1 146	564	19	
Póvoa de Varzim	384	275	109	343	233	110	5	
Valongo	432	290	142	484	294	190	8	
Vila do Conde	454	281	173	427	276	151	2	
Vila Nova de Gaia	1 303	760	543	1 784	1 020	764	12	
Tâmega	3 204	2 470	734	2 666	1 930	736	48	
Amarante	309	230	79	293	222	71	4	

(continua)

Quadro 8.1.6

Casamentos celebrados, dissolvidos e interrompidos, Município, 2005 (continuação)

Distribuição geográfica	Casamentos							Unidade: N.º
	Celebrados			Dissolvidos			Interrompidos por separação	
	Total	Católicos	Não católicos	Total	Por morte	Por divórcio		
Baião	113	93	20	126	103	23	-	
Cabeceiras de Basto	87	64	23	80	71	9	-	
Castelo de Paiva	104	78	26	95	76	19	-	
Celorico de Basto	134	103	31	130	103	27	8	
Cinfães	118	89	29	117	89	28	1	
Felgueiras	330	267	63	244	144	100	11	
Lousada	267	213	54	208	146	62	5	
Marco de Canaveses	312	248	64	254	182	72	1	
Mondim de Basto	50	32	18	59	41	18	2	
Paços de Ferreira	330	271	59	218	153	65	-	
Paredes	486	365	121	333	233	100	7	
Penafiel	458	347	111	368	257	111	8	
Resende	69	53	16	82	69	13	1	
Ribeira de Pena	37	17	20	59	41	18	-	
Entre Douro e Vouga	1 312	852	460	1 577	987	590	14	
Arouca	130	96	34	109	82	27	1	
Oliveira de Azeméis	284	168	116	426	268	158	5	
Santa Maria da Feira	662	436	226	746	450	296	5	
São João da Madeira	95	51	44	152	82	70	2	
Vale de Cambra	141	101	40	144	105	39	1	
Douro	1 076	672	404	1 543	1 217	326	9	
Alijó	59	35	24	112	96	16	-	
Armamar	44	26	18	51	44	7	-	
Carrazeda de Ansiães	27	13	14	49	37	12	1	
Freixo de Espada à Cinta	7	5	2	36	35	1	-	
Lamego	142	87	55	191	143	48	-	
Mesão Frio	25	18	7	28	20	8	-	
Moimenta da Beira	53	40	13	70	58	12	-	
Penedono	12	8	4	21	18	3	-	
Peso da Régua	104	63	41	124	85	39	1	
Sabrosa	31	15	16	63	54	9	-	
Santa Marta de Penaguião	36	25	11	63	53	10	-	
São João da Pesqueira	36	15	21	67	58	9	1	
Sernancelhe	32	20	12	39	31	8	-	
Tabuaço	26	21	5	44	35	9	-	
Tarouca	50	23	27	63	49	14	1	
Torre de Moncorvo	28	11	17	86	71	15	-	
Vila Flor	35	25	10	48	44	4	1	
Vila Nova de Foz Côa	33	19	14	76	68	8	-	
Vila Real	296	203	93	312	218	94	4	
Alto Trás-os-Montes	974	538	436	1 638	1 305	333	8	
Alfândega da Fé	27	14	13	52	43	9	-	
Boticas	19	10	9	41	38	3	-	

(continua)

Quadro 8.1.6
Casamentos celebrados, dissolvidos e interrompidos, Município, 2005 (continuação)

2005 Unidade: N.º

Distribuição geográfica	Casamentos						
	Celebrados			Dissolvidos			Interrompidos por separação
	Total	Católicos	Não católicos	Total	Por morte	Por divórcio	
Bragança	197	104	93	263	183	80	2
Chaves	216	113	103	287	195	92	2
Macedo de Cavaleiros	67	38	29	122	98	24	-
Miranda do Douro	33	20	13	69	64	5	-
Mirandela	94	55	39	182	153	29	-
Mogadouro	42	28	14	84	72	12	1
Montalegre	46	24	22	108	93	15	2
Murça	40	26	14	48	41	7	-
Valpaços	84	36	48	163	143	20	-
Vila Pouca de Aguiar	67	47	20	112	83	29	1
Vimioso	11	10	1	33	30	3	-
Vinhais	31	13	18	74	69	5	-
Centro	10 551	6 267	4 284	16 704	12 055	4 649	135
Baixo Vouga	1 731	978	753	2 537	1 599	938	50
Águeda	248	137	111	290	192	98	7
Albergaria-a-Velha	118	71	47	177	113	64	3
Anadia	126	67	59	223	160	63	2
Aveiro	348	194	154	511	281	230	16
Estarreja	113	80	33	170	121	49	-
Ílhavo	155	78	77	254	146	108	7
Mealhada	97	57	40	123	85	38	2
Murtosa	58	27	31	71	53	18	-
Oliveira do Bairro	87	50	37	148	105	43	1
Ovar	194	111	83	333	194	139	7
Sever do Vouga	48	29	19	83	56	27	3
Vagos	139	77	62	154	93	61	2
Baixo Mondego	1 488	922	566	2 309	1593	716	12
Cantanhede	172	107	65	278	190	88	2
Coimbra	730	472	258	912	557	355	7
Condeixa-a-Nova	63	40	23	115	85	30	2
Figueira da Foz	255	130	125	461	321	140	1
Mira	52	30	22	78	54	24	-
Montemor-o-Velho	92	59	33	168	132	36	-
Penacova	46	33	13	123	108	15	-
Soure	78	51	27	174	146	28	-
Pinhal Litoral	1 172	740	432	1 704	1 157	547	17
Batalha	77	52	25	107	80	27	1
Leiria	584	370	214	735	465	270	11
Marinha Grande	175	98	77	282	168	114	2
Pombal	253	161	92	405	324	81	2
Porto de Mós	83	59	24	175	120	55	1
Pinhal Interior Norte	590	371	219	1 070	849	221	2
Alvaiázere	30	23	7	69	60	9	-

(continua)

Quadro 8.1.6
Casamentos celebrados, dissolvidos e interrompidos, Município, 2005 (continuação)

2005

Unidade: N.º

Distribuição geográfica	Casamentos						
	Celebrados			Dissolvidos			Interrompidos por separação
	Total	Católicos	Não católicos	Total	Por morte	Por divórcio	
Ansião	63	43	20	106	92	14	-
Arganil	50	33	17	103	78	25	-
Castanheira de Pêra	9	5	4	32	27	5	-
Figueiró dos Vinhos	23	14	9	62	50	12	-
Góis	18	9	9	34	30	4	-
Lousã	92	50	42	135	79	56	1
Miranda do Corvo	42	23	19	87	65	22	-
Oliveira do Hospital	110	76	34	153	122	31	-
Pampilhosa da Serra	20	13	7	49	47	2	-
Pedrógão Grande	14	7	7	43	38	5	-
Penela	25	19	6	55	51	4	-
Tábua	57	33	24	96	77	19	-
Vila Nova de Poiares	37	23	14	46	33	13	1
Dão-Lafões	1 452	895	557	1 880	1 464	416	10
Aguiar da Beira	33	21	12	41	37	4	-
Carregal do Sal	45	24	21	73	63	10	1
Castro Daire	72	40	32	136	124	12	1
Mangualde	109	66	43	120	89	31	-
Mortágua	32	19	13	70	58	12	1
Nelas	69	35	34	96	76	20	-
Oliveira de Frades	56	36	20	63	50	13	1
Penalva do Castelo	64	46	18	50	46	4	-
Santa Comba Dão	61	30	31	123	98	25	-
São Pedro do Sul	86	51	35	136	117	19	1
Sátão	69	47	22	87	65	22	-
Tondela	138	80	58	204	165	39	1
Vila Nova de Paiva	22	17	5	48	39	9	1
Viseu	552	349	203	562	380	182	3
Vouzela	44	34	10	71	57	14	-
Pinhal Interior Sul	161	119	42	377	340	37	-
Mação	34	29	5	80	76	4	-
Oleiros	20	18	2	59	51	8	-
Proença-a-Nova	24	16	8	75	67	8	-
Sertã	71	49	22	135	122	13	-
Vila de Rei	12	7	5	28	24	4	-
Serra da Estrela	225	154	71	378	300	78	2
Fornos de Algodres	34	26	8	41	35	6	-
Gouveia	72	47	25	130	108	22	-
Seia	119	81	38	207	157	50	2
Beira Interior Norte	470	336	134	814	685	129	1
Almeida	31	23	8	69	63	6	1
Celorico da Beira	42	26	16	72	56	16	-
Figueira de Castelo Rodrigo	28	21	7	56	48	8	-

(continua)

Quadro 8.1.6
Casamentos celebrados, dissolvidos e interrompidos, Município, 2005 (continuação)

Distribuição geográfica	Casamentos							Unidade: N.º
	Celebrados			Dissolvidos			Interrompidos por separação	
	Total	Católicos	Não católicos	Total	Por morte	Por divórcio		
Guarda	193	131	62	237	178	59	-	
Manteigas	20	13	7	37	31	6	-	
Meda	27	22	5	45	40	5	-	
Pinhel	38	29	9	66	62	4	-	
Sabugal	43	37	6	160	149	11	-	
Trancoso	48	34	14	72	58	14	-	
Beira Interior Sul	292	173	119	741	592	149	4	
Castelo Branco	241	141	100	469	338	131	2	
Idanha-a-Nova	34	19	15	134	128	6	2	
Penamacor	11	9	2	73	64	9	-	
Vila Velha de Ródão	6	4	2	65	62	3	-	
Cova da Beira	398	232	166	676	494	182	4	
Belmonte	32	23	9	47	35	12	-	
Covilhã	243	145	98	385	270	115	3	
Fundão	123	64	59	244	189	55	1	
Oeste	1 601	780	821	2 507	1 711	796	24	
Alcobaça	224	152	72	371	278	93	5	
Alenquer	232	79	153	292	183	109	5	
Arruda dos Vinhos	65	33	32	74	49	25	-	
Bombarral	52	26	26	91	66	25	-	
Cadaval	52	28	24	119	86	33	-	
Caldas da Rainha	191	94	97	379	258	121	2	
Lourinhã	118	51	67	181	122	59	-	
Nazaré	87	41	46	112	66	46	2	
Óbidos	47	24	23	101	74	27	2	
Peniche	137	65	72	194	143	51	-	
Sobral de Monte Agraço	47	16	31	52	36	16	1	
Torres Vedras	349	171	178	541	350	191	7	
Médio Tejo	971	567	404	1 711	1 271	440	9	
Abrantes	178	95	83	327	251	76	1	
Alcanena	55	28	27	120	89	31	-	
Constância	20	5	15	27	19	8	-	
Entroncamento	85	47	38	127	68	59	-	
Ferreira do Zêzere	31	22	9	107	86	21	-	
Ourém	229	136	93	277	218	59	2	
Sardoal	16	10	6	37	34	3	-	
Tomar	171	103	68	360	274	86	2	
Torres Novas	153	110	43	267	191	76	4	
Vila Nova da Barquinha	33	11	22	62	41	21	-	
Lisboa	11 863	5 124	6 739	18 440	10 989	7 451	122	
Grande Lisboa	8 412	3 760	4 652	13 097	7 820	5 277	84	
Amadora	671	302	369	1 090	671	419	7	
Cascais	909	325	584	1 272	691	581	11	

(continua)

Quadro 8.1.6

Casamentos celebrados, dissolvidos e interrompidos, Município, 2005 (continuação)

2005

Unidade: N.º

Distribuição geográfica	Casamentos						
	Celebrados			Dissolvidos			Interrompidos por separação
	Total	Católicos	Não católicos	Total	Por morte	Por divórcio	
Lisboa	2 474	1153	1321	4 169	2829	1340	30
Loures	1 228	665	563	1 250	730	520	7
Mafra	426	141	285	371	232	139	-
Odivelas ^(a)	x	x	x	833	536	297	7
Oeiras	667	321	346	1 045	586	459	8
Sintra	1 477	585	892	2 235	1092	1143	9
Vila Franca de Xira	560	268	292	832	453	379	5
Península de Setúbal	3 451	1 364	2 087	5 343	3 169	2 174	38
Alcochete	78	29	49	125	65	60	1
Almada	820	279	541	1 188	751	437	10
Barreiro	372	151	221	644	415	229	9
Moita	296	135	161	521	305	216	4
Montijo	211	83	128	379	234	145	-
Palmela	280	97	183	393	244	149	3
Seixal	608	290	318	894	436	458	3
Sesimbra	191	83	108	292	187	105	2
Setúbal	595	217	378	907	532	375	6
Alentejo	3 052	1 530	1 522	6 079	4 553	1 526	26
Alentejo Litoral	361	138	223	737	544	193	1
Alcácer do Sal	60	28	32	93	72	21	-
Grândola	57	19	38	118	93	25	-
Odemira	81	32	49	197	157	40	-
Santiago do Cacém	105	42	63	221	152	69	1
Sines	58	17	41	108	70	38	-
Alto Alentejo	457	249	208	1 058	862	196	6
Alter do Chão	15	9	6	48	38	10	-
Arronches	16	12	4	36	34	2	-
Avis	6	3	3	45	37	8	-
Campo Maior	35	22	13	54	37	17	-
Castelo de Vide	10	4	6	44	33	11	-
Crato	13	7	6	52	48	4	-
Elvas	92	49	43	150	117	33	-
Fronteira	22	12	10	36	34	2	-
Gavião	16	8	8	50	48	2	-
Marvão	9	2	7	31	27	4	-
Monforte	9	4	5	29	24	5	1
Mora	13	7	6	45	37	8	1
Nisa	22	17	5	81	71	10	-
Ponte de Sor	53	22	31	160	130	30	1
Portalegre	126	71	55	197	147	50	3
Alentejo Central	670	353	317	1 277	993	284	4
Alandroal	30	20	10	55	53	2	-
Arraiolos	19	9	10	46	40	6	-

(continua)

Quadro 8.1.6
Casamentos celebrados, dissolvidos e interrompidos, Município, 2005 (continuação)

Distribuição geográfica	Casamentos							Interrompidos por separação
	Celebrados			Dissolvidos				
	Total	Católicos	Não católicos	Total	Por morte	Por divórcio		
Borba	20	12	8	49	43	6	-	
Estremoz	42	18	24	121	95	26	-	
Évora	284	153	131	387	271	116	2	
Montemor-o-Novo	67	25	42	150	123	27	1	
Mourão	1		1	26	23	3	-	
Portel	26	14	12	41	35	6	-	
Redondo	19	9	10	64	52	12	-	
Reguengos de Monsaraz	49	27	22	92	72	20	-	
Sousel	14	6	8	60	50	10	-	
Vendas Novas	44	27	17	86	57	29	-	
Viana do Alentejo	21	8	13	43	32	11	-	
Vila Viçosa	34	25	9	57	47	10	1	
Baixo Alentejo	448	231	217	1 080	836	244	-	
Aljustrel	39	24	15	74	60	14	-	
Almodôvar	23	12	11	67	55	12	-	
Alvito	10	5	5	31	27	4	-	
Barrancos	9	4	5	8	7	1	-	
Beja	135	67	68	277	194	83	-	
Castro Verde	20	8	12	52	40	12	-	
Cuba	22	14	8	47	43	4	-	
Ferreira do Alentejo	23	13	10	89	62	27	-	
Mértola	15	8	7	68	60	8	-	
Moura	60	28	32	148	107	41	-	
Ourique	21	8	13	51	42	9	-	
Serpa	54	32	22	119	98	21	-	
Vidigueira	17	8	9	49	41	8	-	
Lezíria do Tejo	1 116	559	557	1 927	1 318	609	15	
Almeirim	118	53	65	196	133	63	-	
Alpiarça	29	18	11	74	49	25	1	
Azambuja	98	46	52	148	102	46	-	
Benavente	153	56	97	179	109	70	1	
Cartaxo	127	47	80	191	126	65	2	
Chamusca	39	20	19	92	75	17	2	
Coruche	78	44	34	192	158	34	1	
Golegã	25	12	13	45	36	9	2	
Rio Maior	97	54	43	155	109	46	-	
Salvaterra de Magos	82	47	35	142	104	38	1	
Santarém	270	162	108	513	317	196	5	
Algarve	1 645	639	1 006	2 904	2 033	871	11	
Albufeira	182	55	127	201	114	87	1	
Alcoutim	15	7	8	21	21			
Aljezur	16	7	9	42	39	3	-	
Castro Marim	20	8	12	61	50	11	-	

(continua)

Quadro 8.1.6

Casamentos celebrados, dissolvidos e interrompidos, Município, 2005 (continuação)

Distribuição geográfica	Casamentos							Interrompidos por separação
	Celebrados			Dissolvidos				
	Total	Católicos	Não católicos	Total	Por morte	Por divórcio		
Faro	311	122	189	431	260	171	5	
Lagoa	67	27	40	148	97	51	-	
Lagos	131	37	94	185	123	62	-	
Loulé	204	95	109	406	302	104	-	
Monchique	20	12	8	61	50	11	-	
Olhão	143	53	90	304	213	91	2	
Portimão	184	73	111	342	223	119	2	
São Brás de Alportel	51	15	36	85	58	27	-	
Silves	123	55	68	261	208	53	-	
Tavira	92	40	52	180	136	44	1	
Vila do Bispo	14	5	9	42	37	5	-	
Vila Real de Santo António	72	28	44	134	102	32	-	
Regiões Autónomas								
Açores	1 499	318	1 181	1 661	1 048	613	13	
Vila do Porto	36	4	32	47	27	20	-	
Lagoa (R.A.A)	80	14	66	86	55	31	-	
Nordeste	26	3	23	32	22	10	-	
Ponta Delgada	445	83	362	423	234	189	6	
Povoação	35	3	32	54	37	17	-	
Ribeira Grande	234	35	199	173	102	71	4	
Vila Franca do Campo	83	14	69	62	41	21	1	
Angra do Heroísmo	215	63	152	249	150	99	1	
Vila da Praia da Vitória	120	29	91	144	90	54	-	
Santa Cruz da Graciosa	16	3	13	41	34	7	1	
Calheta (R. A. A.)	24	13	11	40	38	2	-	
Velas	29	13	16	46	31	15	-	
Lajes do Pico	14	5	9	44	37	7	-	
Madalena	28	4	24	55	44	11	-	
São Roque do Pico	15	6	9	27	17	10	-	
Horta	82	23	59	108	67	41	-	
Lajes das Flores	6	1	5	8	6	2	-	
Santa Cruz das Flores	10	1	9	19	14	5	-	
Corvo	1	1		3	2	1	-	
Madeira	1 381	579	802	1 700	1 152	548	6	
Calheta (R. A. M.)	44	23	21	104	85	19	1	
Câmara de Lobos	191	89	102	160	128	32	-	
Funchal	656	280	376	802	481	321	5	
Machico	118	43	75	145	103	42	-	
Ponta do Sol	45	17	28	59	40	19	-	
Porto Moniz	13	8	5	24	21	3	-	
Ribeira Brava	73	17	56	72	56	16	-	
Santa Cruz	141	60	81	193	124	69	-	
Santana	45	19	26	62	58	4	-	

(continua)

Quadro 8.1.6

Casamentos celebrados, dissolvidos e interrompidos, Município, 2005 (continuação)

2005 Unidade: N.º

Distribuição geográfica	Casamentos						
	Celebrados			Dissolvidos			Interrompidos por separação
	Total	Católicos	Não católicos	Total	Por morte	Por divórcio	
São Vicente	29	12	17	50	37	13	-
Porto Santo	26	11	15	29	19	10	-
Ignorada	-	-	-	-	-	-	-
Estrangeiro	-	-	-	435	158	277	2

^(a) A inexistência de dados de casamentos celebrados deve-se ao facto de não estar ainda instalada a Conservatória de Registo Civil no concelho.

Quadro 8.1.7

Nados-vivos, fetos-mortos, óbitos, casamentos celebrados, dissolvidos e interrompidos por meses, NUTS II, 2005

2005

Unidade: N.º

Distribuição geográfica Meses	Nados-vivos		Fetos- mortos (total)	Óbitos		Casamentos Celebrados	Casamentos Dissolvidos			Interrompi- dos por separação
	Total	Fora do casamento		Total	De menos de 1 ano		Total	Por morte	Por divórcio	
Total	109 457	33 664	434	107 839	386	48 671	69 439	46 586	22 853	590
Janeiro	9 090	2 792	38	11 916	33	1 869	7 161	4 996	2 165	145
Fevereiro	8 356	2 669	27	12 456	43	1 682	7 089	5 054	2 035	38
Março	8 797	2 592	45	11 151	40	2 239	6 662	4 567	2 095	52
Abril	8 621	2 527	26	8 208	28	3 328	5 798	3 688	2 110	46
Maio	9 058	2 651	39	7 947	30	4 582	5 799	3 521	2 278	55
Junho	9 040	2 708	31	7 535	25	4 703	5 471	3 313	2 158	46
Julho	9 304	2 947	51	7 536	28	6 963	5 066	3 283	1 783	43
Agosto	9 805	3 127	33	7 871	29	7 632	4 029	3 446	583	13
Setembro	10 021	3 118	37	7 253	36	6 344	4 598	3 235	1 363	29
Outubro	9 300	2 889	31	7 752	28	4 204	5 647	3 538	2 109	41
Novembro	8 993	2 822	32	8 410	37	2 060	6 178	3 703	2 475	50
Dezembro	9 072	2 822	44	9 804	29	3 065	5 941	4 242	1 699	32
Portugal	109 399	33 633	432	107 462	382	48 671	69 004	46 428	22 576	588
Janeiro	9 087	2 790	38	11 891	32	1 869	7 130	4 986	2 144	143
Fevereiro	8 351	2 666	27	12 426	42	1 682	7 051	5 036	2 015	38
Março	8 793	2 589	44	11 106	40	2 239	6 617	4 549	2 068	52
Abril	8 615	2 524	26	8 180	28	3 328	5 745	3 670	2 075	46
Maio	9 054	2 649	38	7 920	30	4 582	5 759	3 509	2 250	55
Junho	9 032	2 704	31	7 506	25	4 703	5 434	3 302	2 132	46
Julho	9 297	2 944	51	7 516	28	6 963	5 040	3 272	1 768	43
Agosto	9 798	3 122	33	7 830	29	7 632	3 995	3 426	569	13
Setembro	10 018	3 118	37	7 211	36	6 344	4 573	3 221	1 352	29
Outubro	9 296	2 886	31	7 728	28	4 204	5 609	3 527	2 082	41
Novembro	8 990	2 821	32	8 388	37	2 060	6 135	3 697	2 438	50
Dezembro	9 068	2 820	44	9 760	27	3 065	5 916	4 233	1 683	32
Continente	103 420	32 199	393	102 323	353	45 791	65 643	44 228	21 415	569
Janeiro	8 557	2 680	33	11 398	28	1 699	6 806	4 775	2 031	135
Fevereiro	7 874	2 560	24	11 899	40	1 496	6 731	4 813	1 918	37
Março	8 282	2 483	40	10 558	35	2 045	6 264	4 331	1 933	48
Abril	8 189	2 432	24	7 737	28	3 124	5 409	3 475	1 934	44
Maio	8 581	2 547	36	7 546	28	4 389	5 504	3 341	2 163	55
Junho	8 536	2 579	28	7 103	23	4 472	5 156	3 131	2 025	43
Julho	8 843	2 828	48	7 152	25	6 548	4 792	3 103	1 689	43
Agosto	9 256	2 977	30	7 436	25	7 384	3 801	3 268	533	13
Setembro	9 436	2 968	31	6 859	33	5 957	4 368	3 069	1 299	29
Outubro	8 794	2 763	27	7 346	24	3 983	5 346	3 375	1 971	41
Novembro	8 493	2 691	30	7 990	37	1 877	5 834	3 521	2 313	49
Dezembro	8 579	2 691	42	9 299	27	2 817	5 632	4 026	1 606	32
Norte	37 306	7 824	105	32 471	143	18 680	21 516	14 598	6 918	275
Janeiro	3 164	685	11	3 747	11	649	2 279	1 627	652	53
Fevereiro	2 827	623	7	3 532	16	530	2 089	1 465	624	21
Março	2 951	610	11	3 355	14	808	2 020	1 421	599	24
Abril	2 970	633	6	2 492	9	1 154	1 762	1 164	598	18

Quadro 8.1.7

Nados-vivos, fetos-mortos, óbitos, casamentos celebrados, dissolvidos e interrompidos por meses, NUTS II, 2005 (continuação)

2005

Unidade: N.º

Distribuição geográfica Meses	Nados-vivos		Fetos- -mortos (total)	Óbitos		Casamentos Celebrados	Casamentos Dissolvidos			Interrompi- dos por separação
	Total	Fora do casamento		Total	De menos de 1 ano		Total	Por morte	Por divórcio	
Maio	3 089	586	3	2 418	12	1 770	1 794	1 082	712	28
Junho	3 038	602	9	2 195	10	1 722	1 662	1 029	633	17
Julho	3 158	653	10	2 292	11	2 778	1 589	1 032	557	28
Agosto	3 363	716	9	2 293	9	3 569	1 211	1 047	164	7
Setembro	3 406	696	7	2 219	16	2 376	1 464	1 043	421	19
Outubro	3 168	672	9	2 382	11	1 452	1 793	1 152	641	21
Novembro	3 072	651	8	2 546	13	634	1 929	1 171	758	23
Dezembro	3 100	697	15	3 000	11	1 238	1 924	1 365	559	16
Centro	21 710	5 641	79	27 700	60	10 551	16 704	12 055	4 649	135
Janeiro	1 769	484	7	3 009	4	429	1 659	1 246	413	33
Fevereiro	1 645	433	6	3 228	6	374	1 767	1 320	447	6
Março	1 693	448	10	2 923	7	431	1 643	1 205	438	14
Abril	1 740	418	2	2 173	5	717	1 397	979	418	9
Maio	1 805	438	7	2 014	5	1 024	1 309	886	423	11
Junho	1 822	433	6	1 899	3	970	1 281	850	431	13
Julho	1 883	467	4	1 985	7	1 500	1 244	869	375	6
Agosto	1 955	532	8	2 042	3	1 902	1 047	914	133	3
Setembro	2 031	527	9	1 804	9	1 266	1 123	821	302	6
Outubro	1 921	527	3	1 994	2	877	1 357	920	437	12
Novembro	1 744	477	9	2 161	6	436	1 466	970	496	16
Dezembro	1 702	457	8	2 468	3	625	1 411	1 075	336	6
Lisboa	32 542	13 874	146	26 303	108	11 863	18 440	10 989	7 451	122
Janeiro	2 668	1 113	11	3 012	8	444	1 940	1 213	727	46
Fevereiro	2 467	1 101	7	3 161	14	440	1 870	1 241	629	9
Março	2 667	1 059	17	2 617	12	562	1 756	1 068	688	6
Abril	2 560	1 010	7	1 915	9	878	1 505	839	666	13
Maio	2 742	1 144	18	1 935	8	1 132	1 627	834	793	10
Junho	2 679	1 147	7	1 875	7	1 320	1 524	777	747	8
Julho	2 780	1 280	27	1 823	4	1 675	1 369	780	589	7
Agosto	2 867	1 267	12	1 925	10	1 378	975	804	171	1
Setembro	2 929	1 300	11	1 765	5	1 637	1 220	753	467	3
Outubro	2 681	1 148	9	1 819	10	1 120	1 468	797	671	6
Novembro	2 735	1 178	5	2 056	13	599	1 674	876	798	5
Dezembro	2 767	1 127	15	2 400	8	678	1 512	1 007	505	8
Alentejo	6 912	2 585	37	11 005	24	3 052	6 079	4 553	1 526	26
Janeiro	559	217	3	1 162	3	118	656	496	160	2
Fevereiro	511	204	2	1 376	3	97	674	543	131	1
Março	545	183	2	1 174	1	162	575	443	132	4
Abril	548	191	3	819	3	233	510	344	166	3
Maio	575	225	7	833	1	302	515	372	143	3
Junho	586	198	3	777	2	316	446	318	128	5
Julho	626	252	5	699		439	408	292	116	1

(continua)

Quadro 8.1.7

Nados-vivos, fetos-mortos, óbitos, casamentos celebrados, dissolvidos e interrompidos por meses, NUTS II, 2005 (continuação)

2005

Unidade: N.º

Distribuição geográfica Meses	Nados-vivos		Fetos- mortos (total)	Óbitos		Casamentos Celebrados	Casamentos			Interrompi- dos por separação
	Total	Fora do casamento		Total	De menos de 1 ano		Dissolvidos			
							Total	Por morte	Por divórcio	
Agosto	619	248	-	797	2	350	370	328	42	-
Setembro	620	246	3	749	1	414	398	324	74	1
Outubro	595	216	1	786	1	325	506	356	150	-
Novembro	546	203	4	854	4	126	496	337	159	5
Dezembro	582	202	4	979	3	170	525	400	125	1
Algarve	4 950	2 275	26	4 844	18	1 645	2 904	2 033	871	11
Janeiro	397	181	1	468	2	59	272	193	79	1
Fevereiro	424	199	2	602	1	55	331	244	87	-
Março	426	183	-	489	1	82	270	194	76	-
Abril	371	180	6	338	2	142	235	149	86	1
Maió	370	154	1	346	2	161	259	167	92	3
Junho	411	199	3	357	1	144	243	157	86	-
Julho	396	176	2	353	3	156	182	130	52	1
Agosto	452	214	1	379	1	185	198	175	23	2
Setembro	450	199	1	322	2	264	163	128	35	-
Outubro	429	200	5	365	-	209	222	150	72	2
Novembro	396	182	4	373	1	82	269	167	102	-
Dezembro	428	208	-	452	2	106	260	179	81	1
Regiões Autónomas										
Açores	3 019	652	12	2 439	19	1 499	1 661	1 048	613	13
Janeiro	273	45	1	233	3	95	167	101	66	4
Fevereiro	242	45	2	258	2	105	157	106	51	1
Março	242	41	2	234	3	104	174	98	76	4
Abril	217	47	-	210	-	108	158	88	70	1
Maió	249	54	1	195	1	113	135	90	45	-
Junho	256	54	1	203	2	121	123	83	40	3
Julho	225	60	1	169	2	198	128	82	46	-
Agosto	272	60	-	197	2	146	103	79	24	-
Setembro	286	66	3	182	2	184	116	87	29	-
Outubro	250	50	1	172	2	101	114	63	51	-
Novembro	242	59	-	185	-	95	162	86	76	-
Dezembro	265	71	-	201	-	129	124	85	39	-
Madeira	2 957	782	18	2 700	10	1 381	1 700	1 152	548	6
Janeiro	257	65	2	260	1	75	157	110	47	4
Fevereiro	234	61	-	269	-	81	163	117	46	-
Março	269	65	2	314	2	90	179	120	59	-
Abril	209	45	1	233	-	96	178	107	71	1
Maió	224	48	1	179	1	80	120	78	42	-
Junho	240	71	1	200	-	110	155	88	67	-
Julho	229	56	2	195	1	217	120	87	33	-
Agosto	270	85	3	197	2	102	91	79	12	-
Setembro	296	84	2	170	1	203	89	65	24	-
Outubro	251	73	1	210	2	120	149	89	60	-
Novembro	255	71	2	213	-	88	139	90	49	1

(continua)

Quadro 8.1.7

Nados-vivos, fetos-mortos, óbitos, casamentos celebrados, dissolvidos e interrompidos por meses, NUTS II, 2005 (continuação)

2005 Unidade: N.º

Distribuição geográfica Meses	Nados-vivos			Óbitos		Casamentos				
	Total	Fora do casamento	Fetos-mortos (total)	Total	De menos de 1 ano	Celebrados	Dissolvidos			Interrompidos por separação
							Total	Por morte	Por divórcio	
Dezembro	223	58	1	260	-	119	160	122	38	-
Ignorados	3	-	9	-	-	-	-	-	-	-
Janeiro	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-
Fevereiro	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Março	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abril	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Maio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Junho	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Julho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agosto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Setembro	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Outubro	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-
Novembro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dezembro	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Estrangeiro	58	31	2	377	4	-	435	158	277	2
Janeiro	3	2	-	25	1	-	31	10	21	2
Fevereiro	5	3	-	30	1	-	38	18	20	-
Março	4	3	1	45	-	-	45	18	27	-
Abril	6	3	-	28	-	-	53	18	35	-
Maio	4	2	1	27	-	-	40	12	28	-
Junho	8	4	-	29	-	-	37	11	26	-
Julho	7	3	-	20	-	-	26	11	15	-
Agosto	7	5	-	41	-	-	34	20	14	-
Setembro	3	-	-	42	-	-	25	14	11	-
Outubro	4	3	-	24	-	-	38	11	27	-
Novembro	3	1	-	22	-	-	43	6	37	-
Dezembro	4	2	-	44	2	-	25	9	16	-

capítulo

Notas explicativas, conceitos, nomenclaturas e
instrumentos de notação

9

NOTAS EXPLICATIVAS, CONCEITOS E NOMENCLATURAS

Afinidade - Vínculo que liga cada um dos cônjuges aos parentes do outro (por exemplo, cunhados).

Autorizações de permanência - Mecanismo legal criado pelo Decreto-Lei 4/2001, de 10 de Janeiro, que permitia que fosse autorizada a permanência em Portugal a estrangeiros que aqui se encontravam, não sendo titulares de visto adequado e que reunissem as seguintes condições: ser titular de contrato de trabalho ou proposta de contrato de trabalho com informação favorável do Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT); não ter sido condenado por sentença transitada em julgado em pena privativa de liberdade de duração superior a 6 meses; não ter sido sujeito a medida de afastamento do país e se encontre no período subsequente de interdição de entrada em Portugal; não estar indicado para efeitos de não admissão no âmbito do Sistema de Informação Schengen por qualquer das partes contratantes; não estar indicado para efeitos de não admissão no sistema integrado de informações do SEF. Esta figura legal foi revogada em 2003, pelo Decreto-Lei 34/2003.

Casamento - Contrato celebrado entre duas pessoas de sexo diferente que pretendem constituir família, mediante uma comunhão de vida.

Cessaçãõ do estatuto de residente - Fim do estatuto legal de residente (de indivíduo possuidor de uma autorização de residência). Este fim pode ser determinado pela vontade do próprio (saída voluntária e retorno voluntário), por decisão administrativa (cancelamento) ou judicial (expulsão judicial), obtenção de nacionalidade portuguesa ou por falecimento.

Condição perante o trabalho - Considera-se como condição perante o trabalho a relação existente entre o indivíduo e a actividade económica que desenvolve.

Esta noção distingue as pessoas com actividade económica (aquelas que tendo ultrapassado a idade de escolaridade obrigatória ficam disponíveis para a produção de bens e serviços económicos) - população activa, das que não têm actividade económica (aquelas que, de um modo geral, não exercem uma actividade remunerada) - população não activa.

Na população com actividade económica – activos - deve considerar-se:

Empregado - o indivíduo que exerce uma profissão. Deverão ser incluídos os indivíduos a cumprir o serviço militar obrigatório.

Desempregado - o indivíduo disponível para trabalhar, que não trabalha e procura novo emprego ou o procura pela primeira vez.

Desempregado à procura do primeiro emprego - desempregado que nunca teve emprego.

Desempregado à procura de novo emprego - desempregado que já teve um emprego.

Na população sem actividade económica - Não activos - deverá considerar-se:

Doméstico - homem ou mulher que não exercendo uma profissão nem estando desempregado, se ocupa principalmente das tarefas domésticas do seu próprio lar.

Estudante - o indivíduo com 15 ou mais anos que não exerce qualquer actividade e que frequenta um estabelecimento de ensino público ou privado, qualquer que seja o nível de ensino;

Outra condição - nesta rubrica são de considerar os indivíduos que não exercem nenhuma actividade económica e que vivem da reforma ou pensão proveniente de actividades anteriores (reformado, aposentado ou na reserva); os indivíduos que não exercem nenhuma actividade económica e que são titulares de bens de capital donde lhes provêm os rendimentos que constituem o seu principal modo de vida (proprietários, etc.); os indivíduos totalmente incapazes para o trabalho, quer por acidente de trabalho quer por qualquer outro motivo (inválidos); os indivíduos sem actividade económica que recebem ajuda do Estado ou de fonte privada e todos aqueles que não estão compreendidos nas categorias mencionadas.

Crescimento efectivo da população - Ver «Variação populacional».

Densidade populacional - Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado).

Desempregado - Ver «Condição perante o trabalho».

Distribuição geográfica do facto - Ver «Local do registo».

Distribuição geográfica de residência - Ver «Local de residência».

Divórcio - Dissolução legal e definitiva do vínculo do casamento, conferindo às partes o direito de tornarem a casar.

Nota: Constituem fundamentos do divórcio os seguintes: o comum acordo; a violação culposa dos deveres conjugais, quando a violação, pela sua gravidade ou reiteração, comprometa a possibilidade da vida em comum; a separação de facto por três anos consecutivos; a separação de facto por um ano se o divórcio for requerido por um dos cônjuges sem oposição do outro; a alteração das faculdades mentais do outro cônjuge, quando dure há mais de três anos e, pela sua gravidade, comprometa a possibilidade de vida em comum; a ausência, sem que do ausente haja notícias, por tempo não inferior a dois anos.

Doméstico(a) - Ver «Condição perante o trabalho».

Duração do casamento - Período de anos completos contados entre a celebração do casamento e a verificação de um facto de referência. Os factos de referência podem ser: nascimento de um filho, morte de um dos cônjuges, divórcio, data de observação, etc.

Emigrante - Ver «Emigrante Permanente; Emigrante Temporário»

Emigrante permanente - Pessoa (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, tendo permanecido no país por um período contínuo de pelo menos um ano, o deixou com a intenção de residir noutro país por um período contínuo igual ou superior a um ano.

Emigrante temporário - Pessoa (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, tendo permanecido no país por um período contínuo de pelo menos um ano, o deixou, com a intenção de residir noutro país por um período inferior a um ano.

Nota: Excluem-se desta situação as deslocações com carácter de: turismo, negócios, estudo, saúde, religião ou outro de igual teor.

Empregado - Ver «Condição perante o trabalho».

Empregador - Ver «Situação na profissão».

Esperança de vida - Ver « Esperança de vida numa determinada idade; Esperança de vida à nascença»

Esperança de vida numa determinada idade - Número médio de anos que uma pessoa que atinja a idade exacta x pode esperar ainda viver, mantendo-se as taxas de

mortalidade por idade observadas no momento.

Esperança de vida à nascença - Número médio de anos que uma pessoa à nascença pode viver, mantendo-se a taxa de mortalidade por idade observadas no momento.

Estado civil - Situação jurídica da pessoa composta pelo conjunto das qualidades definidoras do seu estado pessoal face às relações familiares, que constam obrigatoriamente do registo civil. Compreende as seguintes situações: a) Solteiro; b) Casado; c) Viúvo; d) Divorciado.

Estudante - Ver «Condição perante o trabalho».

Feto-morto - Produto da fecundação, cuja morte ocorreu antes da expulsão ou da extracção completa do corpo materno, independentemente da duração da gravidez; indica o óbito o facto de o feto, depois da separação não respirar nem apresentar nenhum outro sinal de vida, como batimentos do coração, pulsações do cordão umbilical ou contracções efectivas de qualquer músculo sujeito a acção voluntária.

Fundamentos do divórcio - Ver <<Ver divórcio>>.

Idade - Intervalo de tempo que decorre entre a data do nascimento (dia, mês e ano) e as 0 horas da data de referência. A idade é expressa em anos completos, salvo se se tratar de crianças com menos de 1 ano, devendo nestes casos ser expressa em meses, semanas ou dias completos.

Idade gestacional - Duração da gestação, a qual é expressa em dias ou semanas completas e é calculada a partir do primeiro dia do último período menstrual normal.

Idade média ao casamento - Idade média das pessoas (nubentes) ao casamento, num determinado período de tempo, habitualmente o ano civil.

Idade média ao primeiro casamento - Idade média das pessoas (nubentes) ao primeiro casamento, num determinado período de tempo, habitualmente o ano civil.

Idade média ao nascimento - Ver « Idade média ao nascimento de um filho; Idade média ao nascimento do primeiro filho»

Idade média ao nascimento de um filho - Idade média das mães ao nascimento de um filho, num determinado período de tempo, habitualmente o ano civil.

Idade média ao nascimento do primeiro filho - Idade média das mães ao nascimento do primeiro filho, num determinado período de tempo, habitualmente o ano civil.

Imigrante - Ver « Imigrante permanente; Imigrante temporário»

Imigrante permanente - Pessoa (nacional ou estrangeira)

que, no período de referência, entrou no país com a intenção de aqui permanecer por um período igual ou superior a um ano, tendo residido no estrangeiro por um período contínuo igual ou superior a um ano.

Imigrante temporário - Pessoa (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, entrou no país com a intenção de aqui permanecer por um período inferior a um ano, tendo residido no estrangeiro por um período contínuo igual ou superior a um ano.

Índice de dependência de idosos - Relação entre a população idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos).

$$IDI = [(P(65,+) / P(15,64))] * 10^n ;$$

P(65,+) - População com 65 ou mais anos;

P(15,64) - População com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Índice de dependência de jovens - Relação entre a população jovem e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos).

$$IDJ = [P(0,14) / P(15,64)] * 10^n ;$$

P(0,14) - População com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos;

P(15,64) - População com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Índice de dependência total - Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos).

$$IDT = [(P(0,14) + P(65,+)) / P(15,64)] * 10^n ;$$

P(0,14) - População com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos;

P(65,+) - População com 65 ou mais anos;

P(15,64) - População com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Índice de envelhecimento - Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas dos 0 aos 14 anos).

$$IE = [(P(65,+) / P(0,14))] * 10^n ;$$

P(65,+) - População com 65 ou mais anos;

P(0,14) - População com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos.

Índice de longevidade - Relação entre a população mais idosa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 65 ou mais anos).

$$IL = [(P(75,+) / P(65,+))] * 10^n ;$$

P(75,+) - População com 75 ou mais anos;

P(65,+) - População com 65 ou mais anos.

Índice sintético de fecundidade (ISF) - Número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento. Valor resultante da soma das taxas de fecundidade por idades, ano a ano ou grupos quinquenais, entre os 15 e os 49 anos, observadas num determinado período (habitualmente um ano civil).

Instrução - Entende-se o mais alto grau de ensino completo possuído pelo indivíduo.

Ensino básico - 1º ciclo - compreende os primeiros quatro anos do sistema de ensino, equivalentes à 4ª classe.

Ensino básico - 2º ciclo - tem a duração de dois anos correspondentes ao antigo ciclo preparatório.

Ensino básico - 3º ciclo - tem a duração de três anos correspondentes ao ensino geral unificado, 9º ano de escolaridade e antigo 5º ano do liceu.

Ensino secundário - compreende os cursos para prosseguimento de estudos e cursos tecnológicos (10º, 11º e 12º ano via de ensino, técnico profissional; antigo 7º ano).

Ensino superior - compreende o ensino politécnico e o ensino universitário.

Inválido - Ver «Condição perante o trabalho».

Local do parto - Consideram-se três tipo de local:

Em domicílio - domicílio da mãe do nado-vivo ou do feto-morto, de um familiar ou qualquer outro domicílio;

Em estabelecimento hospitalar - hospitais e centros de saúde com internamento;

Noutro local - transportes, via pública, etc.

Local de registo - Local onde se situa a conservatória do registo civil onde foi lavrado o assento de nascimento, de casamento, ou de óbito.

No caso do divórcio, será a conservatória do registo civil ou o tribunal judicial onde foi decretado.

Local de residência - Local onde os indivíduos tenham vivido a maior parte do ano ou, no caso de divórcio ou separação de pessoas e bens, o local onde se situava a casa de morada de família.

Membro activo de cooperativa de produção - Ver «Situação na profissão»

Migração – Deslocação de uma pessoa através de um determinado limite espacial, com intenção de mudar de residência de forma temporária ou permanente. A migração subdivide-se em migração internacional (migração entre países) e migração interna (migração no interior de um país).

Migração permanente – Deslocação de uma pessoa através de um determinado limite espacial, com o objectivo de aí fixar residência por um período igual ou superior a um ano.

Migração temporária - Deslocação de uma pessoa através de um determinado limite espacial, com o objectivo de aí fixar residência por um período inferior a um ano.

Mortalidade fetal – Ver « Mortalidade fetal precoce; Mortalidade fetal intermédia; Mortalidade fetal tardia».

Mortalidade fetal precoce – Óbitos fetais referentes a fetos com idade gestacional inferior a 22 semanas completas de gestação.

Mortalidade fetal intermédia – Óbitos fetais referentes a fetos com idade gestacional compreendida entre as 22 semanas completas de gestação e menos de 28 semanas completas de gestação.

Mortalidade fetal tardia – Óbitos fetais referentes a fetos com idade gestacional igual ou superior a 28 semanas completas de gestação.

Mortalidade infantil – Óbitos de crianças, nascidas vivas, que faleceram com menos de um ano de idade.

Mortalidade neonatal – Óbitos de crianças, nascidas vivas, que faleceram com menos de 28 dias de idade.

Mortalidade neonatal precoce – Óbitos de crianças, nascidas vivas, que faleceram com menos de 7 dias de idade.

Mortalidade perinatal – Óbitos fetais de 28 ou mais semanas de gestação e óbitos de nados-vivos com menos de 7 dias de idade.

Nota: Também pode ser utilizado como limite inferior 22 ou mais semanas de gestação.

Mortalidade post-neonatal – Óbitos de crianças, nascidas vivas, que faleceram com 28 ou mais dias de idade e menos de um ano de idade.

Nacionalidade - Cidadania legal da pessoa no momento de observação; são consideradas as nacionalidades constantes no bilhete de identidade, no passaporte, no título de residência ou no certificado de nacionalidade apresentado. As pessoas que, no momento de observação, tenham pendente um processo para obtenção de nacionalidade, devem ser consideradas com a nacionalidade que detinham anteriormente.

Nado-vivo – O produto do nascimento vivo « Ver nascimento vivo ».

Nascimento vivo - É a expulsão ou extracção completa, relativamente ao corpo materno e independentemente da duração da gravidez, do produto da fecundação que, após esta separação, respire ou manifeste quaisquer outros sinais de vida, tais como pulsações do coração ou do cordão umbilical ou contracção efectiva de qualquer músculo sujeito à acção da vontade, quer o cordão umbilical tenha sido cortado, quer não, e quer a placenta esteja ou não retida.

Nascimentos totais - Total de nados-vivos e fetos-mortos.

Naturalidade - Considera-se naturalidade o local do nascimento ou o local da residência habitual da mãe à data do nascimento. Para determinados fins estatísticos deve-se considerar preferencialmente o local da residência habitual da mãe à data do nascimento.

Óbito – Cessação irreversível das funções do tronco cerebral.

Óbito fetal – Morte de um produto da fecundação antes da expulsão ou extracção completa do corpo da mãe, independentemente da duração da gravidez. Indica o óbito, a circunstância do feto, depois de separado, não respirar nem manifestar quaisquer outros sinais de vida tais como batimentos do coração, pulsações do cordão umbilical, ou contracções efectivas de qualquer músculo sujeito à acção da vontade.

Ordem de nascimento - Número de filhos anteriores na vida de uma mulher mais um.

Nota: Este conceito pode ser utilizado tendo em conta apenas os nados-vivos, ou os nascimentos totais.

Parentesco - É o vínculo que une duas pessoas, em consequência de uma delas descender da outra ou de ambas procederem de um progenitor comum.

Profissão - Considera-se como profissão de um indivíduo o ofício ou a modalidade de trabalho, remunerado ou não, a que corresponde um determinado título ou designação profissional, constituído por um conjunto de tarefas que concorrem para a mesma finalidade e que pressupõem conhecimentos semelhantes, que este efectua, ou efectuava, se se tratar de um desempregado à procura de novo emprego.

População activa - Ver «Condição perante o trabalho».

População estrangeira residente - Conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa que sejam consideradas residentes em Portugal no momento da observação.

População estrangeira com estatuto legal de residente (com autorização de residência) - Conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa com autorização ou cartão de residência, em conformidade com a legislação de estrangeiros em vigor. Não inclui os estrangeiros com situação regular ao abrigo da concessão de autorizações de permanência, de vistos de curta duração, de estudo, de trabalho ou de estada temporária, bem como os estrangeiros com situação irregular.

Nota: Os dados publicados referem-se aos pedidos e não às concessões, devido ao facto de os dados sobre pedidos estarem mais actualizados do que os referentes às concessões. O movimento do ano refere-se apenas às pessoas que solicitaram, pela 1ª vez, uma autorização ou título de residência.

População estrangeira com autorização de permanência - Conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa, titulares de uma autorização de permanência em Portugal, em conformidade com a legislação de estrangeiros em vigor.

População média - População calculada pela média aritmética dos efectivos em dois momentos de observação, habitualmente em dois finais de anos consecutivos.

$$PM = (P(0) + P(t)) / 2;$$

P(0) – População no momento 0;

P(t) – População no momento t.

População não activa - Ver «Condição perante o trabalho».

População presente – Pessoas que, no momento de observação - zero horas do dia de referência - se

encontram numa unidade de alojamento, mesmo que aí não residam, ou que, mesmo não estando presentes, lá chegaram até às 12 horas desse dia.

Nota: Este conceito foi utilizado no Recenseamento Geral da População (CENSO), pelo que o dia de referência se reporta ao momento censitário.

População residente - Pessoas que, independentemente de no momento de observação - zero horas do dia de referência - estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

Nota: Este conceito foi utilizado no Recenseamento Geral da População (CENSO), pelo que o dia de referência se reporta ao momento censitário. Conceito extensível às Estimativas de População Residente, cuja população de partida se reporta ao momento censitário.

Proprietário - Ver «Condição perante o trabalho».

Ramo de actividade - Considera-se como ramo de actividade de um indivíduo a actividade económica principal (ou seja, aquela que afecta maior volume de pessoal) da empresa, estabelecimento ou unidade análoga onde ele exerce a sua profissão ou a exercia no caso de ser um desempregado à procura de novo emprego. Se o indivíduo trabalha por conta própria é indicada a actividade em que ocupa o maior número de horas.

Reformado ou aposentado - Ver «Condição perante o trabalho».

Relação de masculinidade - Quociente entre os efectivos populacionais do sexo masculino e os do sexo feminino (habitualmente expresso por 100 (10²) mulheres).

$$RM = (H / M) * 10^n ;$$

H – População do sexo masculino;

M – População do sexo feminino.

Relação de masculinidade à nascença - Quociente entre os nados vivos do sexo masculino e os do sexo feminino, ocorridos num determinado período (habitualmente expresso por 100 (10²) nados vivos do sexo feminino).

$$RMN = [NV(h) / NV(m)] * 10^n ;$$

NV(h) – Nados vivos masculinos;

NV(m) – Nados vivos femininos.

Relação de parentesco – Vínculo que une duas pessoas através de relações de consanguinidade, adopção, ou afinidade, cônjuges entre si e seus familiares, até ao quarto grau.

Residência principal / habitual – Alojamento que constitui a residência de pelo menos um agregado familiar durante a maior parte do ano, ou para onde um agregado tenha transferido a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

Saída voluntária – Saída de um cidadão estrangeiro de território nacional, por iniciativa própria.

Saldo fisiológico – Ver «Saldo natural»

Saldo migratório - Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo.

Nota: O saldo migratório pode também ser calculado pela diferença entre a variação populacional e o saldo natural.

$$SM_{(0,t)} = I_{(0,t)} - E_{(0,t)} = VP_{(0,t)} - SN_{(0,t)}$$

$I_{(0,t)}$ - Entradas por migração entre os momentos 0 e t.

$E_{(0,t)}$ - Saídas por migração entre os momentos 0 e t.

$VP_{(0,t)}$ - Variação populacional entre os momentos 0 e t.

$SN_{(0,t)}$ - Saldo natural entre os momentos 0 e t.

Saldo natural - Diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos, num dado período de tempo.

$$SN_{(0,t)} = NV_{(0,t)} - Ob_{(0,t)}$$

$NV_{(0,t)}$ - Nados-vivos entre os momentos 0 e t.

$Ob_{(0,t)}$ - Óbitos entre os momentos 0 e t.

Separação legal de pessoas e bens – Alteração da vida familiar dos cônjuges, por decisão legal, cessando os deveres de coabitação e assistência, mas mantendo-se o vínculo ao casamento.

Nota: Relativamente aos Fundamentos, ver nota do conceito de Divórcio.

Situação na profissão - Situação do indivíduo em relação à sua profissão actual ou anterior (se for desempregado à procura de novo emprego), ou seja, a relação de dependência ou independência na forma como exerce ou exercia a sua profissão. Consideram-se as seguintes situações:

Empregador - indivíduo que exerce uma actividade independente, individualmente ou com um ou mais associados e que, tem ao seu serviço um ou mais trabalhadores por conta de outrem.

Actividade independente - entende-se a actividade cuja retribuição está directamente dependente dos resultados realizados ou potenciais proporcionados pela actividade correspondente (produção de bens e/ou serviços), mantendo o seu titular o controlo dos processos

conducentes à obtenção dos resultados e da organização dos meios necessários para esse fim.

Trabalhador por conta própria - indivíduo que exerce uma actividade independente, individualmente ou com um ou vários associados e que não tem qualquer trabalhador por conta de outrem ao seu serviço.

Trabalhador por conta de outrem - indivíduo que exerce uma actividade sob a autoridade e direcção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere o direito a uma remuneração a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha.

Outra situação, que inclui:

Trabalhador familiar colaborando numa empresa familiar - indivíduo que exerce uma actividade independente numa empresa explorada por um familiar, não sendo contudo seu associado nem estando vinculado por um contrato de trabalho.

Membro de cooperativa de produção - indivíduo que exerce uma actividade independente, numa cooperativa de bens e/ou serviços à qual pertence como sócio.

Inclui ainda a situação de um indivíduo com actividade económica que não se enquadre nas situações referidas anteriormente.

Taxa bruta de divórcio – Ver « Taxa bruta de divorcialidade »

Taxa bruta de divorcialidade - Número de divórcios observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa pelo número de divórcios por 1000 (10³) habitantes).

$$TBD = [D(0,t) / [(P(0) + P(t)/2)] * 10^3 ;$$

$D(0,t)$ – Divórcios entre os momentos 0 e t;

$P(0)$ – População no momento 0;

$P(t)$ – População no momento t. $TBD = 10$

Taxa bruta de mortalidade - Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 (10³) habitantes).

$$TBM = [Ob(0,t) / [(P(0) + P(t)) / 2]] * 10^3 ;$$

$Ob(0,t)$ – Óbitos entre os momentos 0 e t;

$P(0)$ – População no momento 0;

$P(t)$ – População no momento t.

Taxa bruta de natalidade - Número de nados vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10^3) habitantes).

$$\text{TBN} = [\text{NV}(0,t) / ((\text{P}(0) + \text{P}(t)) / 2)] * 10^n ;$$

NV(0,t) – Nados-vivos entre os momentos 0 e t;

P(0) – População no momento 0;

P(t) – População no momento t.

Taxa bruta de nupcialidade - Número de casamentos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de casamentos por 1000 (10^3) habitantes).

$$\text{TBNupc} = [\text{C}(0,t) / ((\text{P}(0) + \text{P}(t)) / 2)] * 10^n ;$$

C(0,t) – Casamentos entre os momentos 0 e t;

P(0) – População no momento 0;

P(t) – População no momento t.

Taxa bruta de viuvez - Número de casamentos dissolvidos por morte de um dos cônjuges observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa pelo número de viúvos por 1000 (10^3) habitantes).

$$\text{TBV} = [\text{V}(0,t) / ((\text{P}(0) + \text{P}(t)) / 2)] * 10^n ;$$

V(0,t) – Viúvos entre os momentos 0 e t;

P(0) – População no momento 0;

P(t) – População no momento t.

Taxa de crescimento efetivo – Variação populacional observada durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10^2) ou 1000 (10^3) habitantes).

$$\text{TCE} = [\text{P}(t) - \text{P}(0) / ((\text{P}(0) + \text{P}(t)) / 2)] * 10^n ;$$

P(0) – População no momento 0;

P(t) – População no momento t.

Taxa de crescimento migratório – Saldo migratório observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10^2) ou 1000 (10^3) habitantes).

$$\text{TCM} = [\text{SM}(0,t) / ((\text{P}(0) + \text{P}(t)) / 2)] * 10^n ;$$

SM(0,t) – Saldo migratório entre os momentos 0 e t;

P(0) – População no momento 0;

P(t) – População no momento t.

Taxa de crescimento natural - Saldo natural observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10^2) ou 1000 (10^3) habitantes).

$$\text{TCN} = [\text{SN}(0,t) / ((\text{P}(0) + \text{P}(t)) / 2)] * 10^n ;$$

SM(0,t) – Saldo natural entre os momentos 0 e t;

P(0) – População no momento 0;

P(t) – População no momento t.

Taxa de fecundidade geral - Número de nados vivos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao efetivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10^3) mulheres em idade fértil).

$$\text{TFG} = [\text{NV}(0,t) / \text{PM}_m(15,49)] * 10^n ;$$

NV(0,t) – Nados vivos entre os momentos 0 e t;

PM_m(15,49) – População média de mulheres entre os 15 e os 49 anos.

Nota: Este conceito é extensível ao cálculo das Taxas de fecundidade por grupos etários, com a devida aplicação do intervalo etário considerado (Exemplo: $\text{TF}_{15-19} = [\text{NV}(0,t) / \text{PM}_m(15,19)] * 10^n$).

Taxa de mortalidade fetal tardia - Número de fetos mortos de 28 ou mais semanas observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados vivos e fetos mortos de 28 ou mais semanas do mesmo período (habitualmente expressa em número de fetos mortos de 28 ou mais semanas por 1000 (10^3) nados vivos e fetos mortos de 28 ou mais semanas).

$$\text{TMFT} = [\text{FM}+28(0,t) / (\text{N}(0,t) + \text{FM}+28(0,t))] * 10^n ;$$

FM+28(0,t) – Fetos mortos de 28 ou mais semanas, entre os momentos 0 e t;

NV(0,t) – Nados vivos entre os momentos 0 e t.

Taxa de mortalidade infantil - Número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 1 ano por 1000 (10^3) nados vivos).

$$\text{TMI} = [\text{Ob-1}(0,t) / \text{NV}(0,t)] * 10^n ;$$

Ob-1(0,t) – Óbitos de crianças com menos de 1 ano entre os momentos 0 e t;

NV(0,t) – Nados vivos entre os momentos 0 e t.

Taxa de mortalidade neonatal - Número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade por 1000 (10^3) nados vivos).

$$\text{TMN} = [\text{Ob-28}(0,t) / \text{NV}(0,t)] * 10^n ;$$

Ob-28(0,t) – Óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade, entre os momentos 0 e t;

NV(0,t) – Nados vivos entre os momentos 0 e t.

Taxa de mortalidade perinatal – Número de óbitos fetais de 28 ou mais semanas de gestação e óbitos de nados vivos com menos de 7 dias de idade observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados vivos e fetos mortos de 28 ou mais semanas do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos fetais de 28 ou mais semanas e óbitos de nados vivos com menos de 7 dias de idade por 1000 (10^3) nados vivos e fetos mortos de 28 ou mais semanas).

Nota: Também pode ser calculada usando como limite inferior do período fetal as 22 semanas completas de gestação.

$$\text{TMP} = [(\text{FM}+28(0,t))+\text{Ob-7d}(0,t) / (\text{NV}(0,t)+ \text{FM}+28(0,t))] * 10^n ;$$

FM+28(0,t) – Fetos mortos de 28 ou mais semanas, entre os momentos 0 e t;

Ob-7d(0,t) – Óbitos de nados vivos com menos de 7 dias, entre os momentos 0 e t;

NV(0,t) – Nados vivos entre os momentos 0 e t.

Trabalhador familiar não remunerado - Ver «Situação na profissão».

Trabalhador por conta de outrem - Ver «Situação na profissão».

Trabalhador por conta própria ou isolado - Ver «Situação na profissão».

Varição populacional - Diferença entre os efectivos populacionais em dois momentos do tempo (habitualmente dois fins de ano consecutivos). A variação populacional pode ser calculada pela soma algébrica do saldo natural e do saldo migratório:

$$\text{VP}_{(0,t)} = P_t - P_0$$

P_0 = População no momento 0.

P_t = População no momento t.

Vistos de longa duração - O regime de concessão de vistos é regulado pela legislação relativa à entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional - Decreto-Lei 244/98, de 8 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei 97/99, de 26 de Julho e pelos Decretos-Lei 4/2001, de 10 de Janeiro e 34/2003, de 25 de Fevereiro. A respectiva regulamentação encontra-se definida no Decreto Regulamentar 6/2004, de 26 de Abril.

Os tipos de vistos de longa duração existentes são os seguintes:

Visto de estudo - Destina-se a permitir ao seu titular a entrada em território português a fim de:

- a) Seguir um programa de estudos num estabelecimento de ensino oficialmente reconhecido;
- b) Realizar trabalhos de investigação científica para obtenção de um grau académico ou de interesse científico comprovado por estabelecimento de ensino oficialmente reconhecido;
- c) Frequentar um estágio complementar de estudos concluídos no País ou no estrangeiro;
- d) Frequentar estágios em empresas, serviços públicos ou centros de formação que não sejam considerados estabelecimentos oficiais de ensino.

O visto de estudo é válido para múltiplas entradas e pode ser concedido para permanência até um ano.

Visto de trabalho - Destina-se a permitir ao seu titular a entrada em território português a fim de exercer temporariamente uma actividade profissional, subordinada ou não.

O visto de trabalho compreende os seguintes tipos:

- a) Visto de trabalho I, para exercício de uma actividade profissional no âmbito do desporto ou no âmbito dos espectáculos;
- b) Visto de trabalho II, para exercício de uma actividade de investigação científica ou actividade que pressuponha um conhecimento técnico altamente qualificado, em ambos os casos devidamente comprovadas por entidade pública competente;

c) Visto de trabalho III, para exercício de uma actividade profissional independente no âmbito de uma prestação de serviços;

d) Visto de trabalho IV, para exercício de uma actividade profissional subordinada.

O visto de trabalho é válido para múltiplas entradas em território nacional e pode ser concedido para permanência até um ano.

Visto de estada temporária – Destina-se a permitir a entrada em território nacional ao seu titular para:

a) Tratamento médico em estabelecimentos de saúde oficiais ou oficialmente reconhecidos;

b) Acompanhamento de familiares de titulares de visto de estudo e visto de trabalho;

c) Reagrupar os familiares de titulares de autorização de permanência;

d) Casos excepcionais, devidamente fundamentados.

O visto de estada temporária é válido para múltiplas entradas e pode ser concedido para permanência até um ano.

CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE PROFISSÕES - 1994 (CNP-94)

- 1 QUADROS SUPERIORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DIRIGENTES E QUADROS SUPERIORES DE EMPRESAS**
 - 1.1 Quadros Superiores da Administração Pública
 - 1.2 Directores de Empresa
 - 1.3 Directores e Gerentes de Pequenas Empresas
- 2 ESPECIALISTAS DAS PROFISSÕES INTELLECTUAIS E CIENTÍFICAS**
 - 2.1 Especialistas das Ciências Físicas, Matemáticas e Engenharia
 - 2.2 Especialistas das Ciências da Vida e Profissionais da Saúde
 - 2.3 Docentes do Ensino Secundário, Superior e Profissões Similares
 - 2.4 Outros Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas
- 3 TÉCNICOS E PROFISSIONAIS DE NÍVEL INTERMÉDIO**
 - 3.1 Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio das Ciências Físicas e Químicas, da Engenharia e Trabalhadores Similares
 - 3.2 Profissionais de Nível Intermédio das Ciências da Vida e da Saúde
 - 3.3 Profissionais de Nível Intermédio do Ensino
 - 3.4 Outros Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio
- 4 PESSOAL ADMINISTRATIVO E SIMILARES**
 - 4.1 Empregados de Escritório
 - 4.2 Empregados de Recepção, Caixas, Bilheteiros e Similares
- 5 PESSOAL DOS SERVIÇOS E VENDEDORES**
 - 5.1 Pessoal dos Serviços Directos e Particulares, de Protecção e Segurança
 - 5.2 Manequins, Vendedores e Demonstradores
- 6 AGRICULTORES E TRABALHADORES QUALIFICADOS DA AGRICULTURA E PASCAS**
 - 6.1 Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura, Criação de Animais e Pescas
 - 6.2 Agricultores e Pescadores – Agricultura e Pesca de Subsistência
- 7 OPERÁRIOS, ARTÍFICES E TRABALHADORES SIMILARES**
 - 7.1 Operários, Artífices e Trabalhadores Similares das Indústrias Extractivas e da Construção Civil
 - 7.2 Trabalhadores da Metalurgia e da Metalomecânica e Trabalhadores Similares
 - 7.3 Mecânicos de Precisão, Oleiros e Vidreiros, Artesãos, Trabalhadores das Artes Gráficas e Trabalhadores Similares
 - 7.4 Outros Operários, Artífices e Trabalhadores Similares
- 8 OPERADORES DE INSTALAÇÕES E MÁQUINAS E TRABALHADORES DA MONTAGEM**
 - 8.1 Operadores de Instalações Fixas e Similares
 - 8.2 Operadores de Máquinas e Trabalhadores da Montagem
 - 8.3 Condutores de Veículos e Embarcações e Operadores de Equipamentos Pesados Móveis
- 9 TRABALHADORES NÃO QUALIFICADOS**
 - 9.1 Trabalhadores Não Qualificados dos Serviços e Comércio
 - 9.2 Trabalhadores Não Qualificados da Agricultura e Pescas
 - 9.3 Trabalhadores Não Qualificados das Minas, da Construção Civil e Obras Públicas, da Indústria Transformadora e dos Transportes
- 0 FORÇAS ARMADAS**
 - 01 Membros das Forças Armadas

TABELA PARA CLASSIFICAÇÃO DE PAÍSES E NACIONALIDADES

EUROPA		ÁFRICA (cont.)		AMÉRICA CENTRAL E SUL (cont.)		ÁSIA (cont.)	
Código	Designação	Código	Designação	Código	Designação	Código	Designação
FR	França	LR	Libéria	KY	Ilhas Caimão	SG	Singapura
NL	Países Baixos	CI	Costa do Marfim	JM	Jamaica	PH	Filipinas
DE	Alemanha	GH	Gana	LC	Santa Lúcia	MN	Mongólia
IT	Itália	TG	Togo	VC	São Vicente e Granadinas	CN	China (Rep. Pop. da)
GB	Reino Unido	BJ	Benin	VG	Ilhas Virgens (Britânicas)	KP	Coreia (Rep.Pop.Dem. da)
IE	Irlanda	NG	Nigéria	BB	Barbados	KR	Coreia (República da)
DK	Dinamarca	CM	Camarões	MS	Monserate	JP	Japão
GR	Grécia	CF	Centro-Africana (Rep.)	TT	Trindade e Tobago	TW	Taiwan (Prov. da China)
PT	Portugal	GQ	Guiné Equatorial	GD	Granada	HK	Hong-Kong
ES	Espanha	ST	São Tomé e Príncipe	AW	Aruba	MO	Macau
BE	Bélgica	GA	Gabão	AN	Antilhas Holandesas	AUSTRÁLIA, OCEÂNIA , out. terr.	
LU	Luxemburgo	CG	Congo	CO	Colômbia	AU	Austrália
MC	Mónaco	CD	Congo (Rep. Democrática)	VE	Venezuela	PG	Papua-Nova Guiné
IS	Islândia	RW	Ruanda	GY	Guiana	NR	Nauru
NO	Noruega	BI	Burundi	SR	Suriname	NZ	Nova Zelândia
SE	Suécia	SH	Santa Helena	EC	Equador	SB	Ilhas Salomão
FI	Finlândia	AO	Angola	PE	Perú	TV	Tuvalu
LI	Liechtenstein	ET	Etiópia	BR	Brasil	NC	Nova Caledónia
AT	Áustria	ER	Eritreia	CL	Chile	WF	Wallis e Futuna (Ilha)
CH	Suíça	DJ	Jibuti	BO	Bolívia	KI	Kiribati
FO	Ilhas Faroe	SO	Somália	PY	Paraguai	PN	Pitcairn
AD	Andorra	KE	Quênia	UY	Uruguai	FJ	Ilhas Fiji
GI	Gibraltar	UG	Uganda	AR	Argentina	VU	Vanuatu
VA	Santa Sé (Vaticano)	TZ	Tanzânia, Rep. Unida da	FK	Ilhas Falkland (Malvinas)	TO	Tonga
MT	Malta	SC	Seichelles	GS	Geórgia do Sul e Ilhas Sandwich do Sul	WS	Samoa
SM	São Marino	IO	Território Britânico do Oceano Índico	ÁSIA		MP	Ilhas Marianas do Norte
TR	Turquia	MZ	Moçambique	GE	Geórgia	PF	Polinésia Francesa
EE	Estónia	MG	Madagáscar	AM	Arménia	FM	Micronésia (Est. Fed. da)
LV	Letónia	MU	Maurícias	AZ	Azerbaijão	MH	Ilhas Marshal
LT	Lituânia	KM	Comores	KZ	Cazaquistão	PW	Palau
PL	Polónia	YT	Mayotte	TM	Turquemenistão	AS	Samoa Americana
CZ	República Checa	ZM	Zâmbia	UZ	Usbequistão	GU	Guam
SK	Eslóvaquia	ZW	Zimbabue	TJ	Tajiquistão	UM	Ilhas Menores dos EUA
HU	Hungria	MW	Malawi	KG	Quirziquistão	CC	Ilhas Cocos ou Keeling
RO	Roménia	ZA	África do Sul	LB	Líbano	CX	Ilhas Cristmas
BG	Bulgária	NA	Namíbia	SY	Síria (Rep. Árabe da)	HM	Ilhas Heard ou McDonald
AL	Albânia	BW	Botswana	IQ	Iraque	NF	Ilhas Norfolk
UA	Ucrânia	SZ	Suazilândia	IR	Irão (Rep. Islâmica do)	CK	Ilhas Cook
BY	Bielorrússia	LS	Lesoto	IL	Israel	NU	Ilhas Niue
MD	Moldávia	AMÉRICA DO NORTE		PS	Territ. Palestino Ocupado	TK	Ilhas Tokelau
RU	Rússia (Federação da)	US	Estados Unidos da América	JO	Jordânia	AQ	Antártica
SI	Eslóvenia	CA	Canadá	SA	Arábia Saudita	BV	Ilhas Bouvet
HR	Croácia	GL	Gronelândia	KW	Kuwait	000	Apátrida
BA	Bósnia e Herzegovina	PM	São Pedro e Miquelon	BH	Barém		
YU	Jugoslávia	MX	México	QA	Catar		
MK	Macedónia (Ant.República Jugoslava da)	BM	Bermudas	AE	Emiratos Árabes Unidos		
CY	Chipre	PR	Porto Rico	OM	Omã		
ÁFRICA		AMÉRICA CENTRAL E DO SUL		YE	Iémen		
MA	Marrocos	GT	Guatemala	TP	Timor Leste		
DZ	Argélia	BZ	Belize	AF	Afeganistão		
TN	Tunísia	HN	Honduras	PK	Paquistão		
LY	Líbia (Jamahiriya Árabe da)	SV	El Salvador	IN	Índia		
EG	Egipto	NI	Nicarágua	BD	Bangladesh		
SD	Sudão	CR	Costa Rica	MV	Maldivas		
MR	Mauritânia	PA	Panamá	LK	Sri Lanka		
ML	Mali	AI	Anguila	NP	Nepal		
BF	Burkina Faso	CU	Cuba	BT	Butão		
NE	Níger	KN	São Cristóvão e Nevis	MM	Myanmar		
TD	Chade	HT	Haiti	TH	Tailândia		
CV	Cabo Verde	BS	Bahamas	LA	Laos (Rep.Pop.Dem. do)		
SN	Senegal	TC	Turcos e Caicos (Ilhas)	VN	Vietname		
GM	Gâmbia	DO	República Dominicana	KH	Camboja (Kampuchea)		
GW	Guiné-Bissau	VI	Ilhas Virgens (Est.Unidos)	ID	Indonésia		
GN	Guiné	AG	Antígua e Barbuda	MY	Malásia		
SL	Serra Leoa	DM	Dominica	BN	Brunei Darussalam		

**NOMENCLATURAS DE UNIDADES TERRITORIAIS PARA FINS ESTATÍSTICOS - (NUTS)*
(decreto-Lei nº 244/2002, de 5 de Novembro)**

NÍVEL I	NÍVEL II	NÍVEL III
1 - Continente	11 - Norte	111 - Minho-Lima 112 - Cávado 113 - Ave 114 - Grande Porto 115 - Tâmega 116 - Entre Douro e Vouga 117 - Douro 118 - Alto Trás-os-Montes
	16 - Centro	161 - Baixo Vouga 162 - Baixo Mondego 163 - Pinhal Litoral 164 - Pinhal Interior Norte 165 - Dão-Lafões 166 - Pinhal Interior Sul 167 - Serra da Estrela 168 - Beira Interior Norte 169 - Beira Interior Sul 16A - Cova da Beira 16B - Oeste 16C - Médio Tejo
	17 - Lisboa	171 - Grande Lisboa 172 - Península de Setúbal
	18 - Alentejo	181 - Alentejo Litoral 182 - Alto Alentejo 183 - Alentejo Central 184 - Baixo Alentejo 185 - Lezíria do Tejo
	15 - Algarve	150 - Algarve
2 - Região Autónoma dos Açores	20 - Região Autónoma dos Açores	200 - Região Autónoma dos Açores
3 - Região Autónoma da Madeira	30 - Região Autónoma da Madeira	300 - Região Autónoma da Madeira

* No capítulo 8 listam-se os concelhos que integram os vários níveis da NUTS-

Instrumento de notação do Sistema Estatístico Nacional (Lei n.º 6/89, de 15 de Abril), de resposta obrigatória. Registo no INE sob o n.º 9467. Válido até 2006-12-31.



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
DEPARTAMENTO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO
CENTRO DE RECOLHA DE DADOS - LISBOA 1

VERBETE PARA CASAMENTO

Distrito/R. Aut. (ilha) _____

Concelho _____

Conservatória _____

Registo n.º

 Dia Mês Ano

IDENTIFICAÇÃO DO VERBETE

Instruções de preenchimento
Importante: Este impresso irá ser tratado por leitura óptica. Daí que seja importante que no seu preenchimento, se utilize esferográfica ou caneta de tinta preta e se escreva de forma legível, com MAIÚSCULAS

DADOS RELATIVOS AO CASAMENTO

<p>1 Data do casamento:</p> <p> Dia Mês Ano</p> <p> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/></p>	<p>6 Há filhos não comuns anteriores ao casamento?</p> <p>● Sim <input type="text"/> 1 ● Não <input type="text"/> 3</p> <p>Se respondeu <i>Sim</i>, indique:</p> <p>● Quantos do marido <input type="text"/> <input type="text"/></p> <p>● Quantos da mulher <input type="text"/> <input type="text"/></p>
<p>2 Forma de celebração</p> <p>● Civil <input type="text"/> 1 ● Católica <input type="text"/> 3</p>	<p>7 A residência dos nubentes era comum antes do casamento?</p> <p>● Sim <input type="text"/> 1 ● Não <input type="text"/> 3</p>
<p>3 Regime de bens:</p> <p>● Comunhão de adquiridos <input type="text"/> 1</p> <p>● Separação <input type="text"/> 3</p> <p>● Comunhão geral <input type="text"/> 5</p>	<p>8 Residência futura dos cônjuges</p> <p>● Portugal</p> <p>Indique o Concelho:</p> <p><input type="text"/> <input type="text"/></p> <p>Indique a freguesia</p> <p><input type="text"/> <input type="text"/></p> <p>● Estrangeiro</p> <p>Indique o País:</p> <p><input type="text"/> <input type="text"/></p>
<p>4 Parentesco ou afinidade entre cônjuges</p> <p>● Sem parentesco ou afinidade <input type="text"/> 1</p> <p>● Com parentesco</p> <p> Tio com sobrinha <input type="text"/> 3</p> <p> Tia com sobrinho <input type="text"/> 5</p> <p> Primos <input type="text"/> 7</p> <p>● Com afinidade <input type="text"/> 9</p>	<p>5 Houve filhos comuns anteriores ao casamento?</p> <p>● Sim <input type="text"/> 1 ● Não <input type="text"/> 2</p> <p>● Se respondeu <i>SIM</i>, indique quantos <input type="text"/> <input type="text"/></p>

DADOS RELATIVOS AOS CÔNJUGES

<p>9 Data de nascimento:</p> <p>● Marido ● Mulher</p> <p> Dia Mês Ano Dia Mês Ano</p> <p> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/></p>	<p>11 Número de casamentos anteriores:</p> <table style="width: 100%;"> <tr> <td></td> <td style="text-align: center;">Marido</td> <td style="text-align: center;">Mulher</td> </tr> <tr> <td>● Total</td> <td style="text-align: center;"><input type="text"/> <input type="text"/></td> <td style="text-align: center;"><input type="text"/> <input type="text"/></td> </tr> <tr> <td>● Dissolvidos por viuvez</td> <td style="text-align: center;"><input type="text"/> <input type="text"/></td> <td style="text-align: center;"><input type="text"/> <input type="text"/></td> </tr> <tr> <td>● Dissolvidos por divorcio</td> <td style="text-align: center;"><input type="text"/> <input type="text"/></td> <td style="text-align: center;"><input type="text"/> <input type="text"/></td> </tr> </table>		Marido	Mulher	● Total	<input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/>	● Dissolvidos por viuvez	<input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/>	● Dissolvidos por divorcio	<input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/>
	Marido	Mulher											
● Total	<input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/>											
● Dissolvidos por viuvez	<input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/>											
● Dissolvidos por divorcio	<input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/>											
<p>10 Estado civil anterior:</p> <table style="width: 100%;"> <tr> <td></td> <td style="text-align: center;">Marido</td> <td style="text-align: center;">Mulher</td> </tr> <tr> <td>● Solteiro(a)</td> <td style="text-align: center;"><input type="text"/> 1</td> <td style="text-align: center;"><input type="text"/> 1</td> </tr> <tr> <td>● Viúvo(a)</td> <td style="text-align: center;"><input type="text"/> 3</td> <td style="text-align: center;"><input type="text"/> 3</td> </tr> <tr> <td>● Divorciado(a)</td> <td style="text-align: center;"><input type="text"/> 5</td> <td style="text-align: center;"><input type="text"/> 5</td> </tr> </table>		Marido	Mulher	● Solteiro(a)	<input type="text"/> 1	<input type="text"/> 1	● Viúvo(a)	<input type="text"/> 3	<input type="text"/> 3	● Divorciado(a)	<input type="text"/> 5	<input type="text"/> 5	<p>12 Data da dissolução do último casamento:</p> <p>● Marido ● Mulher</p> <p> Dia Mês Ano Dia Mês Ano</p> <p> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/></p>
	Marido	Mulher											
● Solteiro(a)	<input type="text"/> 1	<input type="text"/> 1											
● Viúvo(a)	<input type="text"/> 3	<input type="text"/> 3											
● Divorciado(a)	<input type="text"/> 5	<input type="text"/> 5											

(Ver verso)

anexos

ESTATÍSTICA DEMOGRÁFICA PORTUGUESA

ESTADO DA POPULAÇÃO / CENSOS

_CADASTRO DO REINO (1801-1812) (INSTRUÇÕES GERAIS E PLANO) (1 VOL).	
_TÁBOAS TOPOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS. ANO DE (1 VOL).	1801
_POPULAÇÃO. CENSO NO 1.º DE JANEIRO DE 1864 (1 VOL).	(1
_POPULAÇÃO. CENSO NO 1.º DE JANEIRO DE 1878 (1 VOL).	(1
_CENSO DA POPULAÇÃO DO REINO DE PORTUGAL 1.º DE DEZEMBRO DE 1890 (3 VOL).	NO
_CENSO DA POPULAÇÃO DO REINO DE PORTUGAL 1.º DE DEZEMBRO DE 1900 (4 VOL).	NO
_CENSO DA POPULAÇÃO DE PORTUGAL NO 1.º DE DEZEMBRO DE 1911 (4 VOL).	
_CENSO DA POPULAÇÃO DE PORTUGAL NO 1.º DE DEZEMBRO DE 1920 (2 VOL).	
_CENSO EXTRAORDINÁRIO DA POPULAÇÃO DAS CIDADES DE LISBOA E PORTO, EM 1 DE DEZEMBRO DE 1925 (1 VOL).	
_CENSO DA POPULAÇÃO DE PORTUGAL NO 1.º DE DEZEMBRO DE 1930 (3 VOL. E 2 FOLHETOS)	
_VIII RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO, EM 12 DE DEZEMBRO DE 1940:	
RESULTADOS PROVÁVEIS (1 FOLHETO).	
RESULTADOS PROVISÓRIOS (1 FOLHETO)	
CONTINENTE E ILHAS, DISTRITOS DE AVEIRO, BEJA, BRAGA, BRAGANÇA, CASTELO BRANCO, COIMBRA, ÉVORA, FARO, GUARDA, LEIRIA, LISBOA, PORTALEGRE, PORTO, SANTARÉM, SETÚBAL, VIANA DO CASTELO, VILA REAL, VISEU, ANGRA DO HEROÍSMO, HORTA, PONTA DELGADA, E FUNCHAL.	
RELATÓRIO. MEMÓRIA DESCRITIVA (25 VOL.).	

_IX RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO, EM 15 DE DEZEMBRO DE 1950:

RESULTADOS PROVÁVEIS (1 FOLHETO).

RESULTADOS PROVISÓRIOS (1 FOLHETO).

POPULAÇÃO RESIDENTE E PRESENTE, FAMÍLIAS, CASAIS, MULHERES CASADAS, CONVIVÊNCIAS, ESTRANGEIROS, CEGOS, SURDOS-MUDOS E ORFÃOS (I TOMO).

IDADE E INSTRUÇÃO (II TOMO).

CONDIÇÕES PERANTE O TRABALHO, ENCARGOS DE FAMÍLIA E MEIO DE VIDA (III TOMO - VOL 1.º).

POPULAÇÃO AGRÍCOLA (III TOMO - VOL 2.º).

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO DA FAMÍLIA (ANEXO).

_X RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO, EM 15 DE DEZEMBRO DE 1960:

RESULTADOS PROVÁVEIS (1 FOLHETO).

RESULTADOS PROVISÓRIOS (1 FOLHETO).

INVENTÁRIO DE PRÉDIOS E FOGOS (ANEXO).

PRÉDIOS E FOGOS; POPULAÇÃO - DADOS

RETROSPECTIVOS.

DISTRITOS E FREGUESIAS (1 TOMO - VOL. 1.º)

PRÉDIOS E FOGOS; POPULAÇÃO - DADOS

RETROSPECTIVOS (LUGARES - I TOMO - VOL. 2.º).

FAMÍLIAS, CONVIVÊNCIAS E POPULAÇÃO RESIDENTE E PRESENTE POR FREGUESIAS, CONCELHOS, DISTRITOS E CENTROS URBANOS (II TOMO).

IDADE (III TOMO - VOL. 1.º).

ESTRANGEIROS, ORFÃOS, CEGOS, SURDOS-MUDOS (IV TOMO).

CONDIÇÕES PERANTE O TRABALHO E MEIO DE VIDA.

TOTAL GERAL; TOTAIS DOS CENTROS URBANOS E DAS ZONAS RURAIS (V TOMO - VOL. 1.º).

DISTRITOS (V TOMO VOL. 2.º).

CONCELHOS E CENTROS URBANOS (V TOMO - VOL. 3.º).

CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO DOS AGREGADOS DOMÉSTICOS (VI TOMO).

_XI RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO EM 15 DE DEZEMBRO DE 1970:

DADOS PRELIMINARES. ESTIMATIVA A 5%.

ESTIMATIVA A 20%.

_XII RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO, EM 15 DE MARÇO DE 1981:

RESULTADOS DEFINITIVOS.

_XIII RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO, EM 15 DE ABRIL DE 1991:

RESULTADOS DEFINITIVOS.

2ª EDIÇÃO PARA PORTUGAL E LISBOA E VALE DO TEJO. CENSOS 2001

_XIV RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO (RESULTADOS DEFINITIVOS).

ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

_MAPAS ESTATÍSTICOS DOS BAPTISMOS, CASAMENTOS E ÓBITOS QUE HOUE NO REINO DE PORTUGAL E ILHAS ADJACENTES: ANNO DE 1862 (1 VOL.).

_MOVIMENTO DA POPULAÇÃO.

_ESTADO CIVIL - EMIGRAÇÃO: - ANOS DE 1887, 1888, 1889, 1890, 1891- 1892- 1893- E 1894- 1895 - 1896. (6 VOL.).

_TABELAS DO MOVIMENTO FISIOLÓGICO DA POPULAÇÃO DE PORTUGAL (1901-1910) (1 VOL.).

_EMIGRAÇÃO PORTUGUESA: ANOS DE 1901, 1902, 1903, 1904, 1905, 1906, 1907, 1908, 1909, 1910, 1911 e 1912 (12 VOL.).

_MOVIMENTO DA POPULAÇÃO - RESUMO: ANOS DE 1907 a 1911 (1 FOLHETO).

_MOVIMENTO DA POPULAÇÃO - RESUMO: ANOS DE 1908 a 1912 (1 FOLHETO).

_ESTATÍSTICA DEMOGRÁFICA - MOVIMENTO DA POPULAÇÃO: ANOS DE 1909-1913, 1910-1914, 1911-1915, 1912-1916, 1913-1917, 1914-1918, 1915-1919, 1916-1920 e 1917-1921 (9 VOL.).

_ESTATÍSTICA DO MOVIMENTO FISIOLÓGICO DA POPULAÇÃO EM PORTUGAL: - ANOS DE 1913, 1914, 1915, 1916, 1917, 1918, 1919, 1920, 1921, 1922, 1923, 1924 e 1925 (13 VOL.).

_ANUÁRIO DEMOGRÁFICO (ESTATÍSTICA DO MOVIMENTO FISIOLÓGICO DA POPULAÇÃO EM PORTUGAL): ANOS DE 1929, 1930, 1931, 1932, 1933, 1934, 1935, 1936, 1937, 1938, 1939, e 1940 (12 VOL.).

_ANUÁRIO DEMOGRÁFICO (ESTATÍSTICA DO MOVIMENTO DA POPULAÇÃO DE PORTUGAL): ANOS DE 1941, 1942, 1943, 1944, 1945, 1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965 e 1966.

_ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS: - 1967, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976-1979, 1980-1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004.

PUBLICAÇÕES NÃO PERIÓDICAS DO CENTRO DE ESTUDOS DEMOGRÁFICOS

_A ALIMENTAÇÃO DO POVO PORTUGUÊS, POR ANTÓNIO AUGUSTO MENDES CORREA - 1951.

_A FREGUESIA DE SANTA CATARINA DE LISBOA, NO 1.º QUARTEL DO SÉCULO XVIII, POR Mª DE LOURDES AKOLA DA CUNHA MEIRA DO CARMO DA SILVA NETO - 1959.

_A VILA DE PENAMACOR NO 1.º QUARTEL DO SÉCULO XVIII, POR CARLOTA MARIA GONÇALVES BORGES LANDEIRO - 1965.

_A FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS DE LISBOA, NO 1.º QUARTEL DO SÉCULO XVIII, POR Mª DE LOURDES AKOLA DA CUNHA MEIRA DO CARMO DA SILVA NETO - 1967.

_O POVOAMENTO DA METRÓPOLE OBSERVADO ATRAVÉS DOS CENSOS, POR FERNANDO MARQUES DA SILVA - 1970.

_ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE MORTALIDADE PORTUGUESA, POR MANUEL PEREIRA OLIVEIRA MARQUES - 1970.

_UM SÉCULO DE POPULAÇÃO PORTUGUESA, POR JOÃO PEREIRA ENVANGELISTA - 1971.

_A POPULAÇÃO DE LOURENÇO MARQUES EM 1894 (UM CENSO INÉDITO), POR CARLOS SANTOS REIS - 1973.

_A NUTRIÇÃO NO ULTRAMAR PORTUGUÊS (SUBSÍDIO PARA UMA BIBLIOGRAFIA), VOL. I, POR CARLOS SANTOS REIS - 1973.

_A FREGUESIA DE S. MARTINHO DE ARRIFANA DE SOUSA DE 1730 A 1759, POR MARIA LUCILIA DE SOUSA RIBEIRO MARQUES - 1974.

_A FREGUESIA DE S. MARTINHO DE ARRIFANA DE SOUSA DE 1760 A 1784, POR MARIA CELESTE DUARTE - 1974.

_A FREGUESIA DE S. MARTINHO DE ARRIFANA DE SOUSA DE 1700 A 1729, POR GERALDA MARIA MARQUES FERREIRA DOS SANTOS - 1979.

_MÉTODO DE EXPLORAÇÃO DE LIVROS DE REGISTOS PAROQUIAIS E CARDANHA E A SUA POPULAÇÃO DE 1573 A 1800, POR NORBERTA BETTENCOURT AMORIM - 1980.

CADERNOS DO CENTRO DE ESTUDOS DEMOGRÁFICOS (10 NÚMEROS PUBLICADOS):

1 - PLANO DE ACÇÃO MUNDIAL DA POPULAÇÃO - 1976.

2 - A POPULAÇÃO DE PORTUGAL, POR JOAQUIM JOSÉ PAIS MORAIS E ALBERTO EDUARDO DE ALARCÃO E SILVA - 1976.

3 - O DESIQUILÍBRIO DEMOGRÁFICO PORTUGUÊS, POR JOAQUIM JOSÉ PAIS MORAIS - 1976.

4 - TÁBUAS ABREVIADAS DE MORTALIDADE DISTRITAIS E REGIONAIS 1959-62 E 1969-72, POR JOAQUIM JOSÉ PAIS MORAIS - 1976.

5 - TÁBUAS ABREVIADAS DE MORTALIDADE GLOBAIS E REGIONAIS, 1929-32, 1939-42 E 1949-52, POR J. MANUEL NAZARETH - 1977.

6 - LA POPULATION NOIRE DE L'ANGOLA, POR CARLOS A. DA COSTA CARVALHO - 1979.

7 - TÁBUAS ABREVIADAS DE MORTALIDADE, DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS 1975-1982, POR CUSTÓDIO CONIM, ARMANDO MARQUES E JOSÉ ELISA PINTO.

8 - CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE A POPULAÇÃO E FUTURO URBANO.

9 - CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE POPULAÇÃO - 1984.

10 - ESPERANÇAS DE VIDA SEM INCAPACIDADES FÍSICAS DE LONGA DURAÇÃO, 1999.

SÉRIE ESTUDOS

N.º 2 - SOBRE O DIFERIMENTO DA DATA DO NASCIMENTO EM PORTUGAL, POR J. DO REGO FRONTEIRA - 1941.

N.º 8 - TÁBUA DE MORTALIDADE DA POPULAÇÃO PORTUGUESA (1939-1942), POR J. PAIS MORAIS - 1945.

N.º 10 - SOBRE O DIFERIMENTO DA DATA DO NASCIMENTO EM PORTUGAL (NOVAS OBSERVAÇÕES), POR J. DO REGO FRONTEIRA - 1946.

N.º 12 - ALGUNS ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DA POPULAÇÃO PORTUGUESA - POR J. PAIS MORAIS - 1947.

N.º 18 - ALGUNS ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DA POPULAÇÃO PORTUGUESA - II, POR J. PAIS MORAIS - 1950.

N.º 22 - ANÁLISE DE ALGUNS INDICADORES DEMOGRÁFICOS, POR J. PAIS MORAIS - 1953.

N.º 24 - TÁBUA DE MORTALIDADE DA POPULAÇÃO PORTUGUESA (1949-1952), POR J. PAIS MORAIS - 1953.

N.º 45 - PROJECCÕES DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONTINENTE E ILHAS ADJACENTES (1971-76-81), POR OLIVEIRA MARQUES - 1972.

N.º 49 - ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO (1941-1975), POR CUSTÓDIO N. P. S. CONIM - 1972.

N.º 50 - PERSPECTIVAS DEMOGRÁFICAS (PORTUGAL 1975-1990), POR CUSTÓDIO N. P. S. CONIM - 1978.

N.º 52 - MORTALIDADE INFANTIL (1950-1975), POR MARIA JOSÉ CARRILHO - 1977.

N.º 54 - CRESCIMENTO REGIONAL DA POPULAÇÃO PORTUGUESA (1941-1977), POR CUSTÓDIO N. P. S. CONIM - 1979.

N.º 55 - COLECTÂNEA DE DADOS ESTATÍSTICOS RELATIVOS À SITUAÇÃO DA CRIANÇA - 1979, ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA, POR MARIA JOSÉ CARRILHO - 1979.

N.º 56 - TÁBUAS ABREVIADAS DE MORTALIDADE 1941-1975, POR MARIA JOSÉ CARRILHO - 1980.

N.º 57 - ALGUMAS CARACTERÍSTICAS SOBRE A QUALIDADE DOS DADOS CENSITÁRIOS - RECENTEAMENTOS DA POPULAÇÃO 1864-1970, POR CUSTÓDIO N. P. S. CONIM - 1980.

N.º 83 - AS GERAÇÕES MAIS IDOSAS - 1999.

REVISTA DE ESTUDOS

_REVISTA DO CENTRO DE ESTUDOS DEMOGRÁFICOS volumes 1 a 29.

_ESTUDOS DEMOGRÁFICOS - volumes 30 e 31.

_REVISTA DE ESTUDOS DEMOGRÁFICOS - volumes 32 a 39.

ESTIMATIVAS E PROJECCÕES DE POPULAÇÃO

_ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE: SÉRIE ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS N.º 21, 30-06-95 E 31-12-95.

_ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE: SÉRIE ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS N.º 22, 30-06-82 A 30-06-90 E 31-12-81 A 31-12-90.

_ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE: SÉRIE ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS N.º 23, CONCELHOS DE 1990 A 1995.

_ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE: SÉRIE ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS N.º 24, 30-06-96 E 31-12-96.

_ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE: SÉRIE ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS N.º 25, CONCELHOS E IDADES DE 1996.

_ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE: SÉRIE ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS N.º 26, 30-06-97 E 31-12-97.

_ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE: SÉRIE ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS N.º 27, POR NUTS I, II, III E CONCELHOS, EM 1997.

_ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE: SÉRIE ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS N.º 28, 30-06-99 E 31-12-98.

_ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE: SÉRIE ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS N.º 29, POR NUTS I, II, III E CONCELHOS, EM 1998.

_ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE: 1999-2001.

_ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE, INTERCENSITÁRIAS, 1981-1990, PORTUGAL, NUTS II, III E CONCELHOS.

_ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE, INTERCENSITÁRIAS, 1991-2001, PORTUGAL, NUTS II, III E CONCELHOS.

_ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS DE POPULAÇÃO RESIDENTE, 2001 - 2002, PORTUGAL, NUTS II, NUTS III E MUNICÍPIOS.

_ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS DE POPULAÇÃO RESIDENTE, 2003, PORTUGAL, NUTS II, NUTS III E MUNICÍPIOS.

_ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS DE POPULAÇÃO RESIDENTE, 2004, PORTUGAL, NUTS II, NUTS III E MUNICÍPIOS.

_ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS DE POPULAÇÃO RESIDENTE, 2005, PORTUGAL, NUTS II, NUTS III E MUNICÍPIOS.

_ESTIMATIVAS MENSAIS DE POPULAÇÃO RESIDENTE, NUTS I E II, 1998 A 2005.

_PROJEÇÕES DE POPULAÇÃO RESIDENTE,
2000-2050 – 2003.

_PROJEÇÕES DE POPULAÇÃO RESIDENTE, PORTUGAL E
NUTSII, 2000-2050 – 2004.

_PROJEÇÕES DE POPULAÇÃO RESIDENTE, PORTUGAL E
NUTS III, 2000-2050 – 2005.

OUTROS PERIÓDICOS

_ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE PORTUGAL, 2005

_ANUÁRIOS REGIONAIS, 2005

_ESTATÍSTICAS DA SAÚDE, 2005

_INDICADORES SOCIAIS, 2005

OUTROS NÃO PERIÓDICOS

_ALGUNS DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE A MULHER, POR
MARIA JOSÉ CARRILHO - 1975.

_ANÁLISE DA IDADE MÉDIA AO CASAMENTO 1930-1978, POR
MARIA JOSÉ CARRILHO - 1984.

_PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS: 1980 - 2000; RELATÓRIO
FINAL - 1986.

_PORTUGAL SOCIAL, 1991-1995 – 1998.

_PERSPECTIVAS DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO
PORTUGUESA: 1980-2000 – 1989.

_INQUÉRITO À FECUNDIDADE E FAMÍLIA 1997- 2001.

_MULHERES E HOMENS EM PORTUGAL NOS
ANOS 90 – 2002.

_PORTUGAL SOCIAL, 1991-2001 – 2003.

_30 ANOS DE 25 DE ABRIL – UM RETRATO
ESTATÍSTICO – 2004.

_SÓCIO-DEMOGRAFIA DAS ÁREAS DE BAIXA DENSIDADE DO
ALGARVE 1991-2001, 2004.

OUTROS:

_SEMINÁRIO: POPULAÇÃO, FAMÍLIA E CONDIÇÕES DE VIDA:
CURIA, 6 E 7 DE ABRIL DE 1995 - 1995.

_SEMINÁRIO: FAMÍLIA: REALIDADES E DESAFIOS, LISBOA, 18 E
19 DE NOVEMBRO DE 2004 - 2004

_SEMINÁRIO: HOMENS E MULHERES EM PORTUGAL, LISBOA,
23 de NOVEMBRO DE 2005 - 2005

_BASE DE DADOS PERFIL GÉNERO

